

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**QUANDO O *FABRICO* SE TORNA FÁBRICA: desdobramentos do  
processo de formalização dos empreendimentos industriais de  
confeccões em Caruaru/PE**

**MARIANA SCUSSEL ZANATTA**

**Porto Alegre**

**2016**

**MARIANA SCUSSEL ZANATTA**

**QUANDO O *FABRICO* SE TORNA FÁBRICA: desdobramentos do processo de formalização dos empreendimentos industriais de confecções em Caruaru/PE**

**Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia para obtenção do título de Doutora em Sociologia sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Cinara L. Rosenfield e Co-Orientação do Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira.**

**Porto Alegre**

**2016**

### CIP - Catalogação na Publicação

Zanatta, Mariana Scussel

Quando o Fabrico se torna Fábrica: desdobramentos do processo de formalização dos empreendimentos industriais de confecções em Caruaru-PE / Mariana Scussel Zanatta. -- 2016.  
256 f.

Orientadora: Cinara Lerrer Rosenfield.  
Coorientador: Roberto Véras de Oliveira.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. formalização. 2. processos de informalização. 3. nova informalidade. 4. Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. 5. confecções. I. Rosenfield, Cinara Lerrer, orient. II. Véras de Oliveira, Roberto, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**MARIANA SCUSSEL ZANATTA**

**QUANDO O *FABRICO* SE TORNA FÁBRICA: desdobramentos do processo de formalização dos empreendimentos industriais de confecções em Caruaru/PE**

Banca examinadora

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Cinara L. Rosenfield – Orientadora

Prof. Dr. Roberto de Oliveira Vêras – UFPB - Co-orientador

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Roseli Corteletti – UFCG – Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dra. Lúcia Helena Alves Muller – PUCRS – Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dra. Marilis Lemos de Almeida – PPGS/UFRGS - Examinadora

**Porto Alegre**

**2016**

Ao meu pai,  
Jorge (14/12/49-29/05/07),  
pela coragem e testemunho.

À minha mãe,  
Beatriz, pelo entusiasmo pela vida.

À professora Cinara, pela orientação, envolvimento e por proporcionar meu crescimento intelectual.

Ao professor Roberto, pela acolhida, diálogo e orientação.

Ao Jeferson, pelo apoio emocional, companheirismo incondicional e por colorir, meus anos de dedicação à tese, com melodia e poesia.

A todos membros do TDEPP/UFCG, que por saberem, parafraseando Tom Jobim, que o “*Polo não é para principiantes*”, realizam importante trabalho de investigação científica, desvelando-o.

À Sandra Roberta, amizade em forma de dádiva que minha mudança para Caruaru proporcionou, companheira de estrada (pesquisa de campo) no Agreste.

Agradeço às professoras Marilis e Roseli pela leitura atenta ao texto da qualificação, contribuindo para delinear o rumo da pesquisa.

Aos colegas de doutorado, Turma 2011, pela troca de ideias e de sentimentos.

A todas e todos que, ao dedicarem parte de seu tempo para as entrevistas, tornaram possível este estudo.

À minha família e amigos, que pela compreensão nas ausências demonstram devoção aos meus objetivos.

## RESUMO

Este estudo analisa a formalização dos empreendimentos industriais de confecção na cidade de Caruaru. A região do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano é composta por diversos municípios, entre eles Caruaru, com uma significativa produção de artigos de vestuário. Esse aglomerado produtivo começou a se formar ainda na década de 1950 e, desde a origem, a maior parte das atividades é desenvolvida de maneira informal. Contudo, a partir de 1990 o aglomerado vem passando por processos crescentes de modernização, industrialização e uma imbricação cada vez maior com a dinâmica capitalista, atraindo a ação do Estado e do capital. Uma das principais transformações é a regularização fiscal das unidades produtivas. Frente a esta realidade nossa problemática se volta para o processo de formalização da indústria: oficinas, que iniciaram suas atividades predominantemente em domicílios, com mão de obra familiar e informal, e se tornaram fábricas de confecção. O problema de pesquisa parte do pressuposto de que a informalidade histórica e dominante, tanto das unidades produtivas como das relações de trabalho, está sendo reconfigurada pelo processo de formalização. A análise mobiliza a discussão conceitual sobre informalidade, flexibilização e precariedade. Sendo a flexibilização do processo produtivo e das relações de trabalho uma condição do capitalismo flexível, sendo o trabalho familiar, informal e precário uma característica histórica e constitutiva desta região, existindo o crescente movimento de imbricação com a dinâmica capitalista de cujos processos de formalização são uma expressão, perguntamos: qual o significado da formalização? A partir da formalização dos empreendimentos, o que está se constituindo como (novo) padrão em termos de relações de trabalho? O debate teórico central gravita em torno do conceito de *processos de informalização*, de Maria Cristina Cacciamali (2000, 2011), que servem de terreno para a discussão acerca da *nova informalidade*, a qual tem sido desenvolvida, principalmente, por Angela Maria Carneiro Araújo (2011), Maria da Graça Druck (2011a) e Roberto Vêras de Oliveira (2011 a/b). A base metodológica está composta por entrevistas semiestruturadas, observação dos locais de produção e comercialização e coleta de dados em fontes secundárias. A partir da análise do processo de formalização dos empreendimentos industriais, acompanhada da retomada das transformações por que tem passado este aglomerado produtivo, concluímos que está se consolidando um padrão de formalização: a formalização institucional que engendra relações de trabalho informais. Nesse sentido, a informalidade tem sido capaz de se preservar, reproduzir, e, sobretudo, ser ressignificada pela ação dos empresários e por meio dos novos métodos de gestão empresarial, tais como os processos de terceirização e subcontratação da produção que, no contexto do Polo, encontram uma atmosfera favorável e fértil, devido à “naturalização” do trabalho informal.

**Palavras-chave:** produção de confecções; formalização da indústria; processos de informalização; nova informalidade; Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.

## ABSTRACT

This study analyzes the formalization of manufacturing industrial enterprises in the city of Caruaru. The region of Agreste Pernambucano's Clothing Complex is composed of several municipalities, including Caruaru, with a significant production of clothing articles. This productive cluster was formed during the 1950s, and its activities have been developing informally from the outset. However, since 1990, it has been undergoing increasing processes of modernization, industrialization and a growing overlap with the capitalist dynamic, attracting the action of the state and of the capital. One of the main changes is the tax regularization of productive plants. Considering this reality, we observe the industry formalization process: workshops which began operations predominantly in households with family and informal labor force and became confection factories. The research problem considers that historical and dominant informality, both of production units as of labor relations, is being reconfigured by the formalization process. The analysis mobilizes the conceptual discussion of informality, flexibility and precariousness. Considering that the flexibility of the production process and working relations has a current flexible capitalism paradigm, that the familiar, informal and precarious labor force is a historical and constitutional status of this region and that there is a growing movement of overlap with the capitalist dynamics whose formalization processes are an expression, we ask: what is the meaning of formalization? From the formalization of enterprises, that is constituted as (new) standard in terms of labor relations? The central theoretical debate revolves around the concept of informal processes, by Maria Cristina Cacciamali (2000, 2011), which serve as ground for the discussion of *new informality*, which has been developed mainly by Angela Maria Carneiro Araújo (2011), Maria da Graça Druck (2011a) and Roberto Vêras de Oliveira (2011/b). The methodological base is composed of semi-structured interviews, observation of production and dealing sites and data collection on secondary sources. From the analysis of the process of industrial enterprises formalization and with the resumption of transformations that this production cluster has passed through, we consider that a pattern of formalization is consolidating: institutional formalization that engenders informal labor relations. In this sense, informality has been able to preserve, reproduce, and, above all, be re-signified by the action of entrepreneurs and through new methods of business management, such as business process outsourcing and subcontracting production in the context of the Complex, and it also finds a favorable and fertile atmosphere due to the "naturalization" of informal work.

**Keywords:** clothing production; industry formalization; informalisation processes; new informality; Clothing Production Complex of Agreste Pernambuco.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Eixos temáticos das entrevistas com Empreendedores Confeccionistas..	24
Quadro 2. Eixos temáticos das entrevistas com Confeccionistas Informais.....	24
Quadro 3. Eixos temáticos das entrevistas com Feirantes.....	24
Quadro 4 - Perfil dos feirantes.....	102
Quadro 5 – Identificação dos atores institucionais .....	108
Quadro 6 - Perfil dos Empreendedores Confeccionistas.....	136
Quadro 7 - Motivos da regularização fiscal e tempo de empreendedorismo informal.....	143
Quadro 8 - Perfil das confeccionistas informais.....	192
Quadro 9 - Organização do processo produtivo e das relações de trabalho das fábricas Tipo 2 .....	246
Quadro 10 - Organização do processo produtivo e das relações de trabalho fábricas Tipo 3.....	247
Quadro 11 - Características da mercadoria e formas de comercialização das fábricas Tipo 1 .....	247
Quadro 12 - Características da mercadoria e formas de comercialização das fábricas Tipo 2 .....	247
Quadro 13 - Característica da mercadoria e formas de comercialização das fábricas Tipo 3.....	249
Quadro 14 - Características das unidades produtivas informais Tipo 1 .....	250
Quadro 15 - Características das unidades produtivas informais Tipo 2.....	250
Quadro 16 - Características das unidades produtivas informais Tipo 3.....	250
Quadro 17 - Características da mercadoria e formas de comercialização dos informais Tipo 1 .....	251
Quadro 18 - Características da mercadoria e formas de comercialização dos informais Tipo 2 .....	251
Quadro 19 - Características da mercadoria e formas de comercialização dos informais Tipo 3.....	251

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produto interno bruto.....	128
Tabela 2 – População por faixa etária .....	100
Tabela 3 – Taxa de analfabetismo .....	100
Tabela 4 – Evolução do MEI em Caruaru .....	123
Tabela 5 – Quantidade estimada de unidades produtivas segundo o tipo ( <u>empresas</u> ou <u>empreendimentos complementares</u> ) no Polo-10 .....	126
Tabela 6 – Dados sobre pessoas ocupadas no setor de confecções no Polo 10 ....	127
Tabela 7 – Comparativo do crescimento populacional de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama com o crescimento da população geral do estado de Pernambuco e do Nordeste (2000-2010).....	128
Tabela 8 - Estimativa de unidades produtivas entre 2003 e 2013.....	132
Tabela 9 - Distribuição das unidades produtivas formais e informais no PCAP (2003).....	132
Tabela 10 - Distribuição das unidades produtivas formais e informais no PCAP (2013).....	133

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Mapa do Estado de Pernambuco .....	97
Gráfico 1 – Formalização dos negócios no portal do empreendedor/MEI .....	124
Fotografia 1 - Feira de Caruaru na década de 1960 .....	104
Fotografia 2 – Imagem panorâmica do atual espaço da Feira de Caruaru e seus setores, entre eles, a Feira da <i>Sulanca</i> .....	109
Fotografia 3 – Registros da Feira da <i>Sulanca</i> em dias de chuva .....	110
Fotografia 4 – Espaço de trabalho de uma empresa de confecções .....	157
Fotografia 5 - Espaço de trabalho dos <i>fabricos e facções</i> .....	199
Fotografia 6 – Espaço de trabalho das <i>facções</i> em domicílio .....	209
Fotografia 7 – Lavanderias.....	252
Fotografia 8 – Centro comercial em Caruaru: <i>Polo Caruaru</i> .....	253
Fotografia 9 – Registros do <i>Polo Caruaru</i> e da movimentação na Feira da <i>Sulanca</i> .....	253
Fotografia 10 – Imagem panorâmica do Centro Comercial em Santa Cruz do Capibaribe: <i>Moda Center</i> .....	254
Fotografia 11 – Registros do <i>Moda Center</i> e da Feira da <i>Sulanca</i> .....	255
Fotografia 12 – Registros do Centro de comercialização em Toritama: <i>Parque da Feiras</i> e da Feira da <i>Sulanca</i> .....	256

## LISTA DE SIGLAS

ACIC – Associação Comercial e Industrial de Caruaru

ALC – Associação das Lavanderias de Caruaru

ALPF – Associação dos Lojistas do Parque das Feiras

CCQ – Círculo de Controle de Qualidade

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PDSA - Polo de Desenvolvimento Sustentável do Agreste

PREALC – Programa Regional do Emprego para América Latina e Caribe

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SINDILOJAS - Sindicato dos Lojistas de Caruaru

SINDIVEST – Sindicato das Indústrias do Vestuário de PE

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TAC - Termos de Ajuste de Conduta

UFESULANC – União dos Feirantes, Sulanqueiros e Ambulantes de Caruaru

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1. A INFORMALIDADE, UM BREVE RESGATE: DAS ORIGENS DO CONCEITO ÀS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NA FORMA DE COMPREENSÃO DO FENÔMENO</b> ..	26
1.1 Os estudos pioneiros da OIT sobre setor informal, economia informal e informalidade.....	28
1.2. A informalidade a partir dos estudos do PREALC: perspectiva estruturalista .	31
1.3. A informalidade a partir dos estudos do PREALC: perspectiva marxista .....	38
1.4. O leque de abordagens a respeito da informalidade se abre: breves apontamentos sobre os anos noventa .....	44
1.5. A OIT rediscute a informalidade: o debate sobre informalidade a partir da década de 2000 .....	48
1.6. A abordagem da <i>nova informalidade</i> e o <i>processo de informalização</i> .....	51
<b>2. O CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES E AS IMPLICAÇÕES DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL NO BRASIL</b> .....	60
2.1. A globalização e as transformações nos modos de viver e produzir .....	61
2.2. A cena internacional e nacional de conformação da indústria de confecções...	66
2.3. Tecendo as relações entre a organização do processo produtivo e do trabalho na indústria de confecções e a reestruturação produtiva .....	69
2.4. Tecendo as relações entre informalidade, flexibilização, precariedade e precarização: características inerentes à indústria de confecções?.....	76
2.5 A indústria de confecções e a industrialização do Nordeste .....	80
2.6. As implicações da acumulação flexível e o cenário do Brasil nos 2000 .....	87
<b>3 DE FEIRA A CENTRO COMERCIAL, DE SULANCA A MODA: HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE CONFECÇÕES NO AGRESTE PERNAMBUCANO</b> .....	96
<b>3.1. Elementos sócio-históricos e geográficos, caracterizando Caruaru e o Agreste</b> .....	96
3.1.1. Caruaru e algumas características da sua conformação atual.....	99
<b>3.2. Surgimento da <i>Feira da Sulanca</i> na Feira de Caruaru</b> .....	102
3.2.1. As atuais condições da feira: o ponto de vista dos feirantes e dos atores institucionais.....	107
<b>3.3. A produção de confecções no Agreste Pernambucano: características e transformações</b> .....	114
3.3.1 O “desenvolvimento” bate à porta: processos de modernização e formalização ...	115
3.3.2. Os anos 2000, a ação do SEBRAE e a construção dos centros comerciais: de <i>sulanca</i> à moda pernambucana.....	119
3.3.3. Uma radiografia quantitativa do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano	124
<b>4. O FABRICO QUE SE TORNOU FÁBRICA. NADA SERÁ COMO ANTES?</b> .....	134
4.1. Trajetórias de vida e trabalho: “ <i>Essa ânsia de produzir</i> ” .....	135

<b>4.2. Processos de formalização dos empreendimentos industriais e seus desdobramentos.</b> .....	142
4.2.1. Tempo de informalidade.....	143
4.2.2 Motivos da regularização fiscal: formalização por motivos endógenos.....	144
4.2.3 Motivos da regularização fiscal: formalização por motivos exógenos .....	147
<b>4.3. O <i>fabrico</i> que se tornou fábrica: análise do processo de produção e das relações de trabalho</b> .....	153
4.3.1 Tipo 1: Fábricas que não subcontratam .....	154
4.3.2 Tipo 2: Fábricas que subcontratam.....	158
4.3.3 Tipo 3: Facções .....	171
<b>4.4 Pontos positivos e pontos negativos da formalização: trocando o CPF pelo CNPJ</b> .....	180
4.5 Percepções a respeito da atuação do Estado e dos atores institucionais no incentivo à formalização e às atividades produtivas e comerciais .....	184
<b>5. O “LUGAR” DOS CONFECCIONISTAS E DA PRODUÇÃO INFORMAL DE CONFECCÕES</b> .....	191
<b>5.1 As unidades produtivas informais e suas configurações: uma proposta de caracterização</b> .....	191
5.1.1 Tipo 1: confeccionistas com funcionários.....	193
5.1.2 Tipo 2: confeccionistas que subcontratam facções em domicílio.....	200
5.1.3 Tipo 3: faccionistas em domicílio .....	208
5.1.4 Tipo 4: Lojista “cliente fixo” dos confeccionistas informais .....	214
<b>5.2 Por que permanecer na informalidade: escolha ou falta de opção?</b> .....	216
<b>5.3 A “voz” dos <i>Sulanqueiros</i> via UFESULANC</b> .....	220
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	224
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	229
<b>APÊNDICES</b> .....	240

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta e sistematiza os resultados do estudo de doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul abordando como tema central as transformações na produção de confecções em Caruaru/PE incentivadas pela formalização dos empreendimentos industriais. Tal temática foi elaborada a partir do pressuposto de que, embora os empreendedores procurem formalizar o negócio e adequar seu espaço de trabalho e seu quadro principal de funcionários, dentro das normas mínimas estabelecidas, continuam, entretanto, a se utilizar do trabalho informal por meio da contratação de prestação de serviços. Por conseguinte, a formalização geraria novos *processos de informalização* que, uma vez identificados e explorados em suas nuances, permitiriam alguma contribuição para se expandir a discussão acerca da *nova informalidade* e os estudos que tem o Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, do qual a cidade de Caruaru faz parte, como objeto de pesquisa.

Os motivos que nos levaram a iniciar este estudo, voltado para o Polo de Confecções do Agreste, podem ser divididos em dois. Um deles, de ordem mais pessoal, está atrelado ao fato de que no período de agosto de 2012 a fevereiro de 2015 morei na cidade de Caruaru. Dentre as muitas peculiaridades da cidade, a gigante movimentação em volta da *Feira da Sulanca*, que acontece na madrugada de segunda para terça-feira, iniciando em torno de 5 horas e encerrando no fim da tarde de terça, chamou-me a atenção, assim como a fama que a feira carrega de vender roupas com preços populares. Chegando na cidade fui morar no bairro Petrópolis, e só depois percebi que estava quase “dentro” da Feira de Caruaru. Nos dias de Feira da *Sulanca*, as ruas ao redor da minha residência ficavam tomadas por ônibus com placas das mais variadas cidades e Estados da região Nordeste, assim como também era grande a circulação de carroceiros e as famosas Toyotas “alongadas” e adaptadas que transportavam mercadorias e pessoas. Literalmente um mar de gente, bancas de comercialização e artigos de confecção.

Conforme o tempo foi passando e minha familiaridade com a cidade aumentando, fui percebendo que as roupas vendidas na *Feira da Sulanca* eram produzidas em pequenas oficinas ou nas casas das costureiras e com frequência as mesmas pessoas que produziam também as comercializavam. Nas minhas andanças

pela cidade encontrava na porta das casas, garagens e outros tipos de edificações, avisos com recados: “*pega-se facção*”; “*faz-se travete*”; “*prega-se botões*”...o que me levou a intuir que esta produção estava fragmentada e que grande parte da população local fazia destas atividades fonte de renda. Iniciava-se aí o interesse por compreender a *sulanca* e a produção de confecções, o qual encontrou eco quando descobri que na Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba (UFCG), próximo a Caruaru, existe o Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, que desde 2009 faz uma reflexão a respeito do Polo de Confecções e vem produzindo profícuos estudos, com diferentes olhares e análises. Fui acolhida pelo grupo, e o diálogo se estabeleceu.

Para além das questões pessoais e também estratégicas, no que se refere à possibilidade de conciliar a pesquisa de doutorado com minhas atividades profissionais como professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), elegemos o Polo como um interessante e instigante objeto de pesquisa, sobretudo por ser o segundo maior Polo produtivo e comercial do país, ficando atrás apenas de São Paulo. Outros pontos interessantes dizem respeito à origem, ao dinamismo e crescimento deste aglomerado produtivo, além do fato de o mesmo conservar, a despeito desta evolução, o trabalho informal como marca decisiva tanto na produção como na comercialização dos produtos.

O presente estudo insere-se no âmbito da sociologia do trabalho e tem como *locus* de análise, como já adiantamos, o Polo de Confecções do Agreste Pernambucano (PCAP), mais especificamente, os processos de formalização dos empreendimentos da indústria de confecções na cidade de Caruaru. Centra-se na formalização dos empreendimentos voltados para a produção, pois essa acompanha o processo de desenvolvimento do aglomerado de micro, pequenas e médias indústrias as quais compõem o Polo, cuja origem remonta a década de 1950, iniciando com a costura de peças de vestuário em retalhos de tecidos provenientes do refugio da indústria têxtil paulista. Inicialmente, as roupas eram cerzidas pelas mulheres para vestir a família, num segundo momento passaram a ser comercializadas nas feiras livres das cidades de Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, tornando-se fonte de renda. A medida que foi se tornando um produto popular logo recebeu a alcunha de *sulanca*, um “apelido” que faz referência à origem e ao tipo de tecido: um certo tipo de malha, a helanca, que vinha do sul do país (São Paulo). Iniciou, portanto, com o



trabalho independente das mulheres, e posteriormente passou a ser uma atividade empreendida por todos os membros da família tornando-se a principal fonte de renda diante das inúmeras dificuldades de viver e de obter melhores condições de vida com a agricultura. Na década de 1970 o número de famílias envolvidas com a produção de confecções já tinha crescido exponencialmente e começam a se firmar as fábricas locais de confecção as quais designaremos de unidades produtivas, por funcionarem predominantemente nos domicílios ou em locais adaptados. Iniciam como unidades produtivas informais comercializando a produção nas feiras livres, que começavam a ser denominadas Feiras da *Sulanca*.

Inicialmente é necessário destacar duas características que tornam a experiência deste aglomerado produtivo muito singular. A primeira peculiaridade, e que na atualidade está enraizada como uma forte característica da cultura de trabalho local, é o destaque dado por Cabral (2007, *apud* Vêras de Oliveira 2011b, p. 29) ao analisar a trajetória do Polo, ao papel que nela têm tido os “agentes individuais”<sup>1</sup>. Visto isso, pode-se acrescentar que a constituição do Polo como um aglomerado de unidades produtivas para a indústria de confecção e sua inicial comercialização da produção nas feiras locais, que acabaram, a posteriori, tornando-se centros de referência em comercialização para além do Agreste Pernambucano, teve como importante elemento catalizador a ação do trabalhador(a) informal.

A segunda peculiaridade, também relacionada com a cultura de trabalho local e, especialmente, com a própria história da atividade de produzir peças de vestuário, é a produção em domicílio ou em espaços adaptados. Entretanto, os trabalhadores destas unidades produtivas estão afastando-se do perfil do trabalhador(a) independente, donos de seu tempo, ritmo de trabalho e da produção, ao mesmo tempo que despontam, gradativamente, a costureira e o costureiro trabalhador informal prestador de serviço e importante elo de uma cadeia produtiva.

Nas primeiras décadas de desenvolvimento, as atividades econômicas exercidas pelos moradores da região Agreste estavam articuladas, exclusivamente, com a economia local, desenvolviam e criavam atividades para obter renda em uma região na qual a formalidade das relações de trabalho limitava-se a órgãos estatais. Os trabalhadores envolvidos na produção local de confecções, oriundos da área rural,

---

<sup>1</sup> Ao referir “agentes individuais”, os autores objetivam dar ênfase ao fato de que a constituição do Polo não surgiu dos esforços ou de um plano de desenvolvimento que partiu e foi concebido pela ação do Estado. Antes o contrário, a mesma surgiu por meio de iniciativas locais associadas às aptidões e costumes locais.

em sua maioria, nunca estiveram vinculados ao setor formal e, mesmo com o crescimento da produção local, a formalidade não se constituía em expectativa. Lima e Soares (2002) frisam que, no início, a maior preocupação estava na sobrevivência do próprio negócio em uma região sem nenhuma tradição de atividade industrial e, por isso mesmo, um espaço social singular e uma experiência contrastante.

O trabalho informal, como um tipo específico de atividade econômica que proporciona algum rendimento, é objeto de análise e discussão conceitual que exige um esforço multidisciplinar. Desde a década de 1970 diferentes abordagens vem dialogando, contrapondo-se e propondo formas de compreensão do tema da informalidade à medida que o mundo do trabalho passa por transformações. Uma destas formas de compreensão do trabalho informal é considerá-lo como resultado de estratégias de sobrevivência dos trabalhadores que se encontram excluídos do mercado de trabalho formal. Nessa necessidade de reinventarem as próprias vidas, estes trabalhadores e, em particular, os habitantes do Agreste, inventaram o que hoje denominamos Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.

A relevância sociológica do tema central deste estudo está na necessidade de se aprofundar as análises que visam a apreensão das transformações que têm passado este aglomerado produtivo, sobretudo a partir da década de 1990, momento em que estas atividades econômicas conectam-se com a economia nacional e também passam a viver os efeitos da economia global que de várias formas (redes de produção e comercialização, migrações, concorrência com produtos importados, ciclos econômicos globais) induzem e provocam algumas metamorfoses. A conformação do PCAP vem despertando a atenção de pesquisadores de diversas áreas por se tratar de uma das regiões do país mais dinâmicas no que se refere ao crescimento econômico. Esse crescimento, intensificado a partir da década referida, vem acompanhado de uma crescente imbricação com a dinâmica capitalista e, evidentemente, de transformações nos modos de produzir e comercializar que tendem para uma maior racionalização e modernização tanto das unidades produtivas como dos locais de comercialização. As mudanças em questão remetem-nos a um processo de reconfiguração da história e da estrutura do PCAP que se concretiza por vários caminhos; um deles é o caminho da formalização fiscal das unidades produtivas. Visto isso, escolhemos entrar nesse caminho objetivando investigar o significado desta formalização e seus desdobramentos em relação à organização do negócio e às formas de contratação de serviços e mão de obra.

Para converter essa escolha em um problema de investigação científica com relevância sociológica, nos apropriamos dos estudos já produzidos a respeito do Polo e buscamos nos apropriar da literatura que discute os conceitos de informalidade, precariedade, precarização e flexibilização do trabalho e dos processos de trabalho. A confluência do que aprendemos com a bibliografia mais o conhecimento inicial da realidade local, originou nosso objetivo geral. Como objetivo geral procuramos compreender como acontecem os processos de formalização dos empreendimentos industriais buscando trazer à tona seus significados e desdobramentos, e os significados que as novas relações estabelecidas entre empreendimento formal (fábrica), *fabrico* e *facções*<sup>2</sup> assumem na dinâmica formal-informal oriunda dessas transformações, as quais ocorrem num contexto marcado pela informalidade, precariedade e pela imbricação com a dinâmica capitalista flexível.

Para viabilizar o objetivo geral, o caminho foi sendo demarcado pelos seguintes objetivos específicos: a) reconstituir a história do PCAP sob o ponto de vista da informalidade como um processo histórico e constitutivo de sua gênese; b) investigar o processo de formalização da indústria e seus desdobramentos por meio da história de vida e trabalho dos empreendedores confeccionistas; c) identificar os principais atores envolvidos nos processos de formalização; d) conhecer as formas de organização das unidades produtivas informais; e) identificar as percepções acerca do significado da formalidade e da informalidade para os empreendedores confeccionistas, os confeccionistas informais e demais atores envolvidos com o PCAP em Caruaru; f) identificar e analisar as práticas que têm contribuído para a perpetuação do trabalho informal; g) refletir sobre a dinâmica de relações de trabalho que está sendo constituída como desdobramento do processo de formalização.

Diante de tais objetivos, nossa opção teórica é composta pelas abordagens e conceitos desenvolvidos pelos autores e pesquisadores que começaremos a elencar a partir deste momento. Pesquisadores como LIMA (2011); LIRA (2009, 2011); PEREIRA NETO (2011); SÁ (2015); VÉRAS DE OLIVEIRA (2011b, 2013); que

---

<sup>2</sup> A expressão *fabrico* é uma categoria nativa usada popularmente para caracterizar as unidades produtivas familiares, que funcionam geralmente em domicílio, na adaptação de uma garagem, ou de outras partes da casa, de caráter informal. Na sua constituição, podem assumir dimensões muito variadas, como destaca Vérias de Oliveira (2011b): “Tomando-se o número de trabalhadores assalariados, pode não ter nenhum (realizando o trabalho apenas com a família) ou chegar a dezenas de contratados (em bases informais)” (p. 17). Diferenciam-se das fábricas uma vez que estas são regularizadas possuindo o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal. Outra maneira popular de significar um *fabrico* é diferenciando-o da *facção*: sendo o primeiro associado à confecção de uma peça inteira e o último à ideia de realização de apenas uma parte do processo.

estudam o Polo há mais tempo, afirmam que o processo de modernização, aludido anteriormente, também se efetiva pela ação do Estado e do capital. Ao citar a ação do capital, estamos enfatizando a crescente presença do capital econômico e industrial de grandes atacadistas – fornecedores especializados –, a exemplo dos de tecidos e aviamentos. A ação do capital também pode ser percebida pela especialização da indústria e dos serviços que compõem a cadeia produtiva da confecção, a exemplo das fábricas de etiqueta, das lojas de máquinas de costura industriais para as diferentes partes do processo de costura e de melhoramento das peças, (máquinas de bordar, produtos e maquinário para serigrafia, entre outros). Pelo aumento dos empreendimentos especializados no beneficiamento do jeans, as lavanderias industriais e, inclusive, pela crescente presença de grandes lojas de magazine que passam a fabricar por meio das unidades produtivas locais e comercializar com sua marca própria.

Temos, portanto, que diante do seu crescimento e desenvolvimento<sup>3</sup> nos últimos anos, o Polo ganha visibilidade pela sua importância econômica no Estado de Pernambuco e em outras Regiões do país, provocando nos órgãos governamentais e não-governamentais algum interesse em organizar e formalizar os empreendimentos. Esse movimento reflete-se na heterogeneização dos novos empreendimentos e na diferenciação dos já existentes visando à ampliação dos negócios. Dentre tantas transformações já mencionadas, outra pode ser ilustrada pela diminuição do emprego de mão de obra familiar, reflexo do movimento de racionalização e modernização, no sentido atribuído por Max Weber, das atividades produtivas. Essa transformação fica visível quando comparamos os dados da primeira pesquisa realizada pelo SEBRAE, em 2003, com os dados do diagnóstico realizado dez anos depois. Naquele, 83% das unidades produtivas utilizavam mão de obra familiar, em 2013, 68%. A diminuição da utilização de mão de obra familiar, baseada na ideia de “ajuda”, é um reflexo dos processos de modernização uma vez que se abandonam, lentamente, essas relações personalizadas, para se estabelecerem outros tipos de vínculos na contratação de mão de obra. Como sugerido por Vêras de Oliveira (2013) as relações de trabalho que antes tinham o sentido de cooperação – e também exploração – do trabalho de base pessoal, familiar e “tradicional”, reconfiguram-se com base no trabalho subcontratado,

---

<sup>3</sup> Embora aqui estejamos afirmando que o crescimento do Polo de Confecções tenha proporcionado desenvolvimento, é importante destacar que, nesse caso, estamos diante de um intenso crescimento econômico que não, necessariamente, reverte-se em desenvolvimento social e melhoria das condições de vida da população.

terceirizado, de base subalternizada e “moderna”. Outro elemento de reconfiguração é a crescente inserção da mão de obra qualificada para algumas atividades, a exemplo do estilista e do designer, nas fábricas mais estruturadas. Pela ação desses profissionais especializados, desenvolvem-se técnicas para controle de qualidade e diferenciação dos produtos, criação de marcas próprias, e estratégias de marketing.

Frente a isso e às demais evidências apresentadas até aqui, pressupomos que:

- a) Embora o Polo não tenha sido fruto da ação do Estado e nem do capital, observa-se, atualmente, transformações no sentido de uma maior imbricação com a dinâmica das políticas públicas e de acumulação de capital.
- b) Sobretudo a partir de 2000, têm surgido esforços de formalização dos empreendimentos. Esses esforços vêm por vias diversas. Sugerimos, inicialmente, que aconteçam por quatro caminhos: pela ação do Estado e dos atores institucionais; pela ação dos empreendedores confeccionistas, e pelos próprios trabalhadores.
- c) A informalidade das relações de trabalho é uma característica constitutiva do Polo e permanece como uma característica central, embora venha modificando-se em seus sentidos quando passa a ser comparada ao trabalho formalizado; quando a mão de obra informal passa a ser a principal estratégia de redução dos custos de produção pelas empresas maiores; quando se substitui o trabalho familiar por outros tipos de vínculos na contratação de mão de obra.

As múltiplas dimensões e formas de interpretação presentes no debate sobre a informalidade e, mormente, das novas dinâmicas da relação formal-informal proporcionadas pela constante reconfiguração do capitalismo, indicam a necessidade de explorar teórica e empiricamente esta nova realidade. Nesse sentido, torna-se necessário pensar o trabalho informal e a informalidade a partir de suas práticas sociais, singulares, heterogêneas e com seus diferentes sistemas de representações. Propomos, portanto, contribuir para a atualização desta discussão analisando-a a partir de situações concretas, inscritas nos condicionantes históricos próprios de sua existência – significado de sua configuração inicial –, e que estão expostas às reconfigurações da dinâmica capitalista –, significados que ela tem adquirido com o desenvolvimento do Polo.

Véras de Oliveira (2013) e Sá (2015) indicam que o PCAP também sofre os efeitos da nova ordem econômica mundial que orienta os *processos de informalização* (CACCIAMALI, 2000, 2011) e que servem de terreno para a discussão acerca da *nova informalidade* (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL, 2004; LEITE, 2009; ARAÚJO, 2011; DRUCK, 2011; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011 a/b). No caso do PCAP, desde a sua origem até os dias atuais, a maior parte do trabalho é desenvolvida de maneira informal. Contudo, pelo fato da informalidade ser uma característica constitutiva das relações de trabalho e dos empreendimentos na região, aventamos que estamos diante de uma situação na qual a nova e velha informalidade se entrelaçam e produzem uma forma de ser muito peculiar, o que foi possível constatar é que nas atuais relações de trabalho na produção de confecções em Caruaru, o formal e informal coexistem na mesma unidade de produção, estando, este último, muito longe de ser suplementar, e sendo cada vez mais incorporado pelo núcleo capitalista.

Concordando com os autores citados salientamos que as transformações político-econômicas que sofreu o capitalismo no final do século passado, dentre elas a organização do processo de trabalho através da produção flexível, mudanças que, na perspectiva de David Harvey (2012), possibilitaram o desenvolvimento de um novo regime de acumulação de capital em nível internacional, a “acumulação flexível”, também produziram alguns impactos no Brasil. Na década de 1990, o país vive os efeitos do paradigma da flexibilização e da reestruturação produtiva com a diminuição da oferta de empregos formais e industriais e o conseqüente desemprego e aumento da informalidade em virtude da migração dos trabalhadores inseridos nas atividades formais para as informais. De tudo isso, depreende-se nosso problema de pesquisa, a ser desenvolvido: cabe-nos investigar de que forma os efeitos da flexibilização repercutem - e quais as conseqüências produzidas - em um contexto no qual as atividades industriais e de comércio já nasceram flexíveis, precárias e informais e que, gradativamente, fazem a transição para a formalidade podendo isto ser revertido em uma menor precariedade no que se refere às condições de realização do trabalho e de suas relações.

Em resumo, nossa problemática se volta para o processo de formalização do empreendimento industrial em um contexto de informalidade histórica e dominante objetivando investigar de que forma tal processo vai refletir na reorganização da produção de confecções. Para isso, tomamos como objeto empírico os empreendimentos industriais em Caruaru que optaram pela regularização fiscal (o

*fabrico* que se torna fábrica).

Como hipótese inicial admitimos que os processos de formalização visam a formalização fiscal da empresa e não das relações de trabalho, e que em vista disso esse processo tem contribuído para a geração de novas dinâmicas de trabalho através da relação formal-informal e a informalidade, por sua vez, como uma condição histórica, tem sido ressignificada e contribuído para a manutenção da alta incidência de relações de trabalho informais.

A metodologia utilizada nesta pesquisa combina o método qualitativo com o recurso a dados quantitativos, provenientes de fontes secundárias, e técnicas de análise necessárias e eficazes para a concretização dos objetivos a que nos propusemos. A pesquisa qualitativa, usando a definição de Strauss e Corbien (2008), é qualquer tipo de pesquisa que produz resultados não alcançados por meio de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Uma das razões válidas, segundo os autores, para optar pela escolha de métodos qualitativos é a natureza do problema de pesquisa. Neste estudo, a metodologia qualitativa foi utilizada seguindo as orientações de Minayo (1995), para quem este método possibilita uma análise mais profunda do universo subjetivo, ou seja, das relações, dos processos e dos fenômenos não reduzidos à pura operacionalização de variáveis. Ela permite identificar questões centrais, como as atitudes, os significados e aspirações dos atores envolvidos.

Para a produção dos dados a partir das fontes primárias, optamos como técnicas de coleta de dados, entrevistas em profundidade semiestruturadas (GASKELL, 2002) e a observação nos locais de produção (fábricas, *fabricos* e *facções*) visando a conhecer o processo produtivo (ritmo das atividades e divisão de funções) e as condições de realização do trabalho (infraestrutura e organização do espaço produtivo). A entrevista, como técnica de coleta de dados, tem como objetivo fornecer ao pesquisador os dados para a compreensão das relações entre os atores e o mundo do qual fazem parte. Permite a compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (GASKELL, 2002). O momento da entrevista também significa uma importante forma de interação social, pois além do objetivo de captar informações, a técnica, como um diálogo, propicia que os sujeitos alcancem a liberdade e espontaneidade necessárias para que os relatos individuais sejam uma maneira de interrogar sociologicamente.

Para a definição do tamanho de nossa amostra seguimos a orientação pertinente a este método. Tal orientação sublinha que o tamanho da amostra ou do *corpus* a ser analisado, está associado ao atingimento do “*ponto de saturação*”, ou seja, quando as entrevistas e a busca de dados não mais agregaram novas informações, considera-se que foi alcançada a validade necessária. Isso porque, embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem das mentes individuais, elas são, em alguma medida, o resultado de processos sociais (SÁ,1998; GASKELL,2002).

Como técnica de análise de dados para o tratamento das informações e interpretação do material coletado, utilizamos a análise de conteúdo temática, que possibilita apreender como determinados temas aparecem nos dados coletados. Também fizemos uso de mapas de associação de ideias (SPINK & LIMA, 2004), sistematizando o processo de análise das práticas discursivas. As técnicas permitem um processo interativo entre a análise dos conteúdos e a elaboração das dimensões e indicadores, sendo que a construção destas também emergiu no próprio processo de análise.

Além da pesquisa bibliográfica, fontes documentais foram pesquisadas entre algumas entidades relacionadas ao universo estudado, tais como SEBRAE, SENAI, Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Portal do Empreendedor (MEI), além de jornais de circulação estadual e local.

No total, foram realizadas 44 entrevistas semiestruturadas. Destas, quatro foram realizadas durante o trabalho de campo exploratório, entre junho e setembro de 2013. Uma destas foi realizada em Caruaru com a mãe de uma aluna que trabalhou por dezesseis anos na Feira da *Sulanca*. As outras três foram nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe, com um designer, e em Pão de Açúcar, distrito da cidade de Taquaritinga do Norte, ambos municípios pertencentes ao PCAP, com dois confeccionistas informais. Estas três entrevistas foram conduzidas pelo professor Roberto Vêras de Oliveira e pela pesquisadora Sandra Roberta Silva, quem nos propiciou estes e outros tantos contatos para as pesquisas de campo realizadas pelos membros do TDEPP/UFCG.

Depois da qualificação do projeto de pesquisa, retomamos a realização do trabalho de campo, o qual foi desenvolvido entre março de 2014 e fevereiro de 2015,



no município de Caruaru. Foram entrevistados vinte empreendedores confeccionistas (EC) – donos das fábricas que se formalizaram; dez confeccionistas informais (CI) – produtores de confecção que atuam sem registro no CNPJ; seis atores institucionais (AI) – representantes de instituições e/ou associações que tem ligação com o PCAP; três feirantes (F) – trabalhadores que comercializam na Feira da *Sulanca*. Todas as entrevistas foram gravadas em mídia digital, transcritas e analisadas. O tempo de cada conversa variou entre 40 minutos a 1h30.

Para formar nossa rede de contatos a primeira opção foi recorrer aos estudantes do IFPE/ Campus Caruaru. As entrevistas com os feirantes e grande parte das entrevistas com os confeccionistas informais ocorrem em função deste laço. O primeiro contato com os atores institucionais foi feito através de email e, mediante a aceitação, realizamos a entrevista. A partir da entrevista com um dos representantes da ACIC, obtemos a primeira indicação de um empreendedor confeccionista, a partir disto, entrou em ação a “amostragem em bola de neve”, conforme informada por Becker (1994).

Não encontramos dificuldade para acessar os confeccionistas informais, os quais também não se importavam em nos mostrar seu espaço de produção, seja no próprio domicílio ou um local separado. Entre os empreendedores confeccionistas a receptividade não foi a mesma. Para estes atores a técnica “bola de neve” realmente funcionou como um “abre alas”, apesar de vários contatos não terem sido frutíferos, percebemos que os empreendedores confeccionistas que aceitaram nos receber em sua empresa o fizeram pela confiança da indicação, isso representa que pertencem ao mesmo círculo social e como empresários, têm muitas práticas em comum. A maioria destas entrevistas foi realizada no escritório da fábrica ou num espaço isolado da produção, por isso, a observação direta ocorreu em poucas ocasiões.

Para os objetivos deste estudo tomamos como ator principal os empreendedores confeccionistas, a partir dos quais foi possível compreender o processo de formalização por que passou seu negócio; perceber os desdobramentos da formalização fiscal para a organização do negócio e das relações de trabalho; apreender as representações acerca da relação do poder público e instituições locais com a classe dos empresários da confecção; arguir sobre os significados da formalidade e da informalidade. As entrevistas com os confeccionistas informais visaram a compreensão da dinâmica de trabalho destas unidades e nos permitiram estabelecer os elos de ligação com as empresas formais para de fato

compreendermos o funcionamento da cadeia de produção de confecções em Caruaru. O trabalho de campo com os feirantes contribuiu para a reconstituição histórica da Feira da *Sulanca* e percepções sobre seu funcionamento atual. As entrevistas com os atores institucionais nos mostraram as formas de atuação destas intuições e, sobretudo, como elas vêm informando as transformações no setor de confecções em Caruaru. Os roteiros de entrevistas<sup>4</sup> guiaram-se pelos eixos temáticos apresentados abaixo. As entrevistas com os Atores Institucionais, são mais específicas, a depender da associação ou instituição que os sujeitos representam. Em função disto não seguimos um roteiro pré-estabelecido.

#### **Quadro 1. Eixos temáticos das entrevistas com Empreendedores Confeccionistas**

1. Dados pessoais
2. Trajetória de vida e trabalho
3. Como construiu o negócio?
  - 3.1 Formalização fiscal
  - 3.2 Organização do processo produtivo
  - 3.3 Formas de comercialização
  - 3.4 Relações de trabalho
4. Reflexões acerca da formalidade e informalidade
5. Relações com as associações de classe
6. Reflexões acerca da atuação do poder público para o desenvolvimento do Polo.
7. Expectativas e planos para o futuro do negócio
8. Reflexões a respeito do PCAP e da produção de confecções em Caruaru.

#### **Quadro 2. Eixos temáticos das entrevistas com Confeccionistas Informais**

1. Dados pessoais
2. Trajetória de vida e trabalho
3. Relações família e trabalho na confecção
4. Características da unidade produtiva
  - 4.1 Organização do processo produtivo
  - 4.2 Formas de comercialização
  - 4.3 Relações de trabalho
5. Reflexões acerca do trabalho informal e da formalização do negócio
6. Expectativas e planos para o futuro do negócio
7. Reflexões a respeito da Feira da *Sulanca* e da produção de confecções em Caruaru

#### **Quadro 3. Eixos temáticos das entrevistas com Feirantes**

1. Dados pessoais
2. Trajetória de vida e trabalho
  - 2.1 O cotidiano de trabalho na feira
  - 2.3 Relações de trabalho na feira: família ou funcionário?
3. O movimento de tornar-se feirante: o "jeito de ser do feirante"
4. Percepções da relação de Caruaru com a comercialização de confecção
5. Crescimento e expansão da Feira da *Sulanca*
6. O significado da Feira de Caruaru
7. O futuro da Feira: o que está por vir?

<sup>4</sup> Para visualizar os roteiros de entrevista verificar Apêndice 1, 2, e 3.

Os conteúdos, teóricos e empíricos, desenvolvidos neste estudo estão distribuídos em cinco capítulos. No primeiro, exclusivamente teórico, sistematizamos uma discussão em torno das abordagens teóricas que tomaram a informalidade como objeto de estudo. No segundo apresentamos uma discussão acerca das contínuas mudanças nos processos e nas relações que têm sido orquestradas pela globalização econômica e pela *acumulação flexível* por meio da análise da organização do trabalho na indústria de confecções. Assim como discorreremos sobre a industrialização do Nordeste via indústria de confecção. Por fim, refletiremos a respeito das implicações da acumulação flexível para o cenário do Brasil nos anos 2000.

A partir do terceiro capítulo começaremos a utilizar diretamente os dados do trabalho de campo. Este capítulo propõe um convite a uma rápida viagem no tempo embarcando na reconstrução da gênese do PCAP, a partir das feiras livres e posteriormente da Feira da *Sulanca* de Caruaru. Seguindo o roteiro, o capítulo apresenta as transformações por que tem passado o Polo e que culminam com a proposta de metamorfose na imagem no Polo: de produção de *sulanca* à produção de moda pernambucana. A breve viagem se encerra com a apresentação da atual conformação do PCAP, com foco para Caruaru.

O quarto capítulo expõe a análise do objeto empírico, o processo de formalização, à luz dos conceitos e informações históricas já apresentadas. Está dividido em cinco sessões que analisam a trajetória de vida e trabalho dos empreendedores confeccionista, os fatos motivadores da regularização fiscal, os desdobramentos que se efetivam a partir daí, no que concerne, principalmente, à organização do processo produtivo, as implicações positivas e negativas da formalidade segundo os empreendedores, e as percepções a respeito da atuação do estado e dos atores institucionais no incentivo à formalização e às atividades produtivas e comerciais.

Por fim, o quinto capítulo também realiza o diálogo com a pesquisa empírica e está dividido em três etapas. Na primeira apresentaremos como está organizada a produção de confecções em bases informais. Na segunda analisaremos as justificações para a escolha por permanecer na informalidade, e na terceira e última sessão, apresentaremos um contraponto à visão dos empreendedores confeccionistas e atores institucionais, vinculados ao empresariado, acerca do desenvolvimento do PCAP, em Caruaru.

## 1. A INFORMALIDADE, UM BREVE RESGATE: DAS ORIGENS DO CONCEITO ÀS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NA FORMA DE COMPREENSÃO DO FENÔMENO

Este capítulo consiste em uma discussão sobre as novas configurações que o trabalho vem assumindo nos dias atuais, visando a apresentar um desenho histórico-evolutivo das abordagens a respeito da informalidade. Também objetivamos discutir essas abordagens com base na situação brasileira, para posteriormente destacar as novas características do mundo do trabalho em nossa realidade a partir do objeto empírico desta tese: a formalização da indústria de confecções em Caruaru/PE. O objetivo, portanto, é localizar no tempo essas interpretações, sem a pretensão de dar conta de todas, mas, à luz das mesmas, investigar a dinâmica formal-informal que está se desenvolvendo no Polo de Confecções a partir da formalização dos empreendimentos industriais.

Ao falarmos de setor informal da economia, necessariamente estamos relacionando-o ao seu oposto, um setor formal. Este concentra as atividades econômicas realizadas dentro dos padrões de formalidade, isto é, são atividades reguladas pelo Estado. Seu oposto, o setor informal, envolve as atividades que estão à margem da formalidade, sem firma registrada, sem emitir notas fiscais, sem empregos registrados e sem contribuir com impostos para o governo.

A discussão a respeito do trabalho informal foi sendo tecida a partir da associação da noção de trabalho a sua forma institucionalizada, o emprego. O trabalhador livre que opta por ingressar numa relação de assalariamento, torna-se empregado. Entretanto, a realidade brasileira é bem mais complexa e insistentemente nos mostra que ser empregado de alguém não significa participar de relações formais de trabalho, embora o seu empregador pertença ao setor formal da economia.

Genericamente a informalidade pode ser definida como fenômeno socioeconômico representado pela existência de formas de produzir de pequena escala, baseadas no autoemprego - cuja representação típica é a figura do autônomo ou conta própria; e de relações de trabalho vulneráveis ou ocupações precárias - cuja apresentação típica são os trabalhadores assalariados sem carteira assinada e os sem remuneração. Neste estudo, serão considerados como trabalhadores informais, tanto os trabalhadores por conta própria (que não contribuem para a previdência

social), como as formas de relações de trabalho não registradas (subcontratados, assalariados disfarçados, etc.)

O fato é que no Brasil, a cada dia que se passa, a informalidade torna-se mais comum, no sentido de sua aceitação social, e ao mesmo tempo mais sofisticada, uma vez que se incrementam as formas de ocorrência do trabalho informal. Sabe-se que o trabalho informal é um fenômeno global que assume características próprias dependendo do contexto social e do setor da economia no qual as atividades são desenvolvidas. É fato também que a informalidade não ocorre apenas em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, uma vez que também se faz presente, embora em menor escala, em países de capitalismo avançado.

Evidentemente, há diversas percepções sobre a informalidade e, nesse sentido, resgataremos o debate a partir da revisão bibliográfica empreendida e sistematizaremos a discussão da seguinte maneira: primeiro faremos referência aos estudos pioneiros da OIT sobre setor informal, trabalho informal e informalidade, visando a identificar a gênese de toda a discussão conceitual empreendida posteriormente. Depois apresentaremos a abordagem produzida a partir dos estudos do Programa Regional do Emprego para América Latina e Caribe-PREALC, um órgão vinculado à Organização Internacional do Trabalho – OIT. Essa vertente está subdividida em duas grandes linhas dissonantes de interpretação: a estruturalista, que parte de um tratamento dualista e que pressupõe a informalidade marcada pela segmentação entre o formal e o informal, e a perspectiva marxista, que parte de uma abordagem subordinada e que toma toda manifestação de informalidade como resultado das estratégias do capital.

Posteriormente (nos transportando para a década de 1990) teremos uma diversidade maior de abordagens e destacaremos aquelas que associam a informalidade à ilegalidade. Inaugurando um quarto momento do texto, entraremos no debate acerca da informalidade a partir da década de 2000. Nesta época, tanto a OIT discute o conceito como ganham visibilidade as pesquisas que relacionam a contínua ampliação da informalidade aos impactos negativos da reestruturação produtiva e, sobretudo, da flexibilização. Posto isso, esta última abordagem analisada propõe como necessário o estudo e a discussão a respeito dos *processos de informalização*, geradores da *nova informalidade*.

## 1.1 Os estudos pioneiros da OIT sobre setor informal, economia informal e informalidade

O fenômeno da informalidade, muito discutido e refletido pelas Ciências Sociais, em especial na Sociologia do Trabalho, assim como pela Economia, acontece através de situações muito diversas. Justamente por isso, sua definição conceitual é sempre palco de profundas reflexões e diferentes interpretações. O termo informalidade constitui-se em um dos mais polêmicos e polissêmicos da literatura sociológica e econômica, comportando, desde sua origem, muitos significados e distintos usos, sempre dependentes da compreensão teórica e dos objetivos específicos de cada autor (KREIN E PRONI, 2010; FILGUEIRAS, DRUCK E AMARAL, 2004; LIMA E SOARES, 2002).

As pesquisas sobre a economia informal têm início na década de 1970, período caracterizado por ser o primeiro momento do Pós-Guerra em que o acelerado crescimento econômico nos países avançados, baseado na mão de obra assalariada regulamentada pelo Estado, começou a declinar. A crise dos anos setenta é sentida em diversos países e, como consequência, também produz efeitos diferentes. Os países que ainda estavam num processo incipiente de industrialização, a exemplo da maioria dos países do continente africano, tiveram como consequência a proliferação de atividade de trabalho não regulamentada. O assalariamento, que já era minoria na sociedade, torna-se ainda mais escasso. É, pois, neste cenário que surgem os primeiros trabalhos estudando o fenômeno da economia informal.

A partir dos anos 1970, o chamado setor informal da economia foi sendo entendido pela OIT como um fenômeno típico dos países subdesenvolvidos que, ao serem afetados pela crise estrutural do capital, foram impelidos a criar estratégias de sobrevivência. Este estudo, desenvolvido por Hans Singer, ficou conhecido como *Relatório Quênia* (KREIN E PRONI, 2010). Contudo, com o aprofundamento das consequências da globalização econômica, diversas formas de atividades de trabalho informal expandiram-se por todos os continentes, tornando este termo ainda mais heterogêneo. Este fato levou a OIT a rever a definição atribuída ao termo “informal” e a adotar, em 2002, uma abordagem mais ampla do conceito, utilizando o termo “economia informal”, a partir da 90ª Conferência Internacional do Trabalho (KREIN E PRONI, 2010). Sobre essa abordagem, nos ocuparemos no item 1.5

Machado da Silva (2003) considera que desde as primeiras análises, a noção de “informal” foi proposta para demonstrar as dificuldades e distorções da incorporação dos trabalhadores ao processo produtivo em contextos nos quais o assalariamento era pouco generalizado. Conforme Filgueiras, Druck e Amaral (2004).

[...] sob o manto da informalidade foram e são feitos estudos sobre fenômenos de naturezas muito distintas e que possuem dinâmicas específicas, como, por exemplo, as microempresas, o trabalhador autônomo, o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada, o pequeno produtor, a economia subterrânea ou submersa, o empregado doméstico, o trabalhador terceirizado, o trabalho a domicílio, as cooperativas de trabalho, as atividades criminosas [...]. (DRUCK E AMARAL, 2004, p.212)

Para além desta miríade de definições, o fato é que a origem do conceito de informalidade é atribuída à OIT. Origina-se, portanto, de uma conceituação proposta por uma instituição, e que posteriormente tornou-se objeto de análise da academia. A respeito da finalidade da pesquisa executada pela OIT sobre emprego e renda no Quênia, Cacciamali (1982) destaca que

A finalidade da conceituação apresentada neste relatório era construir uma categoria de análise que descrevesse as atividades geradoras de uma renda relativamente baixa e que aglutinasse os grupos de trabalhadores mais pobres no meio urbano. Em seguida, por meio de políticas de emprego e renda específicas e dirigidas a estes grupos, caracterizados como grupos metas, poder-se-ia minorar a sua situação de pobreza e as desigualdades de renda ali observáveis. (CACCIAMALI, p. 15, 1982)

Filgueiras, Druck, Amaral (2004), Noronha (2003) e Araújo (2011), em consonância com Cacciamali (1982), reforçam que aquele primeiro estudo objetivava compreender a estrutura produtiva e de emprego e renda no Quênia. Dessa forma, informalidade foi um termo cunhado para retratar uma sociedade que não era tipicamente urbana e industrial. Com esses primeiros estudos, a OIT objetivava investigar os problemas de geração de emprego e renda, inicialmente em países do continente africano, para desenvolver políticas de combate à pobreza.

A respeito do estudo pioneiro da OIT, Alexandre Barbosa (2009) elucida que além de ter originado novas interpretações, muitas das quais opostas entre si, a missão do Quênia proporcionou uma delimitação conceitual – ampla em demasia, como o autor chama atenção – mas que oportunizou uma base concreta para as discussões e análises posteriores. No âmbito do Programa da OIT, a informalidade foi definida, também, tendo como subsídio as pesquisas do antropólogo inglês Keith Hart, desenvolvidas em Gana, na África, entre 1965 e 1968, mas publicadas apenas entre

1971 e 1973. Ramos (2007) destaca que foi Hart quem cunhou a expressão “economia informal” para descrever o tipo de inserção dos migrantes rurais do norte de Gana nas cidades do sul. Ao analisar as atividades econômicas exercidas pelos migrantes, o antropólogo constatou que estes estavam articulados com a economia local, desenvolvendo e criando atividades para obter renda, mas eram classificados pelos registros oficiais como desempregados. Essa realidade, quando comparada aos padrões de relações de emprego da Europa ou mesmo dos Estados Unidos, não encontrava uma correspondência teórica, uma vez que eram os próprios migrantes que criavam as oportunidades mediante formas de trabalho não protegidas por normas estabelecidas pelo Estado. A centralidade do trabalho regulado, do trabalhador estável, da situação de pleno emprego, da segurança subjetiva que traz a possibilidade de desenvolver uma carreira e a partir disto poder fazer planos de vida motivados pela segurança com relação ao vínculo do emprego e das garantias do trabalho protegido, não faziam parte do cotidiano dos migrantes. A sociedade do bem-estar social de alguns países da Europa ocidental, onde o capitalismo e o desenvolvimento estavam consolidados, não encontrava eco na sociedade de Gana. Era, portanto, algo diferente do modelo de sociedade moderna, cientificizada, industrializada e com uma economia de mercado. Por esse motivo, Keith Hart definiu-a como outro modo de vida.

A OIT, à luz de todos estes estudos, foi a protagonista na tentativa de uma definição conceitual e metodológica para a informalidade, caracterizando as atividades informais a partir dos seguintes elementos: facilidade de entrada; utilização de recursos próprios; desenvolvimento de atividades, na maioria das vezes, no âmbito familiar; pequena escala de operações; emprego de mão de obra intensiva e tecnologia adaptada; habilidades adquiridas fora do sistema educacional; geração de mercados competitivos e não regulamentados. Em contrapartida, o setor formal foi caracterizado por: “dificuldade de acesso; uso de recursos externos; larga escala de operação; capital intensivo e uso frequente de tecnologias importadas; proteção do mercado mediante tarifas, cotas e licenças comerciais” (OIT/ILO, 1972, p.25).

Posterior ao relatório produzido pela missão ao Quênia, algumas interpretações foram desenvolvidas no seio da OIT. Uma delas é a do Programa Regional do



Emprego para América Latina e o Caribe (PREALC-OIT)<sup>5</sup>, ação desenvolvida para participar do Programa Mundial do Emprego, da própria OIT, a partir do início dos anos 70, visando a propor alternativas para a América Latina na geração de emprego e renda. Esse primeiro esforço de abordar o fenômeno será desenvolvido nos próximos dois itens, respectivamente: perspectiva estruturalista e perspectiva marxista.

## **1.2. A informalidade a partir dos estudos do PREALC: perspectiva estruturalista**

Para o planejamento do Programa Mundial do Emprego, tinha-se como premissa inicial, o que também era um fato evidente na época, que em países atrasados e/ou em desenvolvimento, o crescimento econômico verificado no pós-guerra não fora suficiente para gerar os empregos necessários e ao mesmo tempo melhorar as condições sociais de vastas camadas populacionais, que continuaram a viver em condições de pobreza e marginalidade social. Sonia Terezinha Tomazini, em sua dissertação de mestrado em Economia, destaca que o Programa Mundial de Emprego estava sintonizado com a problemática da sua época, uma vez que sua posição era de crítica contundente às questões e aos efeitos sociais de um modelo de desenvolvimento econômico interpretado como concentrador e excludente, pois da mesma forma que produzia a riqueza, criava um cenário de profundas desigualdades sociais (TOMAZINI, 1995).

A abordagem do PREALC aproxima-se da perspectiva desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)<sup>6</sup>. A perspectiva

---

<sup>5</sup> Contextualizando o surgimento do PREALC e a discussão sobre a informalidade, Ramos (2007), esclarece que a expressão “economia informal” tinha surgido a partir das iniciativas da OIT na África e que o termo refletia, exclusivamente, uma realidade empírica, e que por isso não era uma categoria teórica. Todavia, com a criação do PREALC, este veio a se tornar um dos principais centros de pesquisa sobre aquilo que viria se chamar de informalidade. O autor enfatiza também que: “*Embora tivesse nascido na África o conceito de informalidade encontraria seu principal espaço de contribuição na América Latina*” (p.119)

<sup>6</sup> A Cepal é uma instituição das Nações Unidas criada em 1949 para analisar as condições econômicas e sociais dos países latino-americanos e Caribe visando a propor políticas que lidem com os problemas do subdesenvolvimento. Não é objetivo desta tese discutir os diferentes modelos econômicos desenvolvidos pela literatura acadêmica. Entretanto, para apresentar a maneira como a informalidade e a discussão sobre formal/informal assumiu desde a década de 1970 até a maneira que é discutida na contemporaneidade, é preciso fazer referência a estes modelos. Mas está fora dos objetivos desta tese uma abordagem mais densa e analítica sobre os mesmos.

desenvolvimentista tinha como ponto de partida a hipótese da heterogeneidade estrutural da América Latina, explicando e justificando, com isso, o desenvolvimento desigual do mercado de trabalho. A partir dessa filiação, a primeira abordagem desenvolvida pelo PREALC fora classificada, dentro do pensamento econômico, como estruturalista. Recebe esta denominação porque, na esteira da perspectiva desenvolvimentista, haveria na América Latina uma estrutura econômica dual e segmentada: um lado moderno, composto de grandes unidades de produção e com relações trabalhistas assalariadas reguladas por legislação (formal); um lado atrasado, de baixa produtividade, formado por pequenas unidades de produção e que fazem uso intensivo de mão de obra desregulamentada (informal).

Cacciamali (1982)<sup>7</sup> corrobora para o entendimento da divisão apresentada acima, visto que a autora afirma que as interpretações e estudos iniciais produzidos pelo PREALC tinham como orientação a prerrogativa de um dualismo entre formas de produção tradicionais e modernas. Contudo, para a autora, no primeiro estudo, isto é, na perspectiva estruturalista, o termo tradicional estaria induzindo a uma interpretação preconceituosa, tanto econômica como socialmente, uma vez que considera as alternativas de geração de renda criadas a partir da cultura local não só como não importantes e não geradoras de desenvolvimento econômico e social, mas como prejudiciais ao desenvolvimento. Além disto, afirma que

[...] esse conceito destinar-se-ia usualmente, na literatura econômica, para caracterizar o conjunto de atividades econômicas que empregam tecnologias relativamente atrasadas na produção, isto é, o setor tradicional compreende formas *arcaicas* de produção, remanescentes do passado e resíduo para trabalhadores não incorporados no setor moderno. Neles estariam ausentes aspectos dinâmicos, sendo receptáculo para grande proporção de desempregados e subempregados, com papel irrelevante na provisão de bens e serviços. (CACCIAMALI, 1982, p. 16)

Todavia, na interpretação do PREALC, a perspectiva estruturalista serve de subsídio para se pensar as possibilidades de desenvolvimento pela superação do dualismo e da segmentação do mercado de trabalho que fomentam a dicotomia: países subdesenvolvidos (tradicional) e países desenvolvidos (moderno). Disto resulta a seguinte observação de Cacciamali,

---

<sup>7</sup> Embora estejamos fazendo uso da interpretação de Maria Cristina Cacciamali acerca da perspectiva estruturalista, é necessário destacar que a autora se filia e contribui teoricamente para a interpretação e desenvolvimento da perspectiva marxista.

A participação do *Setor Informal* na totalidade dos ramos da produção e nos mercados, para essa corrente de interpretação, não pode se elevar de forma permanente. À medida que a economia se diversifica, a tendência é reduzir-se o espaço econômico que o setor ocupa. Se o tamanho do mercado de uma atividade informal permitir sua exploração sob formas capitalistas e, simultaneamente, existir tecnologia que envolva ganhos de escala, esta atividade perde o espaço frente à produtividade das firmas capitalistas. (CACCIAMALI, 1982, p. 21)

Visto isso, realçamos que para o PREALC as atividades informais acabam sendo separadas em duas vias de entendimento: funcionais ou marginais; o que se reflete em recomendações de políticas específicas para se lidar com o lado atrasado da economia (CACCIAMALI, 1982). Essa subdivisão considera que as atividades informais tomadas como funcionais são exercidas em níveis de produtividade que permitem ao Setor Informal resistir à concorrência capitalista, devendo ser, assim, estimuladas e desenvolvidas. As atividades informais tomadas como marginais tenderiam a desaparecer rapidamente.

Na interpretação do PREALC, conforme Filgueiras, Druck e Amaral (2004) e Vêras de Oliveira (2011a), chegou-se à conclusão de que o Setor Informal é consequência do processo de crescimento demográfico que provocou a migração das pessoas da zona rural para as cidades, havendo uma desproporção entre capacidade de absorção em atividades protegidas – emprego assalariado com carteira – e quantidade de pessoas à procura de emprego. Dessa forma, os indivíduos viram-se obrigados a sobreviver por meio de atividades fora da relação salarial e sem proteção.

Complementando, afirma Tomazini que, no contexto do PREALC, as análises para compreensão do processo de geração de uma força de trabalho destinada ao trabalho informal sugerem que a associação entre pobreza, movimentos migratórios, padrão tecnológico da industrialização tardia e extensão da heterogeneidade da estrutura produtiva geram uma mão de obra excedente não absorvida pelo formal. Nesse sentido, o setor informal está implicitamente colocado como um setor de ajuste para as economias em que o processo de desenvolvimento econômico envolve um crescimento heterogêneo e limitado (TOMAZINI, 1995).

Nesta perspectiva os termos “formal” e “informal” surgem para substituir a divisão “setor moderno” e “setor tradicional”, respectivamente. O setor informal é visto como consequência do processo de urbanização, a porta de entrada para os migrantes vindos do campo, formando o setor informal urbano, como já apontava a OIT em 1972 no estudo sobre o Quênia.

Cacciamali (1982) ressalta que, a partir da definição inicial da OIT, em correspondência com as definições de segmentos moderno e tradicional da economia, passa-se a trabalhar com dois setores básicos para entender a informalidade: desenvolvido e subdesenvolvido. Este dualismo, já apontado anteriormente, no lado formal gera ocupações em empresas organizadas; no lado informal está relacionado às atividades de baixo nível de produtividade, para trabalhadores independentes ou por conta própria, e para empresas muito pequenas não organizadas institucionalmente. Lima e Soares (2002) também fazem menção a este dualismo inicial das análises sobre a informalidade e apresentam um importante elemento: a existência do setor informal passa a ser usado como um indicador de subdesenvolvimento.

Objetivando definir o que é setor formal e informal, nesta perspectiva dual, Cacciamali (1991) agrupa os critérios usados pela OIT e estabelece a seguinte caracterização:

Setor Formal: defronta-se com barreiras à entrada; depende de recursos externos; a propriedade do empreendimento é impessoal; opera em larga escala; utiliza processos produtivos intensivos em capital e a tecnologia é importada; a mão de obra adquire as qualificações requeridas por meio de escolaridade formal; atua em mercados protegidos através de tarifas, quotas etc. Setor Informal: há facilidade de entrada; o aporte de recursos é de origem doméstica; a propriedade do empreendimento é individual ou familiar; opera em pequena escala; os processos produtivos são intensivos em trabalho e a tecnologia é adaptada; a mão de obra qualifica-se externamente ao sistema escolar formal; atua em mercados competitivos e não regulados (CACCIAMALI, 1991, p. 123).

Essa concepção dual também pode ser caracterizada por enunciar, como foi destacado anteriormente, a não integração entre as formas moderna e tradicional de organização econômica da sociedade. Nesse sentido, sinalizava que os países em desenvolvimento iriam, necessariamente, ver desaparecer as atividades tradicionais (não industrializadas, sem proteção social) na medida em que os países engrenavam no desenvolvimento econômico graças à industrialização (FILGUEIRAS, DRUCK E AMARAL, 2004). Krein e Proni (2010) destacam que o PREALC recomendava o estudo e a caracterização detalhada de como estão organizados estes dois setores, visando a inteirar-se para propor quais atividades informais deveriam ser fomentadas pelos governos (funcionais) e quais estariam fadadas a desaparecer (marginais). Nesse momento, a única relação que é estabelecida entre formal e informal, portanto, é aquela para tratar das possibilidades de formalização da atividade.

Além disso, os autores referidos sublinham outra ideia apresentada pelo PREALC em meados da década de 1970, qual seja:

[...] a heterogeneidade verificada dentro do setor informal, no qual coexistem pelo menos dois subsetores: um estrato superior, no qual estão os produtores informais que empregam de três a nove trabalhadores, com níveis de produtividade relativamente mais altos e um potencial de crescimento sempre que existam condições favoráveis; e um estrato inferior, constituído por unidades muito pequenas de baixo grau de produtividade e mais propensas ao desaparecimento econômico. A causa atribuída à heterogeneidade do setor informal está relacionada com o tipo de atividade e com sua capacidade de expansão. No estrato inferior, onde a potencialidade produtiva é muito baixa, está concentrado o “núcleo irredutível” do setor informal. No estrato superior, ao contrário, encontram-se atividades que podem ser formalizadas. Note-se que nesta formulação não é muito nítida a fronteira entre os setores formal e informal. Mas, o relevante é que deveriam ser formuladas políticas públicas mais apropriadas para cada subsetor, sugestão que ganhou colorações nacionais específicas ao longo dos anos 1980 (KREIN E PRONI, 2010, p.10)

Em síntese, não se trata de agregar o setor informal como um degrau a mais de um mercado profundamente segmentado, mas de avaliar o seu funcionamento específico numa sociedade com excedente estrutural de força de trabalho e pautada por um estilo de modernização que reforça a concentração da renda. A segmentação do mercado de trabalho é, portanto, uma hipótese-chave para essa corrente de pensamento desenvolvida no âmbito do PREALC/OIT, como enfatizado por Barbosa (2009).

Inspirando-se e concordando com Maria Cristina Cacciamali, Barbosa (2009) destaca que:

A discussão prealciana sobre o informal abriria um terreno propício para se dar continuidade à fermentação das correntes estruturalistas e marxistas que haviam proliferado na América Latina desde os anos sessenta [...] a abordagem marxista fecundaria ao analisar este setor como intersticial e subordinado ao comportamento da dinâmica capitalista (p. 24).

Retomando, no diagnóstico oriundo dos estudos do PREALC, a economia continuava sendo analisada de forma dual, só que, substituindo a denominação e a forma de análise de moderno x tradicional, para formal x informal. Por isso, a abordagem estruturalista passa a receber críticas por considerar, em última instância, as atividades realizadas na informalidade como atrasadas, arcaicas e por não se reconhecer nessas atividades uma alternativa de geração de renda. Tanto é que a

condição informal precisaria ser superada ou então estaria fadada ao fracasso. A partir da crítica emerge a perspectiva marxista, a respeito da qual trataremos no item 1.3.

Como observa Cacciamali (1991), neste contexto, o trabalho informal passa a ser relacionado somente com os segmentos mais pobres da população ocupada, sem levar em conta a relação destes trabalhadores com os meios de produção, ou seja, não se atentando às formas de inserção dos trabalhadores na produção nem às formas de organização do estabelecimento produtivo. A única saída preconizada pelo PREALC é a da modernização industrial para superação da dualidade e a transformação de atividades não assalariadas em atividades assalariadas e protegidas.

A partir dessas primeiras definições do PREALC, as discussões sobre formal/informal estiveram permeadas pelas reflexões a respeito do desenvolvimento dos países periféricos. Na América Latina, os esforços interpretativos acerca das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo produziram um intenso debate e refletiram, inicialmente, a concepção dual, na perspectiva estruturalista, sobre as limitações existentes no processo de desenvolvimento dos países considerados periféricos. Conjecturando acerca das possibilidades de expansão do capitalismo, em países do terceiro mundo, prescreviam o desenvolvimento, mais especificamente o crescimento industrial e a modernização da agricultura, como a única via capaz de possibilitar a passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento. Implicitamente, essa concepção supunha, a partir do processo de desenvolvimento industrial, a repetição nas nações atrasadas da mesma trajetória seguida pelos países de industrialização clássica, e a configuração do mesmo padrão de relações de trabalho, o que superaria, por fim, a dualidade.

Araújo (2011) salienta que essa concepção apostava na perspectiva de que o desenvolvimento dos países classificados como subdesenvolvidos levaria automaticamente à transformação das relações de trabalho não assalariadas em atividades assalariadas e protegidas pela legislação trabalhista, caracterizando assim relações formais de trabalho. O problema do setor informal e do subemprego tenderia a diminuir na hipótese do prosseguimento da industrialização e do desenvolvimento. Desta forma, o PREALC sustenta que, à medida que a economia se desenvolve, há uma tendência de reduzir a incidência do setor informal. Países como o Brasil, que começaram seu processo de industrialização e desenvolvimento tardiamente, estariam na fase transitória para superar esta dualidade da organização econômica e

das formas de inserção no trabalho. À época, a situação econômica e social dos países desenvolvidos, principalmente na Europa ocidental, apontava que aquele era o paradigma de modernização que deveria ser seguido, no qual predominava uma indústria forte, assalariamento, com as relações de trabalho reguladas pelo Estado, e também uma homogeneização socioeconômica. Sobre as características destas sociedades e seu padrão de desenvolvimento econômico e social, esclarecem Baltar e Dedecca:

a experiência mostrava que a capacidade de geração de postos de trabalho criada pelo avanço da estrutura industrial, ao ser acompanhada pelo aprofundamento da democracia, havia alterado positivamente as normas e regras que estruturavam os sistemas nacionais de relações de trabalho, permitindo sua crescente institucionalização e homogeneização. Este movimento teria sido fundamental para a extensão do padrão de consumo moderno a amplas massas de trabalhadores, contribuindo para estabelecer um circuito virtuoso renda-consumo-investimento, para o vigoroso e prolongado crescimento daquelas economias (1997, pág. 67).

Entretanto, na América Latina não estavam dadas as condições para a transição e superação da dualidade e da segmentação do mercado de trabalho, uma vez que mesmo no período de industrialização desta região, o que indicaria uma possível saída da classificação de países subdesenvolvidos, entre as décadas 1960 e 1970, e no Brasil a partir de 1950, o assalariamento não se generalizou e nem as mudanças econômicas proporcionaram uma transformação socioeconômica de grande parte da população.

Compartilhando do mesmo olhar, Araújo (2011), referindo-se ao Brasil, acrescenta

No Brasil, como em outros países latino-americanos, devido à presença de atividades econômicas atrasadas, de baixa produtividade, não capitalistas, convivendo com o setor moderno, dinâmico da economia, o processo de desenvolvimento não tinha como eliminar a franja da população envolvida nessas atividades. O setor informal, em contraste com o setor formal, tipicamente capitalista, incluía essa parcela da população considerada como marginal. Enfim, tratar-se-ia de um setor de excluídos do setor moderno, fruto de uma economia dual e cuja lógica de funcionamento era a sobrevivência. (TOKMAN, 1999 apud ARAÚJO, 2011, p. 163)

Está claro, portanto, que esta visão do setor informal, como algo à parte, descolado do setor formal (perspectiva estruturalista), não funciona como orientação teórica para alcançar uma homogeneização das economias e proporcionar vínculos mais virtuosos de trabalho para a população dos países em desenvolvimento.

Conforme Ramos (2007), essa caracterização da informalidade restringe-se à questão da oferta, toma como prerrogativa que existe um excedente de pessoas buscando emprego, uma vez que o objetivo de todo indivíduo era estar desenvolvendo um trabalho por meio de relações formais. Como não há lugar para todos, a informalidade passa a ser uma estratégia de sobrevivência. Desconsidera-se, portanto, a questão de a possibilidade das atividades informais serem uma demanda de trabalho oriunda da economia formal – questão explorada pela perspectiva marxista e que será analisada na sequência - assim como se desconsidera a possibilidade de os indivíduos optarem por formas alternativas de inserção no trabalho, por serem assalariados sem carteira ou trabalhadores por conta própria. A última é a abordagem que qualifica o trabalho informal como uma escolha racional, e será apresentada no item 1.4.

### **1.3. A informalidade a partir dos estudos do PREALC: perspectiva marxista**

Buscando superar a dualidade da perspectiva estruturalista, o trabalho informal passou a ser compreendido com o foco voltado para a relação de interdependência. O informal continua sendo definido pela falta de relações capitalistas e de regulação das relações de trabalho, todavia, as atividades dos trabalhadores do informal seriam complementares àquelas do “lado moderno”, do setor formal. Assim, as atividades de trabalho realizadas em bases informais não seriam só intersticiais, no sentido de que se desenvolvem apenas onde a economia capitalista não tem interesse em atuar, mas existem pelo incentivo destas atividades. A economia informal serviria ao capitalismo ampliando o exército industrial de reserva e garantindo formas de sua subsistência; além disso, participaria ativamente do processo de acumulação capitalista atuando em seu modo de produção.

Cria-se, assim, a ideia da subordinação, ou na expressão utilizada por Cacciamali (1982) – a “abordagem subordinada”. Nessa conceituação, de inspiração marxista, que tem origem nos trabalhos desenvolvidos por Paulo Renato Sousa a partir do final da década de 1970, para o PREALC-OIT, enfatiza-se e toma-se como característica central de análise a interdependência entre formal/informal, e não exclusivamente a dualidade. Além disso, assinalam a posição subordinada do Setor



Informal para com o Formal. Para compreendê-la, é fundamental, conforme a autora, ter como prerrogativa que “a subordinação dos movimentos das atividades informais aos das formais provoca, constantemente, a destruição e recriação das primeiras” (CACCIAMALI, 1982, p. 23).

Em consonância, Tomazini (1995, p. 22) contribui com a leitura da análise de Paulo Renato Souza e destaca que:

O capital segundo sua lógica de valorização determina em que medida as unidades não tipicamente capitalistas - e de uma forma mais geral, o grau de informalidade na economia - persistem enquanto organização produtiva e como uma forma de expressar diversas situações ocupacionais. Desta compreensão do sistema econômico surge um novo paradigma para explicar o setor informal.

E, citando Souza, complementa:

No contexto aqui explicitado, podemos afirmar que o núcleo verdadeiramente capitalista de uma economia, no seu movimento de expansão, cria, destrói e recria os espaços econômicos nos quais atuam a pequena produção não tipicamente capitalista. É neste sentido também que podemos dizer que os espaços econômicos da pequena produção são perfeitamente determinados pelo núcleo capitalista. Isso significa que a pequena produção não tem capacidade de gerar seu próprio espaço econômico numa economia em que o capital já é dominante (SOUZA, 1980, p.79, *apud* TOMAZINI, 1995, p.22).

A respeito da interpretação marxista, Barbosa (2011) também salienta que esta, erguida ao final da década de 1970, denuncia a integração desigual e subordinada do setor informal ao formal, levando a uma extração de excedente em favor do último. Inclusive, dentro da concepção marxista, o excedente de mão de obra é um subproduto do próprio processo de acumulação. Procurando qualificar essa interpretação, o autor destaca que a subordinação acontece uma vez que:

De um lado, acelera-se a proletarização – sempre intermitente e jamais completa – que leva a uma crescente submissão dos trabalhadores por conta própria aos seus subcontratantes; e, de outro, processa-se a transformação de alguns pequenos produtores em capitalistas. Segundo este esquema de análise, o primeiro polo predomina sobre o segundo (MOSER, 1978, p. 1059 *apud* BARBOSA, 2011, p.126).

Krein e Proni (2010) também contribuem para aprimorar a compreensão desta outra visão desenvolvida pelo PREALC, acerca da relação setor formal e informal:

O Prealc (1978) considerava o setor informal urbano como manifestação do excedente estrutural de mão de obra nos países latino-americanos.

Argumentava que a heterogeneidade da estrutura produtiva dava origem a dois setores diferenciados no mercado de trabalho urbano: de um lado, o mercado formal, onde são geradas ocupações em empresas organizadas; de outro, o mercado informal, relacionado a atividades de baixo nível de produtividade exercidas por trabalhadores independentes (trabalhando por conta própria) e por empresas muito pequenas (operando sem uma organização realmente empresarial). Nesta versão inicial, o setor moderno determinava o nível de emprego e renda da economia e se responsabilizava pela introdução do progresso técnico, enquanto o setor informal funcionava como “colchão amortecedor” (ao absorver o excesso de mão de obra na fase recessiva) e como “exército de reserva” (ao liberar mão de obra para o setor estruturado na fase de crescimento acelerado). Ou seja, o setor informal era visto como “funcional” ao conjunto das empresas formalmente organizadas por rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho (pág. 9).

Por meio dessa perspectiva, o Setor Informal é visto como dinâmico e criativo, apesar das desvantagens inerentes quando comparado ao Setor Formal, uma vez que o Estado intervém pouco ou quase nada no primeiro. Estabelecendo uma relação com nosso objeto de pesquisa - o processo de formalização dos empreendimentos no Polo de Confecções em Caruaru -, aventamos que o Estado escolhe investir em alguns empreendimentos informais, mas essa escolha já é pautada por se vislumbrar no escolhido um potencial de desenvolvimento e integração com a dinâmica formal e capitalista propriamente dita<sup>8</sup>.

Para Cacciamali (1982), o Setor Informal deve ser analisado em função do desenvolvimento econômico e social da região onde está inserido, juntamente com a análise do desenvolvimento da produção capitalista. Essa constatação da autora nos faz pensar, novamente, na constituição do Polo de Confecções como um aglomerado produtivo que surgiu de iniciativas individuais, informais e de base familiar, que já há alguns anos – de forma intensiva a partir da década de 1990 – vem passando por processos de transformação, mormente no que diz respeito à imbricação com a dinâmica de acumulação e organização capitalista dos empreendimentos. A citação a seguir nos dá mais pistas para compreendermos a gênese e as transformações das atividades de produção de confecções na região Agreste:

Pode-se afirmar que, em regiões relativamente mais atrasadas do ponto de vista de consolidação da estrutura de produção capitalista, existe, em geral, maior espaço econômico para trabalhadores autônomos dedicados à manufatura de bens de consumo, tais como alimentos, calçados, móveis e utilidades domésticas. Já nas regiões mais desenvolvidas, os produtores informais concentram-se relativamente mais em atividades do setor terciário. No entanto, indiferente ao desenvolvimento da região, à medida que o

---

<sup>8</sup> Tal estratégia é utilizada pelo SEBRAE, instituição privada que gere recursos públicos e será melhor explorada do capítulo 5.

mercado se amplia e a tecnologia imprime níveis de produtividade social que permite a exploração dos mercados ocupados em bases capitalistas, a produção informal é deslocada e, não obrigatoriamente, extingue-se. O movimento relevante é que a produção capitalista pode vir a destruir certas atividades informais num determinado momento e local e, simultaneamente, criar e recriar outras. (CACCIAMALI, 1982, p. 33)

No Brasil, na década de 1980, fortalecem-se os primeiros questionamentos a respeito do caráter dual do nosso mercado de trabalho, criticando-se a divisão estanque e a concepção da não integração destes dois setores (formal/informal), contida na perspectiva estruturalista (ARAÚJO, 2011). Apesar dos esforços desenvolvimentistas, visão que tinha em mente as orientações da CEPAL sobre as perspectivas de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos, o que se configurou, no entanto, foi a reprodução de uma estrutura produtiva marcada pela convivência de formas modernas de produção com formas atrasadas. E, segundo Lira (2011), em especial, “[...] no caso do Nordeste, o moderno não chegou a todos os lugares. Os setores de subsistência e informal continuaram existindo, contrapondo-se ao chamado setor moderno, o de mercado” (LIRA, 2011, p. 36).

Essa crítica, que se fortaleceu na década de 1980 na América Latina, tem enfoque, como aponta Guimarães (2009), nas teorias da marginalidade<sup>9</sup>. Já no Brasil, especialmente, o ensaio de Francisco de Oliveira “*A economia brasileira: crítica à razão dualista*” evidenciou como a reprodução das formas não capitalistas de trabalho era parte constitutiva das necessidades de desenvolvimento do capital. De acordo com a autora,

Estes estudos documentaram de maneira primorosa a heterogeneidade e a instabilidade da inserção ocupacional dos indivíduos, deixando assente, e de modo cabal, que o processo de transformação que nosso país experimentava estava longe de se ajustar a hipóteses providas pelas teorias (lineares) da modernização<sup>10</sup>. No bojo do mesmo movimento intelectual, as análises sobre

---

<sup>9</sup> Pela definição de Machado da Silva (2003) e de Druck e Oliveira (2008) a “teoria da marginalidade” enfatiza as consequências do processo de modernização das economias dos países em desenvolvimento afirmando que estas geravam uma estratificação social em que os trabalhadores não incorporados ao processo produtivo estariam fadados às situações de trabalho marginais em longo prazo. Por essa ótica o “trabalho informal era considerado como marginal, desintegrado da estrutura produtiva, não exercendo nenhuma função na estrutura econômica da sociedade” (p.3). Conforme os autores, estas duas teorias, da modernização (referida e descrita na próxima nota de rodapé) e da marginalidade, conformam a interpretação do dualismo estrutural que opõem, nas palavras dos autores “tradicional” e “moderno”, “marginal” e “integrado” (p.3).

<sup>10</sup> Pela definição de Machado da Silva, “A teoria da modernização” sublinhava que o baixo nível de capacitação dos países subdesenvolvidos desequilibrava a estrutura do emprego urbano. Esta era vista como uma situação transitória, caracterizando uma espécie de pré-incorporação ao trabalho assalariado dos contingentes migrantes, cujas atitudes e cujos modos de vida ainda não eram adequados aos padrões modernos-industriais, mas também já não eram inteiramente tradicionais” (2003, p. 145). Esta teoria converge com a interpretação estruturalista acerca das atividades informais classificadas como funcionais, como já desenvolvemos no texto.

condições de reprodução da classe trabalhadora desafiavam os resultados encontrados nos países capitalistas de desenvolvimento originário, pondo em xeque a crença que o mercado devesse ser o único mecanismo de alocação de recursos e de distribuição social. Ao contrário, elas destacavam como outras instituições – a família, os grupos de vizinhança, e as redes de sociabilidade – cumpriam papel primordial no entendimento das condições de vida e das formas de inserção no trabalho (GUIMARÃES, 2009, p.157).

Araújo (2011) e Druck & Oliveira (2008) também destacam que no Brasil a crítica iniciou com o trabalho de Francisco de Oliveira, publicada originalmente em 1972, e acrescentam que a mesma apontava para a simbiose entre as atividades não puramente capitalistas e as atividades da economia formal, bem como a subordinação do informal ao formal.

Destacamos, por conseguinte, que a interpretação acerca do trabalho informal e, sobretudo da relação formal/informal, relacionada à perspectiva marxista, como aludido anteriormente, também está presente nos intelectuais brasileiros, desde a década de 1970. Embora Francisco de Oliveira não tivesse como objetivo, na obra citada, investigar sobre o *setor informal*, foi ele quem construiu uma abordagem teórica, produzida genuinamente no e sobre o Brasil, para fazer uma contraposição às análises da CEPAL que também refletiam a sociedade brasileira e que a inseria “[...] no modelo dual-estruturalista cepalino, do distanciamento cumulativo entre setores ‘moderno’ e ‘atrasado’ ” (OLIVEIRA, 2013, p.37).

Para pensar o desenvolvimento capitalista é necessário contextualizar e voltar o olhar investigativo para as características constituintes da realidade estudada. Partindo deste posicionamento epistemológico Oliveira (2013) nos ensina que:

[...] No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da posição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’. O ‘subdesenvolvimento’ pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em ‘trânsito’, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas destes; todavia, uma tal postulação esquece que o ‘subdesenvolvimento’ é precisamente uma ‘produção’ da expansão do capitalismo [...]. Ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro-periferia -, os teóricos do ‘modo de produção subdesenvolvido’ quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas da acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposições entre nações, o

desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas (p. 32-33).

A abordagem desenvolvida por Francisco de Oliveira, ao criticar o que denominou de *razão dualista*, propõe um modelo que ajuda a perceber a dialética existente na lógica de acumulação e reprodução do capitalismo no Brasil, denunciando, principalmente, o desenvolvimento desigual ao longo do nosso território. Para o autor, o desenvolvimento é um problema que também diz respeito às contradições sociais internas de cada país. O autor demonstra que a unidade da exploração capitalista é toda a classe trabalhadora e não apenas a parcela dos trabalhadores que estão inseridos dentro das fábricas, por exemplo, pois mesmo as formas de trabalho consideradas como não-tipicamente capitalistas estão subordinadas à lógica do capital e contribuem para o processo de acumulação, na medida em que rebaixam o custo de reprodução da força de trabalho.

Escreve Oliveira (2013)

A 'especificidade particular' de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga 'periferia' onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema (p.69)

Lima e Soares (2002), refletindo sobre a nossa realidade, também afirmam que:

[...] O dualismo inicial foi sendo substituído pela ideia de complementaridade do informal em relação às atividades formais, como produto da expansão do capitalismo em áreas periféricas. Não mais algo marginal, mas necessário ao processo de acumulação. Para os trabalhadores não mais como reserva ao emprego industrial, urbano e formal, mas uma forma de inserção num mercado no qual a reserva já estava saturada, mas que mantinha relações estruturais de funcionalidade com a formalidade. (LIMA E SOARES, 2002, p.163)

Recapitulando, destacamos que as duas abordagens produzidas no seio do PREALC, entre as décadas de 1970 e 1980, também representavam maneiras de interpretar o mundo do trabalho e o desenvolvimento econômico da realidade brasileira. No entanto, a perspectiva marxista parece ser a que melhor serve de alicerce para a compreensão da ocorrência da informalidade, uma vez que nossa história comprova que o trabalho informal não é uma condição transitória. As análises da realidade do mercado de trabalho mostram que o trabalho informal, além de nunca

ter deixado de existir, passou a ser, em muitas regiões do país, a principal forma de inserção no trabalho e garantia de renda. Como relatam Druck & Oliveira (2008), essa condição, para alguns trabalhadores, deixa de ser transitória para se tornar permanente: o que antes era visto como um caso atípico do mercado de trabalho urbano, agora passa a ser uma regra do mercado flexível, transformando-se em uma forma de inserção que engloba a maioria dos trabalhadores, e que, inclusive, tem se reconfigurado, como veremos no último item deste capítulo. Mas antes faremos uma breve parada na década de 1990, destacando algumas abordagens a respeito da informalidade.

#### **1.4. O leque de abordagens a respeito da informalidade se abre: breves apontamentos sobre os anos noventa**

O debate da década de 1990 surgiu, de forma tímida, ainda no início dos anos 1980, tornando-se relevante naquela década. Por conseguinte, a literatura indica que as atividades econômicas informais podem ser divididas em dois grandes blocos de interpretação (FILGUEIRAS, DRUCK E AMARAL, 2004; RAMOS, 2007; PAMPLONA, 2001). O primeiro bloco de interpretações foca no debate entre dualismo e subordinação, as perspectivas estruturalistas e marxista, respectivamente, e tem como pano de fundo o continente africano, a América Latina e o Caribe.

O segundo grande bloco refere-se à discussão a respeito da legalidade ou ilegalidade das atividades informais. Tal discussão teve como pano de fundo a realidade dos países capitalistas centrais, marcada pela expansão das atividades capitalistas e o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, com o assalariamento e proteção social. Nesse cenário específico as atividades consideradas informais surgiram como consequência da crise do Fordismo e do Estado de Bem-Estar Social, e também como alternativa de enfrentamento da reestruturação produtiva. Progressivamente, o termo informalidade passou a ser usado para definir práticas ilegais com relação às normas e às regras instituídas pela sociedade e pelo padrão fordista de organização econômica e social, passando então a ser associado com as atividades subterrâneas ou não registradas, relacionadas a tudo que não equivale às formas e às relações de trabalho fordistas.

Todavia, é importante frisar que a realidade dos países subdesenvolvidos não é a mesma dos países desenvolvidos, sobretudo porque, a exemplo do Brasil, o Estado de Bem-Estar Social nunca se concretizou e o processo de industrialização e desenvolvimento assume características próprias. A informalidade, portanto, sempre se fez presente em maior grau, exigindo uma definição e uma reflexão do seu significado a partir dessa realidade (FILGUEIRAS, DRUCK E AMARAL, 2004).

Lima e Soares (2002) relatam que nos países avançados o setor “subterrâneo” estava associado ao trabalho dos imigrantes que, por meio dos laços comunitários, desenvolviam atividades com características próprias. Assim, as atividades de trabalho não legalizadas eram vistas como uma estratégia de sobrevivência de grupos específicos e como algo cultural.

Pamplona (2001) e Ramos (2007) apresentam a concepção do peruano Hernando de Soto desenvolvida no livro *Economia Subterrânea — Uma Análise da Realidade Peruana (1989)*<sup>11</sup>, como uma representante da “abordagem legalista ou neoliberal do setor informal”. Com este entendimento os autores relatam que De Soto apresenta o setor informal não mais como uma mera estratégia de sobrevivência passível de ser descartada ou combatida no futuro, mas como um caminho alternativo a ser trilhado e, necessariamente, pelas economias subdesenvolvidas. O setor informal faz uso de “[...] um conjunto de atividades econômicas não registradas, não-declaradas ao Estado, extralegais, porém socialmente lícitas” (PAMPLONA, 2001, p. 168) como uma saída espontânea e criativa da população menos favorecida economicamente diante da incapacidade do Estado em satisfazer suas aspirações mais elementares. Em consequência, a “opção” pela ilegalidade em seus negócios e trabalho constituiria a única possibilidade aberta às classes de baixa renda, tanto na busca de sua sobrevivência como na de fontes mais produtivas de trabalho.

Pamplona (2001) também informa que:

A ideia de economia subterrânea — invisível, oculta, submersa — foi originada nos países desenvolvidos (segundo *Tokman*, 1987, pág.529) principalmente da Europa Ocidental e está associada a atividades econômicas que não cumprem regras fiscais, legais, sanitárias, urbanas e que não sejam socialmente condenáveis (prostituição, tráfico de drogas, etc.) (p.168).

A perspectiva desenvolvida por De Soto também teve penetração e influência,

---

<sup>11</sup> A ideia é apresentar o debate em torno da caracterização de algumas abordagens acerca da informalidade para demonstrar a enorme dificuldade em se estabelecer consensos. Por isso algumas delas, a exemplo da desenvolvida por Hernando de Soto, são citadas, brevemente apresentadas, mas não discutidas.

tanto nas teses<sup>12</sup> como na organização do mundo do trabalho no Brasil. A informalidade passa a representar uma forma potencial de autoemprego e da capacidade de cada trabalhador de ser um “empresário de si mesmo” como uma resposta dos excluídos à excessiva regulação estatal. Vêras de Oliveira (2011a), discorrendo sobre os sentidos históricos do fenômeno da informalidade no Brasil, refere-se a esta abordagem com os argumentos dos economistas liberais para justificar a ocorrência dessas formas de inserção pelo trabalho. Argumentos que nos apresenta de forma resumida:

[...] a informalidade seria, acima de tudo, resultado do excesso de regulamentação estatal do mercado. Em vez de ser tomado como um produtor de produtividade inferior, o “empreendedor informal” deve ser visto como um herói econômico, capaz de sobreviver, apesar da perseguição estatal. (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a, p. 197)

Vêras de Oliveira (2011a) e Lima & Soares (2002) elucidam que esse sentido positivo da ocorrência de trabalho e atividade informais filia-se ao discurso das formas mais flexíveis de trabalho, aliado à desregulamentação de direitos trabalhistas. Além disso, serviu de base para alimentar o discurso do empreendedorismo, generalizando a mística de que todo indivíduo pode se tornar “patrão” de si mesmo como alternativa ao desemprego. Vale ressaltar que a partir dessa época, a valorização de uma cultura empreendedora invadiu a vida dos trabalhadores, disseminada pela mídia e pelo governo no Brasil, prática que se repete até os dias de hoje.

Em síntese, se o trabalho por conta própria ou o autoemprego é algo desejado por muitos trabalhadores, então, neste sentido, a informalidade é uma escolha. A respeito desta abordagem Ramos (2007) elucidada que:

[...] foram surgindo diversos textos, a maioria produzido no âmbito do Banco Mundial, nos quais a informalidade não era vislumbrada como condição imposta pela falta de dinamismo do setor moderno, mas, antes, como uma escolha dos indivíduos. Levantar a hipótese de escolha supunha assumir que o trabalhador tinha possibilidades de se incorporar ao mercado de trabalho sob diferentes condições (p. 127).

No trecho transcrito acima podemos perceber que Carlos Alberto Ramos, ao expor esta abordagem, também introduz a crítica questionando em quais situações pode-se falar em escolha. Para ele é sim uma escolha quando de fato existem opções,

---

<sup>12</sup> Um exemplo é o economista José Pastore, que seguindo uma visão teórica liberal aponta que entre as causas da informalidade no Brasil está o caráter extremamente rígido e complexo da legislação trabalhista atual.



quando existe disponibilidade de emprego no setor formal e a despeito disto o indivíduo opta pelas atividades informais por alguma razão particular. Essas razões, além de serem diversas, tais como a possibilidade de ter uma renda momentânea maior e a flexibilidade de horários, não poderiam estar relacionadas às características próprias destes indivíduos, porque neste caso não mais caracterizaria uma escolha “[...] para os indivíduos que por algum motivo (por exemplo, a reduzida escolaridade) não encontram emprego no setor formal, a escolha não existiria” (p.130).

É preciso frisar que a ilegalidade é caracterizada por motivos diferentes na abordagem de Hernando de Soto e nas atividades relacionadas a tudo que não equivale às formas e às relações de trabalho fordistas, como explicado por Filgueiras, Druck e Amaral (2004). No primeiro caso, a economia subterrânea é composta por um conjunto de atividades realizadas à margem de qualquer tipo de formalidade, tanto do negócio como das relações de trabalho, portanto, é uma forma de organizar a produção, dentro da ideia de economia informal.

Já a ilegalidade, caracterizada com base no padrão de regulação do trabalho fordista, encontra-se no tipo de relação de trabalho estabelecida, isto é, um vínculo empregatício não formalizado caracterizando uma relação de emprego disfarçada. Neste caso, a associação com a ilegalidade é fruto da interpretação da informalidade como um dos impactos negativos da reestruturação produtiva e, por conseguinte, começam a ser discutidas as novas relações entre formal e informal, como consequência da reorganização do processo produtivo em bases flexíveis.

Nesse sentido, para Dedecca e Baltar (1997, p. 74-75), na década de 90, o setor informal passa a ser concebido como tendo uma nova função. Conforme os autores:

A nova dinâmica econômica alimenta o crescimento do setor informal, seja ao forçá-lo a absorver os ex-assalariados de baixa qualificação em atividades bastantes precárias, como o comércio ambulante ou o serviço doméstico, seja ao estimular a formação de pequenos negócios sob a responsabilidade de ex-assalariados de melhor qualificação, cuja atividade fim é a prestação de serviços ou fornecimento de produção ao setor organizado ou o desenvolvimento de atividades voltadas para os serviços que emergem do novo estilo de vida que vai estabelecendo a configuração produtiva (fast-food, assistência técnica na área de informática, [...]).

Este enfoque vai de encontro à perspectiva estruturalista desenvolvida pelo PREALC/OIT na década de 1970, uma vez que sugeria que o informal era expressão da incapacidade do crescimento econômico de gerar oportunidades de trabalho no setor formal e também o resultado da dificuldade de absorção de uma força de

trabalho pouco qualificada. Por outro lado, aproxima-se da perspectiva marxista subordinada, uma vez que aponta para a interdependência das atividades. As atividades informais não surgem espontaneamente nos interstícios deixados pelo setor formal, mas passam a ser incentivadas, criadas, produzidas e determinadas pelo formal.

### **1.5. A OIT rediscute a informalidade: o debate sobre informalidade a partir da década de 2000**

Para além das diferentes abordagens e discussões acerca da informalidade, a OIT, já em meados da década de 1990, começa a dar sinais de que está atenta às intensas transformações econômicas e sociais alavancadas e intensificadas pela globalização da economia, lançando um olhar atento tanto para a especificidade histórica do informal, como para suas diferenças nos países subdesenvolvidos e desenvolvidos. Dentro deste movimento de abertura do olhar, a instituição também reconhece que a análise produzida a respeito da informalidade, sobretudo nos países desenvolvidos e onde havia se concretizado um Estado de Bem-Estar Social, estava enfatizando uma associação entre informalidade e ilegalidade, o que, na visão da OIT, não representa a realidade do trabalho informal. Isto posto, a instituição passa a reconhecer que por mais útil que a expressão trabalho informal e setor informal tenham sido, elas já não refletem as múltiplas particularidades da informalidade do trabalho. Por conseguinte, e o que é mais importante, diante da enorme diversidade de atividades informais a OIT passa a reconhecer que o “[...] setor informal (tanto nas cidades como no campo) estava desempenhando um papel relevante na geração de renda para uma parcela expressiva da população” (KREIN e PRONI, 2010, p. 12).

Barbosa (2009) e Krein e Proni (2010), destacaram essa metamorfose em seus textos e acerca disto tomamos emprestada a seguinte passagem, que retrata o que a OIT denominou de “definição ampliada de trabalho informal” e que dá forma ao conceito de *economia informal*:

Em 2002, na 90ª Conferência Internacional do Trabalho, foi adotada uma abordagem mais ampla, reconhecendo-se a importância social e política daquelas atividades. A principal novidade foi a mudança conceitual: passou-se a utilizar o termo *economia informal*, procurando assim englobar toda a diversidade e dinamismo encontrados neste universo complexo e

heterogêneo. Ao contrário de dois setores distintos, já havia sido constatado que, na maioria dos países, há distintos graus de formalização na estrutura econômica, variando da absoluta informalidade à total formalidade. Neste sentido, o objetivo das políticas públicas deveria passar a ser a promoção do *trabalho decente* ao longo do gradiente de situações encontradas no mundo do trabalho por meio de medidas orientadas para o desenvolvimento econômico, a redução da pobreza e o combate à discriminação (OIT, 2002). Tal conceito mais abrangente contempla, do ponto de vista metodológico, tanto o critério de “unidade produtiva” como o de “ocupação” [...]. Seu âmbito se ampliou e passou a incluir as seguintes categorias: a) trabalhadores independentes típicos (microempresa familiar, trabalhador em cooperativa, trabalhador autônomo em domicílio); b) “falsos” autônomos (trabalhador terceirizado subcontratado, trabalho em domicílio, trabalhador em falsa cooperativa, falsos voluntários do terceiro setor); c) trabalhadores dependentes “flexíveis” e/ou “atípicos” (assalariados de microempresas, trabalhador em tempo parcial, emprego temporário ou por tempo determinado, trabalhador doméstico, “tele trabalhadores”); d) micro empregadores; e) produtores para o autoconsumo; e f) trabalhadores voluntários do “terceiro setor” e da economia solidária. (KREIN E PRONI, 2010, p. 12).

Nesta “definição ampliada de trabalho informal” a OIT o caracteriza como sendo um trabalho que continua propiciando um baixo e irregular nível de renda, e por isso geralmente está associado à pobreza. É um trabalho precário não só pela ausência do contrato e da proteção social, mas, inclusive, pelas condições de trabalho que não garantem segurança e preservação da saúde, por exemplo. O trabalho informal pode estar associado às longas jornadas de trabalho e ao fraco nível de organização do processo produtivo com pouca ou nenhuma divisão entre trabalho e capital. As relações de trabalho são estabelecidas através de acordos verbais, com base na confiança, e com frequência em relações de parentesco, sem acordos contratuais e garantias formais.

Na resolução 90ª da Conferencia Internacional do Trabalho de 2002, a OIT também pondera a respeito da opção pela mudança conceitual, explicando que a expressão *economia informal* é preferível à expressão *setor informal*, pois os trabalhadores e as empresas informais não advêm de um só setor de atividade econômica, mas de vários. Contudo, salientamos que esta expressão tende, porém, a minimizar a importância das ligações, das zonas cinzentas e das interdependências que existem entre atividades formais e atividades informais.

Discorrendo a respeito desta nova postura da OIT, Barbosa (2009) tece algumas interessantes afirmações.

Em uma palavra, “seríamos todos informais agora”. Como se ao invés de se precisar a categoria informal, os pesquisadores insistissem em ampliar o seu nível de inespecificidade. Apesar das críticas sobre a suposta visão

dicotômica ou dualista das abordagens da OIT dos anos setenta que informam a nova concepção, parece-nos que os autores acabam por inaugurar uma nova dualidade, entre protegidos e desprotegidos, sem esmiuçar os vários tipos de trabalhadores e de relações de trabalho que se encontram por detrás destas categorias, e tampouco as interações entre os mesmos, também marcadas pela diversidade (p.30-31).

Nesta passagem o referido autor aponta para as consequências de se tomar emprestado um conceito para aplicá-lo, na busca por explicações, em uma realidade distinta. As causas da existência, aumento ou diminuição das atividades informais estão relacionadas às transformações que o capitalismo vem passando até sua fase atual. Todavia, por mais que o capitalismo esteja organizado em escala global, as características econômicas, sociais e políticas do local engendram atributos diferentes para as atividades realizadas na informalidade, assim como para o perfil e motivações dos trabalhadores e trabalhadoras da economia informal.

Antes de avançarmos no último item do capítulo, vamos sublinhar o desenho histórico-evolutivo traçado até o momento, relativo às abordagens da informalidade. Iniciamos o capítulo expondo a origem dos primeiros estudos e o debate dominante entre as décadas 1970 e 1980. Vimos que este debate, proporcionado pelas pesquisas dentro do PREALC é composto por duas linhas opostas de interpretação. A primeira, que identificamos como estruturalista, associava informalidade e subdesenvolvimento e propunha que a superação do atraso deveria se dar pela conversão das atividades informais em formais. A modernização das atividades produtivas com o avanço do capitalismo engendraria a formalização dos negócios e das relações de trabalho, proporcionando o desenvolvimento. A segunda vertente, que identificamos como marxista, preconizava que o subdesenvolvimento não é um estágio anterior do desenvolvimento, mas produto de uma inserção subordinada e dependente dos países, a exemplo da região da América Latina, no sistema capitalista mundial. Nesse sentido as atividades informais se perpetuam, uma vez que existem em função das relações capitalistas modernas.

A partir da década de 1990 o debate se amplia para além da polêmica subdesenvolvimento e desenvolvimento, já que os próprios países desenvolvidos começam a ter que lidar com a intensificação da informalidade. Muda-se o foco analítico e entra em evidência a associação da informalidade a ilegalidade posto que a integração social dos indivíduos pela via do assalariamento e da proteção social começa a dar sinais de enfraquecimento via desregulamentação. Destacamos

também que a OIT, precursora na discussão da informalidade, acompanhando as mudanças ao redor do mundo e identificando que as atividades informais têm inúmeras causas e motivações esclarece que:

[...] a economia informal refere-se às diferentes situações com diferentes causas, colocando diferentes problemas que exigem soluções diferentes [...]. A maioria dos trabalhadores e das empresas na economia informal produzem bens e serviços lícitos, embora às vezes não estejam em conformidade com os requisitos processuais tais como as formalidades de registro [...]. Embora a economia informal abranja muitas realidades diferentes, existe um consenso global de que o desenvolvimento inclusivo não é possível, a menos que as oportunidades e os direitos sejam alargados aos trabalhadores da economia informal (OIT, 2014, p. 8-9).

Com essa orientação a OIT reconhece a importância social e econômica das atividades e do trabalho informal, mas alerta para o fato de que um trabalho decente e digno está associado às relações formais de trabalho, por isso, a instituição tem como orientação que os países incentivem a formalização da economia e das relações de trabalho através de suas instituições, visto que, conforme a OIT, “a informalidade é principalmente uma questão de governação” (OIT, 2014, p.11).

Para finalizar este desenho histórico-evolutivo apresentaremos a abordagem dos autores e autoras que discutem a informalidade sob a perspectiva da relação de interdependência entre formal e informal, na qual este último é funcional ao capital, - em consonância com a perspectiva marxista -, mas que ao mesmo tempo a incrementa e a complexifica na medida em que é uma leitura atual da realidade.

### **1.6. A abordagem da *nova informalidade* e o *processo de informalização***

Como já exposto, a problemática da informalidade não é nova e nem suas definições são estanques. À medida que ocorrem mudanças na forma de organização do trabalho, pautadas pelas transformações de ordem mundial e local, a informalidade, como um fenômeno, também urge ser repensada com o objetivo de nos perguntarmos se a mesma adquire novos sentidos impulsionados por estas transformações. Na atualidade, alguns autores já estão envolvidos há certo tempo neste debate a partir da realidade brasileira (MACHADO DA SILVA; 2003; CACCIAMALI, 2000; 2011; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a; ARAÚJO, 2011; DRUCK,

2011a, 2011b; DRUCK & OLIVEIRA, 2008; BARBOSA, 2009, 2011) procurando indicar as possibilidades e conformação de uma redefinição conceitual sobre informalidade a partir das reconfigurações do capitalismo.

Outra autora que compreende a informalidade como ligada à forma de reorganização do capital, mormente a partir dos impactos da reestruturação produtiva e da readequação das relações centro periferia, é Maria Augusta Tavares, ao afirmar que a informalidade não é exterior à produção capitalista. Ela é, de fato, inerente a esse modo de produção, o que fica claro pela seguinte passagem:

[...] as atividades informais que se desenvolvem sem uma articulação direta com a produção capitalista, participam do movimento do capital e da renda gerada por ele, mas não do processo de acumulação capitalista [...]. Contrapomo-nos à ideia de que as atividades informais em geral não estão orientadas à acumulação. Ora, o simples fato de serem informais não as exclui *a priori* da relação capital-trabalho. Estarem ou não orientadas à acumulação depende dos nexos que existam entre tais atividades e o capital. (TAVARES, 2004, p. 139)

A partir destas indicações da autora e em consonância com elas, afirmamos que especialmente na era da acumulação flexível, o trabalho informal se constitui numa estratégia funcional ao capital, ou seja, está vinculado à produção capitalista ao atender a necessidade de redução dos custos variáveis de produção através da não obrigatoriedade dos custos sociais do emprego.

Tavares (2002), ao refletir sobre a expansão e o modo como o trabalho informal está se relacionando com o capital, vai mais além quando sugere que “[...] caso essa tendência persista, a economia informal deixa de ser intersticial, como quer a teoria estruturalista para assumir explicitamente a sua funcionalidade ao sistema” (p. 52). A informalidade, portanto, não se desenvolve a margem do sistema capitalista, porque é a própria economia que engendra a expansão do trabalho informal. Como nos sugere a autora, o capitalismo desenvolveu e desenvolve estratégias para se apropriar de formas de produção independentes, a exemplo da economia de subsistência, artesanato, e a produção em domicílio, para mantê-las subordinadas evitando uma futura concorrência e fazendo uso delas para acumulação de capital.

Em linhas gerais podemos apontar que o que existe de comum entre os autores que sugerem o crescimento da nova informalidade é o fato de esta ser o resultado, em certa medida, dos mecanismos oferecidos pela flexibilização para o capital transformar relações formais em informais, como também reconfigurar as relações

informais. Não deixando de considerar, contudo, que os desdobramentos da interpretação de cada autor enfatizam características e impactos diferentes. (TAVARES, 2004, 2002; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a; ARAÚJO, 2011; LIMA e SOARES, 2002; DRUCK, 2011a, 2011b; DRUCK & OLIVEIRA, 2008; CACCIAMALI, 2000, 2011).

Sobre o crescimento desta recente forma de conformação do trabalho informal, Cacciamali (2000) afirma que tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento, estão surgindo redefinições nas regras de relações de assalariamento pelo uso flexível dos contratos de trabalho. Enfatiza que na América Latina:

[...] recria-se o trabalho em domicílio, o trabalho temporário organizado, em maior ou menor escala, através de firmas locadoras de mão de obra, algumas delas especializadas por ocupações (construção civil, limpeza, segurança, digitação, enfermeiras, etc.) ou subcontratadas diretamente na montagem de bens, produção de serviços, distribuição de bens através do comércio de rua ou ambulante, etc. Essa plêiade de relações de trabalho (criadas ou recriadas) reflete um único fenômeno que está sendo engendrado pela dinâmica empresarial, especialmente das grandes empresas (p. 160).

As transformações a que se refere a autora se tornaram visíveis no Brasil a partir da década de noventa, contribuindo para o crescimento e heterogeneização das atividades realizadas na informalidade. As transformações atuais no mundo do trabalho instigam estudiosos brasileiros a repensar a realidade e também a propor uma nova forma de denominar essas situações, para além das definições de setor formal, setor informal, e também a conceituação mais recente, economia informal sugerida pela OIT em 2002. A orientação, de maneira geral, é incorporar o conceito de informalidade para caracterizar as mudanças partindo da premissa de que setor informal e setor formal são indissociáveis.

Maria Aparecida Alves e Maria Augusta Tavares (2006) apresentam o ponto de vista de Manoel Luiz Malaguti, acerca destas definições conceituais.

Para Malaguti, o conceito de informalidade, por ser mais amplo, engloba o conceito de setor informal, abrangendo situações diversas que não poderiam ser apreendidas por meio de conceitos fechados ou setoriais. Para análise da informalidade, propõe a criação de novos instrumentos teóricos que possibilitem captar a nova padronização do mercado e da legislação do trabalho, levando à compreensão de sua lógica, de suas formas de reprodução e das redes de sociabilidade que são construídas, além de estabelecer quais os vínculos que mantêm com o grande capital (p. 429).

Ao encontro deste movimento de repensar como denominar e caracterizar o trabalho realizado em condições informais, Cacciamali (2000) elucida que, para dar conta da análise de todas estas transformações em andamento na sociedade e na economia que incidem, diretamente, sobre a “[...] redefinição das relações de produção, formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e instituições”, é preferível que façamos uso da expressão *processos de informalidade* (CACCIAMALI, 2000, p. 163). Esse processo é mais bem representado pela análise de duas categorias de trabalhadores que são predominantes neste movimento: assalariados sem registro e trabalhadores por conta própria. Sobre os primeiros a autora destaca que são contratados de forma ilegal e não têm acesso às garantias sociais. Os trabalhadores por conta própria são aqueles que prestam serviços e fazem uso, por vezes, da ajuda de familiares ou de ajudantes assalariados como extensão do próprio trabalho. No PCAP encontramos, dentro dos informais, essas duas categorias mescladas. Um trabalhador produtor de confecção pode ser subcontratado e prestar serviço para uma fábrica e, ao mesmo tempo, ser um trabalhador por conta própria, na medida em que também comercializa sua mercadoria nas chamadas feiras da Sulanca.

Em síntese a informalização acontece pela reorganização do trabalho assalariado, do auto emprego e do aparecimento de outras estratégias de sobrevivência. Esta reorganização do trabalho assalariado, como já sugerido quando apresentamos as abordagens desenvolvidas na década de 1990, é decorrência da reestruturação produtiva, da flexibilização e da terceirização de atividades e empresas. Contudo, existe uma especificidade na discussão recente da *nova informalidade* e dos *processos de informalização*, não só pela disseminação do padrão flexível de organização do trabalho e da sociedade, mas pelo cenário de análise ser outro, não mais os países capitalistas centrais, onde ocorreu uma desregulamentação das relações de trabalho, mas os países em desenvolvimento, onde o trabalho protegido não era a regra dominante.

Sobre o *processo de informalização*, Araújo (2011) salienta que ele se caracteriza, fundamentalmente, por dois movimentos.

O primeiro é o movimento de reorganização do trabalho assalariado, dado pelo enorme crescimento das formas de trabalho assalariado sem carteira assinada, de que são exemplo hoje todos os setores da indústria e dos serviços que através da terceirização, transferem atividades para “a ponta inferior” das cadeias produtivas, ou seja, para pequenas oficinas,



microempresas ou para o trabalho a domicílio [...]. O segundo fenômeno diz respeito às diferentes formas de auto emprego, como exemplo o trabalho por conta própria, o trabalho em microempresas (p.169-170).

É fato, portanto, que a *nova informalidade* se estabelece no contexto da flexibilização do trabalho. Refletindo sobre o padrão flexível e a discussão sobre a informalidade, Verás de Oliveira (2011a) destaca que, no Brasil, o processo de industrialização introduziu, ainda na década de 1980, inovações tecnológicas e organizacionais, mas, a partir de 1990, foi possível começar a observar as consequências da adoção, por parte do Governo Collor, de medidas de liberalização e privatização da economia, fazendo com que a reestruturação produtiva se intensificasse no país. Conforme essas mudanças iam instalando-se, - mudanças que objetivam, sobretudo, restringir a participação do Estado na regulação dos direitos do trabalho e limitar o poder de negociação dos sindicatos -, mais cresceu ao longo dos anos 1990 o desemprego e dissipou-se a terceirização, assim como também

[...] aumentou a pressão empresarial e governamental no sentido da desregulamentação do trabalho, decresceu a ação fiscalizatória do Estado com vistas ao cumprimento das leis trabalhistas, desencadearam-se o processo de privatização das empresas estatais e de serviços públicos e o processo de transferência de parte de postos de trabalho da indústria para serviços, mais ampliou-se, diversificou-se e renovou-se no país o fenômeno da informalidade (2011a, p. 205).

Véras de Oliveira (2011a) em consonância com Tavares (2002, 2004), Cacciamali (2000,2011), Lima e Soares (2002), destaca que após o período de industrialização, nas décadas de 1930 e 1940, em que se viu pela primeira vez no Brasil um processo de formalização das relações de trabalho, acontece um processo inverso: a nova dinâmica, intensificada nos anos noventa, passou a incentivar o crescimento das atividades informais, estando relacionada com as atividades do setor formal. Visto isso, o autor avança que há sinais de uma reconfiguração na natureza da relação formal-informal.

A *informalização*, como salienta o autor, cresce motivada pela flexibilização e com isso,

[...] a nova dinâmica *formal-informal* torna-se mais heterogênea, complexa e imbricada. Ao mesmo tempo, ao invés de pautar-se tendencialmente pela *formalização*, com a associação entre crescente assalariamento e ampliação da proteção social, passa a pautar-se pela tendência à *informalização*, sempre que se impõe a *flexibilização*. Se antes quanto mais avançava a formalização mais discrepava o formal e informal, o protegido do não

protegido, o organizado do não organizado, agora quanto mais avança a *informalização* mais o padrão formal aproxima-se do informal, tornando mais tênue suas fronteiras (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a, p. 218).

Refletindo acerca das transformações econômicas no capitalismo ao final do século passado e analisando seus efeitos no Brasil, Filgueiras, Druck e Amaral (2004, p.215) também sugerem que essas transformações fazem parte da *nova informalidade*, sendo o resultado

[...] do processo de reestruturação produtiva que tem levado ao crescimento do número de autônomos (algumas vezes assalariados disfarçados) que trabalham para empresas, isto é, uma informalidade que se articula com o processo produtivo desenvolvido nas atividades formais [...], em virtude da entrada de novas pessoas na informalidade detentoras de trajetórias profissionais constituídas nas atividades formais, essa *nova informalidade* também se expressa na criação de novos produtos e de novas atividades econômicas, bem como na redefinição de outras anteriormente existentes [...].

Em síntese, as autoras apresentam o seguinte desenho para o conceito de *nova informalidade*: “Abarcaria tanto as atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas, sejam elas legais ou ilegais, quanto as relações de trabalho não registradas, mesmo que tipicamente capitalistas (assalariados sem carteira assinada)” (p.215). Nesta definição, portanto, a informalidade se identifica com todas as atividades e relações de trabalho não-fordistas, designadas como precárias. Nas palavras das autoras:

A denominação “não fordista” busca sintetizar e reunir os trabalhadores que têm uma inserção precária no mercado de trabalho e que, portanto, não estão sob a proteção das leis sociais e trabalhistas reguladas pelo Estado, conforme estabelecido nos países centrais pós Segunda Guerra Mundial, com a implementação do Estado de Bem-Estar Social e, no Brasil, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). É um trabalho não regulado (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 215).

Araújo (2011), a respeito desta definição das autoras, comenta que o termo *nova informalidade* possibilita captar

O modo como o processo da acumulação flexível incorpora e interconecta atividades e formas de trabalho formais e informais, ao mesmo tempo em que desvenda a amplitude da precarização que caracteriza o novo modelo produtivo e o movimento de globalização (p. 178).

David Harvey (2012), tratando da produção flexível, pontua que práticas produtivas que já foram vivenciadas em épocas passadas, como forma de

acumulação de capital, podem reviver através da subcontratação, que possibilita, por sua vez, o ressurgimento do trabalho em domicílio, familiar e paternalista. No próximo capítulo exploraremos devidamente essas relações, já tecendo alguns fios com nossa realidade empírica. Por hora, aventamos que existe uma especificidade nos processos de formalização dos empreendimentos industriais no contexto do Polo de Confeções, uma vez que a formalização já acontece imbuída da conjuntura da flexibilização. Não estamos afirmando, contudo, que a persistência da informalidade, a despeito dos esforços de formalização, tenha como causa única o paradigma da flexibilização. Justamente por investirmos no pressuposto de que são múltiplos os agentes e fatores que incidem sobre a formalização e também acerca da permanência da informalidade, propomos nesta tese desvendar os significados e formas concretas que assume a formalização dos empreendimentos.

Nosso ponto de vista também está pautado pelas observações de Barbosa (2011), quando traz à tona a visão, de inspiração neomarxista<sup>13</sup>, que relaciona o informal com as imposições da flexibilidade, a partir de um novo modo de acumulação – especialização flexível. Essa nova interpretação do informal, portanto, está fundamentada no processo de reestruturação produtiva capitalista a partir do qual um novo contexto político, social e econômico explicaria o renascimento do informal nos países centrais (BARBOSA, 2011). Entretanto, na visão de Barbosa (2011), esta nova maneira de dar forma à imbricação entre formal e informal acaba por assumir que em todos os países a informalidade acontece por obra dos desdobramentos da reestruturação produtiva e da crise dos anos setenta, que afeta diretamente os países desenvolvidos. Nesta interpretação, denominada por Barbosa (2011) de enfoque universalista sobre a informalidade, não há espaço para compreender a especificidade da ocorrência do informal nos países periféricos. Contudo, o autor não deixa de considerar importante que esta visão traga à tona aspectos relevantes da nova realidade social e econômica, caracterizada pela crescente interdependência global.

Lima e Soares (2002) também nos oferecem pistas para pensar a especificidade da formalização dos empreendimentos através do artigo – já citado em

---

<sup>13</sup> Outros expoentes desta corrente são Alejandro Portes e Manuel Castells que, na interpretação de Barbosa (2011), afirmam que “[...] existiria um nexo profundo entre os setores formal e informal, o qual deve ser procurado nos requisitos da lucratividade do primeiro. Os exemplos utilizados tendem a priorizar as relações de subcontratação, tal como no caso dos marxistas dos anos setenta. Ao invés de uma estratégia de sobrevivência, o informal estaria mais próximo do assalariamento disfarçado, comprometendo o próprio estatuto do proletariado” (p. 143).

outros momentos neste referencial – no qual apresentam os resultados de uma pesquisa desenvolvida a respeito do Polo de Confecções. Para eles, sendo o trabalho informal não uma alternativa de emprego na região, mas a forma dominante de relação de trabalho, o assalariamento formal aparece como uma nova situação, porém numa conjuntura de flexibilização que aposta na direção contrária: “[...] eliminação da regulação do mercado e de contratos de trabalho” (p. 178). E, referindo-se ao movimento de modernização que iniciou no Polo a partir dos anos noventa, afirmam:

[...] flexibilização da produção afetou a produção local de duas formas: pela crise de competitividade com a introdução do produto importado; pela maior procura por cadeias de lojas nacionais atraídas pelos preços baixos. Nestes dois casos o resultado tem sido tendencialmente oposto a maior informalização, pois exige a legalização das empresas para maior acesso ao mercado. Entretanto permanece a produção familiar como o cerne da produção local através dos *fabricos* ficando a questão de verificar até quando a produção local terá fôlego para permanecer competindo, pelo menos regionalmente (LIMA E SOARES, 2002, p. 178).

Retomando, embora tenhamos afirmado que existe uma tendência à formalização dos empreendimentos, a pesquisa de campo realizada nos indica que essa formalização ainda é incipiente diante da grande quantidade de unidades produtivas. Frente a essas contribuições e aos dados do SEBRAE (2013), que indicam a alta ocorrência de empreendimentos informais, perguntamos: por que os esforços de formalização não se concretizam em maior proporção? E quando acontecem, quais os desdobramentos para o empreendimento e para os trabalhadores? Estes questionamentos tornam-se pertinentes na medida em que estamos nos propondo investigar qual o significado do processo de formalização em um contexto de informalidade histórica e dominante. Questões que serão analisadas nos capítulos 3, 4 e 5.

Para acompanhar e investigar as características da realidade que está se construindo na produção de confecções em Caruaru, é condição imprescindível conhecer a discussão e as explicações produzidas pela literatura para definir o trabalho informal. Este foi o objetivo maior deste capítulo: proporcionar os subsídios teóricos-conceituais a respeito das diferentes abordagens da informalidade - desde a década de 1970 até as análises recentes instigadas pelas mudanças socioeconômicas em curso, no Brasil e no mundo - para discuti-las a partir da realidade empírica estudada e fazer a transposição do debate teórico sobre a informalidade a partir da investigação do processo de formalização da indústria de

confeções em Caruaru. Visto isso, a nossa perspectiva de abordagem converge com as interpretações a respeito do trabalho informal no contexto dos *processos de informalização*, que induzem a *nova informalidade*.

## 2. O CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES E AS IMPLICAÇÕES DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL NO BRASIL

No capítulo anterior foi feita uma revisão das abordagens que tratam da informalidade. Foi demonstrado que esta discussão é composta por um leque de interpretações que em alguns casos se aproximam e complementam e em outros se chocam e se repelem. Sinalizamos que a orientação teórica desta tese é a de seguir a trilha da abordagem dos *processos de informalização* e da *nova informalidade* e, ao mesmo tempo em que nos empenhamos em discuti-la.

Este capítulo objetiva apresentar um desenho do cenário econômico e de organização do trabalho da indústria de confecções. Uma indústria que é considerada emblemática na relação entre organização dos processos produtivos e reconfigurações do capitalismo, pois além de ser considerada uma das indústrias catalizadoras da Revolução Industrial, desde o século XIX sua estrutura produtiva faz uso de estratégias flexíveis de produção. Evidentemente que naquele século a flexibilidade tinha outra conotação, mas, ainda assim, já era uma estratégia da indústria para diminuir custos de produção e produzir em massa.

Ao longo do capítulo iremos destacar as conexões que propiciaram a inserção da indústria de confecções no mercado mundial e na divisão internacional do trabalho. A formação de redes de empresas e de subcontratação se tornou uma tendência importante na indústria têxtil e de confecção, e estrutura-se tanto em escala mundial, pela divisão internacional do trabalho ao longo da cadeia, como pela divisão intensiva do trabalho nos aglomerados produtivos locais, como é o caso da indústria de confecções em Caruaru e em todo o Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.

Este estudo tem como referência que analisar o processo de formalização dos empreendimentos industriais em Caruaru é investigar um processo social permeado pelas tendências nacionais e mundiais. Contudo, frisamos que o Polo e os confeccionistas (tanto os empresários como os empreendedores informais) ao mesmo tempo em que são influenciados pelas formas capitalistas de organização fabril e comercialização das confecções, também vão estruturando o novo estilo, o novo modelo, a nova forma de produzir, de gerir os negócios e de contratar a mão de obra. Isso significa que a influência não é de mão única, e portanto, que a experiência e a

forma de organização da indústria local de confecções jamais podem ser desconsideradas.

Isto posto, iniciaremos o capítulo explorando a ideia de globalização como um processo no qual tudo e todos são, de uma maneira ou de outra, influenciados. Com a produção de confecções na região do Agreste não é diferente, já que a tradicional indústria passa por um processo de reconfiguração influenciado pela chegada de novos atores. Primeiramente, empresas fornecedoras de matérias prima e maquinário e, após, pela presença de algumas redes de magazine que inserem parte de sua cadeia produtiva na região, aproveitando a produção industrial das fábricas, *fabricos* e *facções* nativas do local.

No segundo momento trataremos a conformação da indústria de confecções no âmbito mundial e nacional destacando as principais características. Na sequência, começaremos a tecer as relações entre a organização do processo produtivo e do trabalho na indústria de confecções e a reestruturação produtiva, visto que temos como orientação que o padrão flexível de produção não só caracteriza esta indústria como tem influenciado a reconfiguração das formas de relações de trabalho na região Agreste, já marcadas pela informalidade. Por isso, no quarto momento deste capítulo discutiremos as relações conceituais entre informalidade, flexibilização, precariedade e precarização visando a questionar em que medida estas são características inerentes à indústria de confecções. Dando seguimento discorreremos, suscintamente, sobre a industrialização do Nordeste, com foco para Pernambuco, em função da indústria têxtil. Para finalizar, trataremos das implicações da acumulação flexível e o cenário do Brasil a partir desta imbricação, destacando os avanços e retrocessos do processo de formalização das relações de trabalho que ocorreu no Brasil nos últimos quinze anos.

## **2.1. A globalização e as transformações nos modos de viver e produzir**

A experiência de constituição, de existência e de transformação do Polo de Confecções só pode ser compreendida se nos cercarmos de uma perspectiva que considera a relação do homem com seu território. Da ação do homem que, ao transformar a natureza, cria as possibilidades de sobrevivência. Acreditamos que o

Polo de Confeccões, como um “lugar” de produção da vida, ainda se projeta por meio de relações pessoais e familiares, apesar de todos os esforços de fiscalização, adequação e regularização que visam à formalização e à modernização das atividades e dos produtos, impulsionados, sobretudo, pelas transformações na economia mundial.

Segundo Carlos,

[...] o plano do lugar pode ser entendido como a base da reprodução da vida e espaço da constituição da identidade criada na relação entre os usos, pois é através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação de alteridade, tecendo uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe sentido. (CARLOS, 2004, p. 50)

Pensar a produção de confeccões em Caruaru articulada com a ideia de globalização é essencial uma vez que estamos nos propondo a investigar tanto o processo de formalização da indústria como seus desdobramentos. Tudo indica que parece está acontecendo um movimento de busca por competitividade por meio do baixo custo da mão de obra, isso significa que o aglomerado produtivo se transforma em função de questões endógenas ao local (a informalidade) como exógenas (a presença da concorrência dos produtos importados). Por conseguinte, concordamos com Heleno, quando, inspirada em Otavio Ianni, tece a seguinte consideração:

[...] a globalização nos leva a pensar em movimento, ou seja, as diversas relações e processos que ocorrem entre as sociedades, onde estas estão constantemente interferindo e sendo interferidas pelos acontecimentos, sejam esses históricos, geográficos, culturais, econômicos ou políticos, ocorridos nas mais distantes áreas. “*O local e o global estão distantes e próximos, diversos e iguais*” (IANNI, 2007, p. 250). Logo, não só o local sofre influências do global, mas também interfere nesse processo de forma dialética, possibilitando uma continua imbricação entre local/global e global/local. (HELENO, 2013, p. 49)

Esse caminho de mão dupla traçado pela conexão do movimento de globalização também passa a ser permeado, mais intensamente, pela competição e disputa. Conforme Santos (1999, p. 254), “o espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo espaço tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada um”. Cotejando com as mudanças que vêm acontecendo no PCAP, afirmamos que embora as atividades de produção e comercialização dos produtos sejam pautadas, em sua maioria, em relações de confiança, é visível, como já apontado em algumas pesquisas



(LIRA, 2011; SILVA, 2009; SÁ, 2011; 2012), que estas relações também são impulsionadas pelo desejo de prosperar e lucrar, o sentimento de competição começa a ganhar forma na região. Desde o início, toda a comercialização, seja de máquinas, tecidos, aviamentos ou de confecções nas diversas *Feiras da Sulanca*, era realizada mediante uma relação de confiança entre vendedor e comprador. Desse modo, a compra era feita através da palavra, sem dinheiro, ou fazendo-se uso do cheque.

Entretanto, com a expansão dos negócios e dos calotes<sup>14</sup>, as relações de confiança – embora sejam ainda bastante comuns – passaram a se transformar em relações mais “racionalizadas” e menos “pessoalizadas”, na medida em que se exigem garantias de crédito para a compra dos insumos, inclusive de tecidos de procedência chinesa e, sobretudo, para se adquirirem novos e modernos equipamentos, como as máquinas industriais advindas de países da Ásia e adquiridas em lojas em Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. Isto é, o investimento em máquinas, em novas tecnologias e em melhoria da infraestrutura dos *fabricos* e fábricas não pode mais ser feito na base das antigas relações, o que se reflete em processos de diferenciação e, como consequência, aumento da concorrência entre os confeccionistas. Cria-se, por conseguinte, um ambiente de disputa, mesmo que velado.

Afirmamos, portanto, que essas transformações nas práticas sociais estão, em certa medida, atreladas aos movimentos da economia global e às reconfigurações do capitalismo. Sobre isso, Vêras de Oliveira (2013) elucida que, no caso do Polo de Confecções, o aumento do volume de produção e comercialização, bem como a

---

<sup>14</sup> Como foi relatado em entrevista – para os pesquisadores Roberto Vêras de Oliveira, Sandra Roberta Silva e Mariana Zanatta – por um confeccionista de 35 anos, de Pão de Açúcar, distrito da cidade de Taquaritinga do Norte, em trabalho de campo realizado entre os dias 21 e 22 de Junho de 2013. Na oportunidade, ao contar sua história com a produção de confecções, relata que começou a costurar com sete anos de idade para ajudar a mãe. Aos vinte, decidiu separar-se do *fabrico* familiar e colocar sua própria *facção*. Ficou em torno de oito anos trabalhando com *facção* e chegou a ter 25 máquinas no seu galpão. Já faz aproximadamente cinco anos que voltou a trabalhar no negócio familiar, um *fabrico* especializado em roupas infantis, que produz em torno de 5.000 peças por semana e que vende a produção em três bancas nas Feiras de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Nosso entrevistado contou também que sempre gostou de mexer nas máquinas de costura e quando elas precisavam de concerto, ele encontrava um jeito de arrumá-las. Aos poucos, seus serviços começaram a ser requisitados pelos demais confeccionistas e, em parceria com um amigo, começou “oficialmente” a prestar o serviço de assistência técnica. Ele diz que a necessidade fez com que aprendesse a mexer nas máquinas e, até hoje, a área de mecânica é muito carente de profissionais. Com exceção da assistência técnica das grandes lojas representantes das máquinas, não existem profissionais e, como destacou nosso entrevistado, as pessoas que precisam deste serviço querem pagar muito pouco por ele. Atrelado a isso, resolveu abrir uma loja para vender as máquinas de costura em Pão de Açúcar, assim os confeccionistas e costureiros do local e do interior não precisariam deslocar-se para o município mais próximo, Santa Cruz do Capibaribe. Mas depois de vender muitas máquinas “fiado” e ter que arcar com os consideráveis prejuízos, decidiu concentrar seu trabalho apenas na costura, porque pelo menos pode fazer uma expectativa de quanto irá vender na feira e contar com o dinheiro à vista dos compradores. Estima que venda, semanalmente, 80% da produção.

entrada de grandes atacadistas e a exposição à concorrência frente a outras regiões produtoras, além da própria ação do Estado (que começa a fazer-se mais presente em ações que podem ser tanto de orientação como de fiscalização) vêm contribuindo para as transformações.

A globalização, longe de ser consensual, é, como apontada por Boaventura de Sousa Santos (2005), um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais – Estados e interesses hegemônicos, de um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, de outro. No entanto, o campo hegemônico atua de forma mais perversa e acaba obrigando as nações a aceitarem os padrões econômicos e as leis de mercado dos grupos dominantes. Essa interpretação também é partilhada por Milton Santos (2000).

Véras de Oliveira e Moreira (2009), discorrendo sobre os sentidos da globalização em seus aspectos econômico, tecnológico, político, cultural e social, remontam a Karl Marx para nos lembrar que:

[...] o capitalismo tem como característica sócio-produtiva a sobreposição do valor de troca ao valor de uso das mercadorias, orientando-se para a geração de lucro e para a acumulação de capital. Para isso, requer um processo constante de expansão dos mercados, até envolver todo o globo, ao mesmo tempo logrando converter em mercadorias os mais diversos setores da atividade humana. (VÉRAS DE OLIVEIRA E MOREIRA, 2009, p. 11)

E, em sintonia com Boaventura de Souza Santos e Milton Santos, chamam atenção para os desdobramentos dos aspectos que se referem às questões sociais, salientando a maneira assimétrica como ocorrem os processos de integração, o que fica claro na passagem abaixo:

Apesar das diferenciações, as repercussões têm tido um eixo mais ou menos comum, que é a agudização dos estados de precarização e de privação a que vêm sendo submetidos os contingentes populacionais majoritários do planeta. São expressões disso: taxas elevadas de desemprego; um aumento expressivo de ocupações desvalorizadas, no mais das vezes, prevalecendo situações de emprego sem remuneração fixa ou de rendimento irrisório [...]. Esta situação não se encontra localizada nesta ou naquela região, neste ou naquele país: seu “espaço” é maior porque inserido dentro de uma lógica social-econômica-político-cultural muito mais ampla, “unificando” as realidades através das crises gestadas pelos países do Norte – o epicentro da economia mundial, a busca de reafirmar seus processos de acumulação em detrimento da subsunção dos países do sul. (VÉRAS DE OLIVEIRA E MOREIRA, 2009, p.12)

No que tange à organização do trabalho, as cadeias produtivas, a exemplo do que acontece no setor de confecções, são a expressão do processo de globalização

que vem mudando, inclusive, as relações de poder, visto que atualmente o capital é capaz de provocar alterações, por exemplo, nas políticas de emprego dos países onde se instala. Na ponta da cadeia de produção do setor de confecção geralmente estão as empresas que comercializam os produtos, mas não os fabricam, as quais a literatura tem denominado de “fabricantes sem fábricas”. Estas representam a ação do capital que dita toda organização da estrutura da cadeia e explora a força de trabalho, trazendo, na maioria dos casos, desvantagens para os trabalhadores.

Importa destacar que, na concepção marxista, o trabalho é fundamental para a compreensão das sociedades humanas. A partir do modo de produção capitalista Marx denomina o trabalhador que vende sua força de trabalho como um “indivíduo nu”. Acreditamos que a expressão seja acertada, uma vez que neste modo de produção o trabalhador assalariado está duplamente separado dos meios de produção, pois além de não ser proprietário dos meios de produção, dos instrumentos de trabalho, o trabalhador também não detém o controle técnico do processo produtivo. Esta abordagem acerca do trabalho nos diz que a atividade laboral é o fundamento do ser social, entretanto, na forma como está organizada na sociedade capitalista, a venda da força de trabalho como cerne da atividade laboral, faz com que o trabalho sirva mais como mecanismo de exploração e menos como atividade emancipadora. Em consonância, e seguindo em uma leitura marxista, Antunes (2005) pondera que:

Se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Essa dimensão dúplice e dialética presente no trabalho é central quando se pretende compreender o labor humano (p. 14).

O autor sinaliza para a necessidade de entendermos o trabalho como uma categoria vital para a humanidade, mas que nos obriga a aprendê-la na sua dupla, e mesmo contraditória, dimensão, enquanto atividade central da história humana em seus processos de sociabilidade e mesmo para a sua emancipação, e na sua complexidade no advento do capitalismo. Na esteira desta orientação, olhamos para nossa realidade empírica procurando destacar os elementos de transformação do trabalho, das relações de trabalho, da gestão do trabalho, da modernização dos processos produtivos e nascimento de um (novo) aglomerado industrial de confecções, que começa a adentrar, também, enquanto produtor de vestuário para grandes cadeias produtivas e de comercialização de confecção, sobretudo nacionais,

a partir da experiência acumulada pelos próprios trabalhadores. Estamos diante, portanto, de uma realidade de intensa e profunda transformação e nos interessa caracterizar e compreender como estas estão acontecendo, identificando as tendências quanto à manutenção das características originais e/ou à reconfiguração destas características, no que tange a organização dos empreendimentos industriais e as relações de trabalho daí oriundas.

Nossa realidade caracteriza-se pela produção informal de confecções, mas também, como procuraremos demonstrar, pelo novo movimento na região de Caruaru, de transferência dos trabalhadores inseridos nas atividades formais para as atividades informais, dando origem ao que se tem denominado de *nova informalidade*. Em Caruaru e região, nossos dados revelam que essa *nova informalidade* - que precisa ser diferenciada da informalidade tradicional que caracteriza o trabalho na região - toma contornos de um fenômeno que não é transitório e diz respeito às mutações atreladas à reestruturação produtiva, associando-se a processos de subcontratação, em que geralmente vigoram a precariedade e a ilegalidade, quando ocorrem com a contratação do trabalho sem registro nos domicílios, nos fabricos e nas facções informais. Nesse movimento observa-se a crescente formalização das empresas, acompanhado da informalização da mão de obra.

Visto isso, a exposição a seguir intenta apresentar as mudanças significativas nos processos e nas relações de trabalho que têm sido propiciadas, mormente, pela globalização como momento atual da expansão do capital. Com isso, pretende-se compreender como se deu o processo de conformação das atuais características do trabalho, com foco para a indústria de confecção, e quais os reflexos deste modelo atual, em moldes mais flexíveis – iniciado nos países capitalistas centrais – para a organização das atividades produtivas e a sociabilidade do trabalho no nosso objeto de estudo.

## **2.2. A cena internacional e nacional de conformação da indústria de confecções.**

Para que possamos compreender a organização estrutural do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano se faz necessário, em um primeiro plano, ter clareza das estruturas formativas da indústria têxtil-confecção em seu âmbito mundial.

Iniciar nossa discussão por um panorama geral dessa indústria irá nos permitir ter maior consciência do lugar que Pernambuco/Caruaru ocupa em meio a esse sistema.

O setor têxtil e de confecções é formado por uma cadeia produtiva que está dividida em dois movimentos, são eles: *downstream*, em que é possível encontrar o setor agropecuário, o metal mecânico e a indústria petroquímica. Esse primeiro movimento é responsável pelo fornecimento de matéria-prima<sup>15</sup>, bem como seu beneficiamento, fiação e tecelagem. Ainda nesse primeiro movimento, que constitui a maior parte do processo, encontra-se o setor de confecção, abarcando o corte, costura e acabamento dos tecidos, o que resulta em um produto final. O segundo movimento é o *upstream*, que é constituído pelo comércio varejista e atacadista (HELENO, 2013, *apud*, SANTANA e APOLINÁRIO, 2004).

No que tange ao setor varejista, diferentemente de outros bens de consumo, os preços de itens de vestuário têm apresentado queda nos últimos anos e as lojas têm renovado seus estoques com cada vez mais frequência. Esta dinâmica corrente entre as lojas varejistas se denomina *fast fashion*, modelo que em muito se afasta dos padrões tradicionais da indústria da moda e da alta costura, em que a moda é feita por estilistas e baseada na produção por estações e na exclusividade (CAMPOS; HUIJSTEE e THEUWS, 2015).

No atual modelo *fast fashion* das grandes marcas e varejistas<sup>16</sup>, novas peças de vestuário são acomodadas em pequenos estoques e rapidamente vendidas, criando uma demanda inerente de redução de tempo entre *design*, fabricação e distribuição. O impacto é sentido por toda a cadeia de confecção, que é exigida a dar respostas mais rápidas às empresas contratantes. Sua rapidez na resposta ao cliente é fator de diferenciação e base do sucesso, uma vez que coleções inteiras são lançadas em poucas semanas. Característica marcante desse modelo é a capacidade de interpretar as tendências de consumo e suprir rapidamente as demandas do mercado. As marcas não trabalham com coleções pré-definidas, é o *feedback* constante das vendas que determina a continuidade de uma produção ou sua mudança.

---

<sup>15</sup> As matérias primas se constituem basicamente de três tipos: as fibras naturais (algodão, lã seda, linho, juta, rami, de origem animal e /ou vegetal), as artificiais (viscose e acetato) e as sintéticas (poliamida, poliéster e acrílica).

<sup>16</sup> Exemplos de grande marcas e varejistas relacionadas a cena mundial são: Zara, Nike, H&M, Ralph Lauren e Adidas.

Segundo Shimamura e Sanches (2012), as marcas utilizam do modelo *fast fashion* com o objetivo de atrair um público maior e igualmente diversificado de consumidores, e investem além das linhas básicas de massa, lançando mão de coleções de caráter semi exclusivo. Os produtos semi exclusivos são direcionados ao consumidor que visa à marca e à inovação estética da roupa. A distribuição dessas peças, por sua vez, se dá de forma pulverizada para o mundo todo, produzindo a ilusão de que há uma produção pequena de cada modelo.

Ao citarmos grandes marcas e varejistas, estamos nos referindo a um pequeno número de empresas que possui caráter fundamental ao se pensar a indústria global. Estas empresas ditam as condições estruturais de toda a cadeia de suprimentos, de forma geral, promovem a marca e a comercializam, todavia, não produzem os artigos que vendem. As grandes empresas acabam por tratar quase que exclusivamente do gerenciamento de suas marcas próprias, suprindo suas redes com produtos facionados em países em desenvolvimento. O controle é feito a partir de centros econômicos e políticos, principalmente Estados Unidos da América e países da União Europeia, restando a pequenas fábricas localizadas em países em desenvolvimento a responsabilidade pela produção de linhas, tecidos e roupas. Segundos os dados divulgados por Campos, Huijstee e Theuws (2015), no ano de 2015, os principais exportadores de vestuário foram Hong Kong/China, Bangladesh/Índia, Turquia e Vietnã<sup>17</sup>.

Segundo Andrade (2008), os EUA e a UE utilizam como estratégia competitiva a prática de fixar a fase produtiva, propriamente dita, da cadeia têxtil-confecções nos países em desenvolvimento, e a fase de criação e de *marketing* conserva-se nos países de origem das grandes marcas. Trata-se de uma atitude com vistas a obter maiores rendimentos via redução dos custos de produção, uma vez que as fases intensivas em mão-de-obra são realizadas naqueles países onde os custos de manutenção das empresas e os salários dos trabalhadores é menor.

Nos países de economia tida como emergente, há um número crescente de fábricas têxteis e de confecção. A facilidade em criar empresas de manufatura e o baixo custo da mão de obra corroboram para o cenário, possibilitando assim a

---

<sup>17</sup> Considerando a produção mundial, Vilasboas (2015) aponta, com base nos dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (ABIT), que o Brasil ocupa a sétima posição do ranking.

expansão do setor<sup>18</sup>. Setor esse que se configura de maneira muito heterogênea, composto predominantemente por unidades domiciliares e pequenas e microempresas (apenas uma modesta parte se forma de médias e grandes empresas).

### **2.3. Tecendo as relações entre a organização do processo produtivo e do trabalho na indústria de confecções e a reestruturação produtiva**

Uma das principais características da indústria têxtil e de confecção incide na possibilidade de as operações serem realizadas de forma descontínua. Os produtos de uma fase se apresentam como matéria-prima para a fase seguinte, sendo assim comercializados como produto final, fomentando a ampla flexibilização produtiva.

As grandes marcas, por não produzirem os artigos comercializados, os “fabricantes sem fábricas”, fazem da ação de terceirizar e subcontratar uma prática corrente. O ato de terceirizar uma atividade consiste em uma empresa transferir um determinado serviço/ação produtiva, antes realizada por ela mesma, para uma terceira empresa que passa a ter responsabilidades de executar a atividade produtiva para a empresa contratante, sob condições estabelecidas mediante contrato (ARAUJO e AMORIM, 2002).

A terceirização é a forma mais recorrente de subcontratação no que tange à indústria têxtil e de confecções. Tal processo se distingue em duas formas principais: subcontratação parcial e subcontratação completa. Na subcontratação parcial a empresa contratante transfere parte da produção a uma terceira empresa, fornece as matérias primas e produtos semimanufaturados necessários, ficando a empresa subcontratada responsável por parte do processo de fabricação. De outro modo, a subcontratação completa consiste na fabricação completa do produto. À empresa contratante, nesse caso, cabe o fornecimento apenas de suas etiquetas e material de embalagem. Em nosso estudo encontramos, como uma prática recorrente, as duas

---

<sup>18</sup> Fator de relevância trazido por Heleno (2013) é o fácil manuseio do maquinário, ofício apreendido principalmente por mulheres ainda fora do mercado de trabalho. Como resultante se tem o surgimento de unidades de produção domiciliares, subcontratadas por empresas maiores, faccionistas, isto é, trabalhadores domiciliares que realizam acabamento de peças para outras empresas.

formas de subcontratação. Contudo, os confeccionistas que prestam serviço para grandes redes de magazine o fazem através da subcontratação completa.

É importante destacar que as duas formas de subcontratação não são excludentes. As grandes empresas, de modo geral, se utilizam das duas formas de maneira concomitante. No setor da indústria têxtil e de confecções a relação das empresas contratantes com as empresas contratadas geralmente se dá de forma assimétrica, isto é, a subcontratação se estabelece entre empresas de porte diferente, entre grandes e pequenas empresas, o que resulta em relações desiguais de poder e subordinação (ARAUJO e AMORIM, 2002).

Na perspectiva de Krein (2015), a terceirização pode ser compreendida como uma expressão visível das características do capitalismo contemporâneo. O autor pondera que a terceirização

[...] contempla a ampliação do poder do capital de controlar a força de trabalho, expressa a lógica da financeirização, está coadunada com a internacionalização de produção de bens e serviços, e é fundamentalmente uma estratégia de gestão da força de trabalho na perspectiva cega do capital de viabilizar a acumulação sem freios. (p. 4)

Tratando-se da indústria mundial de vestuário, estudos apontam que as condições de trabalho nas fábricas são muito precárias. Baixos salários, péssimas condições de trabalho<sup>19</sup>, trabalho em caráter de escravidão moderna e trabalho infantil são problemas disseminados em toda a cadeia de suprimento do vestuário (CAMPOS; HUIJSTEE e THEUWS, 2015). A manutenção das péssimas condições de trabalho é fator possível devido à falta de fiscalização nas fábricas. As inspeções geralmente ocorrem apenas nos produtores que fornecem os produtos finais, isto é, nas fábricas e oficinas de confecção. Todo o restante da cadeia<sup>20</sup>, também unidades subcontratadas e terceirizadas, ficam fora do alcance da fiscalização.

A precariedade e as más condições de trabalho são reforçadas ao pensarmos a tecnologia envolvida no processo de produção têxtil e de confecções. Ainda que as empresas formalizadas disponham de mais recursos econômicos, os investimentos em tecnologias, quando se fazem presentes, estão sempre alocados nas fases que

<sup>19</sup> O desabamento do edifício Rana Plaza, em 2013, que custou a vida de mais de 1.100 trabalhadores, marcou a maior tragédia de uma longa série de acidentes fatais em fábricas de Bangladesh, Paquistão e Camboja, e chamou a atenção internacional para as duras condições que os trabalhadores de vestuário estão enfrentando (CAMPOS; HUIJSTEE e THEUWS, 2015).

<sup>20</sup> Produção de fibras naturais e sintéticas, fiação, tecelagem, tinturarias e corte, por exemplo.



antecedem a costura, estão concentradas na fase que se estende do *design* ao corte<sup>21</sup>, que são as mais importantes para a qualidade final do produto e que requerem maior aptidão (VILASBOAS, 2015). A modernização das máquinas se faz de forma pontual, sendo a automatização de algumas atividades, como costura de golas e bolsos, o mais evidente. Para a costura das peças, máquinas simples e de menor valor atendem às necessidades de produção.

A partir do que expusemos acima é possível afirmar que a forma de organização da cadeia produtiva de confecções está intimamente ligada à forma de organização do processo produtivo, alavancada pelo cenário de crise econômica global dos anos 1970, que se estendeu também para os anos 1980, e que impulsionou outra reconfiguração do capitalismo por meio de uma nova reestruturação produtiva. O toyotismo, também denominado de pós-fordismo e de acumulação flexível<sup>22</sup>, foi desenvolvido com base na revolução tecnológica da microeletrônica e passa a coexistir, enquanto novo paradigma de organização do sistema industrial, com o taylorismo-fordismo. Em princípio, é preciso apontar que o toyotismo surgiu em um contexto muito diverso ao do sistema taylorista-fordista. Este último nasceu em uma economia em crescimento e que, por isso, contava com um mercado consumidor em expansão. O toyotismo, ao contrário, foi concebido para atender as características do contexto econômico japonês após a II GM, marcado por um cenário de crescimento econômico lento e de pequena expansão do consumo, visando, por isso, à busca de inovações que pudessem garantir a competitividade. Isso explica porque esse sistema “veio à tona” durante a crise dos anos 1970. Era preciso implantar um sistema produtivo que atendesse às especificidades de um mercado consumidor restrito, realidade do Japão pós II GM e em processo de encolhimento, realidade dos Estados Unidos e da Europa a partir da década de 1970.

---

<sup>21</sup> Por exemplo: Implementação do sistema *Computer Aided Design* –CAD, e *Computer Aided Manufacturing*–CAM. A utilização do CAD facilita a criação digital dos modelos, enquanto o CAM torna possível o corte computadorizado dos tecidos (HELENO, 2013). As máquinas de bordar também são as que, comumente, têm mais tecnologia empregada na sua concepção, são industriais e eletrônicas, diferentemente das máquinas de costura que são operadas por um trabalhador (a) por máquina, nos moldes da organização de trabalho taylorista-fordista.

<sup>22</sup> O sistema foi denominado de toyotismo (ou ohnismo), pois foi desenvolvido pelo Engenheiro Taiicho Ohno, da Toyota Motor Company, no Japão. Interessante frisar que apesar da Toyota tê-lo desenvolvido na década de 1950, só se tornou mundialmente conhecido vinte anos depois. O termo acumulação flexível foi cunhado por David Harvey na obra *Condição Pós-moderna*, de 1989. O autor também usa a expressão “regime de acumulação flexível” referindo-se a predominância do toyotismo enquanto forma de organização da indústria e como uma reconfiguração na forma de organização da sociedade, que repercute em profundas modificações nas relações de trabalho e da esfera econômica, indo além do mundo do trabalho, perpassando as dimensões da vida social, política e cultural.

Conforme Pinto (2007), o toyotismo, através da automação<sup>23</sup>, conseguiu aliar aumento de produtividade com diversidade de produtos. As principais mudanças na organização do trabalho, quando comparado ao taylorismo-fordismo, são: a produção é variada e vinculada à demanda; o trabalho operário é realizado em equipe com alternância de funções; fundamenta-se no princípio *just in time*, ou seja, o aproveitamento máximo do tempo de produção, com a adoção do sistema *kanban*, placas ou senhas de comando que visam à reposição mínima de peças e de estoque; a fábrica/empresa horizontaliza o processo produtivo e transfere a terceiros o que antes era produzido no seu interior; através dos Círculos de Qualidade (CCQ), há uma nova apropriação do saber fazer intelectual do trabalho pelo capital, o que era desprezado nas formas de gestão taylorista e fordista.

Por fim, é importante acrescentar que ao criar, inclusive com a ajuda dos sindicatos japoneses, os CCQ – equipes de trabalhos organizadas de modo a opinar sobre inovações e melhoria na qualidade do trabalho e do produto – as empresas pretendiam aumentar a produtividade e o desempenho dos trabalhadores, premiando os times mais bem-sucedidos com adicionais salariais. Salientamos também que, como o toyotismo implementou a diminuição dos postos de trabalho, surge a ideia do operário polivalente e da “multifuncionalidade”.

Na indústria de confecções, a reestruturação produtiva foi implementada parcializando ao extremo a cadeia produtiva. A prática do fracionamento dos processos e da subcontratação, que neste setor produtivo existe desde suas origens, foi, portanto, potencializada e também revitalizada, no contexto da nova informalidade, conforme estamos procurando demonstrar neste estudo.

Usualmente, o trabalho na indústria de confecção é dividido em duas grandes etapas: a confecção propriamente dita e a concepção do produto. A confecção pode ser dividida em quatro fases: Corte, Costura, Acabamento (controle de qualidade) e Embalagem. A outra etapa concentra o trabalho de Criação, dividida nas seguintes fases: Design, Modelagem e Pilotagem (protótipo da peça). Essa divisão alude à clássica divisão de organização do processo produtivo, de orientação taylorista-fordista, entre concepção e execução, trabalho manual e trabalho intelectual.

---

<sup>23</sup> A automação é a aplicação de técnicas computadorizadas ou mecânicas para diminuir o uso de mão de obra e que propiciou, no toyotismo, que apenas um operário conseguisse conduzir várias máquinas dentro do processo produtivo – ao contrário da ideia de um trabalhador por máquina do taylorismo/fordismo (PINTO, 2007).

O fordismo, e seu antecessor, o taylorismo, são práticas complementares que inauguram, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, uma nova cultura do trabalho com base na fábrica, que se alastrou para outras instâncias da sociedade. Um importante elemento de caracterização do taylorismo/fordismo é a separação entre a elaboração, cuja responsabilidade era atribuída à gerência científica, e a execução do processo de trabalho, efetivada pelo operário no chão da fábrica. De fato, a transferência do controle do processo produtivo dos operários para a gerência foi uma inovação introduzida por Frederick W. Taylor (taylorismo) e incorporada por Henry Ford (fordismo). É um processo de apropriação do conhecimento prático e do saber tradicional dos trabalhadores para devolvê-lo, aos mesmos trabalhadores, travestido de uma prática de trabalho racionalizada e normatizada. Na indústria de confecção, a adoção desta divisão consolida a integração de processos produtivos tayloristas-fordistas aos métodos oriundos da reestruturação produtiva, como a flexibilidade e a subcontratação.

Discorrendo acerca da relação entre reestruturação produtiva e indústria de confecção, Lima (2013, p.5) destaca que desde a década de 1970 grandes empresas de países desenvolvidos vêm adotando uma dupla estratégia: “redução dos custos via modernização de plantas e máquinas e equipamentos e reorganização da produção via subcontratação internacional”. Conforme a autora:

No modelo internacional há uma nítida separação das etapas do processo produtivo: a criação do produto (desenho e modelagem), o marketing e a distribuição do mesmo, são fases realizadas nas centrais que detêm a marca (por exemplo, Pierre Cardin e Calvin Klein); já o processo de fazer as peças é todo terceirizado em vários países do mundo, onde é possível instalar as máquinas de alta *performance* nas empresas locais que trabalham sob a forma de contrato (LIMA, 2013, p.5).

Como já fora destacado, a subcontratação torna-se prática comum no setor de confecções. Visto isso, conjecturamos que as características atuais da nossa sociedade e a relação dos indivíduos com o consumo é utilizada para justificar a necessidade desta prática na gestão das empresas, uma vez que a subcontratação garante a flexibilidade de produção e está de acordo com o padrão de consumo atual, o consumismo. Zygmunt Bauman nos apresenta uma maneira de conceber a distinção entre consumo e consumismo. Segundo o filósofo,

O consumo é basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, o consumismo é um atributo da sociedade. Para que uma sociedade adquira esse atributo, a capacidade profundamente

individual de querer, desejar e almejar deve ser, tal como a capacidade de trabalho na sociedade de produtores, destacada (“alienada”) dos indivíduos e reciclada/reificada numa força externa que coloca a “sociedade de consumidores” em movimento e a mantém em curso como uma forma específica de convívio humano [...] (BAUMAN, 2008, p. 41)

Pensando a relação produção e consumo, no paradigma da acumulação flexível como forma de organização do processo produtivo, considera-se que existe um mercado consumidor instável, diversificado e altamente concorrencial; nessas condições, uma demanda sobre a produção deve ser de uma capacidade de pronta entrega: *Just-in-time*. Esse sistema exige um fluxo rápido de informações e uma capacidade de produção flexível, aliado a um controle de qualidade minucioso e uma distribuição de funções que permita a cada trabalhador abranger uma totalidade de metas em pouco tempo.

Em síntese, podemos dizer que as transformações na estrutura produtiva iniciadas na década de 1970 ocorreram pela perda da competitividade das indústrias baseadas no modelo taylorista-fordista de produção padronizada em massa. Para retomar a competitividade ocorreu um maciço investimento em novas tecnologias, de base informacional, que buscou aprimorar o processo de produção, substituir matérias primas convencionais, aperfeiçoar as formas de gestão e qualificar o produto, reduzindo seus preços. A flexibilidade da produção proporcionou a customização em massa, isto é, uma produção em grande quantidade que atende a demandas específicas individuais, sem encarecer muito o produto final.

Esse paradigma também propõe mudanças nas relações de trabalho que passam a estar de acordo com a lógica flexível. Nesse sentido, não é apenas a utilização de novas tecnologias que elevam os índices de desemprego, mas, sobretudo, uma nova ética do trabalho. Acerca disto, e discutindo as mudanças nas relações de trabalho, Harvey (2012) afirma que:

Esses arranjos de empregos flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo. A mudança mais radical tem seguido a direção do aumento da subcontratação [...] ou do trabalho temporário em vez do trabalho em tempo parcial. Isso segue um padrão há muito estabelecido no Japão, onde, mesmo no fordismo, a subcontratação de pequenas empresas agia como protetor das grandes corporações do custo das flutuações do mercado. A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma

força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins (p. 144).

Porém, como vimos pela citação acima, sobretudo pela (re)utilização do trabalho subcontratado, nem tudo é novidade, e de acordo com Alves (2011, p.60)

O toyotismo não se constitui como “modelo puro” de organização da produção capitalista. Pelo contrário, em seu desenvolvimento complexo, tende a articular-se (e mesclar-se) com formas pretéritas de racionalização do trabalho (como o fordismo-taylorismo) [...].

Em consonância com os autores citados afirmamos que nesta onda de recriações há também uma redefinição do trabalho a domicílio no contexto da acumulação flexível. Tratamos, portanto, de uma reincorporação do trabalho a domicílio na produção capitalista em pleno século XXI, mas que fora inicialmente descrita ainda no século XIX, no Livro 1, da obra *O Capital* de Karl Marx, em subitem intitulado *Revolução que a indústria moderna realiza na manufatura, no artesanato e no trabalho a domicílio*. Neste texto Marx descreve brilhantemente o movimento de apropriação do trabalho domiciliar pela incipiente indústria, como destacamos a seguir:

Em contraste com o período manufatureiro, o plano da divisão do trabalho baseia-se no emprego de mulheres, de crianças de todas as idades, de trabalhadores sem habilitação, sempre que possível; enfim, na mão de obra barata, no “cheap labour”, como a chamam os ingleses. Isto se aplica não só à produção organizada em grande escala, com ou sem emprego de maquinaria, mas também à indústria a domicílio, exercida nas residências dos trabalhadores ou em pequenas oficinas. Essa indústria a domicílio moderna só tem o nome em comum com a antiga, que pressupunha o artesanato urbano independente, a economia camponesa independente e a casa da família do trabalhador. A indústria a domicílio se converteu hoje na seção externa da fábrica, da manufatura ou do estabelecimento comercial. Além dos trabalhadores fabris, de manufatura e dos artesãos, que concentra em grande número num mesmo local e comanda diretamente, o capital põe em movimento, por meio de fios invisíveis, um grande exército de trabalhadores a domicílio, espalhados nas grandes cidades e pelo interior do país. É o caso da camisaria dos Tillie em Londonderry, Irlanda, que na fábrica propriamente emprega 1.000 trabalhadores e, espelhados pelo campo, 9.000 trabalhadores a domicílio. (MARX, 1971, p.529)

É preciso ressaltar que a passagem de Marx trata de obra que analisa e expõe a evolução do capitalismo, porém, não estamos afirmando que as condições de

trabalho do século XIX são idênticas às da contemporaneidade. Ao trazer esta citação objetivamos salientar que algumas características do trabalho a domicílio, especialmente no setor de confecções, são seculares em sua origem e, embora aconteçam em condições diferentes, não são exclusivas das estratégias de gestão da mão de obra e de reestruturação produtiva desenvolvida a partir de 1970. Tais características são: a predominância do trabalho feminino e envolvimento de vários membros da família nas atividades, inclusive crianças; a não exigência de qualificação profissional especializada; o uso do trabalho a domicílio como estratégia de barateamento dos custos de produção; a transformação do trabalho a domicílio em um “departamento externo da fábrica” nas palavras de Marx, e hoje denominado de terceirização, externalização e subcontratação. Uma velha estratégia, portanto, assume nova roupagem. Inclusive, nesta mesma parte do texto, Karl Marx desenvolve um item para caracterizar o que chama de *O trabalho domiciliar moderno*. Voltaremos a estas aproximações, e também diferenciações, na análise dos dados. Por hora enfatizamos que as mudanças instigadas pelo paradigma da acumulação flexível, sejam elas provenientes das alterações na legislação trabalhista, sejam proporcionadas pela reorganização das maneiras de produzir, concorrem para a existência do exército industrial de reserva (EIR), que, conforme Marx (1971), tratando do século XIX, seriam todos os trabalhadores que estivessem desempregados ou parcialmente empregados. Qual a relação EIR com os trabalhadores informais de hoje? Trataremos disto no capítulo cinco.

#### **2.4. Tecendo as relações entre informalidade, flexibilização, precariedade e precarização: características inerentes à indústria de confecções?**

A perspectiva que estamos adotando nesta tese é a de que a terceirização, a subcontratação, a informalidade e a flexibilização, quando relacionadas às características do trabalho que compõem a cadeia de produção da indústria de confecção e passam a ser reivindicadas como estratégias de gestão administrativas e de gestão da força de trabalho que se caracterizam como necessárias à modernização das empresas do setor. A modernização das indústrias é associada à sua capacidade de diversificar a produção e de atender, em tempos mínimos, à

demanda do mercado consumidor e à demanda, no caso de terceirização e subcontratação, das empresas contratantes. Nesse cenário, o fracionamento e a especialização e qualificação das etapas de produção garantem a flexibilidade e adaptação da cadeia produtiva às inovações ocasionadas pelas variadas tendências da moda.

Por este ângulo, afóra o fato de o trabalho informal sempre ter existido, convivendo no processo histórico com a introdução da regulação do mercado de trabalho e o incremento da proteção social, alguns autores, pensando a realidade brasileira, apontam que o trabalho informal, além de ter crescido, tem-se complexificado nas suas formas de ocorrência com a introdução da flexibilização dos processos e das relações de trabalho e a internacionalização do processo produtivo, como já discutido anteriormente. Assim, este item visa a apresentar uma breve exposição de como a prática da flexibilização e o fenômeno da informalidade relacionam-se com a ideia de precariedade. Também fitamos apresentar as ideias de: processos de precarização e precariedade do emprego e do trabalho e diferenciá-las.

Discorrendo sobre a atual fase do capitalismo, a da organização flexível, Druck (2011b) elucida que tal interpretação traz consigo a ideia de que é inerente ao capitalismo, em seu desenvolvimento histórico, o processo de transformação, visando, sobretudo, a aprimorar as formas de acumulação através da superação dos fatores que, em algum momento, oferecem resistência a esse processo. Contudo, a autora acrescenta que nesse processo de transição histórica “[...] velhas e novas formas de trabalho e emprego coexistem, são combinadas e, ao mesmo tempo, se redefinem indicando um típico movimento de metamorfose [...]” (DRUCK, 2011b, p. 42). Esta atual metamorfose contribuiu para a precarização social do trabalho.

Apoiando-se em Robert Castel<sup>24</sup>, Druck (2011b) assume que a precarização social e a precarização do trabalho são elementos centrais da nova dinâmica de desenvolvimento do capitalismo, o que cria uma condição de vulnerabilidade social. A partir deste posicionamento, a autora esclarece que se a precarização social do trabalho é o centro da dinâmica do capitalismo, ela é entendida como uma estratégia

---

<sup>24</sup> Esse enfraquecimento tem como referência a forma clássica de relação salarial que se constituiu ao longo do desenvolvimento do capitalismo até os anos 1970. Nos termos de Castel “Na sociedade salarial” estabelecida depois da Segunda Guerra Mundial na Europa Ocidental, quase todos os indivíduos são cobertos por sistemas de proteção cuja história social mostra que eles foram construídos a partir do trabalho. Uma sociedade salarial não é apenas uma sociedade na qual a maioria da população ativa é assalariada. É sobretudo uma sociedade na qual a imensa maioria da população tem acesso à cidadania social, primordialmente, a partir da consolidação do estatuto do trabalho (2005, p. 33).

de dominação. Os instrumentos utilizados pelo capital para tal exercício de dominação são a força e o consentimento.

A força se materializa principalmente na imposição de condições de trabalho e de emprego precárias frente à permanente ameaça de desemprego estrutural criado pelo capitalismo [...]. O consenso se produz a partir do momento em que os próprios trabalhadores, influenciados por seus dirigentes políticos e sindicais, passam a acreditar que as transformações no trabalho são inexoráveis. (DRUCK, 2011b, p. 43).

Em suma, Druck (2011b) desenvolve o argumento de que a precarização passa a ser consentida pelos trabalhadores, motivada pelo sentimento de insegurança. Daí surge a concepção da precarização como uma escolha, uma opção política e não apenas “fatalidade econômica”. Frente a essa situação, o paradigma da flexibilização age, então, como um instrumento de fomento da precarização. Portanto, conforme a autora supracitada, temos um olhar específico sob a forma de relacionar flexibilidade, precariedade e informalidade, no qual a precarização é compreendida como a implicação mais forte da flexibilização, sendo a informalidade uma das formas de manifestação da precarização social do trabalho.

Com relação ao Brasil, essa afirmação tem como pano de fundo o fato de que a informalidade deixa de ser característica das regiões menos desenvolvidas, a exemplo do Nordeste, e passa a fazer parte de regiões metropolitanas e industrializadas. A autora também destaca o fato de que neste movimento de renovação da informalidade, ela também está cada vez mais constituída por atividades de trabalho não necessariamente desqualificadas. Aqui, novamente, a autora faz referência a Robert Castel e enuncia que a condição de vulnerabilidade social, desenvolvida pelo autor, agora se amplifica e atinge de forma indiscriminada, embora diferenciada, a todos os trabalhadores. Apontando para diagnóstico semelhante, Lima (2014) frisa que o que se pode acrescentar à precarização inerente do trabalho no capitalismo é a constante desestabilização dos estáveis.

Para a perspectiva teórica adotada nesta tese é importante destacar que, ao analisarmos o incremento na forma de organização do trabalho, embora estejamos focando em uma realidade empírica específica, nos aproximamos da reflexão desenvolvida por Graça Druck, como destacado acima, e também de Leite Lopes (2011), quando o autor afirma que “no caso do Brasil, que parte de uma história de



quatro séculos de escravidão, a precarização do trabalho é uma característica constitutiva de sua formação social” (p.2). Também é importante ressaltar que na nossa realidade empírica não temos uma precarização social nos termos de Castel (2005), isto é, a vulnerabilidade social pela perda dos suportes sociais, uma vez que a precariedade é característica constitutiva da realidade histórica da região.

A discussão acerca do que é trabalho precário dialoga com duas principais dimensões de análise: uma está relacionada à ausência ou à redução de direitos e garantias do trabalho; a outra acerca das condições para realização do trabalho. Visto isso, para nos guiar nas definições, em função das múltiplas interpretações desenvolvidas pelos estudos do trabalho a respeito da ideia de precariedade, optamos por seguir as orientações de Marcelino (2011):

[...] É necessário hoje, a distinção entre precariedade do emprego (fim ou enfraquecimento das proteções sociais ao trabalho) e precariedade do trabalho (condições que, independentemente do estatuto do trabalhador, geram sofrimento: intensificação do ritmo de trabalho, pressões por cumprimento de metas, etc.). Na nossa compreensão, a realidade brasileira aponta que precariedade do emprego e precariedade do trabalho podem, e vêm, associadas (p.58)

A respeito dos termos precariedade e precarização Vêras de Oliveira (2011a) e Leite (2009) chamam atenção para a importante diferença na compreensão da noção de trabalho precário. Assim, a *precarização* é empregada quando pretendemos realçar uma situação de crescente piora, no sentido de perda de direitos e adoção de vínculos mais instáveis, ao passo que o emprego de *precariedade* se dá quando se objetiva salientar para além de um processo, ou seja, quando se quer realçar um estado, uma condição já alcançada. Consideramos a diferença apontada pelo autor como fundamental e funcional para analisarmos nosso objeto empírico e afirmamos que no PCAP, como será demonstrado, temos um processo de reprodução da precariedade do emprego e do trabalho, através da persistência não só da informalidade, mas das condições de realização do trabalho no setor de confecções, e menos um processo de precarização, uma vez que as relações e condições precárias de trabalho já estão na sua gênese.

A precariedade das condições de trabalho no setor de confecções em Caruaru se manifesta tanto na produção como na comercialização das confecções. O aglomerado produtivo da região do PCAP, que pouco a pouco foi sendo

regulamentado, também está sendo, pouco a pouco, descoberto por cadeias de lojas de artigos de confecção, que passaram a comprar seus produtos como estratégia para combater a competitividade dos produtos importados, principalmente chineses (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). Esse encontro – que talvez esteja mais para choque - também contribuiu para a reprodução da precariedade, uma vez que pequenos e médios fabricantes passam a trabalhar como subcontratados de redes de terceirização, mesclando, conforme a situação, formal e informal, legal e ilegal.

Essa imbricação será explorada com mais considerações no próximo capítulo que tem por objetivo descrever a história da gênese do PCAP e a configuração atual da produção de confecções no município de Caruaru. Na próxima sessão apresentaremos um panorama geral, objetivando um breve resgate histórico do estabelecimento da indústria têxtil e de confecção na região Nordeste, com foco para o Estado de Pernambuco.

## **2.5 A indústria de confecções e a industrialização do Nordeste**

No que tange ao setor têxtil e de confecções na região do Nordeste brasileiro, suas primeiras ações remontam às fiandeiras manuais que transformavam o algodão em fios e posteriormente em tecidos, de baixa qualidade, usados para roupas de escravos e da população pobre da região. Segundo Heleno (2013) *apud* Andrade (1981), a primeira fábrica destinada à fiação e tecelagem da região do Nordeste brasileiro, em 1822, foi instalada na cidade do Recife-PE.

Conforme destacado por Burnett (2013), o pesquisador Manuel Correio de Andrade conclui que desde 1750 até 1940 o algodão foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana de açúcar com algum êxito, na disputa pelas terras e pela mão de obra. Desde o início do século XVIII produzia-se algodão no Nordeste, mas, conforme a autora supracitada

[...] em meados do século XIX, mais precisamente na década de 1841-50, mudas de algodão herbáceo, vindas dos Estados Unidos, foram introduzidas e adaptadas ao Agreste e Sertão pernambucano. Houve então um *boom* algodoeiro, atingindo seu ápice durante a Guerra de Secessão (1861-64), permitindo a mobilidade social de muitas pessoas (2013, p.27).

Portanto, os conflitos nos Estados Unidos da América, como a Guerra da Independência (1775 - 1783) e a Guerra da Secessão (1861 – 1865), tiveram no Nordeste um impacto econômico muito positivo, pois impulsionaram sua indústria têxtil, uma vez que o conflito desorganizou as lavouras de algodão do Sul dos Estados Unidos e isso levou a Inglaterra a procurar o Brasil para se tornar fornecedor desta matéria-prima. Os conflitos impediam que os produtos da região sul do país abastecessem o mercado inglês, desse modo, o Nordeste ocupou o posto vago e passou a suprir a demanda inglesa até o restabelecimento das relações entre os Estados Unidos e a Inglaterra, o que conseqüentemente afetou o mercado de algodão no Brasil.

A relação do setor têxtil com o setor açucareiro é de igual modo fator de relevância para o desenvolvimento da região. A relação entre os setores se faz presente na demanda, uma vez que os tecidos produzidos pelo setor têxtil eram destinados para a confecção de roupas da população trabalhadora das usinas e para a fabricação de sacos destinados a ensacar o açúcar produzido. Todavia, a maior relação está nas origens desses dois setores produtivos, pois, como ressalta Oliveira (1993), o cerne familiar de investimento era o mesmo para ambos os setores.

O Nordeste conheceu amplo desenvolvimento nos setores açucareiro e têxtil entre os anos 1860 e 1950, a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra assalariada e um amplo mercado interno foram fatores importantes para o início do seu desenvolvimento. O setor têxtil da região Centro-Sul se ocupou em atender a demanda do mercado externo, enquanto o Nordeste focou no mercado interno e de baixa renda.

Esse período favorável se beneficiou da ampla existência de matéria-prima e de um farto mercado consumidor na região. As roupas produzidas na região tinham como forte mercado consumidor os trabalhadores das usinas de açúcar. No ano de 1907, a cidade de Recife-PE contava com seis das trinta e cinco maiores fábricas têxtil do país<sup>25</sup> (HELENO, 2013).

As duas guerras mundiais tiveram impacto direto sobre o crescimento e baixa na economia do Nordeste. Com a deflagração da I Guerra Mundial (1914-1918) se observou uma queda nas importações de produtos provenientes das regiões

---

<sup>25</sup> Em 1918, Pernambuco contava com 3.237 teares, 11.960 fusos e 6.723 trabalhadores, consumindo aproximadamente 6.130.00 quilos de algodão.

envolvidas no conflito, possibilitando assim que o Nordeste ocupasse esse mercado<sup>26</sup>. O setor chegou até mesmo a ampliar a jornada de trabalho para que fosse possível aumentar a produção.

Essa fase de crescimento durou até o *crash* da bolsa em 1929, pois a crise mundial foi sentida de igual modo pelo Brasil e pelo Nordeste. Em decorrência da crise as importações e exportações brasileiras foram drasticamente reduzidas. Diante desse cenário mundial, o Nordeste passa a perder mercado interno, pois “o Centro-Sul passou a aumentar a sua produção de algodão, alimentando seu mercado e tornando-se, portanto, um eminente concorrente para o algodão nordestino e sua indústria têxtil” (HELENO, p.125, 2013).

Essa baixa na produção é interrompida com o início da II Guerra Mundial (1939-1945), o estado de Pernambuco é fortemente beneficiado pela demanda por tecidos, passando então a exportar para os Estados Unidos da América, Europa e América Latina.

Em síntese, Lima e Ferreira (1994) afirmam que é possível caracterizar a industrialização do Nordeste em três períodos distintos, como destacado na seguinte passagem:

O primeiro, do final do século passado aos anos 20, com a instalação de fábricas de tecidos nos diversos estados da região, principalmente na Bahia e em Pernambuco, acompanhando o auge da produção algodoeira [...]. A vocação têxtil regional resultou historicamente da oferta de matéria-prima de boa qualidade, fruto da cultura do algodão [...]. A produção algodoeira do Nordeste vai responder à demanda crescente das tecelagens do Sul e Sudeste, dominando até 1930 o mercado nacional. Esse quadro vai sofrer alteração significativa com a crise do café e o incremento da cultura algodoeira em São Paulo, cuja produção sofreu saltos formidáveis. No decorrer de uma década, a produção paulista de algodão pulou de modestas 8.350 toneladas, em 1931, para 307.337 toneladas, em 1940, o que significou quase triplicar o volume de toda a produção nacional do final da década anterior (LIMA e FERREIRA, 1994, p. 85).

Ainda conforme os autores, o segundo período da industrialização regional ocorre entre as décadas de 1930 e 1960 e é caracterizado pela concentração do parque industrial no centro-sul, o que provocou a não expansão na indústria têxtil no Nordeste embora, como destacado acima, ela tenha conseguido se manter devido à exportação de sua produção. Temos, portanto, uma ascensão do setor durante a II

---

<sup>26</sup> O estado de Pernambuco manteve suas taxas de crescimento após o término da guerra, pois possuía matéria-prima em abundância e mão de obra mais barata que os demais estados.

Guerra Mundial e declínio no Pós-guerra, com o fechamento de fábricas, redução da produção e aumento do desemprego.

No ano de 1957, é criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob a coordenação do economista Celso Furtado, grupo esse que tinha por objetivo realizar um diagnóstico acerca dos entraves para o desenvolvimento da região Nordeste e assim propor ações para superar esses obstáculos. Dentre as ações propostas pelo GTDN se destacaram: industrialização, reestruturação agrícola, colonização e investimento em energia. Como resultante das ações é criada, no ano de 1958, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que tinha entre suas diretrizes a promoção do desenvolvimento e a redução das desigualdades (VÉRAS de OLIVEIRA, 2015). A estratégia inicial da SUDENE visava à industrialização do Nordeste como forma de superar as dificuldades geradas pela velha base agroexportadora da Região (BACELAR, 2000).

A implantação do programa estatal de desenvolvimento industrial comandado pela SUDENE, iniciado a partir dos anos 1960, marca o terceiro período de industrialização da região Nordeste, como descrito por Lima e Ferreira (1994):

Com a Sudene veio o programa de modernização da indústria têxtil e os incentivos à implantação de novas fábricas. As fábricas locais se modernizaram de forma diferenciada; algumas permanecendo ao largo desse processo. Todavia, a maioria não sobreviveu ao que podemos chamar de industrialização incentivada. A modernização deu maior fôlego às fábricas, que foram enxugando gastos, se desfazendo das vilas operárias e demitindo operários estáveis. Assim aconteceu em Pernambuco, onde as fábricas fechadas superaram as novas ali instaladas [...]. Recife, a maior cidade regional, até a década de 60, concentrou historicamente o maior parque industrial do Nordeste e, conseqüentemente, o maior contingente operário. Com suas fábricas e vilas operárias, foi considerada durante certo tempo como uma cidade operária por excelência, marcada pelas lutas dos trabalhadores e por sua combatividade política. Entre 1960 e 1990, Recife assistiu ao fechamento da maioria de suas indústrias tradicionais: algumas na década de 60 e outras, cuja modernização permitiu uma sobrevida, funcionaram até o início dos anos 80. Nesse período, muitas sofreram alterações no controle acionário, transferido do empresariado local para grupos nacionais. E novas fábricas foram implantadas, geralmente filiais de grupos sulistas ou de multinacionais. O contingente operário foi reduzido pela metade. Foram importados trabalhadores qualificados e implementados projetos de qualificação operária. Por outro lado, houve categorias de trabalhadores fabris vinculados aos chamados setores dinâmicos, como o de químicos e o de metalúrgicos, que cresceram numericamente e em importância econômica, sobrepujando o operariado têxtil.

Contudo, mesmo com sua produção em baixa, o setor têxtil e de confecções manteve sua importância<sup>27</sup> para a região Nordeste. O crescimento derivado da ação da SUDENE foi importante para a diversificação e modernização não apenas do setor têxtil e de confecções, mas para toda a indústria nordestina. Porém, isso não significou redução das desigualdades da região, como salienta Heleno (2013), o que ocorreu foi a inserção do Nordeste em uma nova dinâmica de divisão do trabalho nacional, passando a fornecer mão de obra barata para o Centro-Sul do país. Com a industrialização da região as relações de trabalho nessa localidade passaram a ser mais heterogêneas, conforme evidencia Vêras de Oliveira (2015, p. 51)

Para os que não conseguiam se alocar nas velhas e novas oportunidades de trabalho assalariado, restaram sempre as “opções” do auto emprego ou da migração. Sendo que, muitas vezes, uma redundava na outra. O trabalho autônomo, informal, não só continuou sendo um refúgio ao desemprego nas áreas urbanas nordestinas, como foi intensificado nesse novo processo de industrialização da Região. Quanto à migração, Araújo comenta (2002, p. 33): *“entre 1960 e 1980, estima-se que deixaram a região cerca de quatro milhões de nordestinos”*.

Com as ações da SUDENE, a indústria têxtil e de confecções se modernizou, e devido aos incentivos fiscais a região passou a atrair filiais de empresas do Centro-Sul. Por meio da intervenção da SUDENE, o estado de Pernambuco retoma seu desenvolvimento industrial, sendo o estado com maior número de projetos aprovados junto a superintendência. Ao final da década de 1960, a Grande Recife é retirada da faixa de prioridade de incentivos fiscais, provocando queda no setor têxtil pernambucano<sup>28</sup>. Mesmo com tal queda na produtividade, Heleno (2013) caracteriza que as ações da SUDENE para com o estado de Pernambuco foram bem-sucedidas em relação aos seus propósitos. Já a década de 1980 é marcada por uma grave crise econômica em âmbito nacional, que dentre outros fatores, favorece para que a SUDENE perca sua força diante de suas proposições. O período é marcado por elevadas taxas de juro, alta da inflação e aumento do desemprego.

Concomitante à ação da SUDENE para promover o desenvolvimento econômico na região nordeste foi sendo instigado (o que também se refletiu na forma de organização da indústria de confecções em Pernambuco) o arcabouço ideológico

---

<sup>27</sup> Entre os anos de 1967 e 1989, a indústria do Nordeste elevou seu PIB de 22,6% para 29,3% e o setor de serviços, de 49,9% para 58,6%, a agropecuária encolheu de 27,4% para 18,9% (VÉRAS de OLIVEIRA, 2015, *apud*, ARAÚJO, 2002).

<sup>28</sup> Esta ação favoreceu principalmente os estados da Paraíba e Ceará.

da necessária modernização da gestão empresarial. O projeto da SUDENE achava importante investir em capacidade tecnológica e no desenvolvimento de novas técnicas gerenciais, como fica claro pela seguinte passagem:

A SUDENE – que buscou tirar o Nordeste do “atraso” e do descompasso em face da industrialização do Sudeste [...] percebia que além da necessidade de vultosos incentivos materiais visando à industrialização, era necessário a capacitação tecnológica e a capacidade de assimilar novas técnicas gerenciais (LIMA, 2011, p. 29).

A despeito disso, conforme Burnett (2013) a indústria têxtil pernambucana, apesar de ter sido pioneira e bem estruturada, não conseguiu acompanhar a modernização tecnológica do setor como aconteceu no Sudeste, mais especificamente São Paulo, levando a disparidades econômicas regionais entre as regiões Nordeste e Sudeste até hoje existentes.

A partir da década de 1990, a abertura comercial do país acirra a concorrência industrial, em especial o setor têxtil e de confecções, que não são capazes de competir com os baixos preços apresentados pelos concorrentes internacionais. Segundo Vêras de Oliveira (2015), a implementação de políticas de viés neoliberal, resultando em um encolhimento das ações governamentais, foram especialmente sentidas pelo Nordeste<sup>29</sup>.

No estado de Pernambuco, a década de 90 se caracterizou pelo processo de implementação gradativa da reestruturação produtiva, semelhante àquele ocorrido em nível nacional, em que a competitividade das indústrias de confecções passou a ser definida, sobretudo, pelo pagamento de baixos salários, baixa estrutura sindical e encargos sociais. Em Pernambuco o processo de reestruturação lançou mão, de maneira intensa, da estratégia de realocação da indústria de confecção. Conforme Melo (2000), isso se verificou pelo fechamento das pequenas indústrias que ainda existiam na região metropolitana de Recife e o surgimento de novas pequenas indústrias de confecções no interior do estado, na região do Agreste Pernambucano.

As transformações no Agreste, portanto, também estão vinculadas, em certa medida, à abertura comercial brasileira às importações, o que afetou profundamente o setor da indústria têxtil-confecção. Mas, o Agreste, diferentemente de outros Estado do Nordeste, como Bahia e Ceará, não recebeu as indústrias do Sul e Sudeste que,

---

<sup>29</sup> A SUDENE e as políticas de desenvolvimento regional sofreram crescente desgaste, até sua extinção em 2001.

num movimento de reestruturação produtiva deslocaram suas fábricas visando reduzir custos. O Agreste sofreu a influência de uma realocação da base industrial que se deu dentro do próprio Estado e sem incentivos governamentais, o que nos permite afirmar que os empreendedores que lá chegaram somaram-se aos já existentes e desenvolveram seus negócios nesta localidade sobre as mesmas condições.

Como já fora destacado na introdução desta tese e melhor será explorado no próximo capítulo a região do Agreste pernambucano produz confecção desde a década de 1950 e a chegada de novas indústrias foi um catalizador das transformações que estamos investigando neste estudo. Neste sentido, concordamos com Burnett (2014, p.241) quando a autora considera que a “[...] a reestruturação produtiva, que atingiu a região do agreste pernambucano a partir da década de 1990, encontrou um terreno fértil [...]” e também acrescentamos que encontrou um mercado improvisado pela necessidade de sobrevivência, e em plena expansão, caracterizado pela produção de confecções baseada em relações de trabalho informais, sobretudo porque esta produção estava e ainda está constituída de pequenas oficinas domiciliares, produzindo artigos de vestuário com mão de obra familiar. Embora a autora citada esteja tecendo suas observações com relação ao processo de formação e transformação do espaço da Feira da Sulanca na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, o mesmo ocorre com a indústria de confecções nos três principais municípios do Agreste: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

A região, então, começou a receber trabalhadores e empresários de outras regiões atraídos por esse mercado sem regulação formal. A feira que era “livre” começou a ser transformada e regulada mais fortemente pelas instituições estaduais e federais. As relações de trabalho mudaram e com elas: a matéria-prima, os modos de produção, os fornecedores, os clientes e, o que era “feira livre”, virou *Shopping Center* [...] (BURNETT, 2014b, p.241)

É notório, portanto, que as dinâmicas da reestruturação produtiva vêm produzindo transformações no mundo do trabalho e, como já destacamos, pouco a pouco essas transformações estão sendo sentidas na indústria de confecções em Pernambuco e produzindo impactos na vida dos trabalhadores e trabalhadoras da confecção. Para finalizar este capítulo iremos destacar as implicações do paradigma da acumulação flexível no Brasil e introduzir alguns apontamentos acerca do cenário do Brasil a partir da década de 2000, com o objetivo de buscar subsídios para refletir porque o trabalho flexível e precário, e a informalidade, oriundos sobretudo dos



processos de flexibilização, parecem adquirir a condição de uma tendência hegemônica de organização do processo produtivo e das relações de trabalho na produção de confecções em Caruaru.

## **2.6. As implicações da acumulação flexível e o cenário do Brasil nos 2000**

A literatura que reflete a respeito da sociedade brasileira, produzida no âmbito da sociologia do trabalho, afirma que há uma mescla entre os elementos do taylorismo-fordismo e elementos oriundos das formas toyotistas e/ou da acumulação flexível. Todavia, ao enraizarem-se no Brasil, essas formas de organização do trabalho e da vida ganham novos contornos pelos seguintes motivos: a) na nossa realidade a informalidade nas relações de trabalho sempre esteve presente; b) o recente processo de industrialização, iniciado lentamente na década de 1930, ocorre de maneira desigual em diferentes regiões do país; c) pelo fato de nossa industrialização, seguindo a lógica de substituição de importações, ter iniciado pela produção de bens de consumo não duráveis, como roupas e alimentos, para os quais não necessitava de grandes investimentos, nem mão de obra muito qualificada, podendo-se confeccionar os produtos em pequenas unidades para atender o mercado local. Os principais ramos industriais da época, de 1930 a 1950, foram o têxtil, da alimentação e bebidas, vestuário, calçados, chapéus, etc. Essas indústrias eram geralmente de base familiar, que aos poucos foram criando as condições para que “[...] as oficinas de conserto se transformassem em indústrias de máquinas e equipamentos, embora de limitado nível de sofisticação tecnológica” (BRUM, 1997, p. 215).

Pochmann (2009) destaca que entre 1930 e 1970 o Brasil foi um dos países que mais cresceu no mundo. Entretanto, o avanço e consolidação do capitalismo ocorreram de forma geográfica muito concentrada, especialmente na região sudeste do país. Nas palavras do autor, esses espaços divididos conformam:

Uma parte importante das características do padrão de desenvolvimento brasileiro, constituído por dois círculos diferenciados, como uma espécie de andar de cima e outro andar de baixo, resultou da própria natureza de intervenção do Estado. Ao se voltar objetivamente para o andar de cima da economia (grandes e médias empresas) o Estado viabilizou sua modernização parcial, mas deixou à margem parcela significativa do andar

de baixo, geralmente representado pelas micro e pequenas empresas. (POCHMANN, 2009, p. 54)

Tendo como base os novos modos flexíveis de produção, a economia brasileira – depois de passar por um período de estagnação do crescimento econômico devido à retração da produção industrial na década de 1980 –, chega a uma fase de abertura econômica inspirada nos ideais liberais em curso no mundo e que encontraram espaço para se desenvolver devido à crise econômica. Conforma-se, portanto, um cenário em que o intervencionismo estatal é duramente criticado e vai cedendo lugar, de forma acelerada, a propostas de desregulamentação da economia, abertura comercial completa, Estado mínimo, privatizações e, no que se refere à organização do trabalho, a adoção em grande medida da reestruturação produtiva como novo paradigma, o que traz consequências para os trabalhadores formais urbanos.

A respeito dessas mudanças Pochmann (2009) enfatiza que no período da industrialização nacional (1930 -1980),

[...] o papel do Estado foi fundamental na construção de um novo padrão de relações e condições de trabalho em todo o país, sinalizando o movimento de valorização do emprego, por meio da aplicação e fiscalização da regulação pública (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) (POCHMANN, 2009, p.128).

Contudo, a crise da década de 1980 e a adoção de políticas de corte neoliberal iniciadas em 1990, associadas à diminuição da fiscalização efetiva pelo poder público da legislação social e trabalhista, assim como o consentimento às recorrentes reformas nas formas de uso e remuneração dos trabalhadores, transportam-nos para um cenário, segundo Machado da Silva (2003), no qual a informalidade (que até o final dos anos 1980 era percebida como um problema) começa a ser interpretada como sinônimo de flexibilização das relações de trabalho, consequência da “inevitável” integração do Brasil ao mundo globalizado e flexível.

Analisando as posições teóricas sobre a regulação do trabalho no contexto da década de 1990, Krein, Santos e Nunes (2012) e Krein (2013a) elucidam que estavam, e ainda estão, em voga teses distintas acerca da forma de atuação do Estado na regulação do trabalho. Das três principais correntes de pensamento, duas delas pleiteiam a necessidade de uma flexibilização das relações trabalhistas, partindo de perspectivas distintas, mas concordando que a flexibilização dos contratos de trabalho seria a solução para os problemas do nosso mercado de trabalho. Essa, junto com a

simplificação da legislação trabalhista e previdenciária, engendraria as condições necessárias para aumentar a produtividade e competitividade das empresas, além de fomentar a criação de empregos ao facilitar a entrada dos trabalhadores no mercado formal. Essa visão que responsabiliza a regulação pública do trabalho pela dificuldade de crescimento econômico é denominada pelos autores de “posições pró-flexibilização”. A respeito delas, resumidamente, destacamos que:

A primeira posição, com caráter nitidamente ajustado aos preceitos do neoliberalismo [...] encontra respaldo nas posições das principais entidades empresariais do país e de importantes organismos multilaterais, tais como o FMI, Banco Mundial e OMC. A segunda, com base teórica novo-keynesianos, aponta para a institucionalidade existente no país como responsável pelos problemas do mercado de trabalho, a partir da visão de que há uma flexibilidade perversa para ganhos de produtividade (KREIN, SANTOS E NUNES, 2012 p. 4).

A segunda posição, portanto, ao contrário da primeira, afirma que o mercado de trabalho já é historicamente flexível, uma vez que existe uma “[...] institucionalidade que cria incentivos para a celebração de contratos de trabalho de curto prazo” (p. 5). Esses contratos, por sua vez, caracterizam-se pela alta rotatividade de mão de obra, refletindo na baixa produtividade e prejudicando a competitividade da indústria. Os incentivos institucionais, por conseguinte, estariam presentes na própria regulação do trabalho:

O seguro-desemprego e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) gerariam incentivos a contratos de trabalho de curto prazo, pois representam formas de gratificação pela despedida. Esses elementos podem fazer com que o trabalhador deseje a demissão para receber um ganho presente, ainda mais se a economia e a taxa de criação de empregos estiverem em fase de crescimento acelerado (KREIN, SANTOS e NUNES, 2012, p.6).

Destacamos esses argumentos dado que, como será desenvolvido no capítulo 4, eles representam o ponto de vista de quase todos os empreendedores confeccionistas que participaram de nossa pesquisa. Na visão dos empresários, a qualidade da mão de obra, em geral, é muito aquém das necessidades da sua indústria. Eles também indicam que todos os trabalhadores, em algum momento, irão provocar situações que levem seus patrões a despedi-los para “desfrutarem” do seguro desemprego e acumularem o benefício com a renda proveniente de atividades realizadas na informalidade, devido à farta oferta de trabalho na produção de

confeções.

A terceira posição é de crítica às duas primeiras. Esta, da qual os autores citados fazem parte, advoga que o enfraquecimento da regulação pública do trabalho significa uma maior precarização, levando a uma condição de insegurança e um estado de precariedade no mercado de trabalho brasileiro.

Por fim, frisamos que o paradigma da acumulação flexível, que advoga pela necessidade de flexibilização das relações de trabalho, tornou-se hegemônico na década de 1990, provocando o aumento da informalidade, como discutimos no capítulo 1. Como consequência, e esta é uma implicação da fase atual do capitalismo baseada na organização flexível, a informalidade começa a ser percebida, a partir da década de 2000, como um fenômeno que persiste e que pode ser tomado tanto como alternativa ao desemprego, e nesse sentido tem suas virtualidades, quanto como estratégia empresarial nos processos de subcontratação e terceirização.

No caso da indústria de confeções, dois elementos constitutivos do processo produtivo, fracionamento das etapas e a pouca exigência técnica para a produção, facilitam o processo de flexibilização da produção, como já destacamos anteriormente. Contudo, na contemporaneidade esta subcontratação intensifica-se, uma vez que está fundamentada na terceirização via flexibilização dos contratos trabalhistas e na reutilização do trabalho em domicílio, reproduzindo a precarização das condições de trabalho.

Não obstante, alguns autores (KREIN, SANTOS E NUNES, 2011; BALTAR E KREIN, 2013) indicam que, a partir de 2002, com o primeiro governo Lula, embora os argumentos pró-flexibilização continuassem e continuem fortes, sobretudo do ponto de vista da iniciativa privada, a agenda flexibilizadora foi perdendo espaço. A constatação dos autores é fruto de trabalho de investigação que analisa a lógica das mudanças legais e institucionais na regulação social do trabalho entre 2002 e 2009, o que os autoriza a afirmar que houve uma diminuição das alterações legais que incentivariam a flexibilização.

Essas medidas refletiram-se no crescimento da formalização dos contratos de trabalho, impulsionado também pela considerável elevação das taxas de crescimento econômico, a partir de 2007. Conforme Krein, Santos e Nunes (2011),

Os dados da PNAD/IBGE mostram que ocorreu, entre 2006 e 2009, uma forte expansão do emprego assalariado formal no setor privado (13,7%) e do

emprego no setor público (9,4%) [...]. Por outro lado, o emprego assalariado sem carteira apresenta uma queda de 2,7% e dos trabalhadores não remunerados de 20,4%, entre 2006 e 2009; o universo de trabalhadores por conta própria aumenta apenas 0,8% (KREIN, SANTOS E NUNES, 2011, p. 50).

Visto isso, os autores afirmam que o governo Lula, especialmente no segundo mandato, buscou estabelecer uma política voltada ao enfrentamento da informalidade. Esse argumento fundamenta-se nos dados da PNAD/IBGE, indicando que:

Além do aumento do assalariamento e da formalização, a estrutura ocupacional brasileira também melhorou pela queda das ocupações precárias e/ou informais/ilegais. O conjunto dos assalariados sem carteira, dos trabalhadores por conta própria, dos trabalhadores domésticos e sem remuneração apresentou redução absoluta (-1,1%) (KREIN, SANTOS E NUNES, 2011, p. 51).

Dentre as iniciativas governamentais realizadas por meio de incentivos legais para uma maior regulação e formalização do trabalho, importa destacar, para os objetivos desta tese, a incorporação e inserção dos trabalhadores envolvidos em situações de negócios e de trabalho informais em processos formalizados. Exemplos<sup>30</sup> dessas medidas são a Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, que instituiu o Super Simples Nacional e a Lei Complementar nº 128, de 19 de Dezembro de 2008, que cria a figura do Microempreendedor Individual (MEI) - entrou em vigor em julho de 2009 -, e que visa a converter o trabalhador informal em empreendedor individual, tendo por objetivo formalizar aqueles que se encontram em pleno desenvolvimento de atividades na economia informal, garantindo acesso a benefícios previdenciários e maior garantia na comercialização dos produtos através da nota fiscal. O incentivo para a formalização se dá, também, pela redução do valor da contribuição previdenciária do autônomo ou do microempreendedor individual (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a; PEREIRA, 2011; KREIN, SANTOS E NUNES, 2011).

---

<sup>30</sup> Para ler mais sobre o assunto, o artigo intitulado *Trabalho no governo Lula: avanços e contradições*, de José Dari Krein, Anselmo Luis dos Santos e Bartira Tardelli Nunes, de 2012, é um importante guia para conhecer e compreender tanto as principais medidas governamentais flexibilizadoras das relações de trabalho, como as mediadas que vão contra a tendência de flexibilização do trabalho, no período de 2003 a 2010. Nessa mesma acepção pode-se ler outro artigo de José Dari Krein: *As relações de trabalho no Brasil na primeira década do século*. Ambos referidos nas referências bibliográficas.

Rosenfield e Almeida (2014) esclarecem que o Simples Nacional visa a enquadrar Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) e simplifica tanto a burocracia tributária como as formas de registro, objetivando incentivar a criação de novas e pequenas empresas. O mesmo objetivo é o que motiva a criação do MEI: estimular a atividade econômica. As autoras explicam que:

Com esse intuito, o Estado brasileiro reduziu a carga fiscal e as formalidades burocráticas a fim de tornar mais atraente a articulação entre formalização individual e pagamento de impostos. A exoneração de impostos permite pagar tão somente um valor fixo mensal. Vantagens sociais são igualmente propostas em contrapartida à formalização da atividade – que passa a dispor de inscrição no CNPJ –, como a possibilidade de abrir conta bancária, solicitar financiamentos, emitir notas fiscais e de contribuir com a previdência social para ter direitos, tais como salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria, seguro em caso de falecimento ou invalidez etc (ROSENFELD e ALMEIDA, 2014, p. 257).

Reportamo-nos a estas duas estratégias governamentais de incentivo à formalização pelo fato da indústria de confecções em Caruaru ser composta majoritariamente por Micro e Pequenas Empresas e Empresas de Pequeno Porte<sup>31</sup>. Refletiremos, nos próximos capítulos, em que medida estas iniciativas contribuem para os processos de formalização e regularização fiscal dos empreendimentos industriais em Caruaru.

Embora se reconheça os avanços acerca da regulação e da proteção social do trabalho, detectados pela melhora nos indicadores de emprego e de formalização das relações de trabalho, análises no âmbito da economia e da sociologia do trabalho destacam que também coexistem movimentos contraditórios (KREIN, SANTOS, MORETTO, 2013; KREIN, 2013a; KREIN, 2014; CARDOSO Jr, 2013). A contradição se expressa pelo fato de a ampliação do emprego protegido e de direitos relacionados ao trabalho terem andado juntas com o avanço do processo de flexibilização do trabalho. Para KREIN (2014), a compreensão deste movimento contraditório deve

---

<sup>31</sup> Conforme SEBRAE, a classificação tem por base: a) a receita anual bruta: Microempreendedor Individual - MEI - Lei 123/06 - Até R\$ 60.000,00; Microempresa - ME - Lei 123/06 - Até R\$ 360.000,00; Empresa de Pequeno Porte - EPP - Lei 123/06 - De R\$ 360.000,01 até R\$ 3.600.000,00. b) o número de empregados. Na indústria, segue-se a seguinte classificação: Micro: com até 19 empregados; Pequena: de 20 a 99 empregados; Média: 100 a 499 empregados; Grande: mais de 500 empregados.

considerar a trajetória do nosso país com relação à estruturação do mundo do trabalho. Por isso, o autor apresenta as observações que destacamos abaixo:

[...] o processo de estruturação do nosso mercado de trabalho — iniciado nos anos 1930 — foi incompleto, interrompendo-se na crise econômica dos anos 1980. Apesar dos avanços substantivos entre os anos 1930 e 1980, o mercado e as relações de trabalho apresentam algumas características estruturais não superadas na nossa história: excedente estrutural de força de trabalho, baixos salários e grande dispersão nos rendimentos do trabalho, expressiva informalidade (sem proteção previdenciária), muitos ocupados em atividades de baixa produtividade, por conta própria e em estratégias de sobrevivência, em pequenos negócios, alta rotatividade, etc [...]. Do ponto de vista da regulação, apesar dos importantes direitos consagrados na CLT e na Constituição Federal de 1988, o nosso mercado de trabalho é flexível: facilidade de despedir, possibilidade de ajustar o salário e a jornada, boa parte dos direitos sem efetividade (o crime compensa) [...]. Nos anos 1990, há um processo de desestruturação do mercado de trabalho, proporcionado pela forma como o país se inseriu na globalização financeira e viabilizou a estabilização da nossa moeda, o Plano Real. Os indicadores do mercado de trabalho pioram muito nos anos 1990 (desemprego, informalidade, atividades domésticas, pequenos negócios, queda da participação do salário na renda, desassalariamento, ilegalidade com afrouxamento dos mecanismos de fiscalização do trabalho, etc.). Ao mesmo tempo, as propostas governamentais, em acordo com as entidades empresariais e respaldo em importantes correntes do pensamento econômico introduzem uma agenda de flexibilização das relações de trabalho como forma de enfrentar o problema do desemprego e de criar as condições para viabilizar a estabilidade da moeda, tais como contratos temporários, banco de horas, remuneração variável. Não é sem razão que a empregabilidade e o empreendedorismo se apresentam como saída para o problema do mercado de trabalho. O discurso da flexibilização ganha espaço em uma sociedade que resiste a ele (KREIN, 2014, p.1-2)

Ao mesmo tempo em que indicam os avanços no que tange a proteção social e regulação do trabalho, os autores enfatizam que algumas características estruturais do mercado de trabalho não tiveram alterações significativas, a exemplo da alta informalidade, apesar do aumento da formalização dos contratos de trabalho e da proteção social.

Vasconcelos e Targino (2015), por meio da análise de dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), referente ao período 1993 a 2013, corroboram com a tese salientada acima, qual seja: a de que a estrutura do mercado de trabalho não sofreu alterações significativas no que tange à ocorrência do trabalho informal. A partir do estudo os pesquisadores indicam que:

Em 2013, aproximadamente 49% das ocupações estavam concentradas no segmento informal do mercado de trabalho. Tal situação só corrobora o fato de que, historicamente, a elevada informalidade tem sido uma das características estruturais do mercado de trabalho brasileiro, evidenciando

assim que o processo de desenvolvimento da economia do país não está sendo acompanhado por um processo de geração de postos de trabalho *decente* para parcela significativa dos trabalhadores (VASCONCELOS E TARGINO, 2015, p. 14).

Em vista disto, podemos afirmar que o nível de informalização continua elevado e, inclusive, que na realidade brasileira ele se altera em função do desempenho econômico. No Brasil a variação dos índices de informalidade no mercado de trabalho é um componente cíclico e estrutural, uma vez que a mesma acompanha as tendências do cenário macroeconômico e da interferência da economia global (VASCONCELOS e TARGINO, 2015; KREIN, 2014; DRUCK, 2015). Períodos de menor crescimento econômico tendem a impactar negativamente no mercado de trabalho, reduzindo a capacidade de geração de emprego e renda e conseqüentemente contribuindo para os elevados índices de informalização. De fato, podemos visualizar essa característica cíclica e estrutural na atualidade, sobretudo a partir de 2014 e também ao longo de 2015, quando a economia brasileira encontrou dificuldades de criar novos postos de empregos formais, fechando outros e contribuindo para o aumento do trabalho informal<sup>32</sup>.

Vale lembrar que no caso da indústria de confecções em Caruaru, parece estar existindo um movimento em apenas uma das pontas da engrenagem. A produção de confecções é o que impulsiona a economia da região do Agreste pernambucano (em particular Caruaru) na qual, apesar de a economia ser mais diversificada, a confecção é extremamente importante<sup>33</sup>. Contudo, ao passo que a indústria passa pelo processo de formalização de suas atividades, as relações de trabalho, ao que parece, não

---

<sup>32</sup> Constatação que se baseia nas evidências divulgadas em notícias vinculadas pelos meios de comunicação e consultados ao longo do mês de novembro e dezembro de 2015. A saber:<  
<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1671169-desemprego-maior-e-acompanhando-por-aumento-da-informalidade.shtml>>  
 <<http://www.dmtmdebate.com.br/oit-desemprego-no-brasil-deve-ficar-em-75-ao-ano-ate-2019/>>  
 <<http://www.dmtmdebate.com.br/centrais-sindicais-e-dieese-lancam-movimento-por-recuperacao-de-empregos/>> <http://www.dmtmdebate.com.br/emprego-no-setor-privado-cai-trabalho-por-conta-propria-cresce/>>

<sup>33</sup> A importância econômica e social da produção de confecções em Caruaru pode ser confirmada, por exemplo, pelos valores comercializados em um dia de Feira da Sulanca, a principal via de comercialização dos vestuários produzidos no município e nos arredores. Em épocas como final de ano e datas comemorativas, o movimento aumenta e demonstra sua dimensão. Conforme reportagem do dia 7 de dezembro de 2015, cerca de 100 mil pessoas passaram neste mesmo dia pela feira. De acordo com a Diretoria de Feiras e Mercados R\$ 50 milhões foram deixados pelos compradores de vários estados da região Nordeste. Também estimaram que 300 ônibus e 20 mil veículos trafegaram em torno da feira nesta edição da Feira da Sulanca.  
 Fonte: < <http://noticias.ne10.uol.com.br/interior/agreste/noticia/2015/12/07/sulanca-de-caruaru-recebe-100-mil-pessoas-e-movimenta-r-50-milhoes-584954.php>>. Acesso em 9.12.15



acompanham o mesmo ritmo, a informalidade permanece como uma característica estrutural. É, pois, nesse movimento de reorganização da indústria local que encontramos o elo com a organização do processo produtivo baseado na reestruturação e flexibilização da produção e das relações de trabalho que vêm se dando em escala mundial.

### **3 DE FEIRA A CENTRO COMERCIAL, DE SULANCA A MODA: HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE CONFECÇÕES NO AGRESTE PERNAMBUCANO**

O objetivo deste capítulo é apresentar a gênese das atividades de confecções no Agreste, dando ênfase para Caruaru, desde suas condições mais elementares até sua configuração atual. Não iremos empreender uma reconstrução profunda no sentido de montar um quadro descritivo-analítico da história da região, mas apresentaremos os traços e fatos que consideramos fundamentais para a compreensão da relação do Agreste com a produção de confecções.

A partir disto, a organização deste capítulo consistirá nas seguintes etapas: primeiro apresentaremos uma caracterização da região Agreste visando a mapear a origem do “DNA” de feirante dos agrestinos, o que nos leva à origem da cidade de Caruaru. No segundo momento procuramos trazer à tona a consolidação da Feira da *Sulanca* dentro da Feira de Caruru, para chegarmos nas suas características atuais. Dando prosseguimento, focaremos na produção de confecções, com um olhar para Caruaru e para o PCAP demarcando as transformações e as características atuais.

#### **3.1. Elementos sócio-históricos e geográficos, caracterizando Caruaru e o Agreste**

Criado em 1857, o município de Caruaru é a cidade mais antiga e é considerada a “Capital do Agreste”, por ser o maior centro metropolitano dessa região. De acordo com o censo realizado pelo IBGE, em 2010, a população de Caruaru era de 314.912 habitantes, com uma estimativa de que no ano de 2015 ela passe a contar com 347.088 habitantes. Sua área territorial é de 932,8 km<sup>2</sup>. Limita-se à oeste com os municípios de São Caetano e Brejo da Madre de Deus; ao sul com Altinho, Agrestina e São Joaquim do Monte; ao norte com Toritama, Vertentes e Taquaritinga do Norte; a leste com Bezerros, Frei Miguelinho e Riacho das Almas; e dista da Capital, Recife, 132 km. Essa privilegiada localização geográfica contribui para o dinamismo

econômico, o que corrobora a ideia de Caruaru como um polo regional, em função, sobretudo, do comércio nas feiras já consolidadas desde a década de 1950.

Conforme Lira (2011), o Agreste também ficou conhecido por ser identificado como o “celeiro” de Pernambuco pois “[...] durante bastante tempo a região teve uma função abastecedora de alimentos para a capital e a região metropolitana do Estado” (p.80). Essa denominação foi possível pelo fato da região ser composta por uma diversidade de paisagens, com áreas muito secas e outras muito úmidas, diferenciando-se, portanto, da zona da Mata, onde as áreas úmidas predominam, e da zona do Sertão, onde o clima seco e solo árido imperam. É, pois, uma zona de transição (LIRA, 2011; SÁ, 2015; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). Essa localização contribuiu para o desenvolvimento da agricultura, com foco para a de subsistência nas áreas mais cultiváveis, e também obrigou os moradores das regiões menos úmidas e agricultáveis, a exemplo da cidade de Caruaru, a buscarem alternativas de sobrevivência para além do trabalho na roça. O geógrafo Manuel Correia de Andrade aponta que a área, a qual denomina de sub-região do Agreste, está situada ao oeste das zonas do Litoral e Mata e compreende uma faixa estreita, que se estende do Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, como pode ser visto na imagem abaixo, que também localiza no mapa do Brasil a região Nordeste:

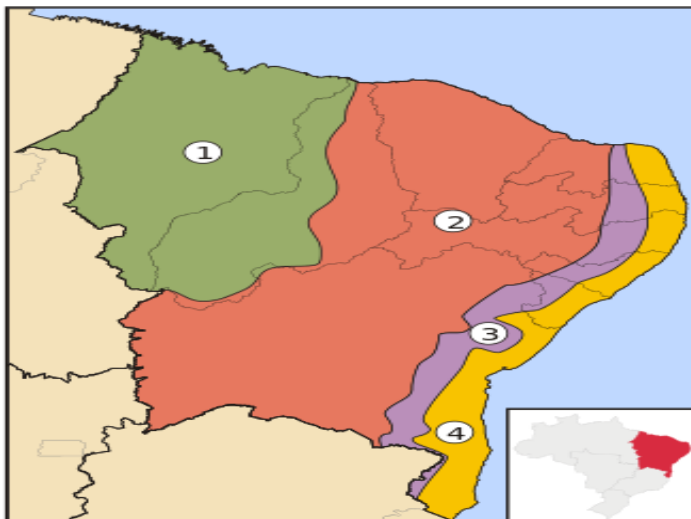


Imagem 1 – Mapa do Estado de Pernambuco

Nome: Sub-regiões do Nordeste: 1 • Meio-norte, 2 • Sertão, 3 • Agreste, 4 • Zona da Mata.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Agreste>

A respeito desta sub-região escreve o geógrafo:

Do período colonial ao século XIX, o Agreste caracterizou-se, sobretudo, por sua lavoura de cana-de-açúcar, destinada aos engenhos de pequeno porte e engenhocas que produziam açúcar mascavo, rapadura e aguardente para

consumo regional e local. Não havia aí a exuberância nem a importância dos canaviais da região da Mata [...] (ANDRADE, 2005, p.196).

A partir disso, Vêras de Oliveira (2013) enfatiza que a população Agrestina, embora ocupasse a região “celeiro”, esteve marcada por uma condição de pobreza. A cultura do algodão, como referido no capítulo anterior, durante algumas décadas contribuiu para a melhoria das condições de vida, assim como o cultivo da cana de açúcar. Essas culturas, juntamente com a pecuária extensiva (desenvolvida nas localidades mais secas do Agreste e do Sertão), além da produção de café e do agave<sup>34</sup>, - embora com menor importância socioeconômica -, caracterizam o lento crescimento e desenvolvimento da região.

Ainda segundo Vêras de Oliveira (2013)

Uma menor concentração fundiária associada a uma característica histórica de região de transição, entre a Mata e o Sertão, fez do Agreste um lugar propício ao desenvolvimento do comércio, particularmente com o estabelecimento de grandes feiras em cidades como Caruaru e Campina Grande. Essas passaram a exercer um papel central na conformação socioeconômica da região (p. 237).

Burnett (2014b), ratificando as informações históricas destacadas, complementa apontando que ainda no século XVIII a localidade conhecida como Fazenda Caruaru começou a se estabelecer como uma trilha para a passagem de produtos do Litoral para o Sertão e do Sertão para o Litoral, além de servir para descanso das boiadas que eram levadas para o Litoral, aproveitando as águas do rio Ipojuca. Essa movimentação impulsionou o desenvolvimento das cidades comerciais do Nordeste, dentre elas, Caruaru. Primeiramente, portanto, região de agricultura de subsistência; posteriormente entreposto comercial que permitiu a formação do aglomerado urbano. A urbanização foi incentivada pela instalação da capela, em 1782, o que atraiu tanto a população das redondezas em função das missas e dos serviços religiosos, como pequenos agricultores que queriam comercializar alguma produção, além dos primeiros mascates e/ou caixeiros-viajantes que também vinham

---

<sup>34</sup> Conhecida popularmente sob o nome de Agave ou Sisal. A região Nordeste tem áreas de baixíssima pluviosidade, fato que muitas vezes dificulta a fixação dos homens em seus espaços de origem, logo, o sisal surgiu como uma alternativa de movimentação econômica, geração de emprego, renda e sustentabilidade para muitos espaços do território nordestino. Fonte: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308129272\\_ARQUIVO\\_ARTIGOSNH2011TEXTOREVISTO.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308129272_ARQUIVO_ARTIGOSNH2011TEXTOREVISTO.pdf)

de longe comercializar suas novidades. Foi em função dos dias de missa que a feira local passou a existir e atrair a população que posteriormente fixou morada.

Neste sentido, a gênese da cidade de Caruaru, associada ao comércio e às feiras de rua, assemelha-se a de muitas cidades brasileiras e também a de outras ao redor do mundo. Entretanto, concordamos com Sá (2015) quando o autor sublinha que o que é preciso enfatizar no caso do Agreste é o fato desta atividade, a feira de rua, ser e ter papel importantíssimo na dinâmica local. Escreve Sá: “Deixou marcas profundas nos hábitos e nas práticas das pessoas que compõem o tecido social do qual se faz tal terra em confecção” (2015, p. 98). Conhecidos os principais elementos históricos, sociais e geográficos que conformaram a região Agreste, passaremos a delinear alguns aspectos de Caruaru na sua estrutura recente.

### 3.1.1. Caruaru e algumas características da sua conformação atual

Este município, parido pela feira livre, segue sendo um importante centro de convergência e de encontro da população moradora das demais cidades da região. Não só manteve sua característica imanente como a potencializou, tornando-se um polo educacional, composto por instituições privadas de ensino básico e superior e três *campi* de instituições federais de ensino, a saber: Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Estadual de Pernambuco e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Além do setor de educação é o principal polo médico-hospitalar e também cultural e turístico. Caruaru é um importante centro dinamizador do Agreste que tem, atualmente, no setor terciário da economia sua base de sustentação, acompanhando a estrutura econômica do Estado de Pernambuco e do Brasil, como destacamos no quadro abaixo:

**Tabela 1 - Produto Interno Bruto (Valor adicionado)**

Variável	Caruaru	Pernambuco	Brasil
Agropecuária	19.456	2.201.204	105.163.000
Indústria	591.515	9.489.597	539.315.998
Serviços	2.763.015	31.227.506	1.197.774.001

Fonte: IBGE (Censo demográfico, 2010) em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

Como apontado, no que tange ao setor secundário, a indústria representa a segunda maior atividade econômica de Caruaru, ganhando destaque a indústria de transformação, com relevância para a construção civil e a produção de confecções. O setor primário é o menos significativo, e o terciário é o que fomenta a economia do município, gerando mais empregos e confirmando a antiga vocação da cidade para os negócios e as trocas comerciais.

Com relação à composição da população, Caruaru tem uma condição predominantemente urbana. Do contingente populacional, 88,8% residem na área urbana e 11,2% residem na área rural, de acordo com IBGE (2010). O perfil etário da população indica que a cidade está composta predominantemente por jovens e adultos-jovens, como pode ser observado no quadro abaixo:

**Tabela 2 - População por faixa etária**

Cidade	0 a 5 anos	6 aos 14 anos	15 aos 24 anos	25 aos 39 anos	40 aos 59 anos	60 anos ou mais
Caruaru	9,3%	15,5%	19,2%	25,4%	20,6%	10,1%

Fonte: IBGE (Censo demográfico, 2010)

Segundo os dados do IBGE (2010), do total da população de Caruaru, 52,6% são mulheres e 47,4% são homens. Portanto, mais da metade da população é composta por mulheres e isso se reflete na força de trabalho, como no caso da produção de confecções, mais especificamente no processo de costura das peças de vestuário, em que ainda predomina a mão de obra feminina.

Apesar de ser um polo educacional, como adiantamos acima, Caruaru, em 2010, ainda apresentava significativas taxas de analfabetismo.

**Tabela 3 - Taxa de analfabetismo**

Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever, totais e respectivas taxas de analfabetismo por grupos de idade (%)									
15 anos ou mais		15 aos 24 anos		25 aos 39 anos		40 aos 59 anos		60 anos ou mais	
Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa
36 901	15,6	3013	5,0	8 451	10,6	13 103	20,2	12 333	39,0

Fonte: IBGE (Censo, 2010)

Como podemos ver, a maior taxa se concentra na população idosa, mas a média total indica que 16% da população “com 15 anos ou mais” não sabe ler e

escrever, uma taxa bastante elevada. Contudo, é preciso destacar que dentre os municípios da região Agreste e, principalmente entre aqueles que compõem o aglomerado produtivo de confecções, Caruaru apresenta a menor taxa de analfabetismo, conforme evidenciado por estudo publicado pelo SEBRAE:

Enquanto, no Recife, a incidência de analfabetos (“pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever”) na população total é de 7%, não há nenhuma cidade das dez pesquisadas em que a mesma taxa fique abaixo de 15%. O pior caso é o de Riacho das Almas, com 35% de analfabetos, mas também em Agrestina, Brejo da Madre de Deus e Cupira, a percentagem dos que não sabem ler supera os 30%. Dentro do Polo-10, os melhores resultados, neste indicador, são os de Caruaru (16%), Santa Cruz do Capibaribe (16%) e Toritama (21%), exatamente os municípios onde a atividade produtora de confecções é mais antiga e mais concentrada (SEBRAE, 2013, p.56)

Para clarificar as porcentagens apresentadas, salientamos que os municípios de Riacho das Almas, Agrestina, Brejo da Madre de Deus e Cupira têm uma população, respectivamente, de: 19.162; 22.679; 45.180 e 23.390. Santa Cruz do Capibaribe, 87.582 e Toritama, 35.554 (IBGE, 2010).

Podemos conjecturar que esses dados também estão relacionados às características do trabalho nas atividades produtivas. Como já demonstrado nas pesquisas de Silva (2009) e Eufrásio (2013), identificou-se que, pela vocação comercial do Agreste, os trabalhadores iniciam ainda muito jovens suas atividades de trabalho. Alguns como a única opção para seu sustento, outros movidos pelo desejo de conquistar um trabalho que lhes possibilite ganhar dinheiro para abrir seu negócio, seja uma pequena oficina de confecção ou uma banca nas Feiras da *Sulanca*, mas o fato é que buscam algo que lhes assegure o *status* de autônomo, de dono do próprio negócio. Por isso os autores afirmam que as atividades voltadas para a confecção, desde a infância, seduzem os jovens que, por sua vez, estão cientes que o acesso às atividades produtivas e comerciais, sem escolaridade, pode ser facilmente concretizado pela condição informal destes negócios.

Entretanto, comparando os dados entre os municípios relacionados acima, concordamos com os apontamentos da pesquisa do Sebrae (2013), quando sugere que as três principais cidades produtoras de confecção, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, apresentam a maior taxa de escolarização, incentivada pelo fato destas serem as pioneiras na atividade e contarem com empresas, indústrias e centros comerciais bem consolidados e mais:

[...] o aumento da produção e a relativa sofisticação dos produtos que se pretende confeccionar exige que as empresas contem com trabalhadores capazes de, pelo menos, ler instruções simples. O fato menos auspicioso para os municípios do Polo de Confeccções – mesmo para os mais antigos – é que este segundo mecanismo, aparentemente, não tem operado de forma muito intensa. Pois a verdade é que, ao longo dos anos, a produção de confeccções no Agreste tem crescido bastante, enquanto os índices de analfabetismo continuam altos, com redução lenta (p. 58).

No caso da nossa pesquisa, dos vinte confeccionistas formais, metade tem ensino fundamental e/ou não completou o ensino médio. Oito concluíram o ensino médio, e apenas dois confeccionistas têm ensino superior. Dentre os informais, a média de escolaridade é mais baixa. Das dez confeccionistas informais, quatro têm o ensino médio, duas o fundamental, e quatro abandonaram a escola antes de concluir o ensino fundamental.

### 3.2. Surgimento da *Feira da Sulanca* na Feira de Caruaru

Antes de adentrarmos na descrição das características atuais e das principais transformações que vêm ocorrendo neste aglomerado produtivo desde a década de 1990, iremos resgatar um pouco da história das feiras livres da região atrelada à confecção, a partir do que tem sido denominado pelos estudos já desenvolvidos de “a invenção da *sulanca*” (BURNETT, 2013, 2014a/b; LIRA, 2006, 2011; SÁ, 2015; SOUZA, 2012; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). Para esse resgate também traremos trechos de depoimentos provenientes das entrevistas com feirantes em Caruaru. O Quadro abaixo nos traz um pequeno perfil.

**Quadro 4 - Perfil dos feirantes**

	IDADE	ESCOLARIDADE	TEMPO DE TRABALHO COMO FEIRANTE
<b>F1</b>	41	Ensino Médio	Trabalha há 27 anos
<b>F2</b>	56	Ensino Médio	Trabalha há 30 anos
<b>F3</b>	69	Fundamental Incompleto	Trabalhou por 27 anos

Fonte: Entrevistas semiestruturadas. Elaboração própria



Conforme Lira (2006), há diversas teorias sobre o surgimento da confecção denominada de *sulanca* e das feiras da *sulanca*. Uma delas é que na década de 1940 comerciantes do interior começaram a adquirir retalhos de tecidos em Recife, em forma de doação, que depois revendiam e eram usados pelas mulheres na confecção de roupas para seus familiares, principalmente crianças. Sá (2015), a partir de sua pesquisa, também contribui para desvendar a instituição do fenômeno *sulanca* afirmando que:

No início, nos anos trinta, os pedaços de pano eram recolhidos em Recife, conseguidos de graça uma vez que eram descartados no processo industrial. As costureiras os utilizavam na produção de colchas de retalhos que serviam como moedas de troca no comércio com o Sertão [...]. Depois do declínio da indústria têxtil recifense, os retalhos passaram a ser trazidos de São Paulo, já nos anos sessenta do século passado. (p. 109)

Uma característica importante apresentada pela pesquisa de Souza (2012), é que os retalhos provenientes do refugo da indústria têxtil de São Paulo chegaram ao Agreste por meio de laços de parentesco e redes de relações, proporcionados pela migração da população rural Agrestina para os grandes centros, a exemplo de São Paulo, e intensificada, a partir da década de 1950, pelas secas recorrentes, pobreza e falta de alternativas na região.

Naquela época, ter um familiar ou conhecer algum migrante poderia servir de porta de entrada para adquirir os restos de tecido que depois de transformados eram usados como moeda de troca, como destacamos, e que começavam a se tornar um produto comercializado nas feiras livres com uma demanda cada dia mais crescente. Os comerciantes que dispunham de um caminhão e que já transportavam migrantes para o Sudeste passaram a carregar na volta para o Nordeste os tão disputados retalhos. É deste intercâmbio, conforme Vêras de Oliveira (2013) e Sá (2015), que surgem os primeiros atacadistas de tecido naquele território:

Trazer o caminhão na viagem de volta, carregado de retalhos, era um negócio de custo baixo e de potencial lucratividade numa região na qual crescia a quantidade de pessoas envolvidas com confecção. É deste negócio que emergiram as primeiras pessoas de êxito econômico socialmente reconhecido e relacionado ao fenômeno "*sulanca*": os atacadistas de tecidos. Foram seus antecessores, os transportadores e vendedores de retalhos que vislumbraram naquela atividade iniciada por mulheres e crianças, realizada em suas humildes casas, com as sobras das indústrias dos centros urbanos do país, um "negócio de futuro". (SÁ, p.108)

Com isso é possível perceber que a produção de confecções na região Agreste nasce de uma configuração muito específica: da inventividade da população local na busca por alternativas para a subsistência que, em certa medida, foi potencializada pela presença dos migrantes residentes no Sudeste. E, o que é muito importante, a preexistência das feiras livres, lugar para o qual todos recorrem quando querem vender algo. Local de encontro, trocas e socialização. É, portanto, uma invenção fruto de um processo histórico.

A literatura tem apontado que a produção de confecções no “estilo *sulanca*” é originária da cidade de Santa Cruz do Capibaribe. Mas a forte presença das feiras livres na região logo promoveu a disseminação deste tipo de confecção. A cidade de Caruaru, por exemplo, desde a década de 1960 já abrigava, na área central da cidade, um estruturado comércio local composto por lojas e pela também já famosa Feira de Caruaru. Abaixo destacamos uma fotografia da Feira, quando ainda era realizada na área central do município, onde originalmente começou lá no século XVIII: Rua 15 de Novembro.



**Fotografia 1-** Feira de Caruaru na década de 1960  
**Fonte:** <http://caruarucultural.blogspot.com.br>

Como já sublinhados, o espaço da feira era um importante local de trocas comerciais no qual eram vendidos os mais variados produtos: utensílios domésticos e panelas de barro, carnes, grãos, calçados, tecidos, roupas, dentre outros.

Naturalmente, as peças de vestuário confeccionadas no pequeno município vizinho, Santa Cruz do Capibaribe, passaram a ser revendidas na Feira de Caruaru e também se tornaram fonte de renda para os moradores locais que começaram a produzir peças de roupa no mesmo estilo: estilo *sulanca*. Com o crescimento das pessoas envolvidas na produção e comercialização de confecções, aumentava gradativamente o espaço da feira dedicado a este tipo de produto, que acabou ganhando um setor específico dentro da Feira de Caruaru. A partir de meados da década de 1980, quando a indústria local de confecções começa a mostrar sua força e atrair para a região sacoleiros e representantes comerciais de outros Estado do Nordeste, o poder público decide organizar o espaço da Feira, fazendo a cobrança de taxas, estabelecendo horários de funcionamento e a realocando.

A partir do que vimos até agora podemos afirmar que a Feira de Caruaru se confunde com o nascimento da cidade e, desde então, vem passando por inúmeras metamorfoses. Algumas mudanças foram relatadas por nossos entrevistados, feirantes especializados em comercializar artigos de vestuário: os *sulanqueiros*. A história de vida deles representa a história dos *sulanqueiros e das sulanqueiras*, expressão comum na região e usada para se referir àqueles que vivem da *Sulanca*. Temos repetido sobremaneira essa expressão (já desmembrada em sua “etimologia” na introdução desta tese), e para comprovar que a origem do termo está no imaginário coletivo, destacamos as passagens abaixo, fruto de conversa com uma senhora de 41 anos e que há 27 trabalha na feira da *sulanca*. Ela começou a administrar sua banca na feira aos 14 anos e assim como grande parte dos *sulanqueiros* aprendeu a ser feirante com seus familiares. Nossa F1 conta que:

**Pesquisadora: E porque você acha que a confecção da região tem o nome de *Sulanca*?** Foi um pessoal que fabricava e comprava uma malha de São Paulo e no nome da malha era helanca. Aí, como vinha do sul, pegaram o nome da malha que eles compravam muito, helanca, e juntaram com o sul, onde eles compravam, e colocaram o nome “sulanca”. Aí por isso que tem esse nome, “sulanca”. (F1)

Mesma história proferida por F2, um senhor de 56 anos que trabalha há 30 anos como *sulanqueiro*. Ele também nos relatou, acerca da associação que era feita na época em que o produto tomou conta das feiras, que *sulanca* é uma confecção com pouca qualidade, uma confecção caseira:

**Pesquisadora: O que é Sulanca para o senhor?** De fato, a origem dessa palavra “sulanca” começou lá em Santa Cruz. Era um tipo de malha chamada helanca, aí o pessoal popularizou como “sulanca”. Daí o nome da feira de Sulanca. Toritama foi que depois entrou na era da confecção, antes era calçado. Muitas pessoas de Santa Cruz vinham vender aqui, mas o tipo de mercadoria era de má qualidade mesmo. Era malfeita a mercadoria. Até porque havia uma dificuldade de se comprar máquinas, que essas máquinas eram importadas. Aí se fazia naquelas máquinas comuns, nessas “Elgin” caseira... nessas maquinazinhas domésticas. E a mercadoria saía de má qualidade mesmo. Só as indústrias é que faziam uma confecção de boa qualidade. Essas aí eram registradas e tinham nome. Quando se falava numa marca dessa confecção as pessoas entendiam que era de boa qualidade. (F2)

Sobre o início da feira e as mudanças de local, nossos entrevistados contam que:

**Pesquisadora: Daquela época em que a senhora começou, o que tinha de diferente na feira em relação ao que é hoje?** A Feira da *Sulanca* era bem pequenininha. Não foi nem no tempo que eu comecei, foi no tempo que mamãe negociava também. Ela tinha loja e negociava na feira já na década de setenta. Era na quarta-feira em frente a Casas Cabral ali na rua 15 de Novembro. A feira era ali. Depois foi para a Praça do Rosário. Depois da Praça do Rosário ela veio para trás da Rodoviária e depois é que ela foi para onde ela é hoje, no Parque 18 de Maio. Aí em vez de ficar na quarta ficou na terça e hoje está na segunda. Aí foi crescendo e hoje cresceu demais. Tá crescendo de um modo desordenado já. Não está mais aquela feira de você vender tudo. Tá pingando só agora. Também, com a concorrência de Santa Cruz a feira daqui caiu muito. (F1)

**Pesquisadora: O senhor lembra como a feira começou?** No Centro, na Rua 15 de Novembro. Ali tinha também a feira de calçados que era coligada com a Feira de Panela. A Feira de Panela vendia todo artigo de barro, por isso que era chamada Feira de Panela. Aí tinha jarra, quartinha, que é um recipiente pequenininho que coloca água para se beber. Aí se fazia cuscuzeira de barro. Tudo era artigo de barro. Por exemplo, essas bacias de plástico que se usa, antes não existiam, eram de barro. (F2).

Um sentimento recorrente, tanto entre os feirantes que vivem da confecção como entre os confeccionistas, é o desejo de tornarem-se, ainda muito jovens, independentes financeiramente. Todos sabem que viver da feira e na feira impõe provações muito grandes pelas condições de trabalho no local e pelas incertezas, próprias da atividade do comércio. Contudo, parecem não se intimidar, desconsideram esses fatos e reinventam-se sempre que necessário, convictos de que sua ascensão social se dará por meio dos negócios na feira. Afirmam que têm vocação, consideram-se herdeiros de uma tradição para os negócios e este é um comportamento que se repete ainda nos dias de hoje. O depoimento abaixo ilustra essa disposição:

**Pesquisadora: Você já exerceu outro trabalho?** Não. Só confecção na feira. Trabalhei com mamãe na loja. Desde os 7 anos que eu já ia para a loja de mamãe e ajudava lá, ia para o banco levar dinheiro. Naquela época não tinha a violência e insegurança que tem hoje, quem ia para o banco era eu com 7 anos de idade. Isso era em 1980. Minha infância todinha foi criada na loja. Meus brinquedos ficavam na loja, a gente almoçava na loja, vivia na loja. Com 14 anos eu disse à mamãe: “Mamãe, coloque uma banca para mim que eu não peço mais nada a senhora”. Aí colocou. Ela me dava a mercadoria por preço de custo e eu pagava a ela, o lucro era meu. Aí eu não pedi mais nada a ela. (F1)

A trajetória dos feirantes com quem conversamos nos leva a concordar com os resultados das pesquisas de Márcio Sá a respeito da trajetória de vida e trabalho dos feirantes em Caruaru:

Não é à toa que muitas pessoas na cidade repetem com orgulho frases do tipo: “minha vida é a feira”. Muito mais do que o lugar onde se obtém o sustento econômico, a feira é um espaço de convívio social e de aprendizado cultural e prático, uma extensão da socialização familiar, principalmente no caso de muitos filhos de comerciantes-feirantes que ajudam os pais desde pequenos. É lá na “precariedade” e “informalidade” que se aprende na prática as lições da vida-trabalho, do cálculo econômico, que o destino nos negócios é assimilado como “vocação natural”, que se desenvolve a ambição da prosperidade econômica por meio dos negócios, visão de futuro neste sentido e mesmo o “sonho” de vislumbrar-se num futuro “melhor” (ou então projetar os filhos no sentido destes). (S , 2012, p.349)

Reiteramos, portanto, a rela o entre a história e a constitui o dos municípios do Agreste, com destaque para Caruaru, conhecida nacionalmente como a “cidade das feiras”, e o surgimento do Polo de Confec es do Agreste Pernambucano, a partir da “inven o da *sulanca*”. Na sequência, iremos esmiuçar alguns traços que expõem as características e as condi es de trabalho atuais da Feira da *Sulanca* de Caruaru.

### 3.2.1. As atuais condi es da feira: o ponto de vista dos feirantes e dos atores institucionais

Iremos apresentar um breve apanhado das percep es trazidas pelos feirantes e por alguns dos atores institucionais acerca das condi es atuais e da dinâmica de funcionamento da Feira da *Sulanca*, um setor dentro da Feira de Caruaru. A partir de agora, as entrevistas com os atores institucionais serão citadas em diversos momentos deste texto, em fun o disto, o Quadro abaixo nos mostra qual institui o

cada ator representa:

**Quadro 5 - Identificação dos atores institucionais**

	<b>INSTITUIÇÃO e/ou ORGANIZAÇÃO</b>
<b>AI1</b>	ACIC- Câmara Setorial da Moda
<b>AI2</b>	ACIC – Câmara Setorial Centro Moda 18 de Maio
<b>AI3</b>	ALC – Associação das Lavanderias de Caruaru
<b>AI4</b>	SEBRAE – Projeto de Confecções do Agreste
<b>AI5</b>	SEBRAE – Projeto de Confecções do Agreste
<b>AI6</b>	UFESULANC – Feirantes e Sulanqueiros

Fonte: Entrevistas semiestruturadas. Elaboração própria

Consideramos, tais depoimentos, extremamente relevantes, uma vez que são reflexões de quem dia após dia negocia na feira, vivencia na prática todas as dificuldades e benefícios dessa atividade e, sobretudo, de quem vem acompanhando há mais de duas décadas as metamorfoses da feira e da vida de *sulanqueiro*. Este contexto também serve de ilustração para a história de vida e trabalho dos empresários confeccionistas, que desenvolveremos no próximo capítulo. Também utilizaremos dados da entrevista com o Presidente da Câmara Setorial do Parque 18 de Maio da Associação Empresarial e Comercial de Caruaru- ACIC, que representa o ponto de vista dos atores institucionais. Embora nosso foco seja a análise dos processos de formalização na indústria, é fundamental compreender alguns aspectos da comercialização, posto que produção e comercialização fazem parte da engrenagem que move o PCAP.

Nascimento e Ferraz (2013) em texto que trata do trabalho do feirante no Agreste pernambucano afirmam que: “Ser feirante é um modo de existir marcado pela instabilidade” (p.119). Não só concordamos com os autores como os elementos que destacaremos vão ao encontro dessa afirmação. A respeito do crescimento e expansão da Feira da *Sulanca*, evidenciamos que os feirantes relacionam três principais fatores: para quem quer produzir confecção, a facilidade, dos dias atuais, em adquirir máquinas; fato que reflete na facilidade de conseguir mercadoria para quem quer apenas comercializar; e o livre e irrestrito acesso à comercialização na Feira.





**Fotografia 2** – Imagem panorâmica do atual espaço da Feira de Caruaru e seus setores, entre eles, a Feira da *Sulanca*.

**Fonte:** [http://www.pousadapeter.com.br/indexfotos\\_cidades\\_pernambuco.htm](http://www.pousadapeter.com.br/indexfotos_cidades_pernambuco.htm)

Em meio ao crescimento, que na opinião dos nossos entrevistados é desordenado e deveria ser melhor regulamentado, impera a desorganização<sup>35</sup>. Segundo eles, a falta de organização fez e faz com que muitos clientes desistam de comprar na Feira da *Sulanca* e acabem optando por fazer suas compras na feira de Santa Cruz do Capibaribe, no espaço do Moda Center. F2 enfatiza que: “*A gente gostaria que fosse um negócio bem organizado porque traria mais pessoas para comprar. Eu mesmo já ouvi e vi muitas pessoas falarem que passavam direto para Santa Cruz porque não tinham condições de ficar nessa feira*”. É preciso frisar que as palavras de F2 se repetiram em todas as nossas entrevistas.

F3 destacou bem a diferença entre a feira da *Sulanca* em Santa Cruz do Capibaribe e a de Caruaru: “*Você entra na feira e fica à vontade. Não tem problema. O pessoal circula, não tem aquela fricção. Carroceiro dando pancada na sua canela, isso não tem. É um negócio bem organizado. O pessoal, de fato, faz seu comércio*”.

<sup>35</sup> Geralmente, quando se referem a “desorganização” é em tom de comparação. Os feirantes comparam a feira de confecções de Caruaru com a da cidade de Santa Cruz do Capibaribe. Feira livre de rua que foi realocada para um centro comercial, espaço privado denominado de Moda Center. Bem diferente é a estrutura da Feira de Caruaru, que acontece numa área do município sendo regulada, regulamentada e fiscalizada pelo poder municipal. Associada a esta crítica a respeito da desorganização está contida a crítica à ausência de gestão e cuidado do poder municipal. No item 3.3.2 abordaremos a questão dos centros comerciais.

Outras reclamações que se repetiram dizem respeito à ausência de segurança, de infraestrutura para os trabalhadores, à escassez de banheiros e à falta de manutenção nas ruas e vielas dentro do espaço da Feira de Caruaru e, sobretudo, nas partes destinadas ao comércio de confecção, em que não há calçamento, o que torna a feira, em dias de chuva, um local quase intransitável.



**Fotografia 3** – Registros da Feira da Sulanca em dias de chuva.  
**Fonte:** Pesquisa empírica (Agosto de 2014)



As invasões também foram destacadas como um problema da atual feira da *Sulanca* de Caruaru. Os “invasores<sup>36</sup>” são os novos feirantes, que chegam toda semana, e que ocupam um espaço dentro da feira sem autorização. Além de ocuparem as bancas<sup>37</sup> que por algum motivo ficaram vazios, os “invasores” também tomam conta das ruas ao redor da Feira. Através da análise das entrevistas com os feirantes, com os atores institucionais e, sobretudo, com os empreendedores confeccionistas nos permite afirmar é que existiu um sentimento de desenvolvimento privado. Os *sulanqueiros* e confeccionistas já estabelecidos insistem na ideia de que já tem gente demais envolvida com a confecção e que muitos problemas enfrentados por eles vêm desta concorrência. Por isso, criticam a falta de fiscalização ou de ação mais rigorosa na gestão da feira. Desconsideram seu passado e sua história de trabalho que iniciou da mesma forma dos que hoje se aventuram nestas atividades: colocam uma lona no chão, prendem-na com pedras nos quatro cantos e expõem sua mercadoria.

Outra questão interessante de se destacar são as constantes mudanças no horário. Como já foi comentado, a Feira da *Sulanca* já aconteceu em muitos dias e horários distintos. Segundo nossos entrevistados isso confunde os clientes, que acabam por não saber ao certo em que dia encontrarão a feira aberta, incerteza que prejudica as vendas. Quando perguntamos a respeito de quem são os responsáveis por propor essas mudanças de horário, os entrevistados responderam que são os próprios feirantes. F1 nos contou um pouco sobre as motivações para a mudança de horário: *“Porque eles ficam se precipitando. Um vem mais cedo. Aí o outro: Meu colega chegou mais cedo do que eu. Não pode. Então vou chegar mais cedo do que ele. Aí isso foi gerando um chegar mais cedo do que o outro e os horários mudando”*. Como podemos ver, essa antecipação é gerada pela ansiedade de chegar antes para

---

<sup>36</sup> É sempre polêmico falar em “invasores”. Os “invasores” ocupam os espaços não regulamentados pelo poder público. Eles representam a resistência, aqueles que surgem por não conseguirem se encaixar em algum tipo de formalização. Por exemplo, ter que se cadastrar junto à Prefeitura e pagar a taxa de R\$25,00 por Feira para poder comercializar e, ainda, estar no espaço destinado pela Prefeitura para tal atividade. Os “invasores”, denominados pela Prefeitura como ambulantes, são constantemente reprimidos e proibidos de comercializar. A “invasão” é algo cíclico, e reproduz a informalidade em um nível ainda mais precário, tanto no que se refere à insegurança quanto às condições de trabalho. Mas, na perspectiva dos feirantes já estabelecidos, os “invasores” representam uma ameaça real. Eles iniciam comercializando tanto dentro do espaço do Parque 18 de Maio, com suas carroças, ou fora ocupando as ruas e calçadas. E, a depender do êxito na comercialização de seu produto, podem tornar-se feirantes estabelecidos ou não.

<sup>37</sup> Ao longo deste estudo iremos usar a expressão “banco de feira” e/ou “banca de feira”, ambas significam a mesma forma de comercialização: uma estrutura simples, podendo ser desmontada toda semana ou mesmo fixa (construída de madeira ou com estrutura metálica), e que se diferenciam das “lojas” pelo fato destas serem um ponto fixo e estruturado (construídas em alvenaria).

alcançar os primeiros clientes e, em alguns casos, pegar um melhor local. Atualmente a Feira da *Sulanca* acontece na segunda-feira, a partir das 5h da manhã, ao passo que a Feira de Caruaru funciona de segunda a sábado em horário comercial.

A conversa com como AI2 nos permite esboçar uma radiografia da conformação deste local. Sua história de vida também comprova e ajuda ilustrar a origem dos negócios. AI2 é filho de um comerciante de tecidos. Na década de 1940, quando seu pai começou a trabalhar como mascate de feira, comprava o tecido em Recife e revendia em Caruaru e nas feiras das redondezas. No início da década de 1980, AI2 já havia completado os estudos em Recife e resolveu voltar a Caruaru para trabalhar na Feira e, seguindo os passos de seu pai, tornou-se comerciante de tecido. Com o êxito profissional deixou de ser mascate de feira para se tornar lojista. Hoje é um importante atacadista de tecido e representa os lojistas que têm negócios em função da confecção e da Feira da *Sulanca*. Sobre o espaço da feira ele nos apresenta a seguinte conformação:

A gente trabalha numa área da cidade, chamado Parque 18 de Maio, área geográfica. Não é um bairro, é apenas um local, onde foi batizado de Parque 18 de Maio, e lá ficam, as diversas Feiras da cidade, apesar de ter no nome Feira de Caruaru, são feiras temáticas. E como a maioria das Feiras da *Sulanca*, no entorno dela surgiu um comércio formal. E esse comércio formal que surgiu, ele surgiu porque aquele empresário que era Feirante, quando ele se formalizou, a clientela dele estava na Feira da *Sulanca*, existia uma dependência do negócio dele com a Feira, então ele se formalizou e se estabeleceu no entorno da Feira. Próximo aonde vinham os clientes, próximo aonde vinham os compradores, Feirantes e sulanqueiros nos dias de Feira. Então inicialmente, aquelas lojas, as primeiras lojas que se estabeleceram no entorno da Feira, foi o Feirante formalizado. Eu fui um deles, isso foi em 1992, 1993. (AI2)

O que nos chama atenção na conversa com AI2 são os elementos apresentados por ele para pensarmos a relação formal-informal na comercialização. Como foi demonstrado, atualmente existe uma simbiose na qual um beneficia o outro. Primeiro, o comércio formal surgiu em função do tradicional comércio informal da feira, movimento que contribuiu para o desenvolvimento econômico de Caruaru. Neste entorno se instalaram lojistas especializados em diversos artigos para a produção de confecções, a exemplo das lojas de etiquetas, maquinário, assistência técnica, tinturaria, aviamentos, artigos para sublimação, produtos para beneficiamento dos tecidos, dentre tantos outros que contribuíram para a formalização dos negócios e modernização da indústria. Segundo, em função desta metamorfose a feira, pioneira

e genitora, agora está localizada no coração do comércio formal e, na visão de A12, carece de mudanças urgentes pois nunca teve apoio governamental – seja ele municipal ou estadual e, contraditoriamente, porque o comércio informal prejudica os negócios estabelecidos e regulamentados.

Por fim, um dos elementos apontados como preocupante pelos feirantes são os frequentes e crescentes roubos. É fato que a circulação de pessoas e a movimentação financeira em dias de Feira da *Sulanca* é gigantesca. Toda segunda-feira uma multidão de pessoas gira pelas milhares de bancas e lojas movimentando milhões de reais, negociação que geralmente é feita à vista, em dinheiro. Essa pujança financeira faz com que a feira vire alvo de ladrões. F3 mencionou que os roubos estão prejudicando demais as atividades:

**Pesquisadora: E como é a segurança nos dias de Feira da Sulanca?**  
Aqui? Ah, meu Deus, ladrão é de comboio. Isso, toda a feira, toda a feira.  
**Pesquisadora: Mas são pessoas daqui mesmo que vão lá para roubar?**  
É, e que vem de fora também. Já teve ocasião de vir ônibus de ladrão roubar na feira. Então, quer dizer, fica um negócio assim entregue ao acaso.

F1, que convive todos os dias da semana com a realidade da feira, expôs com mais propriedade a situação. Na fala destacada abaixo ela se refere ao ano de 2013 e às feiras daquele final de ano:

**Pesquisadora: E sempre foi assim, essa insegurança?** Acho que é a TV que mostra. Teve arrastão, parece, até no shopping Guararapes em Recife, está tendo em São Paulo também. Aí o pessoal vai aprendendo e faz. Aí fizeram aqui na feira, que iria ser a melhor do ano, agora no final do ano. Mas teve fregueses que foram embora sem comprar. Aí quando foi na outra semana tinha cavalaria, tinha ROCAM, tinha tanto policial, até bombeiro e helicóptero tinha. Agora isso era para ser no ano todo, não era para ser só feira de final de ano. Aí por conta desse arrastão muitos fregueses não vieram mais. E eu já fui assaltada lá na loja também. Vem ladrão da Paraíba. Eles fretam ônibus só de ladrão. (F1)

Porém, para a melhoria de todas essas situações, o governo do Estado e a Prefeitura de Caruaru têm pleiteado a mudança da Feira da *Sulanca* para um local mais apropriado e que atenda à necessidade de todos. Projeto extremamente polêmico e que durante a realização do trabalho de campo começou a tomar forma. Por isso, acabou sendo um tema conversado nas entrevistas com todos os atores:

feirantes, empresários confeccionistas, empreendedores informais e atores institucionais.

Até o momento temos tratado de apontar as conexões entre a história de constituição do Agreste Pernambucano e o despontar das primeiras cidades Agrestinas pela convergência da circulação de pessoas, produtos, ideias, novidades, desejos, favores, migrações e necessidades. Em meio a todos esses ingredientes, em que sobrava carestia, despontou uma atividade produtiva que tinha como principal via de comercialização a feira livre. A peça de roupa cerzida na máquina caseira saltou a janela da casa, caiu no gosto do povo e agradou o bolso do comprador. Além de chamar a atenção de muitas outras pessoas que fizeram dela tanto ganha pão como fonte de riqueza. É a respeito desta metamorfose, da “invenção da *sulanca*” à sua consolidação como um dos maiores aglomerados produtivos de confecção do Brasil, que trataremos a seguir.

### **3.3. A produção de confecções no Agreste Pernambucano: características e transformações**

De acordo com Pereira Neto (2012), o Polo de Confecções do Agreste Pernambucano é a expressão usada para demarcar a aglomeração de pequenas e médias unidades de produção e comercialização de confecções de roupa em escala industrial de base familiar, cujas características marcantes recaem sobre o padrão simbiótico estabelecido entre informalidade e formalidade. A lógica de funcionamento dos micro e pequenos empreendimentos, como das relações de trabalho ali estabelecidas, estão sendo construídas há pelo menos cinco décadas e em função disso são muitas as transformações. Vêras de Oliveira, objetivando descrever essas transformações pensadas a partir da gênese da *Sulanca*, destacou:

O Polo não foi senão o resultado da ação “espontânea”, “autônoma”, de homens e mulheres habitantes da região movidos pela necessidade de buscar alternativas às adversas condições de trabalho e de vida a que sempre estiveram submetidos. Com o seu desenvolvimento, no entanto, foi estabelecendo conexões com os mercados capitalistas (na venda de produtos, na compra de insumos, na busca de crédito, na demanda por serviços diversos etc.) e, conseqüentemente, com as dinâmicas de acumulação de capital, em suas diversas escalas de realização. Ao mesmo tempo, vem crescendo o envolvimento de instituições públicas e privadas,

dotando o Polo de processos mais sofisticados de interações internas e externas. (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011b, p. 31)

Véras de Oliveira (2011b) e Pereira Neto (2011) estão em sintonia quando destacam que as dinâmicas de produção de confecções no Polo foram adquirindo novos contornos e ganhando complexidade, o que fez com que suas relações chegassem à atual caracterização: combinar, contraditoriamente, práticas visivelmente informais com as atuais inovações técnicas, organizacionais e de infraestrutura. Isto é, podemos encontrar, hoje, nas relações de produção e de trabalho no Polo, “[...] evidências da incorporação e imbricação das estratégias de sobrevivência, na base do trabalho informal, com discursos e procedimentos empresariais [...]” (PEREIRA NETO, 2011, p. 140).

Conforme Silva e Menezes (2011) e Véras de Oliveira (2011b), no Polo de Confecções do Agreste, observa-se um mercado de trabalho precário e informal, ao mesmo tempo em que se verificam tentativas, nos últimos anos, de fazê-lo adequar-se aos novos padrões de produção estabelecidos pela organização dos processos de trabalho. Aventamos que tal fato também é consequência das grandes transformações ocorridas nos países capitalistas desenvolvidos, iniciadas na década de 1970, com a chamada reestruturação produtiva, mas que começaram a surtir efeito no Brasil a partir da década de 1990. Para desenvolver essa ideia já introduzida no capítulo anterior, descortinaremos, a partir do próximo item, as transformações recentes do PCAP visando à modernização e à formalização das atividades produtivas e de comercialização.

### 3.3.1 O “desenvolvimento” bate à porta: processos de modernização e formalização

O que hoje é conhecido como polo de Confecções do Agreste Pernambucano iniciou concomitantemente ao processo de industrialização do Nordeste, a partir da década de 1950<sup>38</sup>, e foi um dos elementos de desenvolvimento do Estado de Pernambuco como um todo. Enquanto em outras regiões do Brasil a industrialização estava sendo incentivada, sobretudo na região Sudeste, a partir de 1950, no Nordeste,

---

<sup>38</sup> Necessário salientar que embora algumas referências, já citadas ao longo do texto, indiquem que o nascimento do Polo data da década de 1960, a maioria dos autores e os estudos do TDEPP indicam que as atividades de comercialização e produção iniciaram na década de 1950 e se intensificaram a partir de 1960.

a região do Agreste não estava incluída nos planos de intervenção “desenvolvimentistas” que iniciaram a partir do final dos anos 1960, articuladas pela SUDENE (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). Contudo, embora o Estado não estivesse presente na formação do aglomerado produtivo, à medida que tanto a comercialização e a produção prosperavam, o intercâmbio entre as cidades através das feiras e a comercialização entre os estados da região Nordeste foram crescendo, como também cresceu o interesse do poder público, mesmo que de forma bastante tímida, uma vez que o pontapé inicial do que hoje chamamos “processos de modernização” foi dado por investidores privados, com ínfima parceria dos poderes públicos municipais (PEREIRA NETO, 2011; LIMA, 2011; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013).

A entrevista realizada com AI1 ilustra essa ínfima participação governamental e destaca a importância de três agentes: 1) a ação individual; 2) a ação das associações locais; 3) a ação das empresas prestadoras de serviços para cadeia de confecção (que há época começavam a se estabelecer na região). A história de trabalho de nosso AI1 é muito rica, o que nos possibilita demonstrar as diferentes frentes de ação que contribuíram para a metamorfose do Polo. Destacamos os trechos abaixo,

Eu era cliente da região, na realidade, eu comprava mercadoria aqui pra vender na Bahia. Sou de Recife mas passei na Bahia de 75 a 87, como camelô, mascate. Então comecei a comprar aqui confecções, aí depois abri uma loja, estava bem na loja, aí acreditei no plano Sarney, eu tomei dinheiro a 1%, tive que pagar a 80, então não precisa dizer que a loja quebrou, né? (AI1)

Sem fonte de renda e por meio de contato com amigos, começou a trabalhar para uma fábrica de etiquetas adesivas, a *Eticola*, e ficou responsável por abrir um escritório dessa empresa em Caruaru. Ressalta que nessa época, mais especificamente em 1986, as etiquetas eram muito caras e por isso optaram por conseguir saldos e restos de etiquetas de marcas maiores, para revendê-las a baixo custo:

**Pesquisadora: Isso foi em que data mais ou menos?** Em 86. Então, vim trabalhar para a *Eticola* em Caruaru. Quando a gente começou a fazer etiquetas para os *sulaqueiros* a gente trabalhava de madrugada nas feiras, porque eram tudo do sítio, não tinha uma placa que dissesse, aqui é uma confecção, então você só encontrava o pessoal nas bancas de feira, às vezes até pra entregar as etiquetas era difícil porque se você não marcava o local daquela banca não achava mais. E aí a gente começou a fazer um trabalho com eles de formalização, como eu estava dizendo das etiquetas, o que tinha de saldo e etiqueta da *Buettner*, não sei se você se lembra, é muito antigo, a *Buettner*, *Teka*, o que tinha de saldo de etiqueta lá de Recife vinha pra cá, então você comprava blusa com etiqueta *Buettner*, calça com etiqueta

*Buettner*, a gente pegava aquelas etiquetas pra botar alguma etiqueta na peça. Era botar etiqueta só pra dizer que tinha uma etiqueta. Aquelas etiquetazinhas P, M, G, aquelas coisas pra marcar tamanho, mas tamanho não tinha nada a ver também, era uma coisa assim muito, muito, muito popular. (A11)

Na sequência, como destaca Lima (2011), o SEBRAE volta-se, de forma efetiva, para as atividades produtivas e comerciais do Polo, em 1990, a partir de Caruaru, e junto a essa intervenção começam a ser introduzidas novas formas de conceituar os micro e pequenos empreendimentos, o que indica a necessidade de racionalização do processo produtivo e profissionalização da administração, assim como a necessidade de organização do mercado local, e, de uma forma geral, a necessidade de formalização das atividades. Em consonância, sugere Alana Souza, baseando-se na etnografia realizada na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, que a noção de informalidade é introduzida a partir dessas iniciativas:

Para os pequenos produtores e comerciantes a noção de “informalidade” é datada: começa a circular a partir do momento em que o SEBRAE em especial introduz a ideia da necessidade da “formalização” como parte fundamental do processo de “modernização” e dos caminhos do “empreendedorismo”. No entanto, muitos produtores permanecem desconfiados da necessidade de formalizar a produção, especialmente no que diz respeito à regularização das relações trabalhistas. Com as relações baseadas majoritariamente na confiança e no parentesco, as noções de “ajuda” são amplamente acionadas para se referir ao trabalho de parentes moradores ou não do domicílio em que funciona a produção, especialmente para os pequenos produtores (SOUZA, 2012, p. 9).

Das três principais cidades produtoras do Polo, Caruaru é a que tem mais presente a cultura do artesanato, considerado um elemento primordial da identidade da cidade e do povo. O artesanato foi um dos produtos iniciais e constitutivos da Feira de Caruaru, para além da troca de produtos agrícolas, como já relatamos anteriormente. Atualmente, essa feira é considerada a maior ao ar livre do mundo e foi elevada IPHAN a patrimônio imaterial do Brasil. Além disso, Caruaru abriga no Bairro Alto do Moura o maior Centro de Artes Figurativas das Américas, colocando Pernambuco e o Brasil na rota internacional da arte figurativa<sup>39</sup>. Esse bairro é formado, em sua maioria, por artesãos (hoje em dia mais de mil) que transformam suas casas em ateliês que servem como espaço de trabalho e comercialização. Como é de

---

<sup>39</sup> Informações levantadas dos sites: < <http://viagem.uol.com.br/noticias/2012/02/20/no-interior-pernambucano-alto-do-moura-tem-artesanato-e-clima-de-cidadezinha-do-agreste.htm>>; <<http://www.altodomoura.com>>. Ambos acessados em: 12 de nov. de 2013.

costume, os familiares envolvem-se nessa atividade prestando algum tipo de ajuda ao trabalho do Mestre Artesão<sup>40</sup>.

Esse traço distintivo também foi realçado por AI1, da mesma maneira que afirma que o início do aglomerado produtivo aconteceu de forma espontânea, capitaneada pela necessidade, como indica a bibliografia e como já destacamos acima. Vejamos:

[...] a gente tem uma coisa aqui na região, que região do país nenhuma tem, que é a mão de obra artesanal, está no nosso sangue, na nossa veia, é a palha, é o couro, é a renda, é o barro, então isso está no sangue do nosso povo, a nossa mão de obra aqui ela é 100% melhor do que qualquer região do país, e esse pessoal nas máquinas dão show, fazem milagres em cima das máquinas, e a gente mesmo com pouca tecnologia, mesmo com pouco conhecimento, conhecimento que eu digo, do fazer o certo, né. Então a nossa região, eu posso dizer a você, que essa engrenagem que acontece nela, não foi nada planejado, não houve ajuda de governo estadual, municipal, e que fique bem frisado. A gente sempre pediu que eles não atrapalhassem a gente trabalhar, a questão é que essa engrenagem nasceu de uma forma tão singela, tão pura, que ela começou a crescer muito. (AI1)

Essas constatações – vinculadas à bibliografia e ao trabalho de campo – nos permitiram atentar para o fato de que o cenário cultural da região não favorece que os trabalhadores saibam a diferença entre trabalho formal e informal. Isso nos leva a inferir que a informalidade é aceita socialmente pelo desconhecimento de seu significado. Demonstraremos essa afirmação no capítulo 5, quando serão apresentadas as percepções a respeito da informalidade pelo ponto de vista dos trabalhadores informais.

Os anos noventa marcam o início, mesmo que de forma ainda tímida, da ação dos atores institucionais no Polo e o momento no qual a produção local torna-se nacionalmente conhecida. Isso passa a ser representado pelo êxito econômico das pessoas envolvidas na produção e comercialização; pelo crescimento populacional acelerado dos municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe; pela proliferação da produção de confecções nos municípios vizinhos; e pelo surgimento e consolidação das indústrias de maior destaque presentemente. Mesmo frente a um cenário econômico nacional não muito favorável, esta década assinala o início do processo de modernização das atividades no PCAP, como sublinha Heleno:

Na década de 1990, o Polo se percebe imerso em um novo cenário, agora mais competitivo, pois a abertura comercial que ocorreu neste período no

---

<sup>40</sup> Como os artistas responsáveis pelos ateliês são conhecidos.



cenário nacional, além de inundar o mercado com produtos importados, também provocou um intenso processo de reestruturação produtiva, afetando significativamente vários segmentos industriais, inclusive o têxtil-confecção no contexto nacional. Neste panorama, embora este Polo não tenha experimentado o processo de reestruturação como as demais indústrias têxteis de outras regiões, neste começou a se investir em novas atividades que lhe viessem a conferir maior qualidade e competitividade, passando a associar à produção e à comercialização serviços diversos, como o de *design*, consultores em técnicas produtivas, *marketing*, entre outros [...]. (HELENO, 2013, p.140)

Com a pesquisa de campo foi possível constatar que durante os anos noventa as transformações no processo produtivo da indústria foram engendradas, principalmente, pelos confeccionistas da indústria de confecção, os quais já tinham certo capital para investir em inovação. Isso possibilitou a circulação de novas ideias e novas formas de produzir introduzidas pela ação de profissionais até então inexistentes na região, a exemplo dos designers, trazidos para o Agreste por marcas como Rota do Mar e Saca Praia/Scaven. Afirmamos, portanto, que a passagem de uma produção rudimentar para uma produção mais moderna, a passagem da confecção “tipo sulanca” para a confecção “tipo moda”, foi comandada pela incorporação da função do design e do estilista. Como os empresários e a mão de obra na região não eram especializados, assim como não haviam cursos de qualificação nesta área, esse *upgrade* foi proporcionado pela intervenção destes profissionais “estrangeiros”. Com o tempo as inovações e processos passaram a ser imitados não só por outras indústrias, mas também adaptados pela produção doméstica e rudimentar, elevando, pouco a pouco, o patamar de qualidade da confecção e conferindo mais profissionalismo para os negócios locais. A partir do novo milênio, a interação entre empresários, poder público, associações e entidades de classe começa a se intensificar e produz mais metamorfoses no aglomerado produtivo e comercial, como veremos a seguir.

### 3.3.2. Os anos 2000, a ação do SEBRAE e a construção dos centros comerciais: de *sulanca* à moda pernambucana

Os anos 2000 marcam o início das ações da iniciativa privada, agora aliada ao poder municipal e estadual – em Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama – e investimentos em infraestrutura para dar suporte à crescente expansão das feiras

locais, principal forma de comercialização da produção de confecções denominadas *sulanca*. Essas iniciativas ganharam corpo com a construção dos gigantescos centros comerciais.

Conforme destaca Vêras de Oliveira, o primeiro grande centro<sup>41</sup> foi inaugurado em Toritama, em 2001, e chama-se *Parque das Feiras*, sendo a “gestão do parque [...] de responsabilidade da Associação dos Lojistas do Parque das Feiras – ALPF” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013, p. 9). Em Caruaru, o *Polo Comercial de Caruaru* foi inaugurado em 2004, em área deslocada da cidade, mas na principal via de acesso para as cidades de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe: a BR 104. O *Polo Comercial*, como é popularmente conhecido em Caruaru, “[...] compreende uma área de 174 hectares, sendo 64 mil m<sup>2</sup> de área coberta e três mil vagas de estacionamento. Há 530 lojas destinadas aos produtos de confecção” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013, p.10). Em Santa Cruz do Capibaribe, o *Moda Center*, inaugurado em 2006, tem 9.644 boxes e 707 lojas, com uma área coberta de 120 mil m<sup>2</sup>. Todos os centros comerciais dispõem de praça de alimentação e estacionamento – no caso de Santa Cruz, o mesmo comporta mais de 4.000 veículos, além de ter em seu entorno dormitórios para os viajantes.

A construção dos centros comerciais visou, entre outras coisas, a proporcionar aos visitantes o sentimento de estarem fazendo compras em um local seguro, organizado e com ares de *shopping center*. Tinham também, é claro, o intuito de se tornarem, para o Estado de Pernambuco e para o Brasil, pontos de referência na compra dos mais variados tipos de artigos de vestuário. Esses investimentos, segundo o SENAI, reverteram-se no reconhecimento do Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe como o maior espaço de comercialização de confecções, de preços populares, da América Latina.<sup>42</sup>

A preocupação dos grandes confeccionistas e de suas entidades representativas era distinguir a “desordem” das *Feiras da sulanca* da organização e segurança dos centros de comercialização que estavam sendo projetados. Essa ação pode ser identificada como uma das iniciativas de modernização, que em 2002 ganhou reforço por meio da ação do SINDIVEST-PE e do SEBRAE com o “*Projeto de Desenvolvimento do Polo de Confecções do Agreste*”. Esse teve forte intervenção da

---

<sup>41</sup> Fotos dos Centros Comerciais e das Feiras da *Sulanca* das cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, estão no Apêndice 6 (fotografias 8 a 12).

<sup>42</sup> Informação colhida no site do SENAI. Disponível em: < [www.senai.br](http://www.senai.br) >. Acessado em: 12 nov. 2013.

mídia local que, junto com as associações empresariais, objetivavam renomear o aglomerado, substituindo o termo produção de “*sulanca*” pela ideia de produção de “moda pernambucana”. O objetivo foi de “[...] em combinação com um conjunto mais amplo de ações visando a modernização das atividades ali desenvolvidas, atuar também sobre a reelaboração de sua imagem, tanto para dentro, quanto para fora” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013, p.11).

Contudo, O *Polo Comercial de Caruaru*, diferentemente dos centros comerciais de Santa Cruz e de Toritama, não atingiu o sucesso desejado e tornou-se alvo de polêmicas, algumas relatadas em nossas entrevistas pelos empreendedores confeccionistas, como logo veremos. Na época da construção do empreendimento, nem todos os espaços foram vendidos, porque os confeccionistas locais não tinham condições, ou não queriam, enquadrar-se nos requisitos necessários. Na época era necessário que o confeccionista formalizasse sua indústria, o espaço da loja e os vínculos trabalhistas, além de ter capital disponível para o investimento inicial. Em vista disso, o grupo empresarial dono do empreendimento optou por alugar sua estrutura para outras empresas e atividades econômicas, por exemplo, instituições privadas e públicas de ensino as quais vieram se instalar no município. Ainda restou uma parte não ocupada que hoje é destinada para os negócios voltados para a cadeia têxtil e de confecção, como a Rodada de Negócios, o Agreste Tex, e o Caruaru Fashion Day. No imaginário social o *Polo Comercial* é identificado como o local onde se vende “moda” e uma certa exclusividade, ficando a Feira da *Sulanca* responsável por vender “*sulanca*”. Portanto, a construção do centro de comercialização serviu para o reposicionamento da imagem do produto local.

Como adiantamos, alguns confeccionistas demonstram profunda insatisfação com a forma como este centro comercial foi prometido e propagandeado na cidade. Quando questionamos a respeito da comercialização da produção, o assunto *Polo Comercial* veio à tona. A empreendedora confeccionista EC12 nos conta que:

**Pesquisadora: Vocês chegaram a ter loja no Polo Comercial?** Comprei. Mas o que adiantou? De nada, porque fomos roubados por eles mesmos.  
**Pesquisadora: Por quê?** Porque no contrato deles, consta que ali não era nosso. Quer dizer, todos os *sulanqueiros* foram enganados, por isso que muitos têm a maior raiva do *Polo de Caruaru*. Porque ali foi uma visão de eles conseguirem dinheiro para eles. É tanto que não foi endereçado aos *sulanqueiros*. Muitos compraram tantas lojas para alugar, para ganhar dinheiro em cima dos outros. Eu mesma entreguei, faz um ano, que eu tentei negociar com eles e eles não aceitam, porque eles já vão para a justiça tomando, dizendo que ali não é seu. O grupo que construiu, que dizem que hoje está na mão do Sintra. Diz que só ele hoje é dono de tudo.

**Pesquisadora: Sintra é da rede de supermercados Bonanza, né?** É, da Bonanza. Eles fizeram na intenção de dizer que era para os *sulanqueiros*, mas todos que compraram não observaram essa cláusula tão pequeninha que estava no contrato. Eu acho que foram feitos já de má fé mesmo, para dizer: aquela estrutura ali é minha. Fez todo mundo investir. Porque na época, em 2003, 2004, quando eu comprei, foi R\$ 10 mil e poucos reais, que eles falaram que era para a construção e depois eu iria só ter que pagar condomínio. (EC12)

Esse fato faz com que EC12 tenha muita desconfiança nas discussões do atual projeto de transferência da Feira da *Sulanca*. Desconfiança que também fora registrada por EC11, ao mesmo tempo em que expressou seu descontentamento com o Polo Comercial:

**Pesquisadora: E o senhor nunca teve loja no Polo?** Eu tenho uma loja no Polo, mas a minha está alugada. Que aquilo também foi um tiro no pé que eu dei. **Pesquisadora: É não foi bom ali.** Que é justamente esse grupo aí que te falei antes, a família Sintra. Esse pessoal desse grupo do Polo que agora está entrando nesse negócio da transferência da *Sulanca* também. Que já talvez você saiba aí como é que rola esse negócio aí, que já tomaram meio mundo de loja do pessoal aí, botando o condomínio do preço que eles querem, como eles querem, está entendendo. E aí a maioria do pessoal correu.

A partir do trabalho de campo e dos estudos revisados para esta tese, é possível afirmar que as ações visando à modernização e formalização das atividades do aglomerado produtivo, e isto também em relação a Caruaru, concentram-se na comercialização. É fato que o grau de informalidade da indústria é extremamente alto, como logo demonstraremos, contudo, apenas recentemente ações voltadas exclusivamente para esta parte da cadeia produtiva passaram a ser executadas. Dentro deste conjunto de transformações está o processo de formalização da indústria. Os caminhos que contribuem para tal formalização e seus desdobramentos serão analisado no capítulo 4.

Como indicado acima, a partir de 2002, o SEBRAE começa a desenvolver ações conforme previa o “*Projeto de Desenvolvimento do Polo de Confecções do Agreste*”. As entrevistas com AI4 e AI5, ambos gestores do Projeto, nos permite destacar as principais formas de atuação do SEBRAE e, o que fica evidente, é o esforço em mudar o perfil das mercadorias. Em vista disto, o foco está em ações para agregar valor à confecção, sobretudo como uma estratégia de exteriorização da comercialização, visando a combater a concorrência com o mercado internacional:

**Pesquisadora: E tu acha que a concorrência internacional na confecção também se faz presente aqui?** Sem sombra de dúvida. Infelizmente a China anda no mundo todo. Por isso é importante se diferenciar, agregar valor ao produto, tornar diferente e você conseguir ter um preço que diferencie e se distancie, descole desse tipo de produto, porque se as empresas continuarem a permanecer na briga de preço, só, ou por custo, vai complicar o processo, não consegue se manter. (AI5)

Essa forma de conceber a relação da produção local com o mercado, como afirma AI5, leva o SEBRAE a apoiar os pequenos negócios tanto no crescimento das suas relações comerciais como no crescimento da indústria. Essa “missão” do SEBRAE já foi evidenciada no estudo de Lima (2011), quando destaca que

[...] a busca da mudança de “imagem” do produto e da região, através da passagem da “sulanca” para a “moda pernambucana”, mudança que se traduz, no momento histórico presente, num movimento (orquestrando ações de infraestrutura, tributárias, trabalhistas, fóruns de pactos setoriais), cujas noções discursivas fortes são as de “modernização” tecnológica, “inovação” do produto, “empreendedorismo” (p. 72).

Para os gestores do SEBRAE, AI4 e AI5, o MEI vem ganhando importância no setor de confecções, e o SEBRAE, como uma instituição executora que tem o papel de monitorar e implementar o Programa no PCAP, reivindica a participação. AI5 destaca:

[...] para você ter uma noção, no estado hoje nós temos em torno de 5 mil microempreendedores individuais só de confecção. A gente tem um número significativo de pessoas formais no segmento de confecções como microempreendedores individuais.

Quando observamos os dados do MEI, referentes à Caruaru, percebemos a adesão ao programa. Mesmo só sendo possível extrair os dados de todos os setores da atividade econômica para apresentar a evolução da formalização dos negócios na categoria de MEI, desde o ano de sua implementação, é relevante destacar.

**Tabela 3 - Evolução do MEI em Caruaru**

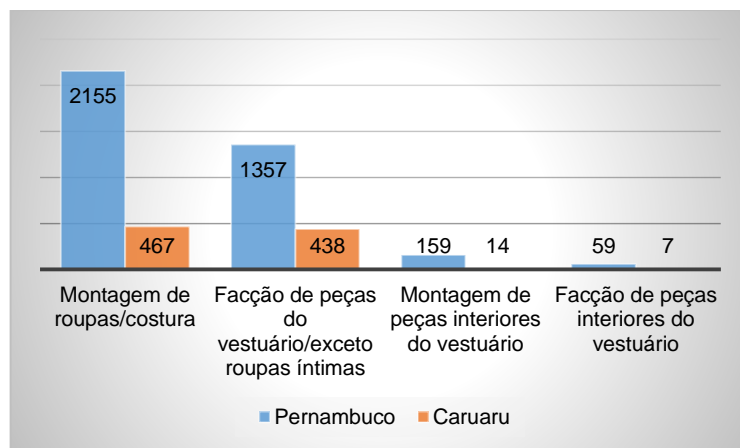
Ano	Quantidade
2010	736
2011	2.101
2012	3.728
2013	5.358
2014	7.060

Fonte: Portal do Empreendedor

Com relação à quantidade de adesão como microempreendedor em atividades

relacionadas à indústria de confecção, em Caruaru, conseguimos extrair do Portal as seguintes informações:

**Gráfico 1- Formalização dos negócios no Portal do Empreendedor/MEI**



Fonte: Portal do empreendedor (Setembro/2015)

Os dados coletados nos ajudam a concluir que quando comparamos ao número total de MEI's do município, conforme os dados de 2014 (7.060), os relacionados às atividades na confecção, que em 2015 totalizam (926), representam cerca de 13% das formalizações. Mas, como o número total de adesões é de 2014, é possível pensar que a fatia representada pelo setor de confecções é menor, considerando que em 2015 o número total de MEI's tenha evoluído em Caruaru. Quando comparado ao Estado de Pernambuco os dados confirmam e representam a concentração do aglomerado produtivo na região Agreste.

No próximo e último item deste capítulo iremos apresentar o Polo em números, baseando-nos, principalmente, nos dados oriundos de pesquisa realizada pelo SEBRAE. De antemão, é preciso ressaltar que a própria condição informal torna o PCAP, em certo sentido, invisível e também não colabora para que se tenha uma estimativa mais exata acerca de suas dimensões.

### 3.3.3. Uma radiografia quantitativa do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano

Talvez para quem não conheça a realidade do Agreste, ou para quem nunca esteve nessa "terra em confecção", a forma como os trabalhadores referem-se à

confeção e a Feira da *Sulanca* forneça uma imagem não muito palpável ou tampouco tenha significado. Mas, quando lançamos mão de números e estatísticas para caracterizar o aglomerado produtivo, esta imagem começa a ganhar contornos e, aliada às histórias de vida daqueles que fazem tal “terra em confeção”, pode transformar-se numa pintura, em que depoimentos como: “*a salvação aqui do Agreste é o Polo*”, “*a Sulanca é a mãe dos caruaruenses*”, a “*confeção é a pujança desse povo*”, “*a feira da Sulanca presta serviço pra muita gente, e todo mundo que sai do trabalho, quer ser sulanqueiro*”, “*trabalhar com confeção é sair do nada e entrar no tudo*”, ganhem profundo sentido. Isso posto, apresentamos alguns dados secundários quantitativos.

Importa frisar que a pesquisa realizada pelo SEBRAE<sup>43</sup> é uma entre outras possíveis visões do aglomerado produtivo, no entanto, devido à quase inexistência de estatísticas oficiais que deem conta do fenômeno da informalidade, é uma importante radiografia da produção industrial do PCAP. Gestores e confeccionistas envolvidos com a confeção em Caruaru afirmam que os dados do SEBRAE estão subestimados, porém, para nossa pesquisa são funcionais. Acerca disto, o A11 nos alerta que:

O Polo, hoje, posso dizer a você que é a salvação daqui do Agreste, porque são mais de 18 municípios que hoje vivem da confeção, dados do SEBRAE e outros órgãos aí, botam 150 mil empregos, eu boto mais de 250 mil empregos diretos, porque a pesquisa que eles têm foram de 10 municípios e eu tenho de 18. Tem muito município que tem muitas empresas que não estão ali, aí eles tiraram também por amostragem né, 1200 empresas, chegaram ao número de 18 mil, boto que tem mais de 25 mil, entendeu? Porque é muito, é muito grande, pra você ter uma ideia num dia de feira tem 15 mil bancas em Caruaru, 15 mil bancas em Santa Cruz e 5 mil banca em Toritama, aí você já está contando 35 mil bancas de confeção. E eu não falo isso em todo canto não, porque vão me chamar de mentiroso né, só o cara vindo pra ver, pra crer! (A11)

A partir do que fora definido como Polo-10, o aludido estudo aponta que o PCAP tem como uma de suas características mais marcantes a organização das Unidades Produtivas em “empresas”, 57% do total, e 43% de “empreendimentos

---

<sup>43</sup> Denominado *Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do Agreste Pernambucano*, realizado em 2012 e publicado em maio de 2013. O estudo teve como objetivo descrever quantitativamente o Polo de Confeções do Agreste, com base nas respostas dadas por 1.235 empresários ou responsáveis por unidades produtivas a questionários aplicados em dez cidades (Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Cupira, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes), as quais formam o que a pesquisa denomina de Polo-10. No caso de Caruaru os questionários foram aplicados em áreas não predominantemente residenciais e a amostra está composta de 213 questionários realizados no local de produção.

complementares” ou “facções”<sup>44</sup>.

**Tabela 5 – Quantidade estimada de unidades produtivas segundo o tipo (empresas ou empreendimentos complementares) no Polo-10**

Municípios	Unidades Produtivas		Empresas			Empreendimentos complementares		
	Número de unidades produtivas	% no total do polo	Número de empresas	% no total do Polo-10	% das empresas no total das unidades produtivas do município	Número de empreendimentos complementares	% no total do Polo-10	% dos empreendimentos complementares no total de unidades produtivas
Agrestina	299	1,6	129	1,2	43,1	170	2,1	56,9
Brejo da Madre de Deus	1.396	7,4	1.156	10,8	82,8	240	3,0	17,2
Caruaru	4.530	24,1	1.313	12,2	29,0	3.217	39,9	71,0
Cupira	135	0,7	80	0,7	59,3	55	0,7	40,7
Riacho das Almas	415	2,2	124	1,2	29,9	291	3,6	70,1
Santa Cruz do Capibaribe	7.169	38,1	5.722	53,3	79,8	1.447	18,0	20,2
Surubim	454	2,4	291	2,7	64,1	163	2,0	35,9
Taquaritinga do Norte	1.185	6,3	821	7,6	69,3	365	4,5	30,8
Toritama	2.818	15,0	962	9,0	34,1	1.856	23,0	65,9
Vertentes	401	2,1	146	1,4	36,4	256	3,2	63,8
Total	18.803	100,0	10.744	100,0	57,1	8.060	100,0	42,9

Fonte: SEBRAE (2013)

Como demonstrado, em Caruaru, foram identificadas 4.530 unidades produtivas. Desse total, 1.313 classificam-se como *empresas* e 3.217 como *empreendimentos complementares (facções)*, o que, conforme o relatório, corresponde a 29% e 71% do total de unidades produtivas do município, respectivamente.

Com base nessa pesquisa, e de forma resumida, apontamos que o aglomerado produtivo de confecções do Agreste possui as seguintes características:

- Existem em torno de 18.800 empresas em todo o Polo de Confecções, sendo empresas formais apenas 19,49% dessas.
- 77,2% das empresas do Polo encontram-se nos três principais municípios

<sup>44</sup> Conforme SEBRAE (2013), o principal critério empírico utilizado para separar, nos questionários, as empresas dos empreendimentos complementares foi a declaração do empresário ou gerente entrevistado quanto à atividade de vendas de sua unidade produtiva. Se a Unidade Produtiva declarou vender produtos finais (para o consumidor, para o atacadista, para a rede de lojas, etc.), ela foi classificada como empresa. Caso contrário, foi considerada um empreendimento complementar.



da região: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, como pode ser visualizado pela Tabela 1.

- Existem 107.177 pessoas ocupadas no setor de confecções no Polo-10, sendo 81.686, ou 76,21%, nos três principais municípios do Polo, o que fica claro pelo exemplo da Tabela 2.
- As unidades produtivas do Polo-10 obtiveram, em 2011, um faturamento estimado em R\$ 1 bilhão.

**Tabela 6 - Dados sobre pessoas ocupadas no setor de confecção do Polo-10**

Município	Número de pessoas ocupadas nas unidades produtivas	Porcentagem do total de pessoas ocupadas em confecções no Polo-10
Agrestina	1.402	1,3
Brejo da Madre de Deus	7.580	7,1
Caruaru	24.963	23,3
Cupira	1.286	1,2
Riacho das Almas	2.629	2,5
Sta. Cruz do Capibaribe	38.973	36,4
Surubim	3.184	3,0
Taquaritinga do Norte	6.072	5,7
Toritama	17.750	16,6
Vertentes	3.338	3,1
Total dos dez municípios	107.177	100,0

Fonte: Sebrae 2013.

Esses dados, quando esmiuçados, também revelam outra classificação importante: a dicotomia entre Unidades Produtivas formais e informais. As porcentagens referidas baseiam-se no total de Unidades Produtivas pesquisadas: 18.803, no Polo-10, conforme Tabela 5.

Viu-se que, embora a informalidade seja bem maior entre os *empreendimentos complementares* (93%) do que entre as *empresas* (66%), existe enorme quantidade de *empresas* informais (popularmente denominadas de *fabricos*<sup>45</sup>), assim como existem *empreendimentos complementares* formais. Isso demonstra o quão complexa

<sup>45</sup> Continuando a caracterização já feita anteriormente, cabe destacar que a expressão *fabrico* é usada popularmente para caracterizar as unidades produtivas familiares, que funcionam geralmente em domicílio, na adaptação de uma garagem, ou de outras partes da casa, de caráter informal. Na sua constituição, podem assumir dimensões muito variadas, como destaca Vêras de Oliveira (2011b): “Tomando-se o número de trabalhadores assalariados, pode não ter nenhum (realizando o trabalho apenas com a família) ou chegar a dezenas de contratados (em bases informais)” (p. 17). Diferenciam-se das fábricas uma vez que essas são regularizadas, possuindo o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal. Outra maneira popular de significar um *fabrico* é diferenciando-o da *façção*: sendo o primeiro associado à confecção de uma peça inteira e o último à ideia de realização de apenas uma parte do processo.

e diversificada são as formas como as relações de trabalho são construídas, e como são diversas, também, as dinâmicas de reprodução dessas práticas, uma vez que o processo produtivo típico de uma peça de vestuário feita no Polo combina intervenções realizadas nas *empresas* e nos *empreendimentos complementares*.

O estudo desenvolvido pelo SEBRAE (2013), por meio de uma análise quantitativa, vem confirmar aquilo que é sustentado há tempos tanto pelas próprias pessoas que fazem o Polo de Confecções, como pelos estudos acadêmicos de diversas áreas – tais como Geografia, Administração, Sociologia, Economia – de que este continua sendo o “território da informalidade”. Não obstante, os dados revelam o extraordinário crescimento tanto populacional como econômico dos três principais municípios do Polo (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama), como já tínhamos mencionado anteriormente. Sobre o crescimento populacional, Sá (2012) elaborou uma interessante comparação, apresentada na Tabela 3:

**Tabela 7 – Comparativo do crescimento populacional de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama com o crescimento da população geral do estado de Pernambuco e do Nordeste (2000-2010)**

Cidade/estado/região	População em 2000	População em 2010	Crescimento %
Caruaru	253.634	306.788	20,95
Santa Cruz do Capibaribe	59.048	82.649	39,97
Toritama	21.800	35.554	63,09
Pernambuco	7.918.344	8.541.250	7,86
Nordeste	51.871.449	47.741.711	8,65
Brasil	185.712.713	170.799.170	9,37

Fonte: Adaptada de Sá (2012, p. 343) tendo como fonte os dados do IBGE (2010).

Segundo o Sebrae, a explosão demográfica constitui, nesse caso, um indicador de desempenho econômico positivamente diferenciado. Isso porque, “[...] o crescimento da população nos municípios produtores de confecções, muito acima das médias estaduais, regionais e nacional, só foi possível porque houve forte movimento migratório em direção às cidades do Polo” (SEBRAE, 2013, p. 19).

Sobre a grande incidência da informalidade, seja nas relações de trabalho, seja na não legalização dos empreendimentos, a relação com o crescimento da produção de confecções no Agreste e o desenvolvimento econômico da região, o Sebrae destaca que a própria alta da informalidade é um dos principais fatores que impulsionaram o crescimento do Polo. A informalidade aliada à baixa qualificação dos trabalhadores – o que permite uma baixa remuneração da mão de obra – trazem vantagens competitivas temporárias, uma vez que “[...] até hoje, o Polo tem vivido e se expandido, em grande medida, porque paga poucos impostos e, menos ainda,

direitos e obrigações trabalhistas. Tal situação já perdura por 30 ou 40 anos, mas, a longo prazo, é insustentável” (SEBRAE, 2013, p. 34).

Analisando o Polo-10, o estudo identificou que 80% das unidades produtivas são informais, considerando para esta classificação como formais os estabelecimentos que declararam possuir CNPJ. E, como sublinhado pelo próprio estudo, e com o qual concordamos, o problema maior reside no fato de que nesses 20% identificados como formais, existem “[...] inúmeras possibilidades de as unidades produtivas obterem uma fachada de formalização, ao tempo em que continuam com o grosso de suas operações no que poderia ser chamado de informalidade formal” (SEBRAE, 2013, p.53). Ainda conforme o Sebrae, essa situação é possível por meio das seguintes estratégias:

Uma é o confeccionista regularizar, apenas, sua loja na cidade ou no centro comercial. Passando a ter, em consequência, um número de CNPJ e as correspondentes inscrições nas fazendas estadual e municipal. A segunda possibilidade é a empresa industrial formal recorrer, para grande parte de suas necessidades, à mão de obra (informal) das *facções*. (SEBRAE, 2013, p. 53)

Com relação às dinâmicas produtivas, o primeiro estudo sobre o Polo desenvolvido pelo SEBRAE (2003) apontava que no entrelaçamento das micro e pequenas empresas do Polo, as *facções* são registradas em números expressivos. Conforme citou Lima, baseando-se em dados deste primeiro relatório, “das empresas formais, 27,2% funcionam como *facções*; junto às informais o número cresce para 47,9% em Toritama, 23,3% em Santa Cruz do Capibaribe e 31,9% em Caruaru. Tais “*facções*” atendem em média 3 a 4 empresas” (LIMA, 2011, p. 65).

Em 2013, o SEBRAE estima que, das 18.803 unidades produtivas avaliadas para o Polo-10, cerca de 43% são constituídas por *facções*, nas quais se concentram também os maiores índices de informalidade. Desse número total, Caruaru, em relação ao Polo-10, tem 40% de sua produção em forma de *facções*, Santa Cruz do Capibaribe 18% e Toritama 23%, conforme dados da Tabela 1. Como salientado anteriormente, chama atenção a forte presença de *facções* em Caruaru, onde 70% do total de unidades produtivas foram assim classificadas. Nossa pesquisa de campo, já motivada por este indicativo, contribuiu para caracterizar e compreender o funcionamento dessas unidades produtivas, bem como o papel ocupado por elas na cadeia produtiva, conforme será exposto no capítulo 4 e 5.

Os dados da pesquisa do SEBRAE (2013) também refletem os apontamentos do autor anteriormente referido de que existe uma composição hierárquica traduzida em subcontratações veladas sob relações contratuais (negociais e informais em grande medida) entre fábricas e *facções*, ou mesmo nas relações de trabalho no interior desses empreendimentos, o que vem definindo certas regularidades e padrões sociais (LIMA, 2011).

Por isso, salientamos que a grande presença do trabalho *faccionado*, fragmentado e subcontratado no setor de confecções não é iniciativa atual, muito pelo contrário, é constitutivo das atividades produtivas neste setor. A fragmentação das atividades é efetuada no processo de montagem das peças que não necessitam ser produzidas no mesmo local. Como expusemos no capítulo 2, o setor de confecção possui peculiaridades na sua produção que, desde os primórdios dessa indústria, facilitam o processo de flexibilidade. O que é necessário destacar, em relação ao nosso objeto de estudo, é que a modernização e a racionalização do processo produtivo e da administração dos empreendimentos não resultam, necessariamente, em abandono das antigas práticas, mas na combinação de velhas e novas práticas.

Com relação à dinâmica do trabalho, horários, renda, formas de pagamento, nossa pesquisa constatou que a característica maior é a da flexibilidade, isto é, os trabalhadores devem se adaptar para atender à demanda de produção. Em algumas épocas do ano – como nos meses próximos ao carnaval, aos festejos juninos e aos meses que antecedem as comemorações natalinas e de fim de ano – o ritmo de trabalho é muito mais intenso e os trabalhadores *faccionistas* estão entre os que mais sofrem com o aumento da produção, uma vez que desejam fidelizar as atividades com o *fabrico* ou fábrica para a qual prestam serviço.

Por fim, sublinhamos que Caruaru vem passando por um processo de intensificação da produção de confecções nas áreas rurais. Segundo dados apresentados por Lira (2011), obtidos em entrevistas com dirigentes do sindicato rural do município, 70% dos trabalhadores da área rural dedicam-se à produção de confecções. Conforme os depoimentos, “apenas nas áreas de brejo, que possuem terras mais agricultáveis, é que pessoas se dedicam à produção agrícola” (LIRA, 2011, p. 116). Temos, portanto, que já em 2011 essa “migração” da indústria era diagnosticada, mas tem-se intensificado num ritmo muito crescente. Em nossa pesquisa de campo foram constantes os depoimentos os quais frisaram a proliferação da produção industrial nas áreas rurais. Os atores institucionais com quem

conversamos destacaram que o *lobby* da indústria de confecção é muito forte, principalmente porque é associado à geração de empregos. E, o que também vem se configurando como uma tendência, é a crescente instalação de lavanderias para beneficiamento dos tecidos nessas áreas. Como foi possível identificar, as empresas optam por instalar-se na área rural ou então em municípios muito pequenos, predominantemente agrícolas, como estratégia para driblar a fiscalização. Por isso, afirmamos que esta não é uma “migração”, mas uma “fuga”, literalmente.

Entretanto, na visão dos atores institucionais já referidos, ambos representantes da ACIC, as relações informais de trabalho ou os danos ambientais gerados pelas lavanderias são externalidade. O fato é que o poder público nunca investiu no PCAP e quando ele resolve participar o faz via fiscalização, portanto, a “fuga” tem uma causa: a ação predatória do Estado, como destacado abaixo:

Caruaru tem todos os entes do Estado fiscalizador e essas cidades não têm. Então, termina escapando melhor. Aí, hoje como está acochando, estão indo para as cidades menorzinhas. **Pesquisadora: Mas ao migrarem, essas lavanderias, elas estão se estruturando de uma forma para tentar preservar o meio ambiente?** Elas se estruturam de forma que dê pra funcionar. O negócio dela é continuar funcionando porque o cara vai lá para o interior e continua trabalhando. Ou seja, esse não é o procedimento correto, mas... Aí isso leva os *fabricos*, as *facções*, leva para o interior. Isso ajuda. Isso, às vezes, é até um mal que, para a economia, vem para o bem. (A12)

Vale ressaltar que Sá (2012) e Bezerra (2011) também diagnosticaram ter crescido, sobretudo nas últimas décadas, a “invasão” do processo produtivo da indústria têxtil na zona rural, na forma de *facções*, principalmente. Sá referia-se a Caruaru e à região, ao passo que Bezerra constatou esse movimento por meio da investigação acerca do trabalho *faccionado* das costureiras do Cariri Ocidental da Paraíba. Visto isso, pode-se afirmar que essa “fuga”, para além da ação fiscalizadora do Estado, é motivada pelo crescimento de micro, pequenas e médias indústrias de confecção que buscam mão de obra barata para garantir o baixo preço de seus produtos, um dos fatores do crescimento do Polo de Confecções. A partir de nossa investigação afirmamos que tal fato deve-se, inclusive, à tentativa de garantir competitividade, uma vez que a produção popular de confecções também começa a sentir a concorrência das grandes redes de magazine as quais, além de terem preços populares, oferecem formas de pagamento convidativas.

Na área urbana de Caruaru é onde está a maior concentração de produção de confecções, espalhada em vários bairros da cidade. Lira (2011) destacou os

seguintes: Salgado, Cohab III, Boa Vista I e II, Maria Auxiliadora e Vila Kennedy, fato que confirmamos com nossa pesquisa de campo e complementamos afirmando que atualmente a produção de confecções está espalhada em todos os bairros da cidade. Nossas entrevistas foram realizadas tanto em bairros de periferia, carentes e empobrecidos, como em bairros mais nobres, localizados perto da área central do município, nos quais encontramos desde indústrias até pequenas *fações* e *fabricos*.

A intensificação da produção de peças de vestuário tanto na zona rural como na área urbana também está relacionada ao aumento, extremamente significativo, do número de unidades produtivas em Caruaru num intervalo de dez anos. O primeiro estudo quantitativo, realizado em 2003, pelo SEBRAE, possibilitou a comparação com os dados da pesquisa de 2013 e, por meio da comparação, podemos afirmar que em Caruaru o número total de unidades produtivas quase dobrou, conforme indicado na tabela abaixo:

**Tabela 8 - Estimativa de unidades produtivas entre 2003 e 2013.**

Municípios	2003	2013	% Variação 2002/2012
Caruaru	2.380	4.530	90,34 %
Santa Cruz do Capibaribe	7.565	7.169	- 5,23 %
Toritama	2.196	2.818	28,32 %
Soma	12.141	14.517	19,57 %

Fonte: Sebrae/PE, 2013.

Quando analisamos os dados comparando o crescimento das unidades produtivas formais e informais identificamos que os negócios formais, em Caruaru, têm significativa participação nesse crescimento, como destacamos nas Tabelas 5 e 6:

**Tabela 9 - Distribuição das unidades produtivas formais e informais no PCAP (2003)**

Municípios	Formais		Informais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Caruaru	380	16,0	2000	84,0	2380	100,0
Toritama	88	4,2	2000	95,8	2088	100,0
Santa Cruz	477	13,7	3000	86,3	3477	100,0
Total	945	11,9	7000	88,1	7945	100,0

Fonte: SINDVEST- PE e estimativas da FADE / Sebrae-PE.

**Tabela 10 - Distribuição das unidades produtivas formais e informais no PCAP (2013)**

Municípios	Formais		Informais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Caruaru	963	21,2	3568	78,8	4531	100,0
Toritama	644	22,8	2174	77,2	2818	100,0
Santa Cruz	1349	9,3	5820	90,7	7169	100,0
Total	2956	20,3	11562	79,7	14517	100,0

Fonte: SEBRAE-2013.

Observando os dados da Tabela 8 e Tabela 9, é possível identificar o crescimento dos negócios formalizados, o que reforça nosso argumento da tendência à formalização dos negócios via regularização fiscal. Como indicam os dados acima, num intervalo de dez anos, as unidades produtivas formais tiveram um aumento de 153%, isto é, de 380 unidades passaram para 963 (surgiram 583 novos negócios formais); enquanto as informais de 78%, isto é, de 2.000 unidades passaram a 3.568 (sugiram 1.568 novos negócios informais). Nossa tarefa, portanto, é investigar acerca do significado dessa formalização. Considerando o total de unidade produtivas em Caruaru, a participação dos negócios formais cresceu (16% em 2003, para 21% em 2013), enquanto as unidades produtivas informais diminuíram (84% em 2003, para 79% em 2013).

Tendo em vista a história social de constituição da região Agreste, as conexões entre a feira livre, feira da Sulanca, a comercialização e a produção de confecções e conhecendo, em linhas gerais, um panorama desta produção em Caruaru, partiremos para o próximo capítulo, que visa à apresentação da análise do objeto empírico espinha dorsal deste estudo: o processo de formalização dos empreendimentos industriais, investigado a partir da ação dos empreendedores confeccionistas.

#### **4. O FABRICO QUE SE TORNOU FÁBRICA. NADA SERÁ COMO ANTES?**

Os dois primeiros capítulos deste estudo tiveram como principal função proporcionar o arcabouço teórico-conceitual que nos serve de orientação, de lentes e caminhos, a partir dos quais lançamos o olhar para a realidade estudada: a produção de confecções em Caruaru e suas transformações. O terceiro capítulo propõe um ponto de vista, construído a partir dos estudos já desenvolvidos acerca do aglomerado produtivo, e que representa a nossa abordagem, sobre o início, consolidação e atual dinâmica das atividades produtivas e comerciais. Este capítulo apresenta nossa contribuição, oriunda da densa pesquisa de campo, para a compreensão do processo de formalização dos empreendimentos industriais, assim como seus desdobramentos.

Partindo dos conceitos desenvolvidos, a problematização do objeto empírico levará em consideração os seguintes aspectos: a) existe um movimento de crescente formalização das indústrias locais, como demonstramos no capítulo anterior; b) apesar da informalidade, do trabalho e das relações de trabalho, ser uma característica constitutiva das atividades de produção e comercialização de confecções em Caruaru; ela está sendo reconfigurada em seu sentido e no seu uso; c) a reorganização dos processos produtivos está sendo regida pela lógica da flexibilidade da produção no contexto da reestruturação produtiva; d) em vista disto, nos propomos a desvelar o significado da formalização identificando os fios que à costuram a economia informal.

É fato que os movimentos de reconfiguração do capitalismo deslocam para os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos o aparato produtivo antes concentrado nos grandes centros, nos países economicamente dominantes. Nesses países, desde a segunda metade do século passado, surgem aglomerados similares ao PCAP onde predominam a subcontratação e estruturas produtivas domésticas. Entretanto, a experiência do Polo não se encaixa nesta origem, apesar das atividades produtivas terem, atualmente, uma dinâmica similar. Afirmamos que “não se encaixa”, uma vez que, como desenvolvemos no capítulo anterior, o que hoje é denominado de Polo de Confecções do Agreste nasceu pela ação do povo agrestino que vislumbrou na produção de vestuário uma alternativa de renda para garantia da sobrevivência das famílias. Temos uma realidade histórica que passa a ser modificada tanto pela ação das empresas locais (com foco na produção de confecção) que se destacaram,



como pela ação das empresas de fora que ali se instalaram, com foco menos na produção de confecções, e mais no fornecimento de serviços, equipamentos e matéria prima, e que hoje compõem uma cadeia produtiva.

Diante do fato de que a realidade histórica está sendo transformada, este capítulo objetiva identificar como a ação dos empreendedores confeccionistas locais tem contribuído para as transformações. Retomando, alguns exemplos de transformação: expansão das atividades econômica do âmbito local para o nacional; mudança no significado das relações de trabalho, a cooperação (ajuda mútua) dá lugar a competição; introdução de maquinário moderno e industrial; estratégias de diferenciação dos produtos pelo *status* da marca; introdução de novas práticas de subcontratação.

Para acompanhar e delinear como aconteceu o processo de formalização dos empreendimentos industriais e seus desdobramentos, visando a compreender a dinâmica de trabalho que está se configurando em Caruaru no setor de vestuário, realizamos a análise da trajetória de vida e trabalho de vinte empreendedores confeccionistas.

Para a análise do processo de formalização do negócio, isto é, a passagem de confeccionista informal para empresário da confecção, acompanhando a transformação da realidade histórica para a realidade atual, iniciaremos o capítulo explorando as trajetórias de vida e trabalho.

Na sequência focaremos na análise das motivações para a formalização do empreendimento e depois iremos nos aprofundar na compreensão do processo produtivo das empresas, almejando identificar um padrão, ou então o diagnóstico da falta deste, que caracterize o cenário produtivo do setor de confecções.

O capítulo encerra com a exposição das percepções dos empreendedores confeccionistas acerca do “resultado” da formalização e das percepções a respeito da atuação dos atores institucionais e do Estado para o incentivo e desenvolvimento do setor em Caruaru.

#### **4.1. Trajetórias de vida e trabalho: “*Essa ânsia de produzir*”**

A história de nossos sujeitos de pesquisa acerca da construção dos seus negócios reflete padrões de organização do processo produtivo e das relações de

trabalho, os quais vêm sendo configurados e também reconfigurados na região desde a década de 1980, período em que se inicia a trajetória de nossa confeccionista que está a mais tempo atuando no ramo da confecção.

Dispomos de vinte trajetórias que apresentam muitos elementos em comum e também algumas peculiaridades. Como já destacamos, a cidade de Caruaru e tantas outras da região Agreste de Pernambuco originaram-se das feiras e dos vilarejos, que se formaram em torno do ponto de encontro para comercialização. Não podemos deixar de considerar, portanto, que o comércio está no “DNA” dos agrestinos e, sobretudo, dos Caruaruenses. É o que alguns entrevistados denominaram de “*tino comercial*” e “*desejo de crescer na vida*”. Alguns são filhos de comerciantes, outros de agricultores que sentiram na pele as dificuldades impostas pelas condições climáticas da região, e decidiram migrar para a cidade em busca de trabalho com o intuito de se iniciar na produção de confecção.

O quadro abaixo apresenta algumas informações do perfil pessoal dos confeccionistas:

**Quadro 6 - Perfil dos Empreendedores Confeccionistas**

	Ano de início do negócio	Gênero	Idade	Escolaridade	Naturalidade	Estado Civil	nº filhos
EC1	1984	F	60	Fundamental	Caruaru-zona rural	Casada	6
EC2	1988	F	56	Ensino Médio	Brejo da Madre de Deus – zona rural	Casada	2
EC3	1990	M	49	Ensino Médio	Recife	Casado	3
EC4	1990	M	45	Médio Incompleto	São Bento-PB	Casado	1
EC5	1991	M	42	Fundamental	Caruaru – zona rural	Casado	2
EC6	1993	M	48	Fundamental incompleto	Caruaru	Casado	2
EC7	1994	F	37	Ensino Médio	Caruaru	Divorciada	1
EC8	1994	F	50	Médio Incompleto	Caruaru	Casada	2
EC9	1996	M	41	Fundamental Incompleto	Caruaru	Casado	2
EC10	1996	M	43	Ensino Médio	Caruaru	Casado	2
EC11	1997	M	55	Superior Incompleto	Caruaru	Casado	1
EC12	1998	F	44	Superior	Caruaru	Casada	3
EC13	1998	M	32	Médio Incompleto	Caruaru	Casado	2
EC14	2000	M	37	Ensino Médio	Caruaru	Casado	1
EC15	2001	M	53	Fundamental	São Paulo	Casado	5
EC16	2010	M	29	Superior Incompleto	Caruaru	Casado	1
EC17	2012	F	23	Ensino Médio	Caruaru	Casada	-
EC18	2012	F	26	Fundamental	Caruaru	Solteira	-

EC19	2013	F	45	Médio Incompleto	Caruaru	Casada	3
EC20	2012	F	54	Superior	Vitória de Santo Antão- PE	Casada	2

Fonte: Entrevistas semiestruturadas. Elaboração própria

A análise das trajetórias nos possibilitou identificar três principais “origens” dos empreendedores confeccionistas em Caruaru, as quais relacionamos aos elementos motivacionais para tornar-se fabricante de confecção. São elas: a) tempo de trabalho na feira como comerciante; b) envolvimento da família com a comercialização e/ou produção de confecções; c) trabalho como empregado (a) em fábrica de confecção.

Entre os EC que têm na trajetória anterior de trabalho a atividade de feirante, destacamos como elemento comum o desejo de começar a confeccionar pela possibilidade de aumentar os rendimentos. Nesse sentido, podemos conjecturar que a frase proferida por um dos nossos sujeitos: “*a ânsia de produzir*”, pode ter vários significados, e um destes está relacionado a “ânsia de ganhar dinheiro”, dentro do espírito capitalista. Na época em que EC10 começou a produzir, em 1997, já havia na região a concepção de que fabricar confecção podia ser muito mais rentável do que a atividade de feirante. Naquele momento, como já destacado, temos um expressivo crescimento da indústria de confecção em Caruaru.

Os EC que seguiram a tradição de trabalho da família representam a história de uma parcela bastante significativa da população de Caruaru. Tais histórias podem ser ilustradas por EC13 e EC14, que começaram a produzir quase na mesma época, 1998 e 2000, respectivamente. Hoje são donos do imóvel onde têm a confecção, no bairro do Salgado, e construíram sua residência no andar de cima. Sobre o início do próprio negócio, nossos sujeitos relataram:

**Pesquisadora: Por que tu decidiu aos 15 anos começar a confeccionar para ti?** Eu comecei porque, assim, meus pais disseram: - *Você trabalha para ter suas coisas ou então se vire, dê seus pulos*. Quando eu tinha 5 anos foi que eles começaram, então desde pequeno, 5, 6, 7 anos, eu sempre ia para ajudar na feira. Então, comecei na casa dos meus pais. Fazia o corte lá, eu mesmo fazia o corte, já sabia cortar, e mandava só costurar as peças fora, eu mesmo quem dava acabamento, eu e tinha mais um menino que me ajudava na época. **Pesquisadora: Aí tu começaste fazendo terceirizado, como o senhor chama, facção, e ficou 3 anos?** Depois eu fui vendo a necessidade de montar a própria fábrica, porque o pessoal de facção, eles, quando chegava um período feito junho e dezembro que é um período de alta, eles começavam a deixar a gente na mão. Você botava X peças para produzir, ele só entregava a metade do X. (EC13)

**Pesquisadora: Qual a sua história com a confecção?** Então, minha mãe

começou fazendo essas confecçãoezinhas e entregava ao pessoal que vendia na Feira. Aí foi aumentando e chegou a ter seis, sete funcionários. Não era grande, né, para aquele tempo. Então, ela organizou um pedaço da casa, um quartinho... vai adequando, um galpãozinho, foi botando gente pra trabalhar. Depois eu comecei a fabricar junto com a minha mãe. Ela me ajudando, me dando os toques, foi me ensinando. E a minha mãe, ela é muito antiga aqui no Salgado, ela é uma das primeiras *sulanqueiras*, aqui, ela é pioneira. (EC14)

Em todas as trajetórias conseguimos observar que o desejo de ter o seu próprio negócio, a busca pela independência, é uma fala constante e recorrente. Tornar-se um confeccionista, um empreendedor, pode ser indicado como um padrão de trabalho da região do PCAP, como já sugerido no trabalho de Silva (2009), por exemplo, com relação às expectativas e desejos dos jovens da localidade de Pão de Açúcar/PE.

De todos nossos sujeitos de pesquisa, a trajetória de maior êxito, no que se refere ao desenvolvimento do negócio, é a da EC2. Esta confeccionista nasceu numa localidade na zona rural de um pequeno município, vizinho de Caruaru, chamado Brejo da Madre de Deus. Filha de comerciantes, teve a oportunidade, pelo fato de seu pai ser vereador, de estudar em Recife. Na capital conheceu seu atual marido, mudou-se com ele para Salvador-BA, e passou a administrar as duas lojas de vestuário multimarca de seu esposo. Afirma que foi a partir daí que percebeu que tinha aptidão para o ramo da confecção. Sobre esse início, no ano de 1988, afirma

[...] eu comecei em casa, com três costureiras. Aí, aquela coisa, afastei os sofás todos, abri o espaço, coloquei quatro máquinas, eu comecei a desenvolver o produto, cortar, costurar, ajudar elas costurando. (EC2)

Inicia produzindo roupas femininas, mas depois decide focar em bermudas *surfwear*, já que vivia numa cidade litorânea. Aproveitou para colocar a sua confecção para vender nas lojas da família e teve boa aceitação. Em um ano já tinha, no seu domicílio, em torno de 10 costureiras e uma produção considerável. Em 1989, o irmão de EC2, que morava em Caruaru, faz uma visita e se oferece para levar algumas peças para tentar vender na feira da *Sulanca*. O produto fez bastante sucesso e como Caruaru era mais propício para achar mão de obra para a costura, resolveu acionar os contatos familiares e mudar-se para o Agreste pernambucano. Em 1999, começa a produzir confecção em Caruaru através de *fabricos* e *facções* na zona rural:

Aí começou a vender aqui em Caruaru na feira da Sulanca. As vendas estavam a poupas. Eu sei que meu irmão começou a trabalhar, a família toda começou a entrar no produto e fez sucesso aqui. Nessa época, ninguém

conhecia o que era *Surfwear* na região de Caruaru. Eu fui a primeira **Pesquisadora: E onde a senhora instalou a sua produção?** Foi em Serrote dos Bois. Nessa época, não existia costureira lá, ninguém tinha conhecimento de máquinas industriais, as pessoas viviam, moças e rapazes e famílias viviam neste interior, em sítios, era bem atrasado. E as famílias viviam de farinha de mandioca. Eram meninas jovens, bonitas, de 14, 20, 18, tudo raspando mandioca para viver. Quando eu comecei, eu vinha de Salvador para Maniçoba, eu ficava aqui uma semana e o meu irmão, ele ficava dando suporte de pegar uma chefe de produção minha aqui de Caruaru para levar para dar treinamento a essas costureiras nos sítios, em Maniçoba e em Serrote dos Bois. Ela treinou todo esse grupo e começou dando certo e aí cresceu a indústria lá, quando eu vi que isso estava dando certo a gente sentiu a necessidade de construir uma indústria maior aqui em Caruaru. Aí foi quando eu comprei esse terreno e começamos a construir, aí já construí estamperia e tudo mais. (EC2)

Pelo que conseguimos averiguar, quando EC2 decide montar sua indústria em Caruaru, inicia de uma forma diferenciada. Não começou com uma produção domiciliar e familiar, tinha feito esse teste ainda em Salvador. Já chegou a Caruaru com uma lógica empresarial, iniciou subcontratando mão de obra informal na zona rural do município e em questão de dois anos construiu o prédio no qual atualmente está localizada a indústria. Tinha capital para investir e montou sua fábrica com máquinas industriais e com uma variedade de máquinas (a exemplo da máquina de bordar), tinha setor de estamperia e também lavanderia. Montou um parque industrial muito robusto, quando comparado à forma como os demais produziam confecção em meados da década de 1990. Em 1992, inaugurou essa nova fábrica, tornando-se precursora e referência na região, tanto no tipo de produto, como na forma de produzir.

Outro padrão de trabalho no PCAP é a regularidade que encontramos nas trajetórias daqueles que saíram do *status* de empregado da confecção para empregador do setor de confecções. Essas trajetórias são marcadas pelo fato dos sujeitos terem instaurado seu próprio negócio por meio do conhecimento adquirido enquanto funcionário; pelo capital inicial para a compra de maquinário e matéria prima ser oriundo de verbas rescisórias ou acertos verbais e informais; e também por laços de solidariedade entre ex-patrão, amigos e conhecidos. A trajetória destes sujeitos também demonstra que na década de 1990, quando a indústria de confecção estava se estruturando e fortalecendo, os laços de solidariedade e ajuda mútua existiam e contribuíam para o crescimento das fábricas e dos negócios voltados para o setor. Na atualidade, como relatado intensamente pelos entrevistados, a concorrência está muito grande e o sentimento mais presente é o de competição. Contudo, a solidariedade ainda existe, num grau bem menor, e mais comumente entre os

confeccionistas informais.

O que também nos revela a trajetória do “empregado que se tornou patrão” é que na cidade de Caruaru, na década de 1980, já existiam importantes fábricas de confecção. A história de EC8 contribui para essa afirmação:

Iniciei aos 15 anos, isso era 1979, 1980. E na época emprego era muito fácil. Você saía de uma empresa, os fabricantes já vinham na sua casa, já levava você pra outra fábrica. Então eu passei pelas maiores daqui de Caruaru. No caso era *Joçã, Maronordi, Sarona, Celapon*. Eu tenho todos os nomes na minha carteira. (EC8)

Geralmente, a literatura se refere a Santa Cruz do Capibaribe como sendo o município que na época citada concentrava a produção de vestuário, ficando com Caruaru a referência a comercialização no espaço das feiras. Fato, portanto, que não se confirma integralmente.

Duas trajetórias de trabalho que resultaram em fábricas e marcas consolidadas tanto na região nordeste, no caso da fábrica da EC12, como no Brasil, no caso da empresa da EC2, demonstram o que a literatura e os trabalhos de pesquisa desenvolvidos sobre o PCAP têm afirmado: a “invenção *da sulanca*” foi protagonizada por mulheres (BEZERRA, 2014; BRAGA, 2014; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). Corroborando com essas análises afirmamos que para além da “invenção *da sulanca*”, as mulheres têm contribuído para o desenvolvimento da indústria de confecções no município de Caruaru. Durante nosso trabalho de pesquisa de campo identificamos que quem gerencia e está à frente do trabalho nas *facções* e *fabricos* domiciliares são as mulheres. Claro que esta observação merece uma discussão acerca das condições de realização deste trabalho, e faremos isso na análise dos atores confeccionistas informais. Entretanto, é preciso registrar o protagonismo feminino nas fábricas informais e também nas formais. Vale lembrar que a maior empresa de confecção de Caruaru é gerenciada por uma mulher, a empresária EC2.

A trajetória da confeccionista EC1, que nasceu na zona rural de Caruaru e começou ainda em 1971 a trabalhar como “*costureira de carregaço*”<sup>46</sup> também referenda a presença de *sulanqueiros* que já na década de 1970 produziam confecções em Caruaru, e representa os confeccionistas que tiveram a oportunidade de se estruturar na década de 1980 a partir das relações de confiança as quais

---

<sup>46</sup> Por meio da pesquisa de campo identificamos que a “*costureira de carregaço*” das décadas de 1970 e 1980, assemelhasse a “*costureira faccionista em domicílio*” da atualidade.

substituíam a falta de capital para iniciar os negócios, como indica a literatura (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013, LIRA, 2011, SÁ, 2015). EC1 nos conta que de 1984 até 1990, período em que não havia registrado firma, sempre conseguiu comprar fiado pela boa relação que desenvolveu com o dono de uma loja de tecidos. Outro elemento a se destacar é que essa trajetória também comprova que a externalização da produção e a produção em domicílio é intrínseca da produção de confecções, como já discutimos no capítulo dois, mas também inerente ao trabalho com costura na região.

Em síntese, frisamos que alguns motivos sobressaem. Neste sentido, elencamos dois propulsores para o início dos negócios com confecção: ser “herdeiro” da tradição familiar, isto é, ter algum membro da família no ramo, e ter uma passagem anterior, como trabalhador(a) da indústria de confecção. Importa destacar que no caso dos ex-trabalhadores(as) da indústria, que são sete no total, apenas uma confeccionista não teve vínculo empregatício formalizado. Os demais trabalhavam com carteira assinada. Isso nos permite refletir que a cultura local também incentiva o empreendedorismo. Os confeccionistas, conhecendo a dinâmica de produção de confecções, arriscaram-se, optaram pela desproteção social vislumbrando um futuro êxito como dono do próprio negócio. Naquele contexto, produzir confecção na insegurança da informalidade e na precariedade é mais lucrativo. Portanto, sugerimos que esses confeccionistas fizeram uma escolha racional. Optaram pela informalidade, diante de um emprego, e pela “ilegalidade” em seus negócios, mas muito provavelmente como a única possibilidade de uma fonte mais rentável de trabalho. Essa “*ânsia de produzir*” ainda hoje incentiva muitos jovens em Caruaru a optarem pela atividade autônoma na produção de confecções, abandonando o emprego.

Agora que já conhecemos as motivações dos nossos sujeitos para se aventurarem na atividade de empreendedor confeccionista informal, passaremos a descrever e analisar os caminhos que levaram à formalização do negócio. Por meio desta análise identificaremos quais os atores que na perspectiva dos confeccionistas estão contribuindo para a formalização e desenvolvimento dos negócios de confecção em Caruaru.

#### **4.2. Processos de formalização dos empreendimentos industriais e seus desdobramentos.**

Analisando os processos de formalização das vinte empresas, encontramos algumas regularidades e por esse motivo propomos a seguinte classificação: empresas que se formalizaram por motivos endógenos e empresas que se formalizaram por motivos exógenos. A primeira categoria diz respeito àquelas que buscaram a formalização fiscal/CNPJ por conta própria, que não foram motivados, ou não afirmaram veementemente essa relação, pelos atores institucionais, e buscaram a ajuda e/ou serviços de um contador. Nesse sentido, os empresários confeccionistas, são os próprios agentes do processo de formalização. Nessa categoria temos doze confeccionistas.

Na segunda categoria, formalização exógena, encaixam-se aqueles confeccionistas os quais decidiram formalizar o negócio porque foram influenciados ou pela possibilidade de fiscalização – ação do Estado; pela atuação dos atores institucionais por meio do esforço de conscientização da necessidade de organizar o negócio para poder crescer, e difusão de uma visão empresarial; ou para se adequar às exigências de alguma empresa para a qual iriam prestar serviço, isto é, pela imposição dos empreendedores confeccionistas. Na formalização exógena tanto os atores da produção (EC) como os atores institucionais podem ser indicados como agentes de formalização. Nesse caso temos seis confeccionistas.

Também existem aqueles confeccionistas que indicaram serem motivados a fazer o registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica tanto pela via da repressão; como pela via do incentivo; e por vislumbrar possibilidades de expansão do negócio por meio da emissão de nota fiscal. Nesse caso os enquadrados como confeccionistas que passaram por um processo de formalização por motivações endógenas e exógenas. Nessa categoria temos dois confeccionistas. O quadro abaixo sintetiza essa classificação e também nos permite visualizar o tempo de empreendedorismo informal e a classificação da empresa, conforme foi indicado pelos confeccionistas no momento da entrevista.



**Quadro 7 - Motivos da regularização fiscal e tempo de empreendedorismo informal**

	Ano de início do negócio	Ano da inscrição no CNPJ	Tempo de informalidade (em anos)	Classificação da empresa	Classificação quanto aos motivos da regularização fiscal
EC1	1984	1990	6	Pequeno porte	Endógena
EC2	1988	1993	5	Grande	Endógena
EC3	1990	1998	8	Pequeno porte	Endógena
EC4	1990	2002	12	Micro	Endógena
EC5	1991	1996	5	Pequeno porte	Exógena
EC6	1993	1998	5	Micro	Endógena
EC7	1994	2007	13	Micro	Endógena
EC8	1994	Não informou	-	Micro	Endógena
EC9	1996	2002	6	Micro	Endógena e exógena
EC10	1996	1996	Alguns meses	Micro	Endógena
EC11	1997	2000	3	Micro	Endógena
EC12	1998	1999	1	Micro	Exógena
EC13	1998	2005	7		Endógena
EC14	2000	2005	5	Micro	Endógena e Exógena
EC15	2001	2006	5	Micro	Exógena
EC16	2010	2010	7 meses	Micro	Exógena
EC17	2012	2012	Alguns meses	MEI	Endógena
EC18	2012	2013	1	MEI	Exógena
EC19	2013	2014	1	MEI	Exógena
EC20	2012	2012	Iniciou com CNPJ	Micro	Endógena

Fonte: Entrevistas semiestruturadas. Elaboração própria

#### 4.2.1. Tempo de informalidade

Com o quadro acima podemos observar que a duração do período de informalidade é variada. Essas trajetórias nos permitem duas afirmações. Primeiro, os EC com mais tempo de negócio foram os que também passaram mais tempo na informalidade. Segundo, os negócios mais recentes, iniciados a partir de 2010, são os que permaneceram menos tempo na informalidade. Dentre estes cinco empreendimentos, três são MEI e dois Microempresas. Nosso estudo permite relacionar o menor tempo de empreendedorismo informal às estratégias e incentivos legais desenvolvidas pelo governo brasileiro a partir de 2006, como o Simples Nacional e, sobretudo, com a criação da figura do Microempreendedor Individual, em 2009, e também à atuação do SEBRAE. Relacionado a isto identificamos que a motivação para o início do próprio negócio e o registro da atividade, para dois EC que são MEI (EC16, EC18), está na externalização das atividades produtivas do antigo empregador. Como veremos, o que chama atenção, no caso de EC18, é a incompatibilidade de registro como MEI e o número de empregados registrados, contudo, não estamos analisando legalidade ou ilegalidade destas situações, mas às

trazendo à tona para pensarmos no significado da formalização dos empreendimentos e a relação com a formalização das relações de trabalho.

Contudo, quando analisamos os motivos da formalização percebe-se que a metamorfose: o fabrico que se torna fábrica, no caso de EC17, EC18 e EC19, ocorreu apenas no papel, e não se reverteu em uma condição de trabalho menos precária, tanto no que se refere às condições de trabalho como aos direitos sociais relativos ao trabalho.

#### 4.2.2 Motivos da regularização fiscal: formalização por motivos endógenos

Como destacado no Quadro acima, os confeccionistas que relacionamos a um processo de formalização por motivos endógenos são: EC1, EC2, EC3, EC4, EC6, EC7, EC8, EC10, EC11, EC13, EC17 e EC20. Destacaremos e analisaremos, à luz de algumas dessas trajetórias, os motivos e consecutivamente os atores que têm influência para a regularização fiscal das fábricas de confecções de Caruaru.

EC3 afirmou que optou pela formalização para fazer seu negócio crescer e expandir. A fala desse confeccionista demonstra que ele tem e adquiriu, com os anos de trabalho, grande conhecimento na área de gestão administrativa, financeira e análise de mercado. Iniciou em 1990 produzindo roupa íntima e afirmou que quase não tinha lucro, além de ter uma rotina de trabalho extensa. Essa sua primeira experiência na produção de confecções não foi bem sucedida e, fazendo uma fala reflexiva, relata que seu negócio faliu por má administração, por confeccionar produtos de baixa qualidade (o que está diretamente relacionado à lucratividade) e também por que sofreu com denúncias de ex-funcionários, trabalhadores informais. Decidiu investir em um produto específico (cueca masculina), aprimorar a qualidade e focar no padrão de consumo da classe média alta. Em 1996, EC3 se reinventa e relaciona essa experiência aos motivos de optar pela formalização do negócio:

Tirando os erros do primeiro trabalho foi que a gente conseguiu realmente crescer, e conseqüentemente foi que eu botei na cabeça, quando aconteceu tudo, passado todo o acontecido eu botei na cabeça o seguinte: uma empresa tem que ser uma empresa, não dá para a gente brincar de empresário. Você brinca de outras coisas, mas de empresário não dá para brincar. Então, automaticamente eu comecei a colocar minha empresa formal, comecei a recolher todos os impostos devidos. E comecei a verificar o seguinte: uma

empresa ela tem que sobreviver com a sua carga tributária, com seus impostos, pagar seus empregados, registrados. Então comecei a trabalhar isso aí e o que foi que eu fiz? Eu trabalhei com produto de qualidade. Por que o que acontece? Nossa região aqui é tida como uma região Sulanca. Então a gente trabalha muito, existe um esforço físico muito grande, porém o financeiro não vem a contento, porque quando você faz uma mercadoria com a qualidade baixa você não pode agregar valor. Então quando você não agrega valor o seu lucro é pequeno. (EC3)

**Pesquisadora: Essa sua visão própria de negócio, o senhor teve alguma assessoria, foi o senhor que foi buscar as informações para formalizar o negócio, como foi?:** Na realidade é assim, eu sempre participei, nunca deixei de participar de palestras pelo SEBRAE, SENAI, sempre participei, mas essa atitude realmente de fazer essa mudança, ela partiu realmente da minha pessoa. (EC3)

O interessante é que nosso sujeito afirma ter buscado conhecimento por meio dos atores institucionais, mas faz questão de frisar que é o protagonista de seu processo de formalização. Por meio dessa trajetória podemos afirmar que o vínculo entre confeccionistas e atores institucionais esteve presente, não chega a ser esquecido, mas não é eleito como motivacional. EC3 soube se estabelecer como confeccionista apropriando-se da experiência e do início penoso no setor de vestuário. Hoje tem uma empresa de pequeno porte e afirma que a vida de todos aqueles que ousaram se lançar nessa atividade na região é uma saga e, para não se esquecer da sua própria saga, a transformou na marca de sua confecção:

**Pesquisadora: De onde veio esse nome Saga?** Saga é o seguinte, Saga é uma luta, todo mundo sabe que a Saga é uma Saga de uma vida, é uma batalha. Aí eu disse: todo homem que não tem uma Saga na vida tem uma Saga dentro das calças. (EC3)

O confeccionista EC4 e a confeccionista EC7 foram os que permaneceram por mais tempo como empreendedores informais. A trajetória de trabalho de ambos é composta por momentos turbulentos, os quais foram relacionados à dificuldade de formalizar o negócio. No caso de EC4 a turbulência iniciou quando decidiu sair da sociedade que tinha com os pais e irmãos. Em três anos de trabalho conseguiram adquirir um bom patrimônio, mas também começaram as dificuldades de administração financeira. Não havia separação entre dinheiro da fábrica e renda pessoal. Na entrevista EC4 relacionou a pouca escolaridade a essas dificuldades de gerir financeiramente o negócio. Como conta nosso sujeito:

Em 1994, em três ou quatro anos, nós já tínhamos patrimônio de três carros, de casa. Aí comprei minha casa, comprei a casa de meus pais, comprei uma

casa em frente. Quando eu vi começar essas confusões de mistura dinheiro, eu digo: óh, não vai dar, vocês vejam aí o que vão fazer que eu vou para casa. E eu tive a infelicidade de ouvir um: vá para casa e se vire. E aí eu fui começar do zero de novo. Peguei minha reta e peguei uma overloque e uma goleira, que era o básico que se precisava na época para se fazer alguma coisa, e vim embora para casa. Eu dormi rico e acordei pobre. Eu dormi com três carros, um fabrico, casa, dinheiro no banco, confecção, todo patrimônio e acordei com três máquinas de costura, sem dinheiro no banco, sem nada, zerado. (EC4)

Depois de se reestabelecer novamente, EC4 conta que decidiu entrar para a formalidade por questões comerciais. Junto com seu irmão, também dono de confecção, no início dos anos 2000, começaram a viajar para outros estados, principalmente São Paulo e Santa Catarina, em busca de novidades em tecido e maquinário. A fala destacada abaixo é bastante interessante, pois nos ajuda a pensar, por meio de evidências, porque muitos empreendedores informais optam por manter-se na informalidade. Por que formalizar se é possível, mesmo que de maneira fraudulenta, agir como um formal?

A gente começou então a comprar tecido, praticamente, só de fora do estado, porque tinha um preço melhor, o tipo de tecido era melhor, a gente conseguia encontrar outras empresas diferenciadas com preço bom, aí para isso a gente tinha que entrar na formalidade. Quando a gente conseguiu esses fornecedores de tecido de fora, com esses preços diferentes, ninguém queria vender sem nota. Mas, mesmo quando a gente não tinha a empresa a gente trazia no que a gente chama de laranja, nas empresas laranjas que tinha muito em Santa Cruz do Capibaribe, até a polícia federal bater lá e prender um monte de gente. Mas aí também a gente já tinha as nossas empresas, já estava começando a colocar na empresa da gente... graças a Deus já estava fora disso aí, senão tinha sobrado para a gente também. (EC4)

As dificuldades para formalização relatadas pela confeccionista EC7 são relativas à instabilidade do comércio de confecções em função da desvalorização dos produtos. Afirma que no PCAP existe muita cópia de mercadoria, e a facilidade de produzir também se transforma em obstáculo. Ela só conseguiu se formalizar quando inovou e decidiu focar na produção de artigos em *tactel* e moda *surfwear* masculina.

Porque aqui na região, o tecido eu compro aqui na cidade mesmo em importadoras, vem da China. Aí eu compro por aqui mesmo na *Jordão Moraes*. Agora, o que acontece na nossa região, que é muito comum, é a desvalorização do produto, porque a gente começa trabalhando com um produto, aí vai tudo bem. Aí daqui a pouco começa o concorrente fazendo um produto um pouco mais inferior e vendendo bem mais barato. Aí a pessoa é obrigada a baixar o preço e não quer desvalorizar tanto o produto, mas aí não tem como chegar no preço que aquele concorrente está chegando. Aí cada vez vai ficando mais difícil, aí termina a pessoa. A opção que tem é essa, é mudar. E o *tactel* já não está mais dando tanto quanto ele dava, já está

começando a ficar difícil e eu já estou começando a estudar outra linha. (EC7)

Depois de vencida as dificuldades impostas pela oscilação do mercado, EC7 afirma que a motivação para a formalização também está na preocupação com os trabalhadores e funciona como forma de se autoprotoger.

**Pesquisadora: E por que tu resolveu formalizar o negócio?** Por vários motivos. O primeiro porque, assim, eu penso, também, no lado que eu não penso só em mim. Então é complicado para minha cabeça saber que aquela pessoa está ali trabalhando comigo e o futuro dessa pessoa, onde está sendo plantado, não é? E, fora isso, é porque é um dever, é um dever que a pessoa tem que cumprir. (EC7)

O relato de EC13 acerca dos motivos para formalização após sete anos de empreendedorismo informal é uma conjunção das motivações apontadas pelos três confeccionistas apresentados acima.

**Pesquisadora: E por que tu veio a reconhecer firma? Quais foram as motivações?** A necessidade de ter um CNPJ para ter uma linha de crédito, para não ter problema trabalhista, essas coisas todinhas que levou a ser formal. Porque se você for informal, você vai se manter naquilo ali, não vai ter como crescer, não tem como você expandir. **Pesquisadora: E foi buscar as informações, por exemplo, no SEBRAE, ACIC, como é que tu descobriste que existia tudo isso?** Não, mas aos poucos eu fui descobrindo.

De maneira geral as motivações para o registro do negócio estão relacionadas à ampliação das possibilidades de comercialização e de compra de produtos, principalmente tecidos e máquinas de revendedores e fabricantes fora de Caruaru. Com muito menos frequência é relacionada à possibilidade e/ou preocupação em registrar funcionários. Por meio da análise dessas motivações e pela história de desenvolvimento dos negócios, afirmamos que não há relação de causalidade direta entre formalização do negócio e garantia de direitos trabalhistas.

#### 4.2.3 Motivos da regularização fiscal: formalização por motivos exógenos

Como destacado no Quadro 7, os confeccionistas que relacionamos a um processo de formalização por motivos exógenos são: EC5, EC12, E15, EC16, EC18 e EC19. Da mesma forma, destacaremos e analisaremos, à luz de algumas dessas

trajetórias, os motivos e consecutivamente os atores que influenciam na regularização fiscal das fábricas de confecções.

Dentre estes confeccionistas três afirmam terem sido motivado em função do Estado e atores institucionais (Estado, Sebrae, ACIC e Banco do Brasil). No caso de EC5 a motivação veio por meio da ação fiscalizadora e repressora do Estado. O confeccionista afirma:

**Pesquisadora: O senhor lembra quando fez esse processo de formalização, o CNPJ. O que lhe motivou a fazer isso?** Levou uns cinco anos. Veja só, na realidade a gente sempre pensava em formalizar, porque a gente tem funcionários, às vezes você quer comprar um produto direto, você quer fazer uma venda para lojista, eles só compram com nota. Só que o custo é alto. E a gente ficava sempre com o pé atrás. O que motivou, um dia a gente trabalhava num fabrico que a gente tinha, e alguém da rua, não sei se por inveja ou por maldade, denunciou a gente a Receita Federal. Aí, uma bela tarde a gente estava trabalhando, era segunda-feira, e alguém chegou, bateu na porta, o pessoal ia pegar as mercadorias na segunda para revender, na quarta-feira. Quando a gente chegou, bateu na porta, quando eu abri era o pessoal da Receita Federal, policial, tudo, porque eles andam com policial. O que foi que aconteceu? A gente recebeu uma denúncia que aqui tem um fabrico que tem não sei quantos estoques de tecido lá embaixo. Não, a gente tem um fabrico, realmente, mas não tem outro depósito não. Aí eles pediram para entrar, entraram e deram a intimação. Aí foi o que me motivou, eu procurei um contador e fui regularizar. (EC5)

A formalização, portanto, ocorreu motivada pela ação punitiva do Estado, mas se deu por meio do serviço de um contador, figura a qual se mostra presente em quase todos os processos de formalização. Dos nossos vinte entrevistados, dezoito procuraram esse serviço para oficializar a regularização fiscal e também afirmaram que fazem uso constante das dicas e informações repassadas por eles para administrar o negócio.

**Pesquisadora: E para fazer a formalização, o CNPJ o senhor foi buscar informação em algum lugar? O senhor recebeu assessoria do SEBRAE, por exemplo?** Eu tinha um colega meu que ele tinha uma fábrica, na época, e quando eu tinha alguma dúvida eu perguntava alguma orientação a ele. Ele também é contador. E, às vezes, como tinha funcionário não registrado, quando eu precisava bater algum documento, eu procurava ele, ele cobrava uma taxazinha. Às vezes saía um funcionário, a gente ia lá fazer um acordo, para que eu ficasse documentado, a gente fazia um documentozinho. E ele já me assessorava nessas questões. Aí quando eu fui abrir a firma, nada mais justo: vou procurar ele. Até hoje ele é meu contador. **Pesquisadora: E nessa época o senhor tinha já bastante funcionários?** Não, eu era pequeno, tinha uns sete, oito funcionários. (EC5)

A trajetória de EC12 se mostra diferenciada porque foi motivada, conduzida e ajudada pelo seu cunhado para ingressar no ramo da confecção. Nesse caso, a

confeccionista afirma que regularizou seu negócio através da consultoria do SEBRAE, em fins de 1999.

Quando foi em 99, já no final eu coloquei uma costureira. Aí meu cunhado disse: Vamos pegar, e você abra uma microempresa, para que você fiche esse funcionário, para que lá na frente você não tenha problema com funcionário clandestino. Meu cunhado disse: Eu vou te orientar, vai alguém aí, realmente, veio uma pessoa do Sebrae, me orientou, aí eu fui e abri a microempresa. **Pesquisadora: E essa consultoria do SEBRAE, ela foi especificamente para quê?** Ela veio com a produção, me mostrando como ter uma produção mais rápida, o tempo de fazer essa peça. Ela teve essa ajuda de como escolher e criar o modelo. Por que a maioria aqui, como a gente diz, tudo se copia, nada se cria. (EC12)

Pela fala de EC12 percebemos que o SEBRAE teve significativa participação na constituição desse negócio, além da importante condução de seu cunhado, que na época já tinha trabalhado como *sulanqueiro*, vendendo mercadorias que comprava de confeccionistas da região, e que depois começou a fabricar peças em jeans e também iniciava seu negócio com a lavanderia. Atualmente ele é um importante empresário, dono de uma lavanderia no bairro do Salgado, muito atuante politicamente em Caruaru, e é também o presidente da Associação das Lavanderias de Caruaru- ALC.

EC15 é um confeccionista que por duas décadas trabalhou dentro da indústria e também como representante comercial destas confecções nas feiras livres da região. Em 1977 iniciou como auxiliar de serviços gerais na empresa *Saranã Confecções*, hoje conhecida como *Medida Certa*. Afirma ser muito interessado e observador. Aprendeu a cortar tecido, trabalhou como cortador e foi aprendendo outros processos dentro da fábrica. Resolveu sair de um emprego com carteira assinada porque havia começado a produzir durante a noite, em seu domicílio, e desejava tentar a sorte como dono do próprio negócio.

Aí foi muito difícil, naquela época, comprar uma máquina, uma linha de crédito você não tinha. Era você comprar com seu próprio salário. Chegar lá, comprar uma maquinazinha no carnê com seu próprio salário ficar pagando. Então a gente comprou uma máquina, trabalhava durante o dia na empresa, à noite a gente fazia umas horas extras até dez, onze horas da noite, pra fazer algum produto pra gente. Quando eu ia pra Garanhuns, ou às outras cidades fazer feira, eu levava meu produto no meio daquela mercadoria. Então conseguia vender. Só que eu não tive uma visão na época, porque a gente não tinha um órgão que nem tem hoje, um SEBRAE, alguém que oriente a formalizar. Eu era anônimo. Eu ia, vendia, se a feira fosse boa, estava bom, se fosse ruim, tinha prejuízo. Só que aí entrou plano Real. Com o plano Real, aí veio URV, cruzado I, cruzado II. Aquilo ali desestabilizou todas pessoas que eram comerciantes e fabricantes, principalmente quem estava começando. Então veio a falência. (EC15)

Não conseguiu, voltou para a indústria, ficou mais 12 anos, e nos últimos dois anos ia levando em concomitância a sua produção informal em parceria com sua esposa, que também trouxe a experiência da indústria de confecção como chefe de seção. Em 2001, resolveram arriscar, saíram novamente do emprego, conseguiram comprar uma máquina e apostaram na produção própria. Conforme relata EC15 a formalização foi muito importante para o crescimento de seu negócio e se deu pelo contato com a ACIC e Banco do Brasil:

Mas quando foi 2006, aí um amigo que tem uma empresa me disse: “olha, eu me formalizei. Depois que eu me formalizei...”. Eu disse, “não, mas isso aí paga muito imposto ao governo, e tu sabe como é, pagar imposto ao governo”. Tinha uma mente fechada. Ele disse, “não, mas vamos pra uma reunião”. Aí essa reunião foi na ACIC e tinha a gerente do Banco do Brasil lá. Então eu fiquei ouvindo, não é? E quando terminou a palestra, a gente que não tem tanto conhecimento, só tinha empresário lá formalizado. Eu estava ouvindo e calado. A gerente do Banco do Brasil se aproximou de mim, “*qual a sua empresa?*” aí eu contei minha situação a ela, que era na informalidade... aí ela, “*por que você não se formaliza? É melhor pra você. O Banco do Brasil tem uma linha de crédito, uma linha de crédito boa pra vocês crescerem*”. (EC15)

EC15 conta que em 2006 abriu pela primeira vez uma conta em banco e que depois que ingressou no círculo da ACIC percebeu como é importante estabelecer parcerias e buscar informação na experiência de outros confeccionistas. Hoje participa tanto da ACIC como das Rodadas de Negócio promovidas e organizadas pelo SEBRAE.

O confeccionista EC16 e a confeccionista EC18 tiveram como motivo da formalização a ação dos próprios empreendedores confeccionistas para os quais trabalhavam. Suas fábricas são mais recentes, iniciaram em 2010 e 2012, respectivamente, e parecem estar indicando uma tendência muito forte em Caruaru, qual seja: abertura de novas fábricas para a prestação de serviço. Esse movimento está sendo incentivado tanto pela ação de grandes redes de magazine que abastecem suas lojas com peças de vestuário padronizadas, produzidas em série, e distribuídas para todo o país, como pela ação dos próprios confeccionistas locais, que estão migrando para a externalização quase absoluta da produção.

EC16 trabalhou por sete anos numa importante indústria de confecção de Caruaru, chamada *Kikorum*, e afirma que tudo que aprendeu durante esse período usa como conhecimento até hoje. Depois, foi trabalhar em outra indústria, que é



fornecedora do *Magazine Marisa*, no setor de desenvolvimento de peças.

E trabalhei mais dois anos nessa empresa e dentro dessa empresa eu vi uma possibilidade de abrir uma facção pra se tornar parceiro dessa empresa. A gente começou com pouquinha gente, quatro pessoas. Uma garagem bem menor... **Pesquisadora: E pra ti iniciar o teu negócio, terceirizado na forma de facção, tu já tinha capital pra comprar as máquinas, como foi?** Assim, como a gente trabalhava lá, o que eu fiz? Com o tempo de serviço que eu tinha na empresa, o FGTS, o seguro-desemprego, a gente comprou as máquinas. Juntou tudo meu, o da minha antiga sócia e o da minha esposa, a gente pediu as contas. Aí com esse dinheiro a gente iniciou o trabalho. **Pesquisadora: E depois, vai estruturando por conta própria ou recebe incentivo de algum órgão ou da antiga empresa para regularizar?** Eu passei sete meses em período clandestino. Depois que formalizamos a gente fez a conta do pessoal tudinho, fez o pagamento pra evitar futuros problemas trabalhistas, pra ficar tudo certinho, e daí então a gente ficou tudo formalizado. (EC16)

EC16 afirmou também que foi ele quem foi atrás de todas as informações e foi quem executou a regularização da empresa, pois na época estava fazendo faculdade de contabilidade e conseguiu usar estes conhecimentos.

A confeccionista EC18 também tem uma trajetória de trabalho em fábricas de confecção em Caruaru e hoje é proprietária de uma *facção* em sociedade com as irmãs, em função da reestruturação da empresa em que trabalhava em 2010. O processo de formalização tem causas exógenas (externalização total da produção na fábrica que trabalhava), como fica claro pela fala da entrevistada:

**Pesquisadora: Pode começar contando como vocês começaram o negócio.** Antes eu trabalhava como costureira nessa empresa que se chama Sonho de Nenê. A empresa começou a terceirizar. É uma fábrica que vende no Brasil inteiro. Eu trabalhei lá uns três anos. Aí começou a terceirizar a empresa e tinha que montar uma sociedade com cinco pessoas que trabalhavam lá dentro. Aí a gente se juntava em cinco, comprava as máquinas e pagava a ele. E confeccionava para ele e ele pagava a gente; uma facção normal. Aí o que aconteceu? Eu montei essa sociedade com cinco, só que o pessoal morava no sítio, aí teve um contratempo em questão de distância de tudo. A gente passou até um ano e seis meses, então eles viram que não dava muito para eles, por eles morar no interior. Aí eu voltei a costurar em outra empresa. Depois eu fui na empresa em São Sebastião, localidade onde fica a fábrica, e pedi para fazer *facção* para ele novamente. Aí eu chamei minhas irmãs para serem minhas sócias. **Por que define como facção?** Define facção, porque a gente usa a marca dele, a gente fabrica o produto dele. Aqui é uma facção terceirizada e bem grande. (EC16).

EC19 é um casal que trabalha junto. A esposa já está envolvida “*nessa coisa de Polo e de confecção há 27 anos*”. No início da década de 1990 ela já fabricava e vendia na Feira, mas teve problemas financeiros, sobretudo em função do Plano

Collor<sup>47</sup>: “Aí eu confeccionava em casa e ia na feira da Sulanca vender. Isso foi onde eu fiz o meu patrimônio. Depois, teve aí a parte de Collor, em 1992, que teve aquelas coisas, aí foi quando eu tive o prejuízo, fali. Dai deixei de ser fabricante pra fazer facção” (EC19).

Eles relatam que a motivação para registrar firma veio de problemas, conflitos e prejuízos com a saída de funcionários não registrados. A fábrica do casal é no próprio domicílio, eles já tiveram vinte máquinas dentro de casa. Hoje são apenas dez.

Assim, é porque nós não queremos botar mais funcionários, porque dá muita dor de cabeça. Cada pessoa que trabalhava aqui trabalhava dois meses. Não sabia costurar, a gente ensinava, quando saía queria o seu dinheiro e a máquina. **Pesquisadora: Quando a senhora diz que é uma empresa, é uma empresa porque é formalizada, registrada?** Isso. É registrada. Ele é fichado, por ele mesmo. Eu só não me fichei ainda porque ainda não tive essa vontade. Não quis. Mas aqui é registrado tudo direitinho. Tem CNPJ, tudo. (EC19)

Outro ponto bastante interessante para nossa análise é que mesmo eles tendo revelado o desejo de ser uma firma, não haviam conseguido fazer isso por falta de informação, falta de conhecimento devido ao pouco estudo, e por nunca sobrar dinheiro para contratar esse serviço. A prioridade sempre esteve em reinvestir na produção. A formalização chegou até eles por meio de um presente, uma troca, o pagamento por um serviço. Além de confeccionar, o esposo também faz bicos como mecânico (inclusive, antes de conhecer sua esposa trabalhava com carteira assinada em uma oficina). Decidiu abandonar esse emprego para investirem juntos na confecção. E foi em função dessa outra profissão que adquiriram CNPJ, como ele nos conta:

Porque é tão pouca coisa pra você abrir uma firma. Mas o contador cobra, pra abrir uma microempresa, dois e quinhentos. E no dia 02 de janeiro eu consertei o carro de um cliente, que é fabricante e contador também. E conversando eu disse que ainda não tinha firma, aí foi quando ele disse, “*me dê seus documentos que eu vou lhe dar essa firma*”. Então eu fui com ele até o escritório e ele abriu firma dentro de dez minutos pra mim. Por isso que muita gente, hoje, não trabalha certo, devido esse pessoal que explora demais.

Dentro da categoria *formalização por motivos exógenos*, temos uma diversidade maior de motivações. Entretanto, embora se perceba uma clara referência

---

<sup>47</sup> É muito importante destacar que, além de EC19, os confeccionistas EC15 e EC9 também relacionaram as mudanças na economia promovidas pelo Plano Collor (um conjunto de reformas econômicas e planos para estabilização da inflação) como o motivo da falência de seu primeiro negócio.

à atuação dos atores institucionais, ela foi referida por poucos confeccionistas.

#### **4.3. O *fabrico* que se tornou fábrica: análise do processo de produção e das relações de trabalho**

Pelo que desenvolvemos até aqui, já é possível conhecer o cenário e a dinâmica local para a produção e comercialização das confecções, por isso, este item tem como escopo traçar uma análise do cenário produtivo a partir das transformações, relatadas pelos empreendedores confeccionistas, nas seguintes dimensões: a) na organização da estrutura produtiva; b) dos processos de trabalho; c) das relações de trabalho. Estruturamos a apresentação de tais transformações tendo como fio condutor as formas de contratação de mão de obra. A intenção é sublinhar em quais etapas do processo produtivo temos relações formais de trabalho e em quais etapas temos relações informais, visando a descrever as diferentes cadeias de produção encontradas.

Inauguramos este capítulo expondo como os confeccionistas iniciaram as atividades de trabalho na produção de roupas. Vimos os motivos elencados pelos confeccionistas para a regularização fiscal e os distinguimos em dois tipos (formalização endógena e formalização exógena). Nesta etapa iremos novamente agrupá-los, a partir de um traço em comum, qual seja: se esses têm como estratégia de produção a externalização de alguma etapa do processo produtivo ou não. Por conseguinte, nos ocuparemos de nossa principal dimensão de análise, as relações de trabalho que a indústria de confecções estabelece com os *fabricos* e *fações*, formais e, sobretudo, informais.

Partindo da pergunta: “como a indústria de confecções organiza o processo produtivo?”, classificamos as unidades produtivas<sup>48</sup> em três tipos: Tipo 1: fábricas que não subcontratam; Tipo 2: fábricas que subcontratam; Tipo 3: facções. A partir dessa classificação conheceremos quais confeccionistas os representam; demonstraremos como a fábrica chegou à atual configuração; e descreveremos como está organizado

---

<sup>48</sup> Quando nos referimos às unidades produtivas automaticamente estamos nos referindo aos empreendedores confeccionistas e à fábrica que representam. Isso é possível pois os confeccionistas são os donos do negócio e a partir da fala deles é que nos foi possível conhecer como construíram, estruturaram e chegaram na configuração atual.

o processo produtivo. Também elaboramos Quadros<sup>49</sup>, para cada tipo de fábrica, que visa a completar a caracterização apresentada ao longo do texto.

Dos vinte confeccionistas, dois afirmaram não externalizar nenhuma etapa do processo produtivo. Esses compõem o Tipo 1: fábricas que não subcontratam. O Tipo 2, fábricas que subcontratam, é formado por quatorze confeccionistas que em algum momento do processo produtivo externalizam operações. O Tipo 3: *facções*, como o nome já indica, é formado por quatro empreendedores confeccionistas os quais afirmaram serem uma *facção* pelo fato de 90% de seu faturamento vir da prestação de serviços para alguma fábrica/marca, um fornecedor/lojista ou fornecedor/rede de magazine. Adiantamos que cada “tipo” não é composto de fábricas totalmente homogêneas, embora apresentem mais similaridades do que diferenças, mas representam um padrão de comportamento da organização das indústrias de confecção em Caruaru. Sabendo da imensa diversidade nas formas de produzir e nos laços que se estabelecem entre confeccionistas e “prestadores de serviço”, formando um emaranhado de relações de trabalho, acreditamos ser esta uma importante contribuição, mesmo sendo uma pequena radiografia. Vamos aos “tipos”.

#### 4.3.1 Tipo 1: Fábricas que não subcontratam

As fábricas Tipo-1 afirmaram não externalizar nenhuma etapa do processo produtivo. Nessa categoria temos apenas dois confeccionistas: EC7 e EC11. A confeccionista EC7 produz bermudas masculinas em *tactel*. Por estar focada na produção de apenas uma mercadoria, de simples confecção, afirma que não tem necessidade de externalizar nenhuma etapa do processo produtivo. 90% da sua produção é comercializada além das Feiras da *Sulanca*, mas ela mantém a banca na feira para seguir no processo contínuo de divulgação do seu produto. Sua fábrica ocupa um prédio de três andares. O primeiro é usado para escritório, depósito e sala

---

<sup>49</sup> Os Quadros permitem a visualização conforme os “tipos de fábrica” de duas dimensões de análise desenvolvidas ao longo do texto: a) Organização do processo produtivo e das relações de trabalho; b) Características da mercadoria e formas de comercialização. Os Quadro dos empreendimentos formais estão no **Apêndice 4** (Quadros 9 a 13).

de bordar. Em frente ao prédio não existe nenhuma identificação. O segundo concentra o setor de costura das peças e o terceiro é reservado para o corte e criação. Tem vinte e um funcionários registrados e dois em momento de experiência. Sua fábrica existe desde 1994, e em 2007, depois de treze anos de empreendedorismo informal, registrou sua empresa e também passou a registrar os funcionários. A fábrica tem uma produção diária de mais ou menos mil peças, mas quando o mercado está bom a produção aumenta. Por isso, afirma que não pode mais se dar ao luxo de contratar funcionários sem produtividade, como fica sublinhado pela seguinte passagem:

**Pesquisadora: E quais são os critérios que a senhora usa para selecionar os candidatos?** Eu prefiro contratar com experiência, porém eu já dei muita chance, só que hoje eu estou até um pouco cansada disso. As meninas que trabalham lá comigo e me ajudam como chefe de produção, elas nem concordam muito com esse meu jeito de agir. Só porque lá atrás na história que eu contei da *Mariluz Confecções*, eu sei que quando eu entrei, eu não sabia o que era uma máquina industrial, eu não sabia como é que trocava a bobina da máquina, eu não sabia onde enchia a bobina. Agora quem me explicou, só me explicou uma vez. Então assim, a gente não pode passar a vida toda ensinando. Por quê? Por que eu dependo de produção. (EC7)

A opinião de EC7 acerca da mão de obra encontra eco na fala dos demais confeccionistas. Voltaremos a essa questão na próxima sessão.

O exemplo do EC11 nos permite afirmar que o trabalho informal no setor de confecções em Caruaru não está apenas fora dos “muros” das fábricas, mas também entre eles. Na época da realização da entrevista, o confeccionista afirmou que tinha dezesseis funcionários: oito registrados em CTPS e oito não. É confeccionista há 17 anos e os 3 primeiros foram como “clandestino” (expressão usada pela maioria dos entrevistados para referirem-se ao tempo que trabalharam sem ter firma registrada). O confeccionista afirma ter consciência de que a prática de contratar sem registro é errada, e aponta os motivos para tal estratégia, destacados abaixo:

**Pesquisadora: E os seus funcionários têm carteira assinada?** Não todos. Que não é correto, segundo a legislação do trabalho. Mas, é o tipo do negócio, a gente não pode estar formalizando todo mundo, é dispendioso demais, é muito caro. Aí, como diz, a gente sabe que está errado, mas o problema é que funcionário é caro. Tanto é caro ele registrado, como não registrado. A gente corre o risco, entendeu. (EC11)

Em resumo, sublinhamos que, dos vinte confeccionistas, apenas EC7 tem todo

o processo de produção, da criação até a o produto final, concentrado dentro de sua fábrica.

As fotografias abaixo representam o padrão de organização no que se refere a infraestrutura das micro e pequenas indústrias em Caruaru. Também nos permite visualizar a divisão sexual do trabalho (embora esta importante questão não seja uma dimensão de análise neste estudo). Observamos que em Caruaru, embora também se encontre homens nas atividades de costura, é corriqueiro homens operando as máquinas de bordado, de sublimação (para o processo de estamparia) e máquinas de pregar botão, por exemplo.



**Fotografia 4** – Espaço de trabalho de uma empresa de confecções.  
**Fonte:** Pesquisa empírica (Agosto de 2014)

#### 4.3.2 Tipo 2: Fábricas que subcontratam

Tendo como critério que todos que compõem o Tipo 2 externalizam e subcontratam, podemos subdividi-los tendo como base o tipo de relação de trabalho estabelecida com os subcontratados: relações formais de trabalho ou relações informais. Dos 13 confeccionistas, apenas 2 afirmaram subcontratar através de facções formalizadas: EC2 e EC3. EC1 terceiriza a etapa do bordado e da estampa/sublimação, mas afirmou só trabalhar com empresas formalizadas. O Apêndice 4 (Quadro 9) contribui para a sistematização e visualização das informações.

Como já destacamos, a EC2 representa a maior indústria de confecções de Caruaru. É um ícone no setor por estar sempre à frente nos processos de inovação de produtos e máquinas. Isso se confirma pelo fato de ainda hoje ser rara a atuação dentro da indústria local de um profissional responsável pela criação e desenvolvimento de produto, com formação na área. Geralmente o confeccionista é quem comanda todas as etapas, é o responsável pela criação, a qual envolve o design, modelagem e pilotagem. Atualmente, já é comum em Caruaru empresas que prestam serviço construindo, sob encomenda, uma modelagem computadorizada, que é usada para o corte do tecido. Entretanto em meados da década de 1990 esses serviços não existiam, assim como era raríssimo encontrar mão de obra especializada. O diferencial da EC2 é que essas inovações foram introduzidas na sua linha de produção ainda em 1992/93 quando contratou um designer com formação acadêmica e adquiriu *software* para a modelagem computacional, dando segurança para produzir em grande escala e com qualidade. Sobre o investimento e a introdução de tecnologia na região, afirma:

**Pesquisadora: A senhora acha que a introdução das primeiras tecnologias na região foi através da sua empresa?** Sim. O sistema CAD, a máquina de bordar, fomos os primeiros a comprar nessa região. Eu trouxe um técnico de São Paulo pagando caríssimo, nessa época mil reais um dia de um técnico. Para ensinar a produzir, fazer a tinta, para ensinar a estampar. Porque as estamparias aqui eram todas caseiras, estamparias básicas. (EC2)

Importante destacar, conforme nos relatou EC2, que embora sua empresa tenha crescido bastante, ela também sofreu com a dinâmica do mercado local. Todas as inovações introduzidas e o estilo de mercadoria produzida começaram a ser



adaptadas e copiadas pelos confeccionistas menores. No início do ano 2000, a moda *surfwear* já estava disseminada em Caruaru e região, diminuindo suas vendas, uma vez que as mercadorias tinham uma qualidade inferior e preços mais populares e, na opinião da confeccionista, copiavam a sua marca. Não tendo como concorrer com o preço da confecção popular, decide retirar seu produto da feira, recriar a marca e elitizar, criando, posteriormente, uma segunda marca, denominada de “*marca de combate*” com o intuito de voltar ao comércio popular.

Essa reestruturação culmina com o momento em que o filho mais velho, depois de formar-se em administração e passar um tempo pesquisando na Inglaterra, também assumiu a gerência da empresa, há seis anos (2009). Nesse momento optaram por investir em novas tecnologias, fazer a ampliação dos setores de bordado, de estamparia e da área comercial, por meio de novas lojas e representantes para todo o Brasil. Afirma que decidiram ampliar e concentrar o setor de criação dentro da fábrica, o que chamam de “laboratório de desenvolvimento de produto” ao mesmo tempo em que externalizaram toda a costura das peças. Esse movimento de externalizar e subcontratar se dá por duas vias, conforme descrito pela confeccionista: células de produção criadas e incentivadas pela própria fábrica por meio de antigos funcionários que vão pagando o maquinário através dos serviços prestados, e aquilo que EC2 denomina de “células de produção particulares”:

O que nós fizemos? Pessoas que tinham conhecimento técnico para dominar e tinham um conhecimento, alguma condição, a gente negociou com essa pessoa e essa pessoa abriu um imóvel, alugou e a gente negociou as máquinas e eles passaram a ser donos das facções. Assim, cada um faz uma coisa. Uma célula de produção só faz casaco, outra só faz gola polo, outra só faz bermudão, outra só faz *surfwear*, outra faz regata machão, outra faz... Aí têm várias células, fora as células de produção particulares, que são pessoas que construíram sua própria fábrica, tinha a marca anteriormente, não deu certo na feira, tiveram dificuldade financeira e nos procuraram e a gente fechou com eles para produzir para gente.

Com as transformações relatadas pela confeccionista, afirmamos que temos um exemplo clássico de adaptação da indústria local aos padrões de organização do processo e das relações de trabalho em bases flexíveis. Diante da perda de competitividade de seu produto, em função do preço, confeccionado certamente a partir de uma estrutura taylorista-fordista de produção padronizada em massa, a opção foi repensar a forma de produzir, investindo em novas tecnologias, especializando a produção por tipo de mercadoria, qualificando o produto através do

investindo em pesquisa, concentrando na fábrica as etapas que necessitam de máquinas mais modernas e que demandam mais tempo e dedicação, e, principalmente, reduzindo o custo de produção por meio da externalização da mão de obra. Não nos foi informado quantos trabalhadores passaram a ser subcontratados, ou quantos foram demitidos na época da reorganização, mas atualmente mais da metade dos trabalhadores (300) não tem vínculo direto com a empresa.

**Pesquisadora: Então esse número envolve todos esses funcionários?** Todos os funcionários. Mas eu digo assim, faz parte do grupo, não é diretamente na minha empresa, são empresas do grupo, está entendendo? São várias empresas do mesmo grupo que a gente trabalha. **Pesquisadora: Gera 500 empregos?** 500 empregos. Com as facções todas que gera esses empregos aí. (EC2)

A confeccionista não deixa totalmente explícito se as células de produção formalizam as relações de trabalho. Em alguns momentos, indica que são apenas prestadores de serviço e que cada célula administra seu negócio como uma empresa à parte; em outros, deixa transparecer o controle e a relação de pertencimento<sup>50</sup>. De fato, essa indústria está no topo da cadeia e é quem dita como todo o processo produtivo deve ser. Existe uma relação de dependência e também de submissão na medida em que os trabalhadores, enquanto não quitam a dívida do maquinário, mantêm um vínculo permanente, além de produzirem exclusivamente para a marca de EC2.

Processo semelhante ocorreu com EC3, contudo, este frisou que não tem *facções*, mas *industrializadores*, justamente para destacar a condição de prestadores de serviço formalizados. Esse confeccionista, quando estimulado a falar sobre as etapas do processo produtivo, nos explica que:

De 2012 para cá, nós começamos a trabalhar com facções. Hoje a empresa tem quatro facções. Fora o nosso prédio aqui que a gente trabalha e tem 70 funcionários, ainda tem quatro facções fora. A estamperia está terceirizada. E três linhas na parte de costura. Nós tiramos daqui de dentro, até por uma questão de espaço físico também. Qual é a vantagem que eu tenho com a *facção* hoje? A *facção*, aliás, nossas facções, elas são todas facções legalizadas. Todas têm empresa. Na realidade, nós chamamos de *facção*, mas eles não são facções, eles são industrializadores. E por que é? Porque ele é exclusivo nosso. (EC3)

---

<sup>50</sup> Em entrevista com uma confeccionista informal, que trabalhou por anos na fábrica de EC2 e que mora na mesma localidade interiorana onde a empresária iniciou sua produção ao final de década de 1980, nos foi afirmado que lá existem *facções* produzindo para essa empresa. No capítulo 5 retomaremos esses laços.

Ao contrário de EC2, quando perguntado sobre a quantidade de trabalhadores, EC3 não contabilizou os trabalhadores das unidades produtivas dos industrializadores como pertencentes à sua empresa. Afirmou que na sua fábrica tem 70 funcionários, também destacou que já teve 140 e desde 2012 vem diminuindo, em função da externalização.

A organização da cadeia de produção de EC3 é uma exceção virtuosa dentre nossos entrevistados, mas também parece ser um tipo de cadeia produtiva não muito comum no contexto local. Para além do conhecimento da realidade local, isso pode ser conjecturado com base nos dados que expõem a alta incidência de trabalho informal na confecção e, também, pelo fato de os demais EC's afirmarem contratar sob bases informais e demonstrarem, ao mesmo tempo, uma certa resistência em desenvolver o assunto. EC3, ao contrário, deu mais atenção a essa questão e nos contou como estabeleceu um contrato de trabalho com os industrializadores:

Nós passamos seis meses junto com o departamento jurídico e contábil para formatar um contrato de *facção*, onde fosse um contrato que não prejudicasse a minha empresa, e também desse condições para que o pessoal que tivesse a *facção* administrasse o seu negócio. É o que é que a gente aqui, como empresa, cobra das *facções*. Todo mês, as nossas *facções*, para fazer seu recebimento, elas têm que comprovar através de documentos, todo o recolhimento de FGTS, impostos, NF, tudo certo, porque nós emitimos NF de remessa de mercadoria e depois a gente devolve a NF de remessa. Eles emitem a NF de serviço. A gente paga sob a NF de serviço. (EC3)

Esses movimentos de reestruturação do processo produtivo descrito, sobretudo, por EC2 e EC3 - uma vez que são empresas e marcas bem consolidadas no mercado nacional e regional, respectivamente, - podem indicar um caminho a ser seguido, uma tendência que está se consolidando na produção de confecções em Caruaru, qual seja: a flexibilização do processo produtivo e das relações de trabalho incentivados pelo protagonismo das empresas maiores e de referência tanto em Caruaru, como para todo o PCAP.

Dentro da subdivisão das fábricas Tipo 2 temos dez EC's que subcontratam em bases informais. São eles: EC4, EC5, EC6, EC9, EC10, EC12, EC13, EC14, EC15, EC17 e EC20.

EC4 e EC14 têm em comum o fato de terem passado por reorganizações as quais levaram à demissão de funcionários e ao acionamento de *facções* informais para seguirem produzindo. Os dois confeccionistas trabalham com diferentes mercadorias, mas aplicam a mesma lógica produtiva.

Para falar a respeito da atual configuração do seu negócio, EC14 apontou que, quando iniciou a confecção, vendia na *Feira da Sulanca* até conseguir fidelizar um cliente do Rio de Janeiro que tinha algumas lojas por lá. Passou a fabricar peças em jeans exclusivamente para ele, saiu da Feira e afirma que passou a crescer de forma “desequilibrada”. Em três anos seu quadro de funcionários passou de 2 para 36, assim como sua estrutura de maquinários também aumentou. Conforme ia crescendo foi registrando os funcionários e quando se deu conta os impostos estavam altos demais. Relata que seu produto era produzido de forma muito barata e não conseguia margem de lucro: *“Eu produzia muito e ganhava pouco. Aí eu passei três anos trabalhando pra ele, aí não deu certo mais. Por quê? Porque eu pagava muito imposto, meu lucro era pouco”*.

Decide reorganizar, demite trinta pessoas e usa o capital que tinha poupado e mais o que arrecadou com a venda de parte do maquinário para pagar as indenizações. Ficou um ano prestando serviço como *facção* de costura de peças em jeans e em 2009 voltou a fabricar. Comprou um ponto na *Feira da Sulanca* e ficou responsável pela comercialização. Afirma que *“não tem comparação, em termos de margem de lucro, você ser fabricante e comercializar a sua própria mercadoria, e ser faccionista prestando serviço para alguém”*. Reorganizou-se novamente, comprou o local onde hoje tem sua fábrica, desenvolveu uma marca e começou a expandir, pela segunda vez. Contratou e registrou trabalhadores novamente e já estava com vinte funcionários quando as vendas começaram a decair. Percebeu que não estava conseguindo bater o preço dos concorrentes e decidiu, em definitivo, que iria subcontratar e seguir a tendência dos confeccionistas da região e de muitos outros ali no bairro do Salgado: *“Porque eu vi que com a terceirização, eu ia ter mais competitividade na feira, com relação a preço. E também o pessoal, que são colegas meus de trabalho, olha, eu não conheço quase ninguém que tenha mais fábrica, não. E os que ainda não passaram por isso, passarão”*.

Desde 2011, mantém quatro trabalhadores registrados em CTPS, os quais ficam responsáveis pelo bordado e pela colocação de botões. Quando solicitamos que descrevesse o processo produtivo de uma peça em jeans, foi possível perceber como apenas um confeccionista estabelece relações e aciona o trabalho de quatro facções informais (responsáveis por diferentes etapas do processo produtivo), e uma lavanderia (provavelmente formal, pois está localizada num bairro residencial) o Bairro do Salgado. A cadeia produtiva de EC14 está composta da seguinte maneira: o

confeccionista compra o tecido, subcontrata o corte (1º *facção*), subcontrata a modelagem (2º *facção*), quando o tecido volta do corte precisa ser separado para posteriormente ser enviado às *facções* de costura na forma de kits. “*Eu vou organizando, separando tudo por corte. Vamos supor, eu faço uma ficha de quinhentas peças. Eu separo quinhentos zíperes, etiqueta, linha, forro de bolso. Eu separo todo aquele aviamento, aquela mercadoria, deixo tudo organizadinho*”. Depois, o confeccionista encaminha para a costura das peças (3º *facção*). Quando terminado, leva as peças para sua fábrica e realiza uma única operação, “*pregar o cóis*”. Na sequência encaminha para a (4º *facção*) que realiza os seguintes processos: “*fazer o travete, a ponta de cóis e o caseado*”. Mais uma vez, EC14 busca as peças e entrega na lavanderia. Depois do beneficiamento, as peças são finalizadas na sua fábrica, com a colocação de “*botão, bordado, tirar o excesso de linha e embolsar*”.

O próximo confeccionista, EC4, como demonstrado no Apêndice 4 (Quadro 9) tem atualmente apenas duas trabalhadoras em sua fábrica, número necessário para realizar as operações de corte do tecido e de sublimação<sup>51</sup>. Assim como EC14, passou por uma reorganização, enxugou trabalhadores, embora em número menor, tinha doze e demitiu dez, e desde 2009 segue a mesma lógica de processo produtivo descrita por EC14, fazendo uso da mão de obra informal das *facções*. O diferencial é que os e as *faccionistas* que costuram para EC4, o fazem de maneira exclusiva. Colocou suas máquinas na casa do trabalhador não num sistema de pagar o maquinário a longo prazo, como descrito por EC2, mas como uma forma de garantir exclusividade e comprometimento. A respeito destas mudanças na organização do processo de produção, EC4 explica:

Nos últimos cinco anos para cá, quatro anos para cá houve uma guinada na questão de produção na maioria das fábricas, aqui em Caruaru. Principalmente as mais informais, que é a questão da terceirização, e aí eu parti para a terceirização. **Pesquisadora: O que o senhor chama de guinada?** Muita gente demitiu funcionário e não readmitiu mais ninguém, pegou a produção dele e terceirizou. E isso não aconteceu comigo, não aconteceu com meu irmão, não aconteceu com o meu vizinho. Aconteceu com acho que oitenta por cento das pessoas que têm fábrica aqui na nossa região. (EC4)

A confeccionista EC12 também nos contou que já teve um grupo bem maior de funcionários dentro da fábrica (chegou a ter trinta), mas que nos últimos cinco anos

---

<sup>51</sup> É um processo de estamparia que usa um desenho ou arte impressa em um papel específico para sublimação, e depois, através de uma prensa quente, transfere o desenho do papel para a peça de roupa.

vem mantendo um número menor:

Hoje eu estou com menos da metade, eu estou com oito funcionários.  
**Pesquisadora: E esse quadro de oito funcionários, a senhora vem mantendo há quanto tempo?** Já vou mantendo ele há quase cinco anos.  
**Pesquisadora: E os funcionários são registrados em carteira?** Todos registrados.

Essas informações corroboram a ideia de que a mão de obra informal na região do PCAP está passando por um processo de mudança, uma vez que seu crescimento está sendo fomentado pelas pequenas e médias empresas locais que antes empregavam trabalhadores a partir de relações formais. É diferente, portanto, daquela tradicional produção de confecções domiciliar, comercializada pela própria família, que caracterizaria o trabalhador autônomo, independente, livre de vínculo de subordinação. É, portanto, uma “reinvenção” do trabalho informal, nos moldes de uma relação de assalariamento disfarçada.

Quando estimulada a descrever o processo produtivo, a confeccionista refere-se ao trabalho realizado nas *facções*:

Primeiro tem o corte, que eu supervisiono. Toda parte do acabamento da costura é feito aqui, que é o caseado, o traveto, cós, elástico, essa parte. Vamos dizer, 70% da peça é feita fora, que é nas *facções*, a parte de costura. E 30%, que é o restante do acabamento, é feito aqui. Depois de pronto é que vai em lavanderia. Quando volta da lavanderia, é que fazem os acabamentos da peça, botões, tirar linha. O bordado, às vezes, é antes, às vezes depois.  
 (EC12)

Como EC12 produz peças em jeans, percebe-se que é um processo produtivo semelhante ao do EC14. A respeito do trabalho realizado pelas *facções* afirmou que algumas são fidelizadas e que produzem exclusivamente para sua marca. Ainda a respeito do processo de produção, destacamos a seguinte fala:

**Pesquisadora: A senhora disse dessa cadeia, quando um atrasa e vai prejudicando tudo. A costura, ela também atrasa?** Atrasa também.  
**Pesquisadora: E a costura é feita aonde?** Tem no interior e também tem na cidade. Por que esse interior, pequeno, que antes vivia da lavoura, hoje com a seca, eles vão viver de quê? Eu digo, ajudou eles também. Se você olhar Riacho das Almas, hoje, tem muita gente trabalhando. Hoje é muito difícil você chegar num sítio e um jovem querer estar na lavoura. Pode chover como for. Estão todos buscando algo melhor para eles, outra atividade.  
**Pesquisadora: E essas pessoas do interior, a qualidade da mão de obra, elas aprenderam a costurar em cursos? Quem controla a qualidade da costura?** Algumas *facções* minhas, costureiras que foram minhas, que vinham da zona rural, preferiram montar lá para não precisar sair de casa,

cuida dos filhos, cuida da casa, e ali eles costuram. Umas já sabiam, conheciam o nosso trabalho, porque já foram funcionárias nossas. (EC12)

O mesmo padrão de reorganização do processo produtivo aparece, novamente, com o EC13. Esse confeccionista está no mercado desde 1998, formalizou sua indústria em 2005 e até 2010 tinha um grupo de trinta funcionários. Atualmente tem doze trabalhadores registrados e quando perguntado a respeito dos motivos das demissões, reitera o que os demais confeccionistas vêm afirmando: é culpa do mercado.

[...] o mercado fez por onde, a gente foi demitindo. Não tinha como a gente competir. A culpa também é dos informais. Então eu tenho meu concorrente que é informal, ele consegue vender a mesma peça por menos. Então meu cliente vai comprar a quem? A ele. (EC13)

O movimento de externalização da mão de obra, outrora protegida, do trabalho formalizado, é um processo de precarização das relações de trabalho. Embora tenhamos afirmado que a produção de confecções em Caruaru já esteja impregnada pela precariedade, tanto das relações quanto das condições de trabalho, está claro que essa parcela da classe trabalhadora “convidada” a prestar serviço aos antigos padrões a partir do domicílio, não mais com base em um contrato de trabalho, mas em um contrato de serviço, sofreu um processo de perda de direitos e, nesse sentido, é precarização. Portanto, à medida que há formalização dos negócios, também há precarização das relações e das condições de realização do trabalho. Estamos identificando um processo de formalização da empresa e um outro de informalização da mão de obra através da externalização e subcontratação.

Os confeccionistas EC9, EC10 e EC15 não passaram por um processo de reestruturação e enxugamento radical dos trabalhadores, mas a linha de montagem de suas peças faz uso de mão de obra informal. EC9 e EC15 produzem o mesmo tipo de mercadoria, camisaria masculina, e afirmam que essa linha de produção é feita toda dentro da fábrica. Mas, tanto a linha de shorts em *tactel* de EC9 como a linha de jeans infantil, de EC15, é feita, predominantemente, nas facções, em função de serem artigos de fácil confecção, e não exigirem a utilização de máquinas de porte industrial. EC9 produz confecções desde 1996, como confeccionista formalizado desde 2002, e afirma que está pensando em realizar adaptações em sua empresa para seguir a tendência dos demais empresários de Caruaru:

Hoje a gente está reorganizando toda a empresa, nessa crise que está, estamos reorganizando tudinho para já começar a cortar algumas pessoas. **Pesquisadora: E tu conhece muita gente daqui, que deixou de produzir, de ter sua indústria?** Tem três amigos meus, todos eles fabricavam. Um tinha vinte e duas costureiras, outro tinha dezoito. Todos eles, hoje, não têm mais nenhuma fábrica, eles só estão comprando e vendendo. (EC9)

Podemos observar que todas essas mudanças nos processos de trabalho geraram informalidade através da subcontratação parcial. E, como estamos analisando as formas de organização do processo de trabalho, é relevante lembrar, concordando com Alves (2007), que o processo de trabalho no capitalismo é, acima de tudo, processo de produção de *mais valia* e de capital, processo de valorização da mercadoria. Ao descreverem o processo produtivo os EC's deixam explícito quais estratégias são usadas para valorizar a mercadoria e quais são utilizadas para gerar *mais valia*.

EC10 não nos relatou nada a respeito de aumento ou diminuição do número de trabalhadores, mas também colabora para a perpetuação do trabalho informal. Esse confeccionista produz roupas em jeans e manda para a mão de obra informal e domiciliar as operações que julga mais simples e que não envolvem maquinário sofisticado. Com a fala de EC10, destacada abaixo, é possível perceber que quando seus custos de produção não permitem que ele obtenha lucro com determinada mercadoria, quando a valorização da mercadoria não pode ser extraída a partir de sua linha de produção, torna-se uma mercadoria que “*não vale a pena ser produzida*” e, ao invés de deixar de ser produzida, uma vez que não “vale a pena”, buscam-se estratégias de barateamento visando a esta valorização.

Têm uns produtos que não compensa fazer dentro da empresa, vendem muito, é fácil de produzir, e o custo de um funcionário com os encargos é alto para produzir aquele produto. Vamos dar um exemplo: é melhor produzir aqui dentro uma peça que vai vender por R\$ 30,00. Se for num custo baixo, vender a 12, 15, 16 reais, é melhor produzir fora. Nesse tipo de produto, a margem do lucro é pouca, porque ela é fácil de se fazer. Por isso, algumas peças, a gente faz fora. (EC10)

A jovem confeccionista EC17, que trabalha em parceria com sua mãe, tem uma estrutura produtiva completamente diferente das fábricas apresentadas até agora, pois apenas recentemente deram o primeiro passo rumo à formalização: registrar-se em 2012 como Microempreendedor Individual - MEI. Embora tenham se formalizado recentemente, mãe e filha têm uma história de vida e trabalho atrelada à costura.



Antes de fabricarem para comercializar na *Feira da Sulanca*, trabalhavam informalmente em fabricos da vizinhança. EC17 teve um vínculo formal de trabalho como balconista no comércio de Caruaru, mas devido ao baixo salário preferiu voltar para a confecção.

EC17 afirma ter procurado o SEBRAE para “*abrir CNPJ*” visando à comercialização e à “*nota fiscal*”. Conforme foi consolidando seu pequeno espaço na *Feira da Sulanca* com o aumento das vendas, passou a subcontratar toda a costura das peças através de *faccionistas*. Com relação a essa prática, em nada diferencia-se das micro, pequenas e médias empresas. Temos, portanto, a externalização do processo produtivo engendrada também pelos microempreendedores individuais. A maneira como a EC17 entra na “formalidade” é muito interessante e talvez represente outro padrão de formalização do negócio que esteja associado à manutenção da informalidade. A confeccionista deixa claro que optou pelo CNPJ por motivos comerciais:

**Pesquisadora: Por que vocês optaram pela firma registrada?** A gente abriu como empreendedor individual, que é a melhor opção que tem agora. Porque para ter credibilidade no comércio, tem que ter firma aberta. E esse empreendedor individual é o que menos paga imposto. (EC17)

A respeito do papel e da ação do SEBRAE para concretizar o MEI, relata:

**Pesquisadora: Vocês foram buscar consultoria de alguém?** Minha sogra já tinha aberto. Aí a gente se informou com ela e ela disse que era lá no SEBRAE. Fomos lá. Teve a reunião e a gente gostou porque se quiser vender para loja, pode tirar nota fiscal. E se é clandestino, não pode. A maioria dos clientes da gente é tudo de fora. Natal, Maceió, Piauí, Bahia. **Pesquisadora: Então, se a gente fosse pensar a participação do Sebrae na formalização de vocês, primeiro foi ir na reunião. Depois, tiveram mais assessoria?** Não. Até eles falaram que vinham em casa, davam as dicas. Mas até agora não vieram. (EC17)

O processo de formalização do negócio de EC17 através do MEI também expõe outra situação comum na região, ao mesmo tempo em que denuncia a precariedade relacionada à formalização. A firma de EC17 não está em seu nome. Para ela, como empreendedora, a condição informal não sofreu alterações. Quando tratamos dos planos para o futuro perguntamos:

**Pesquisado: E agora, tu te sentes mais segura tendo o MEI?** É que no tempo, eu ainda estava recebendo seguro. Aí eu pedi para minha irmã colocar no nome dela, para depois mudar para o meu. Só que não pode mudar, tem que fechar firma e abrir outra. (EC17)

A irmã de EC17 não trabalha com confecção. Nesse caso vimos que foi uma ação intencional por parte de EC17, mas também incentivada por falta de informação. Podemos conjecturar que se soubesse que não poderia mudar o nome do titular da firma talvez tivesse repensado essa decisão.

Finalizando a apresentação dos EC's do Tipo 2, temos a EC20. Essa confeccionista poderia representar um padrão de atuação diferenciado, no que diz respeito à contratação de mão de obra, uma vez que seu ingresso na produção de roupas deu-se de forma planejada e organizada. Isso significa que ela escolheu essa atividade não só como uma fonte de renda, mas como uma forma de ter um trabalho depois de sua aposentadoria. É funcionária da Caixa Federal há vinte e cinco anos e conhece a realidade dos empresários do setor de confecções da região Agreste. Tem conhecimento administrativo e também da legislação trabalhista, pois, trabalhando como gerente do banco, atendia os empresários da região. Por meio desses contatos fez uma pesquisa de mercado para ver que tipo de mercadoria o mercado estava precisando.

Por trabalhar numa instituição financeira, afirma que existe bastante incentivo por parte do governo e também dos atores institucionais, para a formalização dos negócios, ao mesmo tempo em que afirma que a cultura da sonegação de impostos é evidente na região. Relata que:

Os empresários daqui são complicados. Se você fatura 100 mil por mês, recolha pelo menos a metade! Tem gente que fatura 100 mil, vai recolher 1000, aí leva para o Banco para a gente fazer uma avaliação da empresa, pela documentação que apresenta é claro que avaliação não vai dar a capacidade de pagamento de quem fatura 100 mil, porque ele me apresentou a documentação de quem fatura 1000, aí quando sai financiamento diz que não serve, que não vai atender as necessidades. (EC20)

Diante dessas convicções, EC20 resolveu fazer diferente. Abriu uma microempresa e aos poucos foi contratando e registrando trabalhadores para a sua fábrica, a qual fica nos fundos do domicílio. Nos relata que: *“Eu acho que quem trabalha, o trabalhador tem direitos e obrigações, entendeu? Então assim, eu acho que dê a César o que é de César. Se não pode, então não faça”*. Contudo, nem tudo que *“é de César”* está sendo dado a César. No que diz respeito às relações de trabalho, EC20 tem três trabalhadoras que ainda não tiveram o vínculo de trabalho registrado, mas destaca que é por estarem em experiência e aprendendo a costurar. A confeccionista também faz uso da subcontratação numa explícita relação de

subordinação. Colocou a máquina na casa da costureira, exige exclusividade e qualidade. Vejamos:

**Pesquisadora: Como a senhora acha que o trabalho com costura é visto pelas pessoas aqui em Caruaru?** Eu vejo que muitos estão vendo a costura como uma boa fonte de renda. Porque olhe, uma das meninas que está aqui que eu estou ensinando, o esposo dela trabalha na *Vitamassa*. E assim, quando eu disse para ele que a menina que fecha a camisa dentro de casa, tomando conta de marido e filho, de Julho a Novembro, eu paguei a ela 11 mil reais. Aí o rapaz fez assim: “*Estou já saindo da fábrica para a senhora me ensinar a costurar*”. (EC20)

Para explicar o trabalho realizado por essa facção domiciliar, a confeccionista contou que tinha em casa uma máquina de braço, e que estava ociosa pois nenhuma das suas costureiras sabia manusear. Através de contatos soube de uma moça a qual estava desempregada e tinha esse conhecimento. Tirou a máquina de sua fábrica, colocou na casa da costureira e paga R\$1,00 por peça. Isto é, diante da situação a confeccionista optou por externalizar via subcontratação informal. A respeito do valor pago por peça, destacou:

**Pesquisadora: A senhora paga como?** R\$1,00 por peça. Ela fecha 200 camisas por dia. Olhe, eu assim, eu sou superchata e digo: Olhe, eu pago um preço justo, agora eu exijo qualidade. Muitas pessoas aqui me dizem: Mas rapaz, tu pagou isso tudinho? Eu digo: eu pago, mas agora, eu exijo, entendeu? (EC20)

Como os trabalhadores informais da cadeia de confecções obtêm sua remuneração em função da quantidade de peças produzidas, a proposta de prestar serviço na forma de *facção* é muito atrativa. Principalmente para os trabalhadores que em função da baixa escolaridade podem, com a costura de roupas, ganhar muito além do salário mínimo. Essa é a grande sedução desse tipo de atividade que também incentiva trabalhadores com vínculos formais de trabalho a optarem por atividades de trabalho informal. Essa interdependência entre setor formal e trabalho informal, isto é, o surgimento de novas atividades e trabalhadores informais incentivados pela economia formal, também aparece no processo produtivo desta confeccionista, como pode ser evidenciado pela seguinte fala:

Aí eu comprei outra máquina e também deixei lá na casa desta costureira. Quando o marido viu que sua esposa estava ganhando bem o que foi que aconteceu? Saiu do trabalho, tá dando baixa na carteira e vai ficar dentro de casa. Eu digo: Ótimo, que agora vai ter 2 pessoas para trabalhar para mim.

São pessoas confiáveis, assim, eles estão satisfeitos, isso que é bom, não é? Aí é assim, estou com 2 máquinas, produção aumentando, aí já ajuda. (EC20)

Através desse depoimento podemos afirmar que a ação dos confeccionistas da região, a exemplo de EC20, produz a informalização das relações de trabalho. Ressaltamos que essa dinâmica não é recente e muito menos nova na cadeia de produção de confecções ao redor do mundo. Contudo, ela é uma nova prática nas transformações que vêm ocorrendo na produção de confecções para o PCAP. Constatação que nos permite afirmar que em um contexto de informalidade generalizada, a formalização dos negócios, quando desponta, já traz consigo a flexibilização da relação de emprego marcada por uma ampla utilização de *facções* e trabalho em domicílio, resultando em um afastamento dos trabalhadores subcontratados de seus direitos e, muito frequentemente, numa degradação das condições de trabalho.

Disso podemos concluir que além da informalização das relações de trabalho, via subcontratação informal, também é forte a tendência da externalização total da produção via terceirização. Neste sentido podemos conjecturar que os confeccionistas, ao escolherem esse caminho, pressionam os prestadores de serviço para que registrem seu negócio, talvez estejam utilizando-se do cadastro do Microempreendedor Individual - MEI, que é o que interessa para que o contratante possa manter sua cadeia produtiva de maneira “legal”. O prestador de serviço, por sua vez, pode estar lançando mão de trabalho informal para atender a demanda do contratante, o seu fornecedor.

Como é possível observar, a forma de organização do processo produtivo e as estratégias de gestão da mão de obra destas empresas valem-se da “naturalização” da subcontratação e flexibilização do processo produtivo como algo inerente, não só à indústria de confecção, mas às características do setor na região do PCAP. Vimos que não existe um padrão para justificar a necessidade “técnica” da flexibilização. Alguns empreendedores subcontratam as operações mais simples, outras as que exigem mais tecnologia e outros visando somente aumentar a capacidade produtiva. Portanto, a subcontratação (informal) ou mesmo a terceirização, ambas consequências da flexibilização, não são acionadas pela necessidade de especialização do serviço, argumento veementemente utilizado pelos que defendem a necessidade de medidas flexibilizadoras das relações de trabalho por parte do governo brasileiro.

### 4.3.3 Tipo 3: Facções

Como já tem sido evidenciado, a produção de confecções em Caruaru e em todo o Agreste pernambucano tem como característica alto grau de diversificação nas formas de produção. As *facções* são um exemplo dessa complexidade. Normalmente são identificadas por serem subcontratadas das fábricas e *fabricos*, dedicando-se a executar apenas uma parte da produção, um processo dentro da linha de montagem das peças de vestuário. Mas também estão se tornando cada vez mais presentes na região as facções que produzem a peça de roupa integralmente e as entregam, em pontos de venda, para os contratantes do serviço. Independente disso, da quantidade de trabalho e de operações realizadas, isto é, se entregam um produto final ou se realizam operações fracionadas, as facções caracterizam-se por serem subordinadas a outras unidades produtivas e por não comercializarem diretamente no mercado.

Com nosso estudo identificamos que a intensidade da subordinação está associada aos seguintes fatores: a) ao *status* da facção, se é um negócio formal ou informal; b) às origens deste negócio, isto é, se surgiu em função de outra empresa, e nesse sentido, foi criada para prestar serviço exclusivo à mesma; c) com relação a posse dos meios de produção; d) e com relação ao tipo de relação com o fornecedor, relação de exclusividade ou não na prestação do serviço. Os quatro confeccionistas que pertencem ao Tipo 3 representam quatro situações diferentes de prestação de serviço na forma de *facção*. O Apêndice 4 (Quadro 10) indica algumas destas diferenças.

A EC8 tem sua fábrica de confecções desde 1994 e, depois de doze anos produzindo roupas através de sua marca para fazer venda direta aos lojistas, optou por trabalhar como uma *facção*. Essa mudança na forma de estruturar o negócio é atribuída à insegurança quanto à comercialização da mercadoria e também aos maus pagadores. Como fabricante entregava o produto nas lojas e recebia o pagamento em cheques. Teve recorrentes problemas de inadimplência, ocasionando sérias dificuldades para manter o negócio. Repensou a estratégia e tornou-se *faccionista*. A confeccionista informou que prefere receber menos, mas ter o pagamento à vista (forma predominante de pagamento para quem trabalha com *facção*).

Como facção ela não subcontrata nenhuma outra etapa do processo produtivo.

Mas, como prestadora de serviço, recebe as peças de tecido e, a partir do corte, a responsabilidade é dela. EC8 nos relatou como é a linha de montagem de uma camisa em malha. O processo inicia com o corte, que é realizado por seu marido:

Primeiro vai riscar o tecido. Depois ele enfesta. Depois ele coloca o risco em cima, e aí vai cortar. Depois de cortar a gente vai numerar. Depois separa tudinho e aí vai para as máquinas, parte por parte da camisa. Vai passar pela reta, a overloque, e a máquina de fechamento, que é a máquina de braço. Depois que passou pelas máquinas, aí tem o caseamento, o abotoamento. Aí depois disso vem pra tirar o pelo nessa outra mesinha. Depois, coloca-se um reforço no colarinho, pra ele ficar firme na hora que embalar. Passa o ferro e depois coloca num saquinho plástico. (EC8)

Nesse tipo de contrato o faccionista recebe apenas o tecido e a etiqueta, e é responsável por todo o restante do material: aviamentos, botões, colarinho das camisas. EC8 tem quinze máquinas, sua fábrica é no andar térreo da casa (um local sem identificação, que se confunde com uma garagem), e tem cinco trabalhadores registrados em carteira. EC8 recebe, pelo serviço, R\$10,00 pela camisa de manga curta e R\$12,00 pela camisa de manga longa. Seus dois atuais clientes, que denominamos de fornecedores-lojistas, vendem as peças por preços bem maiores. Um deles comercializa em lojas na cidade de Santa Cruz do Capibaribe por um preço em torno de R\$60,00. O outro, que vende em banca no centro de comercialização na mesma cidade vende a R\$35,00. Com esses valores, a confeccionista comprova as falas que destacamos anteriormente: quem trabalha como faccionista ganha menos do que o fabricante. E, por sua vez, também podemos conjecturar que quem fabrica “sem ter fábrica” também obtém mais vantagens do que o fabricante. Não é à toa que durante as entrevistas alguns empreendedores relataram, quando instigados a falar sobre os planos para o futuro do negócio, que estudam a possibilidade de deixar de produzir e tornarem-se “fabricante sem fábrica”, pois já criaram a demanda, seus produtos e suas marcas estão com certa clientela e assim ficariam livres dos custos de manutenção da infraestrutura, do maquinário e das despesas com funcionários.

Outro tipo de facção é a do EC16. Já falamos a respeito de como o confeccionista iniciou seu negócio. Vimos que ele está no grupo dos que se formalizaram por motivos exógenos e, nesse caso específico, sua fábrica de confecções surgiu para prestar serviço ao antigo patrão. Apesar de também fabricar, de ter sua própria marca, o confeccionista define sua atuação no ramo da confecção como uma facção. Sua principal atividade é a prestação de serviço, mas comenta que,

quando a demanda por este tipo de serviço cai, ele reativa a linha de produção da sua marca de roupas e as entrega para serem revendidas na Feira da *Sulanca*.

Esse faccionista trabalha com a costura de peças em jeans e assim como EC14, apesar do pouco tempo de existência (desde 2010), já passou por uma reorganização na sua estrutura de funcionários. Iniciou suas atividades como terceirizado do fornecedor da rede *Magazine Marisa*. Nessa condição, sua fábrica faz facção para a empresa contratada pela Magazine para fornecer a mercadoria com a marca “*Marisa*”. Fazendo parte da cadeia produtiva para essa rede de lojas, EC16 tinha uma grande demanda de trabalho, que precisava ser atendida com rapidez, dentro dos prazos estipulados pelo contratante. Dessa forma, cresceu muito em pouco tempo. Ao final do ano de 2013, estava com trinta e um funcionários, porém, ao mesmo tempo, ocorreu uma diminuição brusca nos pedidos. Percebeu que não conseguiria manter todos esses custos e decidiu enxugar, demitiu quase todo mundo, ficou com nove funcionários e optou por atender uma demanda menor e não contratar mais funcionários. Afirmou que a mão de obra local, para ele que deve seguir um padrão de qualidade imposto pelo fornecedor, não contribui. Explicou que é melhor pegar menos pedidos e não ter que refazer o trabalho do que ter muitos funcionários que não atendem às suas necessidades e ao padrão de qualidade solicitado.

Como faccionista terceirizado do fornecedor Marisa, configurando, portanto, uma quarteirização, seu processo produtivo está organizado da seguinte maneira:

Primeiro o fornecedor manda o corte já cortado. Jeans, calça, shorts, jardineiro, a gente faz tudo. Tudo relacionado a jeans e sarja, a gente faz tudo. A gente chega aqui, separa, enumera os tamanhos e coloca na produção. Costura toda a peça e entrega em ponto de lavanderia, aí eles já assumem a partir daí. A lavanderia devolve para o fornecedor, elas dão o acabamento e entregam para a Magazine Marisa (EC16).

O confeccionista explica que ele, como terceirizado do fornecedor/rede de magazine, não pode mais subcontratar. Ele é a última etapa da cadeia de produção dos magazines e o controle de qualidade é feito pelo fornecedor, *in loco*, na sua própria fábrica.

Mais ao final da entrevista, quando perguntado sobre fiscalização, EC16 conta que é certificado pelo Programa de Qualificação de Fornecedores para o Varejo desenvolvido pela ABVTEX – Associação Brasileira do Varejo Têxtil.

**Pesquisadora: E tem fiscalização?** Sim. Eu cheguei a ser fiscalizado por fazer parte do sistema de magazine Marisa. Por que o que foi que aconteceu? Depois daquele escândalo que teve lá em São Paulo, que pegaram muitos bolivianos clandestinos em situações escravas, fizeram a associação e todos os subcontratados e terceirizados de magazines do Brasil têm que ter essa certificação. E eu sou um certificado, que eu tive que me adequar a todas as normas exigidas pelo Ministério do Trabalho pra poder funcionar. A partir daí é que eu passei a ser fiscalizado de quinze em quinze dias, de mês em mês, de quarenta em quarenta e cinco dias. Mas, até aquele momento eu nunca tinha sido fiscalizado. A minha certificação é nacional e me dá a oportunidade de trabalhar com vínculo com todas as magazines. Quem trabalha como fornecedor de magazine no Brasil inteiro pode me contratar como subcontratado pra poder prestar serviços pra ele, com as etiquetas da magazine. **Pesquisadora: Então, pode me explicar como funciona a cadeia de produção da magazine?** O fornecedor me contrata, contrata a lavanderia, contrata o acabamento e eles pegam as peças prontas e entregam no cliente que é o magazine. O fornecedor do magazine, ele pode ter vários contratados, mas eu não, porque aí seria minha terceirização (EC16)

Mas EC16 também presta serviços para outras fábricas e marcas locais e, nesses casos, faz uso de subcontratação informal para completar sua linha de produção. Por estar com um número pequeno de funcionários, afirmou que não tem como fazer tudo na sua fábrica e nesse caso subcontrata corte (*fação 1*), lavanderia, e acabamento (*fação 2*, onde são feitos os processos de tirar pelo, botar etiqueta, botão e embolsar). Na estrutura montada em sua fábrica, concentra apenas a costura das peças.

A fábrica desse confeccionista é no segundo andar de um pequeno prédio de dois andares, no bairro do Salgado. O local é alugado e não tem placa ou qualquer outro tipo de identificação. O confeccionista é dono do maquinário e não está em uma relação de exclusividade com o fornecedor do *Magazine Marisa*, apesar de ter iniciado sua fábrica com a motivação de prestar serviço a esse fornecedor.

Como vimos, tanto EC8 como EC16 não estão completamente subordinados aos seus fornecedores, sobretudo porque têm a posse dos meios de produção. Contudo, a margem de negociação dos preços para a prestação de serviços é muito limitada. Quase não há negociação e o valor acaba sendo imposto pelo fornecedor. Tanto é que afirmam que fabricar para si mesmo é mais lucrativo, contudo, mais arriscado. Como são microempresas e não têm capital disponível para grande investimento, precisam se adaptar à dinâmica do mercado local. A fala de EC16 representa a complexidade desta dinâmica produtiva:

Quando você confecciona a sua própria marca, a margem de lucro é melhor do que terceirização, porque terceirização é prestação de serviços limitada, é



só aquela operação. A minha área é a costura, e muita gente não reconhece devido a essa concorrência desleal dos informais. **Pesquisadora: E tu acha que as pessoas que hoje costuram para alguém, elas têm vontade de ter a sua própria confecção?** No fundo todo mundo tem aquela esperança de ter o seu negócio. Vários funcionários meus já chegaram pra mim: poxa olha tua história, como tu começou, com a cara e a coragem aos 15 anos. Porque hoje eu tenho uma estrutura que nem todas as empresas em Caruaru têm, que se preocuparam em deixar tudo certinho de acordo com as exigências do Ministério do Trabalho. Muito já saíram daqui, estão costurando em casa, estão crescendo e tem gente que já está com dez funcionários, já. E pessoas que trabalhavam comigo. (EC16)

A situação relatada pelo confeccionista ilustra a constante tensão entre formalização e informalização e também nos permite afirmar que formal e informal são partes de um sistema que se retroalimenta na produção de confecções em Caruaru. A economia formal produz a informalização. O exemplo é claro: os funcionários que EC16 demitiu se tornaram seus concorrentes produzindo em bases informais. EC16 os demitiu por não conseguir manter os custos com a mão de obra e a carga tributária de uma microempresa, situação provocada, sobretudo, pelo baixo preço pago pelos serviços prestados. Nesse caso o formal e o informal estão numa relação de competição e concorrência, incentivada, também, pelos trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho formal e que encontram na informalidade uma alternativa para sua reprodução social.

EC18 representa outro tipo de facção que encontramos por meio do trabalho de campo. Tendo como base todas as entrevistas realizadas, podemos afirmar que este tipo de prestação de serviço é uma forte tendência na organização da indústria de confecções em Caruaru: facções que surgem em função dos “fabricantes sem fábrica”. Como vimos, a trajetória de EC18 acompanha àqueles “empregados que se tornaram empregadores”, e a formalização do negócio foi incentivada por fatores exógenos.

Esse tipo de unidade produtiva também representa os confeccionistas que estão em total situação de subordinação em relação aos seus fornecedores, pelo fato de termos presentes todos os indicadores que caracterizam a situação de subordinação e dependência: o maquinário dessa facção foi disponibilizado pelo fornecedor e está sendo pago, pouco a pouco, pela confeccionista. Tem uma relação de exclusividade, isto é, só pode produzir para seu fornecedor a marca “*Sonho de Criança*”. Surgiu como uma empresa, na condição de MEI, em função da reestruturação da indústria que lançou mão da estratégia da subcontratação total da produção de confecções.

Embora declare ser MEI, a confeccionista tem quatorze funcionários e afirma também que todos têm carteira assinada. Existe uma incompatibilidade na informação, mas no momento da entrevista não foi possível explorar esse fato: **“Pesquisadora: E para vocês terem esse negócio, vocês precisaram abrir firma? Teve que deixar tudo legalizado, a firma. É MEI, a gente abriu tudo certinho, todo mundo que trabalha aqui é fichado, tem carteira assinada, todos registrados”** (EC18).

A respeito do processo produtivo, a confeccionista nos explica que já recebe o tecido cortado e bordado. O trabalho se inicia com a separação das peças para a costura; na sequência é feito todo o processo de costura, passando, basicamente, por três tipos de máquinas: reta, overloque e goleira. Por fim, **“tira-se o pelo”** e a peça é entregue em **“ponto de venda”**. Ela acrescenta:

A única coisa que não é feita aqui é a embalagem. Vem uma pessoa buscar. Pega a mercadoria e tem uma embalagem fixa, lá no posto da empresa, que embala todas as mercadorias. Tem mais 12 grupos iguais a esse produzindo para ele. Lá é só um ponto fixo, de escritório, financeiro e corte, somente. (EC18).

A respeito do controle de qualidade, afirma que é realizado no momento da entrega das mercadorias, mas como ela já foi funcionária e passou pelo treinamento, é a responsável por cobrar essa mesma qualidade dos seus atuais funcionários. A relação de subordinação, da mesma forma que vem ocorrendo na cadeia produtiva de confecções ao redor do mundo, é uma relação assimétrica, e pode ser detectada no trecho destacado abaixo:

**Pesquisadora: E como é definido o valor? É pago por peça.**  
**Pesquisadora: E quem estipula esse valor, a facção ou o contratante? O contratante estipula.**  
**Pesquisadora: A estrutura vocês que montaram, e as máquinas?** A gente paga. Todas essas máquinas a gente paga.  
**Pesquisadora: Conseguiram uma linha de crédito especial para confecção?** Financiada através da empresa, mas não é da gente. Através do contratante.  
**Pesquisadora: E linha, aviamentos, elástico?** A matéria prima a gente compra tudinho.  
**Pesquisadora: Ele entrega só o tecido?** Só o tecido. Caso ele venha a entregar o elástico, é um elástico que seja personalizado, que tem o nome da empresa que ele queira um diferencial que não vende no mercado tão fácil. Então, ele manda personalizar da forma que ele quer, e aí ele passa para a gente.  
**Pesquisadora: Mas tu não pode pegar a produção de outras pessoas para fazer?** Não, eu tenho contrato fixo com ele.  
**Pesquisadora: Então, por exemplo, se tu resolver parar de faccionar para ter a tua própria confecção, tu tens que devolver as máquinas?** Não. Eu não vou devolver as máquinas, eu vou pagar, continuar pagando as máquinas em boleto bancário.  
**Pesquisadora: E tu conhece outras facções dele que já romperam contrato, foi tranquilo?** Conheço sim. Uns sim, outros não. No começo, teve gente que teve dificuldade de romper o contrato, por que ele queria as máquinas. Mas agora, por ele ter dificuldade nos

primeiros, acho que ele já está entrando num consenso. **Pesquisadora: E a manutenção das máquinas é responsabilidade de quem?** Responsabilidade nossa. **Pesquisadora: Quanto ele paga por peça, mais ou menos?** Depende do modelo. A gente paga a malha, é como eu disse, a gente recebe o tecido, mas paga por ele também, a gente paga tudo, vende a ele e ele vende a preço de revenda. Sai por R\$3,80, R\$5,10; depende do modelo. O Pagão é esse preço aí. **Pesquisadora: E tu sabe por quanto ele revende?** Entre R\$14,00 e R\$16,00. (EC18)

Com relação às condições de trabalho, a facção localiza-se bem no meio do Bairro do Vassoural, região periférica da cidade de Caruaru. A fábrica foi montada em uma garagem alugada, um espaço pequeno para as vinte máquinas e quatorze funcionários. Não tem janelas para ventilação e a única saída é pela porta da frente. Também não tem nenhuma identificação na parte exterior.

A facção de EC18 foi aberta em 2012 e desde 2010 a fábrica “*Sonho de Criança*” vinha externalizando sua produção até chegar ao formato de terceirização total. Também podemos relacionar esses pequenos negócios à disseminação da cultura empreendedora na região, assim como em todo o território nacional, incentivada por órgão como o SEBRAE e pelo Governo Federal através de Políticas Públicas. EC18 é exemplo de uma empreendedora precarizada, no que diz respeito às condições de realização do trabalho, e pela relação assimétrica de subordinação: é completamente dependente de uma “marca”.

Importa destacar que a marca citada nasceu, cresceu e se desenvolveu em Caruaru, portanto, não são apenas as grandes redes de Magazine as quais, ao chegarem nesse aglomerado produtivo, incentivam a cadeia de subcontratação, mas as próprias empresas locais estão gerando esse movimento. Vimos isso com EC2 e suas “células de produção”, EC3 e seus “industrializadores”, exemplos de empresas locais que partiram para a subcontratação parcial. EC16 e EC18, por sua vez, representam o outro lado, a perspectiva do subcontratado. Também acreditamos que há, nesse processo de incentivo a ser “empresário de si mesmo”, principalmente por parte dos fabricantes, uma tentativa de individualização da questão social, uma vez que esses devem ser capazes de manter o seu negócio a partir das condições impostas pelo seu fornecedor. O que é, no mínimo, uma contradição, pois o preço pago pelas operações realizadas nas peças é determinado pelo fornecedor e, na maioria das vezes, cobre apenas os custos operacionais.

Por fim, a quarta forma de unidade produtiva encontrada, dentro do Tipo 3: *Facções*, é representada por EC19. Essa confeccionista tem uma facção domiciliar e

enquadra-se na categoria de MEI. A confeccionista representa o tipo mais comum de unidade produtiva em todo o PCAP: a facção domiciliar que inicia com o trabalho da mulher e, eventualmente, se estende para os demais membros da família. Importa destacar que está se tornando cada dia mais costumeiro em Caruaru o ingresso dos homens na atividade de costura nos domicílios. Muitas vezes esse movimento também contribui para a informalização das relações de trabalho, como já comentamos anteriormente.

EC19 mora num bairro de periferia, chamado Cidade Alta. Sua casa fica em uma rua íngreme, sem calçamento, com muitos buracos, e é, de fato, um local de difícil acesso. Num primeiro olhar não se pode imaginar que exista produção de confecções naquela residência, mas basta abrir uma fresta da porta para encontrarmos tecidos, máquinas e roupas amontoados numa pequena peça. Esse tipo de unidade produtiva também representa aqueles que têm as piores condições de trabalho, tanto com em relação à infraestrutura, com em relação ao ritmo e quantidade de trabalho. Apenar de ter um CPNJ, em nome de seu marido, a condição informal, em relação à proteção social, permanece para a confeccionista.

A facção de EC19, assim como o fabrico de EC17, representam as unidades produtivas em que a formalidade tem pouco significado, e a precariedade é a condição dominante. Na verdade, afora o fato de terem CNPJ, nada mais diferencia essas unidades produtivas das unidades produtivas informais, que exploraremos no capítulo próximo capítulo.

Por hora, destacamos o trecho da entrevista em que EC19 fala a respeito do espaço da casa onde costura e do seu ritmo de trabalho, fala que ilustra a precariedade:

**Pesquisadora: E como é o ritmo de trabalho? Quantas horas por dia vocês costumam?** Ontem mesmo eu fui dormir quatro horas da manhã, acordei sete e quinze. De ontem pra hoje. Por quê? Porque está com essas coisas pra entregar. Se você tivesse chegado aqui há umas quatro horas atrás, não tinha nem onde entrar aqui, de tanta mercadoria que estava pronta. Eu chego aqui de sete, vou até quatro da manhã. Porque eu gosto disso aqui. Eu divido assim, roupa... no horário de duas horas, que eu paro de meio dia a duas horas, eu vou lavar roupa, arrumo a casa, à noite eu lavo o banheiro. Quando é meia noite, eu dou uma parada, dou uma arrumada na casa todinha. (EC19)

Apesar do ritmo frenético é por meio dele que ela e seu marido conseguem uma boa renda com a confecção. Possuem dez máquinas e são donos dos meios de

produção:

**Pesquisadora: Se eu lhe perguntasse qual é sua renda hoje, a senhora poderia me dizer?** É em torno, o que a gente tira, de cinco mil a seis mil reais mensal. Mas eu boto assim, a renda, porque a gente tira pra muitas coisas. Ou inclui tudo? Se incluir tudo, se a gente olhar mesmo aí, é de oito mil reais. (EC19)

Quando incentivada a falar a respeito dos seus planos para o futuro e se teria alguma preocupação pelo fato de não contribuir para o INSS (o MEI está no nome de seu esposo), EC19 explica que buscou outras formas de garantir seu futuro, com a renda da confecção comprou carro, moto e afirma ter *“umas casinhas para alugar”*. E acrescenta: *“Se eu fosse trabalhar para os outros eu tiraria setecentos e cinquenta reais por mês, com firmas que dizem que pagam o INSS, quando vai demitir, a pessoa vai receber, não pagou nada. É bem melhor do que trabalhar fora”*. (EC19)

Quando conversamos sobre a informalidade, afirmou que já se prejudicou bastante colocando pessoas para trabalhar dentro de sua casa na condição de informal, por isso quando não consegue dar conta da demanda contrata o serviço de costureiras diaristas. Geralmente combina-se o valor com base no número de peças que a diarista consegue costurar em 24h e cada costureira diarista trabalha na sua própria casa. Assim, conforme EC19, não se cria nenhum vínculo de trabalho. A confeccionista paga R\$ 37,00 por dia de trabalho, mas afirma que tem gente que paga menos. Tudo depende do tipo de tecido e da complexidade da costura. Essa entrevista nos mostra outra forma de trabalho informal na produção de roupas: o “bico” como costureira (o) diarista.

Enfim, chegamos ao final da análise da metamorfose: *fabricos* que se tornaram fábricas. Procuramos demonstrar essas transformações no que diz respeito à organização da estrutura produtiva, dos processos de trabalho e das relações de trabalho. Reafirmamos que quando nos referimos à “fábrica” estamos estabelecendo uma relação com a ideia de legalidade/formalidade do negócio através da aquisição do CNPJ e, por pertencerem a economia formal, podem contribuir para a geração de empregos formais.

Frente ao cenário apresentado neste item, é possível afirmar que à medida que o capitalismo avança no PCAP, representado, entre outros elementos, pela modernização da indústria, a informalidade vai assumindo uma nova roupagem, o trabalho autônomo vai dando lugar à subcontratação. Como sugerido por Leite (2009),

esta nova informalidade é intrínseca à flexibilização e “[...] torna-se, assim, parte orgânica da produção capitalista, apresentando-se como constitutiva da nova engrenagem produtiva. Nesse sentido, já não pode ser considerada como pouco produtiva, nem como não capitalista. É trabalho precário, mas produtivo” (p. 72).

Como foi demonstrado ao longo deste capítulo, a reconfiguração dos processos produtivos ocorre em nível mundial e, ao mesmo tempo, alimenta-se das peculiaridades de cada região para enraizar-se. No caso do PCAP, em especial Caruaru, identificamos que a formalização institucional engendra relações de trabalho informais provocando uma tensão entre formalização e informalização. Neste caso o formal e o informal estão numa relação de competição e concorrência, isto é, a opção das pequenas e médias indústrias da região, predominantes em Caruaru, pela externalização e subcontratação de algumas etapas dos processos produtivos gera competição e concorrência. Este argumento também pode ser evidenciado pela análise desenvolvida a seguir.

#### **4.4 Pontos positivos e pontos negativos da formalização: trocando o CPF pelo CNPJ**

Dentre os pontos positivos da formalização, elencados pelos confeccionistas, estão a possibilidade de comprar tecido de outros Estados; a possibilidade de fazer uso de linha de crédito para comprar máquinas mais modernas; o aumento das possibilidades de comercialização; a credibilidade que uma firma passa; a possibilidade de participar das associações comerciais com vistas a expandir o negócio; a possibilidade de divulgação da marca através de propaganda e estratégias de marketing na mídia. As falas destacadas abaixo ilustram algumas dessas motivações:

**Se tivesse que botar, o que mudou antes e depois desse processo de formalização?** Eu ganhei crédito, ganhei compradores de grande porte, que você está vendendo, tem que dar notas fiscais para eles. A sua empresa fica mais conhecida, você trabalha sossegado. (EC9)

Meus clientes hoje, uma boa parte deles exigem notas fiscais. Então, tem que ser formalizado se a gente quiser crescer. Porque a gente pensa em crescer. A gente não cresce mais, como vocês sabem, por causa do custo Brasil. A gente paga impostos demais, que eu sou contra pagar impostos. (EC11)

**Pesquisadora: O senhor acredita que esse salto, o processo de formalização, foi vital para se diferenciar?** Com certeza, hoje eu digo o seguinte, são duas vertentes que a gente usou aqui; uma foi a melhoria da qualidade do produto. A outra vertente seria o seguinte: a propaganda, eu trabalhei muito em cima do nosso produto, eu trabalhei muito mídia, ela não foi mídia cara, foi mídia localizada, mas com efeito. (EC3)

Apenas uma confeccionista, EC7, relacionou a formalização à possibilidade de registrar os funcionários e enxerga isso como uma forma de proteção a si mesma, como empregadora. Os demais confeccionistas apontaram a relação formalização e registro de funcionário como um “mal necessário”, ao mesmo tempo em que afirmam que as empresas formalizadas são o alvo da fiscalização, diferente dos informais, por isso a classificam como uma fiscalização injusta, como pode ser observado abaixo:

Quando a gente tem o CNPJ, os fiscais vêm. Aí eles chegam, seu “CNPJ foi sorteado. Eu vou fazer uma revista na tua empresa”. Aí chega aqui, “olha, isso aqui está errado, isso aqui está errado”. Mas eu já sei, e eu tenho que me adequar. (EC15)

Aí, é como diz, a formalidade foi mais por esse problema da fiscalização. De vez em quando vinha, pegava o pessoal por aí. Eu digo, está pegando o pessoal e está metendo o cacete, vão meter em mim também. Então vou me formalizar pra evitar esse contratempo. (EC11)

**Pesquisadora: E tu acha que quem continua trabalhando de maneira informal atrapalha?** Atrapalha, eu sei que ele precisa ganhar o dinheiro dele, precisa de ganhar o pão dele, eu fui informal, eu sei disso, eu também comecei informal, mas só que eu conheço pessoas que já têm mais tempo do que eu no mercado e é informal, e não vai sair disso. (EC13)

Hoje em dia estão apertando muito. E inclusive em Caruaru, muita gente não está aguentando mais tanta pressão, e estão procurando outras cidades menores para colocar as suas peças para a pessoa fazer informal. Porque é justamente por isso, porque é muita dor de cabeça, muita coisa.  
**Pesquisadora: Abrir facções, né? Como uma forma de levar emprego?** É, facções. Para o interior. Sendo que não é totalmente 100% legalizado. (EC6).

Dentre os principais pontos negativos da formalização fiscal estão a concorrência desleal do informal; os impostos; a fiscalização do Ministério do Trabalho, considerada uma fiscalização injusta uma vez que os informais não são fiscalizados e não precisam adequar às instalações, por exemplo; e a denúncia de funcionários que pediram para não se registrar e depois acabam acionando a justiça. Averiguamos que pontos negativos da formalização estão em consonância com os motivos indicados pelos entrevistados para a “necessidade” de subcontratar *facções* informais. Quando perguntado sobre os motivos da utilização de subcontratação, tanto

do trabalho em domicílio como em pequenas oficinas (*facções* e *fabricos*) informais, os empreendedores confeccionistas afirmaram que o fazem pela necessidade de driblar a concorrência dos confeccionistas informais (confeccionistas de fundo de quintal) e também a concorrência dos produtos chineses. Esses dois motivos foram relatados por todos os entrevistados, sem exceção. Também é muito presente a concepção de que funcionário dentro da fábrica é “*dor de cabeça*”, é “*muito caro*”, o funcionário “*só quer tirar proveito do seguro desemprego*”, é “*aproveitador*” porque aprende a costurar e depois pede para sair do emprego e vai fazer *facção* em casa, e os funcionários “*só têm direitos*”.

Analisando esse discurso percebemos que os empresários confeccionistas, apesar de quase todos terem iniciado em um “fundo de quintal”, como costumam definir, e já terem sido feirantes ou funcionários de alguma fábrica, *fabrico* ou *facção*, quando na posição de empresários introjetam o discurso capitalista, o discurso de empresário, e usam o discurso “modernizado” quando lhes convêm. Olhamos para essa situação, portanto, a partir da perspectiva desenvolvida por Richard Sennett (1999), quando o autor afirma sobre a “corrosão do caráter” pelo capitalismo flexível e que esse estaria redefinindo a própria existência humana, ensejando a perda de valor e de sentido na relação entre os próprios homens. A perda da lealdade, compromisso e ajuda mútua, valores referidos pelos próprios confeccionistas quando lembraram o início de sua trajetória de trabalho na confecção. No momento em que se descolam e se diferenciam dos confeccionistas menores, no momento em que são empresários, administradores e que têm uma “empresa”, são compelidos a manter e promover o trabalho informal e precário. A palavra de ordem é a concorrência.

A rotatividade da mão de obra, também justifica a subcontratação, e está associada à representação de que os trabalhadores têm muitos direitos e poucos deveres. Esse maniqueísmo foi relacionado, por diversas vezes à necessidade de subcontratação. EC13, EC5 e EC11, quando estimulados a falar sobre mão de obra para a indústria de confecção em Caruaru, nos contam que:

É porque assim, têm esses benefícios do Governo Federal como seguro-desemprego e a gente sofre muito com isso. Depois de 6 meses o funcionário começa a faltar, começa a segurar a produção, entendeu? Então a única alternativa é demitir. Infelizmente o direito é mais para o funcionário do que para o empregador. (EC13)

Está bem difícil de conseguir costureira que tenha experiência. E tem rotatividade também porque tem pessoas que, quando eles têm direito a



seguro desemprego, eles começam a dificultar para você botar para fora, porque eles recebem o seguro desemprego, e já vai trabalhar em outro canto, em um fundo de quintal. (EC5)

Associamos essas representações ao mito de que os benefícios sociais governamentais dificultam a formalização do emprego, uma vez que as pessoas que trabalham com carteira assinada não perdem, necessariamente, os benefícios. O critério utilizado pelo Governo Federal não é apenas a declaração do vínculo formal de trabalho, mas uma análise que leva conta a renda familiar *per capita*. É muito provável que os próprios trabalhadores também desconheçam esse tipo de informação, porém, valem-se da regra de que, na dúvida, não se assina a carteira e, como destacado acima, os confeccionistas preferem assumir os riscos.

Para além da culpabilização dos trabalhadores pela falta de qualidade da mão de obra, da ausência de comprometimento, de pessoas que não “*vestem a camiseta*”, “*que não abraçam a causa da indústria*” e também da grande oferta de postos de trabalho, tanto formais como informais, os confeccionistas afirmam subcontratar como forma de intensificar e otimizar a produção. Primeiro, por que é uma maneira de reduzir os problemas e, segundo, pela potencialização do processo produtivo. Externalizar a produção significa externalizar os problemas, conforme EC2 e EC3:

A concentração de funcionário é menor, então a concentração dos problemas também é menor, então automaticamente isso é o que traz o nosso resultado. É a diminuição da quantidade de mão de obra. (EC3)

Porque era muita gente, era muita coisa para se resolver, os problemas concentrados em um lugar só. E não tinha também espaço para eu crescer, porque eu precisava tirar essa mão-de-obra, colocar externa, separar essas pessoas por grupo para facilitar o trabalho, porque imagina uma quantidade de pessoas desse tipo aqui, uma costureira está se sentindo mal, a fábrica toda se envolve, aí para tudo, é fofo, aí não era viável. (EC2)

A literatura tem demonstrado ALVES (2009); HARVEY, (2012); LEITE & ARAÚJO (2009); LIMA, (2007) que a reestruturação econômica ocorrida nas últimas décadas alterou profundamente a geografia industrial do planeta, a produção industrial deslocou-se em busca de menores custos. O mesmo ocorre neste aglomerado produtivo, à medida que, como vimos, as pequenas, médias e grandes indústrias de Caruaru recorrem a externalização, tanto em outros municípios da região Agreste como nas áreas rurais, como estratégia de diminuição de custos.

#### **4.5 Percepções a respeito da atuação do Estado e dos atores institucionais no incentivo à formalização e às atividades produtivas e comerciais**

Tratando do processo de formalização fiscal dos empreendimentos industriais, destacamos que, conforme a perspectiva dos confeccionistas, os atores institucionais exerceram pouca ou quase nenhuma influência para a decisão de registro do negócio, como também pouco orientaram ou acompanharam o desenvolvimento do mesmo. O SEBRAE é o ator coletivo mais referido, justamente por ser associado à falta de diálogo com os confeccionistas. Alguns afirmam que procuraram o órgão e acharam a consultoria onerosa demais, outros que procuraram o serviço e não obtiveram a atenção que esperavam, e outros que receberam a consultoria, mas depois voltaram a produzir à sua maneira.

É possível relacionar essa falta de diálogo ou esse sentimento de que as organizações do “Sistema S” não contribuem para o desenvolvimento da confecção em Caruaru e também de seu negócio, em particular, para aqueles que tiveram algum tipo de consultoria, porque, tanto a estrutura produtiva como a concepção de negócio desses empresários, estão baseadas na ideia de que é preciso “*dar produção*”, expressão corriqueira usada para referir a lógica de produzir rápido e em grande quantidade. O mesmo tratamento se estende aos trabalhadores, se ele não é capaz de “*dar produção*”, logo é desligado.

Com relação a esta crítica generalizada sobre a qualidade da mão de obra local, os estudos já realizados, a respeito das políticas de qualificação profissional para o PCPA, indicam que, embora as instituições de ensino que hoje estão em Caruaru ofereçam cursos que foram demandados pelos empresários e instituições locais, a grade curricular e o formato do curso não levaram em consideração as características da forma de produção da região. Os estudos de Pereira Neto (2011, 2012) a respeito da atuação do SENAI e de Eufrásio (2013) a respeito do Pro-Jovem Urbano, em Caruaru, indicam que a atuação dessas instituições e seus métodos de ensino não estão voltados para as necessidades do contexto local.

Está claro, portanto, que apesar dos esforços da ACIC e do SEBRAE, principalmente, em desenvolver ações para melhorar a imagem da confecção do Agreste, as quais visam a converter o “aglomerado produtivo” em um “Polo de confecções e de Moda”, a cultura de trabalho local impõe resistências. A passagem destacada abaixo, da conversa com AI3, ilustra a lógica arraigada:

Por exemplo, tem gente aqui que faz uma peça do começo ao fim para ganhar R\$1. Digamos que a peça vai custar R\$4,00, mais o R\$1,00 que ele vai lucrar, ela vai valer R\$5,00. Mas ele vai fazer o que, 1.000 peças na semana, se ele conseguir vender tudo, que nem sempre consegue, ele vai ganhar R\$ 1.000,00. Onde que ele vai ganhar mil por semana? Em canto nenhum, não é verdade? Por isso que muitas pessoas aqui conseguem melhorar de vida. Porque veja, se você ganhar R\$1.000,00 por semana no final do mês você ganha R\$ 4.000,00 e pra ganhar esse valor tem que ser uma pessoa formada, peão não ganha essas coisas não. (AI3)

A formalização do negócio, portanto, não se torna necessária quando a comercialização visa às Feiras da *Sulanca*. E quando nos referimos à feira isso não significa que as mercadorias sejam consumidas pela população e pelos lojistas das redondezas. Via comercialização na feira é possível fazer comércio com lojistas de toda região Nordeste e Norte, principalmente. A cada dia se torna mais forte a figura do representante de loja. Não é o representante comercial, que representa algumas marcas ou produtos específicos, é o representante das lojas as quais irão vender os produtos da *Sulanca*, e isso parece ser algo muito particular do PCAP. Esse representante, em vez de ir até a feira e circular de loja em loja, de banca em banca, ele monta um escritório e recebe os confeccionistas que querem vender para as lojas que ele representa. É uma espécie de comprador avançado de algumas lojas o qual tem como característica comprar em grande quantidade as mercadorias que serão revendidas em lojas populares. Esse “representante de loja” foi mencionado em várias entrevistas, com os confeccionistas e com os atores institucionais.

Na conversa com o gestor do projeto de confecções do SEBRAE, nosso AI4, a questão da relação entre produção formal e informal aparece. Quando questionamos se esse “representante de loja” compraria, necessariamente, dos formais, ele destaca que: *“Não necessariamente. Ele mesmo, quando compra sem nota, providencia a nota, ele faz todo arcabouço jurídico legal para a mercadoria chegar ao destino”*.

Esse mesmo canal de escoamento da produção informal foi destacado por AI1, que nos contou acerca de sua viagem à Bahia em outubro de 2013:

Olha, eu cheguei em Vitória da Conquista em outubro e eu voltei de lá pálido, tem uma rede de lojas, não é uma não, são várias, tudo é R\$10,00. Se você vê a mercadoria, é camisa, calça, short, bermuda, blusa feminina, short feminino, sapato, bolsa, tudo R\$10,00 E a grande maioria de onde é? Daqui! Aí, eu fiz contato como o cara lá, vim aqui no escritório dele, ele tem 10 compradores aqui, que pegam os carros e saem pelos sítios comprando, compra peça de até R\$7,00. Ele tem 3 carretas carregando mercadoria pra Vitória da Conquista, agora não é só Vitória da Conquista não, é em Brumado, Ilhéus, Itabuna. O Sul da Bahia todo, ali ele comanda, entendeu? E é

R\$10,00, você vê a mercadoria, você não acredita num negócio desse, vale bem mais, de boa qualidade, e sai daqui, entendeu? Ele tem simplesmente 40 lojas. (A11)

Embora neste item estejamos analisando as percepções a respeito da atuação dos atores institucionais por parte dos confeccionistas, as falas dos próprios atores institucionais nos ajudam a entender que, por mais que esses atores tenham ações proativas e de intervenção para formalizar os negócios e trabalhar junto aos confeccionistas para melhorar o produto, existe resistência, na medida em que facilmente conseguem vender sua produção, seja ela formal ou informal. E, no caso desses “representantes de loja”, só interessa comprar daqueles que têm capacidade de grande produção, por isso é necessário “*dar produção*”.

Sublinhamos que os confeccionistas mais articulados, os que participam de associações como a ACIC (total de cinco confeccionistas: EC9, EC10, EC12, EC13 e EC15) e do Sindicato dos Lojistas de Caruaru – Sindilojas, apenas dois (EC3 e EC5) atribuem alguma importância ao SEBRAE, SENAI e à própria ACIC. Mas todos, sem exceção, afirmam que é o conhecimento prático de uma trajetória iniciada desde muito cedo, ainda crianças, tanto com a comercialização como com a produção de confecções, que os fizeram crescer, estruturar o negócio e tornarem-se empreendedores. Em última análise os confeccionistas afirmam que o *fabrico* se tornou uma fábrica pela ação e perseverança pessoal e familiar.

Dentre os atores institucionais, o Estado aparece como um agente atuante e influente para as decisões de formalização do negócio, por meio da ação fiscalizadora e da sua possível ação repressora e punitiva. Já no caso da indústria de lavanderias<sup>52</sup>, a presença do Estado regulador é muito mais incisiva e atuante. Desde 2012, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, a Agência Estadual de Meio Ambiente-CPRH, e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município, vêm reunindo-se com empresários do setor, e os representantes das lavanderias através da ALC, e aplicando Termos de Ajuste de Conduta-TAC. É sabido que a degradação ambiental provocada pelos resíduos da lavagem do jeans é extremamente danosa para o meio ambiente, inclusive o uso irrestrito de água, que já é escassa na região. Além dos danos ambientais, e da não reutilização da água, as caldeiras representam outra

---

<sup>52</sup> No Apêndice 6 - Registros fotográfico, a Fotografia 7, ilustra o ambiente de trabalho e a infraestrutura das empresas de lavanderia de Caruaru (as mais estruturadas), e indica uma das tecnologias usadas no beneficiamento do jeans. Também é possível observar que a força de trabalho, nas lavanderias, é predominantemente masculina.

preocupação. Uma caldeira é o “coração” da lavanderia, aquece a água utilizada tanto para lavar como para secar e, através do vapor, é usada para passar ferro nas roupas. Funcionam quase 24h ao dia, despejando gases poluentes no ar. Além disso, a periculosidade também está no fato de as lavanderias estarem instaladas em áreas residenciais. Um dos bairros com maior concentração de lavanderias é o Salgado, e muitas pessoas se referem a este bairro como uma “*panela de pressão*”.

Existe uma relação de interdependência entre lavanderias, empresas de confecções que fabricam roupas em jeans, e as *façõ*es. Diferentemente da indústria de confecção, o processo de formalização e adequação da indústria de lavanderias está ocorrendo via atuação do Estado. Nesse processo, muitas se adequam, outras “fogem” para a área rural, e outras fecham as portas. As palavras do presidente da ALC ilustram esse processo:

Nós fomos convidados pela promotoria para fazer um trabalho de adequação. **Pesquisadora: E o senhor acha que foi bom fazer esse acordo?** Financeiramente é ruim, mas independentemente de ser ruim, é o correto. E a criação da associação foi exatamente a partir dessa cobrança da promotoria. Nós não tínhamos noção do que é lei ambiental. Eles pegam muito forte em cima de lavanderia. Tanto é que nós tínhamos na nossa região quase o dobro de lavanderia que temos hoje. Tínhamos de cento e vinte a cento e cinquenta lavanderias, hoje nós temos sessenta ou setenta lavanderias. Mas, algumas não são associadas, porque são nas zonas rurais. (A13)

No caso das lavanderias, existe um tempo para adequação das recomendações do TAC. Os empresários podem optar em permanecer onde estão, porém se adequando a todas as normas exigidas, ou mudar para o Distrito Industrial Têxtil<sup>53</sup>, que corresponde a uma nova área, o Módulo III do Distrito Industrial do município. Por enquanto será um espaço específico para as lavanderias, visando a conformar o futuro Polo de Desenvolvimento Sustentável do Agreste (PDSA) de Caruaru.

Como já destacamos, os confeccionistas observam a atuação do Estado por apenas uma via: atuando, mas no sentido de fiscalizar e punir. Quando estimulados a

---

<sup>53</sup> Sobre o Projeto do Distrito Têxtil, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município informa que “o pré-projeto do Distrito Têxtil, onde ficam os terrenos a serem doados para instalação das empresas, já está pronto”. O espaço conta com 35 hectares. “As empresas que escolheram ir para o Distrito, assim como as instituições responsáveis pela distribuição dos insumos e pela infraestrutura para funcionamento das lavanderias, estarão em constante diálogo com o Poder Público”. Essa notícia foi publicada no mês de maio de 2015. Fonte: <http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2015/04/lavanderias-de-caruaru-devem-inovar-tecnologicamente-para-evitar-poluicao.html>. Acesso em 12.12.2015

comentar a pergunta: *“Como o senhor ou a senhora vê a relação das esferas do governo, por exemplo, o municipal, estadual ou federal, no que diz respeito aos incentivos à produção, aos confeccionistas, aos empresários da região de Caruaru?”*, todos os confeccionistas enfatizaram a falta de diálogo das três esferas governamentais com a indústria local de confecções, contudo, àqueles que estão ligados a alguma associação, como ACIC ou Sindilojas, amenizaram as críticas enfatizando que existe incentivo por parte do governo estadual e devido à união da própria associação de classe. EC15, EC10 e EC9, ambos associados à ACIC, referiram-se ao mesmo tipo de incentivo, conseguido via governo estadual: *“Em relação ao imposto, tem só o de fronteira, o governo do estado de Pernambuco baixou para as cidades aqui, Caruaru, Toritama, Santa Cruz. Mercadoria que vende em outro estado é para se pagar, em média de 10%, aí a gente paga 4,5”*. (EC10)

A EC2, dona da maior indústria de confecções de Caruaru e uma das maiores do PCAP, foi a única que, para além de apontar a falta de incentivo e queixar-se da baixa qualificação da mão de obra, afirmou que o problema é, antes de tudo, político. Por isso, afirma não participar das associações locais, embora seja associada:

Incentivo? Não, não. Veja bem, nós crescemos aqui de uma certa forma, na raça mesmo. **Pesquisadora: A senhora participa da ACIC, ou outras associações daqui?** Participo, mas olha, é grave. Eu não quero falar. Mas isso não adianta cobrar, não adianta reclamar, porque o problema é político. (EC2)

EC14, confeccionista que percebemos como não relacionado a nenhum grupo político nem frequentador das associações de classe, faz uma importante observação. Assim como todos aqueles trabalhadores, sejam confeccionistas, feirantes, trabalhadores independentes, todos aqueles que vivem de alguma forma da Feira da *Sulanca* e da confecção, afirma que tudo isso foi erguido e construído pelo povo. Contudo, a riqueza da confecção só interessa na hora das pessoas se promoverem politicamente em cima da imagem dela: *“Veja só, os governantes falam: É o Polo de Confecção do Agreste! Caruaru, Toritama e Santa Cruz. Eles só querem isso pra fazer propaganda política, porque pra ajudar a gente, eles não ajudam em nada, não”* (EC14).

As representações acerca da relação entre confeccionistas e poder público, aliadas às entrevistas com os atores institucionais, nos permitem apontar que existe uma clara divisão, uma disputa de mercado, entre os confeccionistas considerados

como *sulanqueiros* e os que estão no *status* de empresários da confecção. Com base nisso, é possível afirmar que estamos acompanhando um processo de consolidação das empresas e das marcas locais, que procuram afastar-se da economia informal, ao mesmo tempo em que se beneficiam dela, e um processo de manutenção da atividade produtiva informal alimentada por uma complexa rede de comercialização (representante de loja e *sacoleiros*, por exemplo).

Nesse processo, os empreendedores confeccionistas reivindicam o monopólio da atividade. Como vimos, nem todos estão alinhados com o poder público local ou com as associações, mas, a despeito disto, todos valem-se de sua legalidade, leia-se, formalidade, para denunciar a concorrência injusta (a produção informal).

Como já adiantamos no capítulo três, alguns atores institucionais, a exemplo do SEBRAE, estão em sintonia e galvanizam essa disputa pela distinção em função da valorização da marca e monopólio da produção. Tanto AI5 como AI4 destacaram que a preocupação maior da instituição é fortalecer as marcas que representam a qualidade das roupas do Polo e não da *Sulanca*. Conforme os gestores, a concorrência gerada pelo desejo que todos têm de serem donos da própria marca, serem donos do próprio negócio, gera um volume de fracionamento gigantesco e, futuramente, a maioria dessas unidades não vai conseguir se manter vendendo diretamente para o mercado. Uma estratégia necessária seria capacitar os empresários e a mão de obra para entrar no que denominaram de “encadeamento produtivo”, conectar os pequenos aos grandes.

A ação do SEBRAE que melhor representa essa concepção (os pequenos negócios não sobreviveram como produtores independentes) é a Rodada de Negócios<sup>54</sup>, promovida em parceria com a ACIC. Pelas entrevistas compreendemos que a instituição escolhe investir em alguns empreendimentos informais, mas essa escolha já é pautada por se vislumbrar no escolhido um potencial de desenvolvimento e integração com a dinâmica formal e capitalista propriamente dita. Isso pode ser afirmado pelo fato de que a entidade não presta assistência técnica a qualquer

---

<sup>54</sup> A *Rodada de Negócios da Moda Pernambucana* faz parte de uma série de ações da ACIC Caruaru, Sebrae Caruaru e Sebrae de Recife visando a divulgar os negócios da região. Até 2014 tinham sido realizadas 19 edições da rodada, que acontece semestralmente. O *Agrete Tex* é uma feira anual de máquinas, serviços e tecnologias para a indústria têxtil, realizada, desde 2013, também em parceria com a ACIC-Caruaru. Já o *Caruaru Fashion Day* é uma realização ACIC, SEBRAE e SENAC-Caruaru para exibir a produção local. Através das passarelas e dos desfiles a moda feita pelas marcas de Caruaru fica em evidência. O principal objetivo de todos esses eventos é mostrar que a moda pernambucana segue tendências universais, tem qualidade, e que está direcionada aos consumidores de todo o Brasil.

empreendimento informal, apenas aos que já estão mais estruturados, organizados e, por isso mesmo, denominados de “Empresas Espelho”. AI4 explica a estratégia, desenvolvida em Caruaru desde 2002: “O que a gente chama de “*empresa de espelho*” são as empresas digamos assim, mais estruturadas ou aquelas cujos empresários estão com uma visão maior. Porque aí a gente consegue trabalhar com eles”. (AI4)

Além de vislumbrar no confeccionista uma real capacidade empreendedora, que será lapidada com a consultoria, e depois de ter passado pela formalização fiscal, o negócio precisa ter capacidade produtiva, estoque e capacidade de organização financeira, isto é, uma estrutura que dê segurança para sua marca participar da Rodada e evitar que prejudique a imagem do Polo caso não consiga entregar o volume de mercadorias que comercializou no evento.

Em conformidade com os gestores do SEBRAE, AI1 acredita que a sustentabilidade futura do Polo vai exigir um enxugamento da quantidade de unidades produtivas que comercializam de maneira independente. O gestor lembra que grandes marcas internacionais estão produzindo na Ásia, e para evitar que as grandes marcas e redes brasileiras façam o mesmo, como já acontece, por exemplo, com uma grande empresa da região, localizada em Santa Cruz do Capibaribe, que conforme SEBRAE está produzindo na China, é preciso se associar a essas cadeias produtivas pela adaptação da indústria local. AI1 aponta que atualmente existem cerca de 150 a 200 empresas na região do Polo, “*que estão no caminho certo*”. Deixando de ser “*açougueiros de confecção*” e repensando a organização do processo produtivo e, principalmente, da comercialização. Frente a isso, fica a pergunta: qual será o lugar ocupado no futuro pelas outras 18.000 unidades produtivas?

Todas essas complexas relações nos possibilitam afirmar que a contínua ampliação da informalidade nas atividades produtivas no PCAP está intimamente relacionada com a forma como o desenvolvimento capitalista chega à região, pelas mãos da iniciativa privada, e por certa dose de liberalidade fiscal, por parte do Estado. A ampla e densa pesquisa de campo também nos permite indicar que há uma importante reconfiguração do trabalho, de base informal, que ocorre na esteira da formalização da indústria. No próximo e último capítulo explorar o lado informal da cadeia de produção de confecções em Caruaru.



## 5. O “LUGAR” DOS CONFECCIONISTAS E DA PRODUÇÃO INFORMAL DE CONFECÇÕES

Este capítulo objetiva apresentar a dinâmica de funcionamento das atividades produtivas realizadas na informalidade. No capítulo anterior foi possível identificar e compreender como o setor formal da economia está vinculado e, sobretudo, enseja um conjunto de atividades informais dos mais variados tipos que conformam não só uma, mas diversas formas de cadeia para a produção de confecções em Caruaru. A análise dos informais visa a não somente encontrar o ponto de encontro dessa engrenagem que se retroalimenta (formal-informal), mas conhecer as condições de trabalho e as justificativas para permanecer ou não como trabalhador (a) informal ou à margem da regulação fiscal, no caso dos CI donos de fabricos e facções.

Além da compreensão da dinâmica de organização das atividades informais, este capítulo também objetiva apresentar um contraponto à visão dos empreendedores confeccionistas e atores institucionais, vinculados ao empresariado, acerca do desenvolvimento do PCAP, em Caruaru. Para tanto, apresentaremos o ponto de vista dos feirantes e confeccionistas informais, na voz do representante da União dos Feirantes e Sulanqueiros de Caruaru - UFESULANC.

### 5.1 As unidades produtivas informais e suas configurações: uma proposta de caracterização

Analisando os dados da pesquisa empírica, foi possível perceber certo padrão de organização das unidades produtivas informais. Para a primeira divisão tomamos por base a definição dos sujeitos de pesquisa acerca de seu negócio: se é um *fabrico* ou uma *facção*. Os sujeitos informaram que tal distinção se dá pelo fato do *fabrico* ter sua própria marca e também ser o responsável, senão por toda, pelo menos por uma parte da comercialização da produção. A *facção* caracteriza-se pela prestação de serviços. Essa distinção é basicamente a mesma usada pelos EC para a definição de seu negócio. Num segundo momento, percebemos que, independentemente do tipo de unidade produtiva, a externalização de alguns processos de trabalho também ocorre, mas, com uma frequência bem menor entre aqueles que a partir do domicílio

fazem facção.

Posta essa configuração e nos colocando a pergunta “como as unidades produtivas informais organizam o processo produtivo?”, e tendo como fio condutor as formas de contratação de mão de obra, classificamos os confeccionistas informais em quatro tipos: Tipo 1: confeccionistas com funcionários; Tipo 2: confeccionistas que subcontratam facções em domicílio; Tipo 3: faccionistas em domicílio; Tipo 4: Lojista “cliente fixo” dos confeccionistas informais. A partir dessa classificação, conheceremos quais confeccionistas a representam; apresentaremos um pouco da história de vida e trabalho, como chegou a atual configuração, e como está organizado o processo produtivo. Para cada “tipo” foram elaborados dois Quadros<sup>55</sup>: um que apresenta as características do negócio e outro que identifica o tipo de mercadoria produzida e as formas de comercialização

Abaixo algumas informações que traçam o perfil das confeccionistas (todas são mulheres, embora a CI6 trabalhe em parceria com seu marido).

**Quadro 8 - Perfil das confeccionistas informais**

	<b>Tempo de trabalho com confecção (em anos)</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Nº filhos</b>	<b>Definição do negócio</b>
<b>CI1</b>	33	47	Fundamental Incompleto	Casada	3	Facção
<b>CI2</b>	25	47	Médio	Casada	2	Ex-fabricante. Atualmente é lojista
<b>CI3</b>	21	36	Fundamental	Casada	3	Facção
<b>CI4</b>	14	46	Médio	Divorciada	2	Fabrico
<b>CI5</b>	10	36	Fundamental Incompleto	Casada	1	Fabrico
<b>CI6</b>	10	44	Médio	Casada	2	Facção
<b>CI7</b>	8	48	Fundamental Incompleto	Casada	2	Facção
<b>CI8</b>	3	22	Fundamental	Casada	-	Fabrico
<b>CI9</b>	2	52	Médio	Casada	3	Fabrico
<b>CI10</b>	1	23	Fundamental Incompleto	Casada	1	Facção

Fonte: Entrevistas semiestruturadas. Elaboração própria

<sup>55</sup> Os Quadros permitem a visualização conforme os “tipos de unidades produtivas informais” de duas dimensões de análise desenvolvidas ao longo do texto: a) Organização do processo produtivo e das relações de trabalho; b) Características da mercadoria e formas de comercialização. Os Quadro dos informais estão no **Apêndice 5** (Quadros 14 a 19).

### 5.1.1 Tipo 1: confeccionistas com funcionários

As confeccionistas nessa classificação caracterizam-se pelo fato de terem trabalhadores e/ou trabalhadoras que são como “funcionários” dentro dos fabricos e facções. Nesta categoria temos duas confeccionistas: CI1 e CI3.

A CI3 tem 36 anos, abandonou os estudos após acabar o ensino fundamental, é casada e tem três filhos. Diferentemente das outras confeccionistas informais, ela tem a peculiaridade de ter uma história de trabalho sempre voltada para confecção, mas com vínculos de trabalho que se alteram entre o trabalho informal e o formal com carteira assinada dentro de uma das maiores fábricas de confecção de Caruaru. Atualmente, retornou para a informalidade para ser dona do próprio negócio.

Aos 14 anos, em 1993, começou a trabalhar como costureira no fabrico montado pela nossa EC2, e para quem trabalhou por 15 anos:

O meu cunhado, a irmã dele já tinha uma fábrica em Salvador. Ai através do meu cunhado ela trouxe essa fábrica para lá, para onde eu moro. Lá em Serrote dos Bois. E eu fiquei muito curiosa e aquele monte de maquinário diferente, que eu nunca tinha visto, já eram máquinas industriais mesmo. (CI3)

Ficou em torno de um ano trabalhando informalmente e quando a fábrica maior foi construída (já na área urbana de Caruaru), nossa entrevistada passou a trabalhar dentro da indústria, com vínculo de trabalho registrado em carteira. A partir disso foi desenvolvendo uma carreira dentro da indústria, assumindo postos de gerência e controle de produção. Contudo, relatou que era uma rotina demasiadamente cansativa, pois era obrigada a cobrar dos funcionários produtividade. A pressão para atingir a meta do dia a deixava constrangida e estava constantemente infeliz e estressada. Seu esposo também trabalhava na mesma fábrica e decidiram, então, sair para tornarem-se donos de seu próprio negócio.

Há sete anos eles têm sua própria facção, na zonal rural de Caruaru, na mesma estrutura onde EC2 havia iniciado sua fábrica, no princípio da década de 1990. Quando estimulada a falar sobre seu empreendimento, relatou: “*Ele saiu primeiro, depois eu saí e aí eu comecei em casa, na minha casa mesmo, aí depois foi crescendo, fui adquirindo mais maquinário e hoje eu tenho dez pessoas*” (CI3).

Nossa informante faz facção, atualmente, para dois fornecedores, mas até três

anos atrás trabalhou exclusivamente para apenas um destes fornecedores, o fornecedor fixo. Afirma que procurou mais trabalho e quebrou a exclusividade porque a produção estava cada vez menor. Sobre a relação com os fornecedores e características do fabrico, ela nos explica que:

Eu tenho dois fornecedores. É assim, eles trazem uma peça e ela já vem pronta, eles me fornecem linha, eles me fornecem todo o material, zíper, entendeu. **Pesquisadora: Tu entra com o quê?** Com o maquinário e a mão de obra. **Pesquisadora: E a manutenção, luz, etc., tudo isso?** Sim, e o salário das pessoas que trabalham comigo. Então eu agrego aquele valor na peça. **Pesquisadora: E qual é o volume de peças que tu produz?** Olha, o modelo que eu trabalho é um modelo mais complicado. É bermuda para homem, masculina, então a gente, quando é assim, quatro abas, quatro bolsos, uma média de 600 peças por semana, que a gente produz. **Pesquisadora: E como que é a questão do valor do serviço, o fornecedor que bota preço?** É, eu monto a peça e vejo a dificuldade da peça porque primeiro como eu sei fazer, sei costurar em todas as máquinas, então primeiro eu monto a peça todinha. Então aí eu vejo o tempo, porque tem peças que valem até mais, só que eles não pagam se você pedir. Hoje para fazer esse tipo de mercadoria eu cobro entre R\$4,80 e R\$5,00. **Pesquisadora: Mas tu sugere um valor?** É, sugiro, 'dá para fazer por tanto', às vezes cai um pouquinho porque também eles me fornecem linha, que linha é muito cara. **Pesquisadora: E tu disseste que está com dois porque um só fornecedor não estava repassando muito trabalho pra ti ?** É isso. Porque você sabe que quem depende de feira tem semana que a feira é boa, tem semana que a feira não é, entendeu. Aí como também ele tem a fábrica dele, a marca dele, é uma empresa conhecida, eu sou uma adicional, uma prestadora de serviço, então é claro que ele vai primeiro colocar o serviço para a empresa dele, depois é que ele vai fornecer para a minha. **Pesquisadora: E as pessoas que trabalham para ti, é relação informal?** É, relação informal, mas pago um salário normal. **Pesquisadora: Paga um valor, o salário é baseado em que?** O salário de costureira. Como eu não deposito FGTS, eles ganham o salário total, R\$835,00, mas se você desconta 8% vai dar 700 e alguma coisa, então eles ganham um salário e eles já têm consciência, recibo, eles assinam quando recebe aquele valor bruto, mas assim ainda não consegui formalizar, por conta da nossa região que ainda não agregou valor ao produto. E as fábricas maiores, elas já procuram essas facções para aumentar a produção deles, para não pagar tanto imposto. (CI3)

CI3, como já evidenciado, faz facção para dois fornecedores. Um deles é um estabelecido empreendedor confeccionista, o qual participa das rodadas de negócio promovidas pela ACIC e SEBRAE, e essa relação contratual verbal já dura sete anos. Recentemente começou a costurar para um “fabricante sem fábrica”:

Presto serviço para a empresa X. **Pesquisadora: Não conheço, mas já ouvi falar.** É aqui da COHAB 2. E presto serviço a um menino, marca Y, ele leva essa mercadoria para Belém do Pará. **Pesquisadora: Mas ele tem fábrica também?** Não. **Pesquisadora: A gente já viu vários casos da pessoa que não tem fábrica, ele só tem uma marca:** Pronto, é assim, só tem várias facções. A marca X não, ela tem uma fábrica, é indústria mesmo. (CI3)

Por meio das entrevistas com os confeccionistas informais é possível identificar como se concretiza a cadeia de produção de confecções através da subcontratação em bases informais. A conversa com essas confeccionistas nos permite encontrar, de fato, os elos que, num primeiro olhar, são invisíveis. O empresário da marca referida pela CI3 não foi nosso entrevistado, mas ele reproduz o padrão de subcontratação relatado, embora sem muitos detalhes, pelos confeccionistas formais com quem conversamos. CI3 também informou em quais locais nossa EC2 tem facções, embora a empresária as denomine de “células de produção”. Quando conversávamos sobre a localidade onde CI3 mora, o assunto veio à tona:

**Pesquisadora: E tem muito fabrico lá, facção?** Muito. Aliás EC2 ela tem, depois de lá dois quilômetros já é o município de São Caetano, Maniçoba, ela está com a fábrica dela lá. **Pesquisadora: Produzindo lá?** Produzindo lá. Quer dizer, é uma facção. Ela já tinha facção aqui na Vila, que onde eu moro é Vila ainda, e tem no Serrote dos Bois, que é sítio, ela tem facção no bairro Agamenon também. (CI3).

Vale destacar que a CI3 demonstra ter consciência de que as facções são usadas como forma de driblar os impostos e proporcionar o aumento dos lucros por parte daqueles que contratam esse tipo de serviço. Com isso ela consegue expor a situação desleal e também de exploração a que estão submetidos todos e todas aquelas que prestam serviço através de facções e fabricos informais. Essa e as demais entrevistas com os CI também nos permitem demonstrar o que a discussão acerca do conceito de *nova informalidade* no Brasil tem apontado: é uma informalidade que se articula com o processo produtivo desenvolvido nas atividades formais. Mas, a singularidade da realidade de Caruaru e dos demais municípios desse aglomerado produtivo, se dá pela intensificação desta relação. Os trabalhadores por conta própria, que comercializavam sua produção na feira, de maneira independente, estão migrando para o trabalho subcontratado, pois não conseguem mais competir com os confeccionistas já estabelecidos. Esses têm mercadorias de qualidade um pouco superior, com preços acessíveis justamente por acionarem a mão de obra informal.

Esse desenvolvimento desigual tende a aumentar à medida que as empresas adotam o processo de reestruturação produtiva, desconcentrando a produção. Essa flexibilização consiste em concentrar na fábrica as etapas que implicam novas tecnologias, como já apontamos no capítulo anterior.

Outro fato que dificulta para que os informais se estabeleçam e regularizem sua situação, desejo expresso por C13, é a concorrência entre os próprios confeccionistas informais. Nossa entrevistada apontou que, apesar de ter a qualidade de seu serviço reconhecida pelo fornecedor, não consegue fazer disso uma via de negociação de preços. Essa situação, como destacaremos abaixo, também contribuiu para o fortalecimento do vínculo de subordinação. C13 explica que:

Tem facções que trabalham para a mesma pessoa que eu trabalho e é um real mais barato do que eu, só que a qualidade não é a mesma da minha, até porque é pela qualidade que ele me segura com esse valor. Mas, quando eu vou pedir para aumentar preço, ele diz: - “*Consigno mais barato! Não, eu sei, sua qualidade é sem questionar*”. É sem questionar, mas ele não reconhece.

Entre os planos para o futuro está o desejo de ter sua própria marca, sua confecção. Esse desejo não é incomum entre as faccionistas. Uma recente pesquisa sobre as costureiras de facção do PCAP, realizada nas cidades de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, envolvendo 88 mulheres, também demonstrou esse dado<sup>56</sup>. Das 54 entrevistas realizadas em Caruaru, “o desejo de ter a própria confecção” apareceu como a primeira opção entre os projetos para o futuro. O sonho de C13, no entanto, é um pouco mais ambicioso. Ela deseja trabalhar como uma fabricante formalizada e poder fichar os funcionários: “**Pesquisadora: Quais são teus planos para o futuro?** Olha, o futuro eu falei, eu quero formalizar todo mundo, sonho todo dia, peço a Deus que ilumine, que eu possa ter minha própria marca” (C13). Entretanto, essa visão de trazer o negócio para a formalidade é individual, não se aplica às demais confeccionistas informais com quem conversamos, como veremos na sequência.

A C11 tem 47 anos, não concluiu o ensino fundamental e trabalha com produção de confecções há 33 anos. Suas duas filhas, de 19 e 18 anos, também trabalham na facção e seguem cursando o ensino médio, pela noite. A filha mais velha afirmou que trabalha desde os 7 anos de idade e a outra irmã desde os 11 anos. A trajetória das filhas de nossa C11 não é incomum, como já temos demonstrado. A maioria dos empreendedores confeccionistas também iniciaram suas atividades de trabalho muito cedo, assim como os confeccionistas informais. O que precisa ser destacado é que

---

<sup>56</sup> Dados provenientes de pesquisa realizada para o projeto *Diálogo Social: mulheres costurando direitos*, durante o ano de 2013 e 2014. Este projeto consiste num plano de ação desenvolvido dentro do projeto de *Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social* capitaneado pelo Dieese e desenvolvido na região do PCAP desde 2010.

os jovens de Caruaru e região, cujas famílias pertencem às classes populares, continuam reproduzindo o mesmo estilo de vida de seus genitores e familiares. Fato que não ocorre com os filhos dos empreendedores confeccionistas, que têm a oportunidade de investir nos estudos e de escolher outra profissão, inclusive por incentivo de seus pais.

A *facção* em questão fica localizada em um bairro popular e periférico, e ocupa o primeiro andar de um prédio de dois andares construído pelo sogro de CI1. Não pagam aluguel, mas também não são as proprietárias. O local é bem iluminado e arejado, porém, como de costume, as cadeiras não são apropriadas para o trabalho com costura. De todas as nossas entrevistas, essa foi a única realizada sem que o trabalho nas máquinas fosse interrompido. Também é importante destacar que o contato com essa *facção* foi proporcionado pela relação de amizade de minha aluna do IFPE com o lojista “dono” da *facção*. Acreditamos que, se não fosse por essa indicação e “autorização”, não teríamos conseguido a entrevista, tanto em função da localização quanto pelo fato de não ter nada indicando que ali existe uma *facção*; CI1 só nos deixou entrar porque fomos autorizados pelo seu fornecedor.

Como exposto no Apêndice 5 (Quadro 17), todo o trabalho de costura é feito para um mesmo cliente, denominado de fornecedor-fixo. A entrevistada já produziu para si mesma, vendia na Feira da *Sulanca* em Caruaru, mas há dez anos optou por fazer apenas *facção* e há cinco trabalha para o mesmo fornecedor. Nesse caso existe um contrato verbal de exclusividade. O diferencial é que o maquinário é da entrevistada, e com isso constatamos que “o contrato de exclusividade” não acontece apenas quando o fornecedor-fixo empresta e/ou vende suas máquinas para os *faccionista*, contudo, ainda podemos afirmar que existe certo grau de subordinação. Para atender à demanda de produção CI1 também contrata, sobre bases informais, a mão de obra de mais duas costureiras, as quais trabalham dentro da *facção*, como funcionárias. Como praxe todas recebem por produção, tanto a dona da *facção*, como as filhas e as “funcionárias”.

Na fala abaixo a confeccionista nos relata as peculiaridades desta forma de fazer *facção*:

**Pesquisadora:** - **A senhora trabalha só para um cliente?** Sim. Mas também foi o único mesmo que sempre pagou direitinho, graças a Deus. Às vezes vinham só com a metade do dinheiro. A gente não conseguia segurar costureira nenhuma porque não pagavam direitinho. Aí diziam: “*Pagou mas a gente gastou o dinheiro*”. Mas não era nada disso. Aí, graças a Deus, assim que Bruno paga, a gente automaticamente paga as meninas. E graças a Deus

está dando certo.

Com essas informações podemos confirmar a condição de vulnerabilidade e também de precariedade, que a condição de trabalhadoras informais do setor de confecção às expõe, como já evidenciado pela bibliografia (PEREIRA, 2011; LIMA, 2013; VILASBOAS, 2015). A vulnerabilidade e a precariedade rondam o trabalho das confeccionistas informais, uma vez que podem não receber pelo trabalho realizado, ficando mais difícil a cobrança judicial e gerando a situação de agarrar-se ao “menos pior”, isto é, trabalhar para aquele fornecedor que paga em dia, mas que não pagaria um valor justo por peça produzida. Entre ter sua mão de obra explorada (e estar exposta constantemente ao risco de não receber pelo trabalho) e ter, talvez, a sua mão de obra super explorada, mas ter a certeza do pagamento, verifica-se que a última opção é a “menos pior”.

Os projetos de futuro da C11 são diferentes dos da C13, apesar de ambas trabalharem com facção e terem uma situação de trabalho parecida. Em tom de resignação, C11 afirma: “*Sinceramente, parar de costurar e entregar isso aqui na mão das minhas filhas*”. Talvez essa resignação seja fruto dos 33 anos de trabalho, produzindo confecção nessas condições. As fotografias apresentadas abaixo ilustram o padro de organização do espaço de trabalho tanto dos confeccionistas informais Tipo 1 (confeccionistas com funcionários), e os Tipo 2 (confeccionistas que subcontratam facções em domicílio).





**Fotografia 5** – Espaço de trabalho dos *fabricos* e *facções*  
**Fonte:** Pesquisa empírica (Setembro a Novembro de 2014)

### 5.1.2 Tipo 2: confeccionistas que subcontratam facções em domicílio

Essas confeccionistas estão nesta categoria pelo fato de externalizarem etapas do processo de produção. A grosso modo podemos afirmar que é o informal produzindo e reproduzindo a informalidade. Nesta categoria temos quatro confeccionistas: CI4, CI5, CI8 e CI9. Como pode ser observado no Apêndice 5, (Quadros 15 e 17) estas confeccionistas informais têm a estrutura de uma microempresa, produzem a partir do domicílio e fazem uso de várias formas de trabalho informal para completar seu processo produtivo. Podem externalizar todo o processo (como também fazem os formais); contratar as facções a domicílio; subcontratar na área rural e contratar o serviço dos trabalhadores diaristas. A rede de relações de trabalho informal é complexa e, a cada dia que passa, surgem novas denominações e, sobretudo, “especialização” das atividades. Isso nos leva a questionar: o que diferencia a organização do processo produtivo deste tipo de unidade produtiva de uma fábrica, para além da questão da legalidade?

CI4 é divorciada, mãe de dois meninos e trabalha há 14 anos com costura. Dona de um fabrico em sociedade com a sua mãe, produzem moda infantil em jeans. A varanda da sua casa é seu local de produção. Esse espaço é reservado apenas ao corte e ao acabamento da peça, uma vez que todo o trabalho de costura é realizado por subcontratação em facção. Em casa, portanto, fazem o corte, o caseado, o *travete* e o “aprontamento” das peças (embolsar e separar os pedidos). Depois que voltam das facções de costura, as peças passam por outros processos: o bordado, que é feito por outra prestadora de serviços (na fábrica de sua irmã e nossa EC12), e também lavanderia (de propriedade de outra irmã, esposa de nosso AI3). Todas as costureiras faccionistas são da área rural, e o pagamento é feito por produção. Quando CI4 entrega a linha, paga R\$ 0,80 por peça, quando não entrega nada além dos cortes de tecido, esse valor sobe para R\$ 1,00. O volume de produção varia entre 1.500 e 2.000 peças por semana.

Sobre a divisão de tarefas com sua mãe, a entrevistada conta que, como não sabe costurar, fica responsável pelo acabamento final, a comercialização nas feiras da *Sulanca* e a administração geral do negócio. O contato com as faccionistas, o ato de levar e buscar mercadorias e o primar pela qualidade da costura são atos

realizados pela entrevistada e por sua mãe, uma senhora com mais de sessenta anos. Nossa entrevistada afirma que trabalha de domingo a domingo e é totalmente sem horário correto para a divisão das tarefas da casa e do negócio. Vai fazendo conforme aparece a urgência, mas afirma que prima pelos compromissos com a confecção.

Assim como a maioria das demais histórias de vida dos nossos sujeitos de pesquisa, ela iniciou no ramo da costura através da sua mãe, que sempre incentivou suas filhas a trabalharem por conta própria e nunca terem que depender de patrão nenhum. Embora tenha desenvolvido, ao longo dos anos, problemas de saúde em função do trabalho, a exemplo da insônia devido aos horários de funcionamento das feiras e pela necessidade de fazer serão, afirma que nunca se arrependeu de trabalhar com a produção de confecções, pois o seu trabalho lhe concedeu a independência financeira e um padrão de vida que lhe permite algum conforto.

Quando estimulada a falar sobre o processo de produção, expressa a concepção, comum e naturalizada na região, do tipo de relações de trabalho entre confeccionistas informais (fabricos) com as facções:

**Pesquisadora: Então, vamos falar um pouquinho lá da produção. A senhora passa para as costureiras e costureiros:** Só costureira.  
**Pesquisadora: É só mulher? E quantas têm?** Porque não é nossa. A facção é delas. Vamos dizer, você abre uma facção, você fala para mim assim: "você tem mercadoria para me entregar? Eu tenho uma facção". A responsabilidade é sua, eu não tenho nada a ver com isso. A minha responsabilidade é lhe entregar a minha mercadoria. A sua responsabilidade é de me entregar pronta. Quantas pessoas você tem, a mim não cabe. Você pode ter 5, 6, 7. Quanto mais costureiras você tiver, mais produção você vai ter, porque mais mercadoria você vai pegar. (CI4)

A história da CI4 é muito interessante, também, pela rede de relações de trabalho e cooperação entre os familiares. São três irmãs e todas trabalham com confecção, em situações diferentes, e compõem uma cadeia de etapas do processo produtivo. Uma de suas irmãs tem indústria de confecção (EC12), ambas trabalham com o mesmo tipo de mercadoria: moda infantil e infanto-juvenil em jeans. Relembramos que EC12 também subcontrata através de facções na zona rural. A outra irmã é dona de lavanderia e tivemos a oportunidade de conhecer seu estabelecimento e conversar com seu marido (AI3). Essas relações permitem uma troca de serviços, principalmente para CI4, que tem à sua disposição maquinário com mais tecnologia, serviços com mão de obra mais especializada e processos que agregam valor às mercadorias. Muito provavelmente foi esse intercâmbio, isto é, a

possibilidade de flertar com o formal e informal, sob relações de confiança, que a permitiu desenvolver seu negócio, em bases informais, de forma a se destacar.

Da mesma forma que os confeccionistas formais, CI4, quando nos contava do desenvolvimento de seu negócio, fala a respeito da subcontratação e repete: “*funcionário é dor de cabeça*”. Durante sete anos teve costureiras dentro de casa, mas a partir de 2008, assim como os formais, passou por uma reestruturação: externalizou todo o processo de costura, seguindo os passos de sua irmã (EC12):

Antes de ir para o jeans a gente tinha funcionários aqui na casa, mas funcionário dá muita dor de cabeça. Ficava tudo lá em cima e aqui ficavam as máquinas, nós tínhamos, na época, sete pessoas trabalhando aqui dentro. Mas não dá certo, porque cada cabeça pensa de uma maneira. E funcionário, principalmente funcionário no sentido de costura, dá muito trabalho. Quando foi há uns seis anos, mais ou menos, encerramos tudo que é de costura aqui, tudo, resolvemos tirar tudo daqui e iniciamos em facções. (CI4)

As facções são em cidades menores e na área rural:

**Pesquisadora: Quando a senhora fala ‘sítio’, é área rural?** É área rural. Tipo, não sei você conhece Riacho das Almas? **Pesquisadora: Só de ouvir falar.** Depois de Riacho das Almas, uns quilômetros mais na frente, tem um lugarzinho chamado Ameixas. Ameixas é município de Cumaru. Nenhuma pertence aqui a Caruaru. Riacho tem um polo de costura bem grande, também. (CI4)

Ainda é interessante destacar que a história de trabalho da CI4 confirma o movimento já apresentado por nós e que é, ao mesmo tempo, motivo de preocupação para os confeccionistas formais, embora eles não dependam diretamente da Feira da *Sulanca*: que os “invasores” se tornem estabelecidos. CI4 é forte empreendedora informal que iniciou expondo sua produção em cabides nas ruas que circundam o espaço da feira: “*De imediato a gente começou a fazer uns vestidinhos de tecido para criança. Nós não tínhamos banca, vendíamos assim, íamos para a feira e vendíamos em cabides*” (CI4). Sua mercadoria foi ganhando clientes e, com a ajuda de familiares, conseguiu se estabelecer.

A CI5 trabalha com costura há dez anos, tem 36 anos de idade e ensino fundamental incompleto. Tem um fabrico de roupas femininas, confecciona camisetas e conjuntos de dormir. No momento não tem relação com nenhuma outra fábrica ou intermediário-lojista, mas já prestou serviço de costura, através de facção, para outros fornecedores e intermediários. O fabrico é no domicílio. Ela nunca trabalhou com carteira assinada e afirma ter consciência de que, se formalizasse seu negócio, não

conseguiria ter a renda que tem hoje. Diz não se preocupar tanto com o futuro, pois está investindo na educação de seu filho, que estuda medicina na Argentina.

Recentemente CI5 deixou de prestar serviço para uma marca de Santa Catarina, um “fabricante sem fábrica”, e nos explica:

[...] eles são muito fortes em dinheiro, aí eles compraram muita malha, aí eu ia lá, pegava as malhas, trazia, cortava, montava os modelos, e vendia a eles. Vendia também um preço lá embaixo. Vendia a ele por R\$5,00. **Pesquisadora: O que era que a senhora produzia?** Era conjunto de dormir, baby doll. Aí, no final do ano passado (2013) eu aumentei R\$0,50. No que eu aumentei R\$0,50, aí eles foram e arrumaram facção e cortador.

A situação descrita expõe, novamente, a vulnerabilidade e insegurança dos informais. Como não mais se acertaram no valor do serviço, ela optou por romper a relação, contudo, para produzir essa mercadoria, precisou investir em maquinário, um investimento que ainda precisa pagar:

Pra eu fazer esse trabalho dele eu comprei uma máquina de R\$4.500,00. Porque é uma máquina de traveto. Aí essa peça dele, um elástico prendia atrás. Aí eu fazia na reta, que ficava um trabalho feio, ou eu fazia no traveto, que é, além de ficar um acabamento bonito, ficava rápido. Aí comprei. Aí está parada essa máquina agora. (CI5)

Como relatou CI5, hoje esses “fabricantes sem fábricas” optaram por realizar o corte do tecido e distribuir em facções. Ela não trabalha mais com eles, mas eles seguem produzindo para vender no Brasil os artigos de vestuário produzidos pela mão de obra informal caruaruense.

Atualmente, CI5 fabrica apenas a sua mercadoria, sua marca é *Milu*. Para dar conta das encomendas, ela repassa trabalho para mais quatro pessoas, as costureiras faccionistas a domicílio. Produz para comercializar na feira da *Sulanca* de Caruaru e também para alguns clientes fixos, que são aqueles que de fato garantem sua renda. A respeito do tipo de costura e da relação com as costureiras, conta-nos que:

**Pesquisadora: E a senhora tem dificuldade em achar costureiras?** Não....porque uma peça dessas aí, não tem o que fazer. Faz muito rápido. Quase todas as costureiras que costuram pra mim, se eu colocar, elas tiram mil peças por semana. **Pesquisadora: E essas que trabalham com a senhora trabalham só pra senhora?** Só pra mim. Porque é rápido, mas é muita peça. Aí se for pegar duas, três facções, ela não dá conta, nem de uma nem de outra. (CI5)

Entre os CI, e aqui estamos nos referindo a todos os trabalhadores e trabalhadoras informais da confecção de Caruaru, é fato que existe um acordo tácito para as relações estabelecidas, o qual tem como maior característica a flexibilidade. Os trabalhadores subcontratados, a domicílio ou nos fabricos, precisam se ajustar ao ritmo de trabalho e de produção determinado pelos seus “empregadores” e estes, por sua vez, impõem as condições e a demanda conforme o resultado das vendas e conforme o mercado. Além da característica da flexibilidade, o acordo tácito envolve a exclusividade, fato que se concretiza de maneira contraditória e, como toda relação assimétrica, prejudica o lado mais fraco. A exclusividade gera a dependência que, em períodos de baixa nas vendas, se converte em um problema individual. Vejamos:

**Pesquisadora: Como a senhora negocia com as facções? É verbal, tem algo escrito?** Não, é verbal mesmo. **Pesquisadora: É como é feita essa negociação?** Eu entrego três cortes, rende quinhentas peças. Eu volto da feira, já vou separando o dinheiro de costura. **Pesquisadora: E se chegar uma semana e a senhora não entregar?** Aí não pago nada a ela, porque ela não trabalhou. Ela trabalha por conta, porque ela faz o salário dela. (CI5)

Como projeto para o futuro, CI5 planeja parar de trabalhar assim que seu filho puder ajudá-la. Como já adiantamos, ele cursa medicina no exterior e CI5 afirma que seu ritmo de trabalho é extenuante, vira noites sem dormir, justamente para garantir a formação dele. Essa é sua maior motivação. Afirmou que não pensa em se aposentar via previdência social, e assim como as demais trabalhadoras informais, busca alternativas de garantir o futuro: *“Eu não quero pagar INSS, a não ser que eu esteja com uma firma aberta. Pobre sofre muito na época de se aposentar. Aí o que acontece? Ao invés de eu pagar INSS, eu quero investir em quê? Em casa, em terreno”*. Esse ponto de vista é compartilhado pela CI8, a qual conheceremos a partir do próximo parágrafo.

Nossa entrevistada mais jovem, CI8, tem 22 anos, ensino médio incompleto, e trabalha há três anos como confeccionista produzindo moda feminina em malha fria. Também iniciou no ramo da confecção por influência familiar, mas só depois de já ter tido uma experiência como balconista, com carteira assinada, em uma loja no centro da cidade. CI8 enfatiza que fez uma escolha racional: preferiu montar seu negócio a partir do maquinário de sua mãe (mesmo de maneira informal e sem possibilidades de fazer as contribuições previdenciárias, ou mesmo ter um CNPJ) a continuar trabalhando no comércio como assalariada, experiência que teve por três anos.

Seu fabrico fica no andar debaixo da sua casa. No salão de produção, uma televisão e um rádio para distração. As cadeiras para costura parecem desconfortáveis e o ambiente não é muito iluminado, tem pouca ventilação e as peças de tecido ficam amontoadas no chão. Produz de 4.000 a 5.000 peças por semana. Vende sua produção na Feira da *Sulanca* em Caruaru e, principalmente, para clientes fixos que, conforme a entrevistada, são os melhores compradores. Interessante ressaltar que os clientes fixos da C18 são os mesmo da C15. Um desses clientes é nossa entrevistada C12.

Para dar conta de atender aos pedidos desta clientela, nossa entrevistada externaliza sua produção para facções domiciliares (ao todo são sete facções subcontratadas). Ela nos conta que seu produto está ficando conhecido, vendendo bem e por isso não pode perder essa oportunidade. Mesmo com as facções, ela e sua mãe seguem na costura. Tratando do processo de produção nos explica que leva dois dias para realizar todo o corte e, assim que vai ficando pronto, vai mandando para as facções. Prefere fazer na facção as peças que exigem mais tipos de costura e que dão mais trabalho. Lógica inversa a dos confeccionistas formais que preferem faccionar os processos mais simples. Paga R\$ 0,50 por peça e entrega o tecido, o viés e o elástico. Sobre a dinâmica do processo de produção explica:

**Você poderia explicar como é o processo de produção da tua confecção?** Eu compro e, de acordo com os meus pedidos, eu vejo o que eu vou cortar em cima daquele tecido. Eu compro, corto, costuro e vendo. Eu faço tudo. Tudo, da parte de fabricação de uma peça, eu faço. Chega o tecido eu mesma sei estirar, eu mesma risco, eu passo a máquina para cortar tudo, porque se não passar direito, o dedo vai-se embora. Vai-se embora ligeirinho os dedos todinhos da mão. Depois já mando para a facção. (C18)

O acordo com as facções é todo verbal, *“Aí o acordo é: vou dar 2 mil peças. A questão é essa: sabe quanto 2 mil peças vai dar? Mil reais. Acabou, o seu dinheiro está aqui. O acordo é esse”*.

Sobre seus planos para o futuro, apesar de ser jovem, parece estar convicta que não é válido inscrever-se na previdência social. Deseja continuar produzindo roupas, mas assim que der poder diminuir o ritmo de trabalho. Está bem satisfeita com o que conseguiu adquirir com três anos como confeccionista, embora afirme que já tem problemas de saúde, como dores nas costas:

**Pesquisadora: Você acha que esse tempo que você passou trabalhando de maneira informal vai prejudicar alguma coisa quando você vier a querer se aposentar?** Se for ver pela forma da aposentadoria, prejudica. Só vou me aposentar com 65 anos. E quem começou a trabalhar com 16, trabalhando com confecção, já vai estar morto, acabado. Mas, para o que eu trabalho hoje, não me atrapalharia, não. Por quê? Eu consigo, de pouco em pouquinho, ter minhas coisas. Tenho minha casa, eu tenho o meu carro, tenho 22 anos, sou nova. Pelo ponto de vista, já tenho muita coisa para minha idade. Então, quanto mais eu trabalhar, mais eu vou conseguir. Eu planejo ter um terreno. Trabalho mais um pouquinho e construo uma casa, já boto para alugar. Então, o meu ponto de vista é esse: fazer a minha aposentadoria, a minha velhice com o meu trabalho, não dependendo do governo. (EC8)

Temos, portanto, que as trabalhadoras informais, a exemplo de CI8, além de se colocarem diante do trabalho na situação de “pessoa flexível”, uma vez que a produção e comercialização de confecções tem essa característica, também enaltecem o discurso da independência, enxergam-se como trabalhadoras independentes, sem de fato enxergarem os laços de subordinação e dependência.

Por fim, CI9 é a última confeccionista informal do Tipo 2. Dona de seu próprio fabrico, montado há pouco tempo no domicílio. Conta que antes de começarem a produzir, ela e seu filho fizeram uma pequena pesquisa vendo o que poderia ser feito aproveitando as habilidades do seu caçula: o desenho e o conhecimento em programas de computadores. Decidiram confeccionar roupa de criança pela facilidade em costurá-la, e seguir a tendência da estamparia do tipo sublimação. Seu filho ficou responsável por fazer a arte e adaptar uma impressora comum para imprimir sublimação. Para o início do negócio o único maquinário que precisou ser comprado foi uma prensa térmica para transferir a sublimação para as peças de roupa. Todo o processo de costura, assim como o corte, é subcontratado. Para o serviço de corte dos tecidos, pagam um cortador que atende a domicílio. A figura do “cortador em domicílio” é uma atividade que vem crescendo muito na região, pois o prestador desse tipo de serviço geralmente é empregado da indústria de Caruaru, e nos horários alternativos faz o famoso “bico”. Para os confeccionistas menores, que ainda não dispõem de todo o maquinário, é interessante, uma vez que eles só precisam ter a mesa para enfiar e cortar. Alguns confeccionistas afirmaram que ficar responsável pelo corte ou realizá-lo a domicílio é uma forma de garantir que o tecido vai render a quantidade de peças esperada. Há quase dois anos, quando começaram, confeccionavam 140 peças. Atualmente produzem 2.000 peças/semana.

As costureiras faccionistas em domicilio, que são três, recebem R\$0,50 por peça. Nossa entrevistada fez questão de frisar que o preço o qual ela paga é bem



acima do que é oferecido normalmente, por isso não tem dificuldade em encontrar costureiras. Sua mercadoria é simples de costurar, entrega a peça cortada, e a faccionista tem que responsabilizar-se pelo restante. A fala destacada abaixo ilustra a realidade das faccionistas na região do PCAP:

**Pesquisadora: E lá na facção, elas colocam o quê?** Elas colocam tudo, não dou nada, tudo é delas, agulha, tudo. Só levo a peça cortada. Diferente de Toritama ... a realidade que eu vi lá é que lá é um trabalho muito escravo. Muito, muito, muito. É assim fora do comum. **Pesquisadora: Por causa do ritmo de trabalho?** É o ritmo, a quantidade de horas, é o valor que é pago. Porque uma peça dessa minha, ela não troca linha. Pega branquinha é toda branquinha e eu pago R\$0,50. Eu cheguei lá a conversar com uma dona de facção de jeans. A peça passa por um processo de cinco máquinas e elas ganham R\$0,45, R\$0,35 em uma peça jeans. Que é mais difícil de costurar! (CI9)

Com este depoimento não só confirmamos a ideia da complexa heterogeneidade das formas de realização do trabalho informal no ramo de confecções, como percebemos que existe um gradiente de exploração do trabalho informal, percebido pelos próprios confeccionistas informais e usado como justificção para sua ação. As justificções giram em torno das seguintes ideias: “*se eu pago pouco por peça produzia, tem gente que paga bem menos*”, por isso “*eu contribuo para a geração de renda e ajuda às pessoas, os outros exploram e aproveitam-se do trabalho*”.

Além das atividades de costura e corte, CI9 contrata o serviço, dentro de sua casa, de um menino que opera a prensa de sublimação. Ele estuda à noite e faz oito horas de trabalho, de segunda a sexta. O acabamento final também é feito com auxílio de mão de obra subcontratada, além de tirar a linha ainda são colados e costurados alguns enfeites. Normalmente ela tem duas mulheres que trabalham nessa etapa do processo produtivo, sendo uma regular, que recebe semanalmente, e outra menina que recebe pelo dia que trabalha. É a figura da diarista, que apareceu em inúmeras atividades voltadas para a produção de confecções. Nessa atividade a diarista recebe R\$20,00.

### 5.1.3 Tipo 3: faccionistas em domicílio

Caracterizaremos pelo fato do trabalho ser gerado pela demanda de *fabricos* e *facções* que subcontratam a prestação de serviços e também por prestarem serviços a fábricas e lavanderias formalizadas. Ainda, os faccionistas em domicílio podem ser donos dos meios de produção ou não. Nesta categoria temos três confeccionistas: CI6, CI7, CI10. As fotografias abaixo representam o padrão de organização do espaço da residência para as atividades produtivas.



**Fotografia 6** – Espaço de trabalho das facções em domicílio  
Fonte: Pesquisa empírica (Março e Agosto de 2014)

A entrevista com C16 foi realizada com um casal, parceiros na vida e no trabalho. A esposa sempre costurou (trabalhou em firma como costureira com careira assinada), mas há dez anos faz facção em seu domicílio. Seu esposo começou a costurar junto há seis anos. Ele já havia trabalhado fichado como pintor automotivo e marceneiro, mas como estava ficando constantemente sem emprego resolveu aprender a costurar e desde então são donos da própria facção, trabalhando em casa. Produzem roupas femininas em malha fria, vestidinhos e/ou macaquinhos, o que na região é conhecido como “modinha”. Pela simplicidade em costurar, tem uma produtividade maior, mas, em contrapartida, isso se reflete no preço pago para produzir a peça: o casal ganha R\$0,40 por peça.

Atualmente trabalham (faccionam) apenas para um fornecedor. Classificamos este tipo de fornecedor como fornecedor-intermediário, uma vez que ele é quem faz a ponte entre os que fabricam e os que comercializam nas Feiras da *Sulanca*. Esse fornecedor-intermediário não tem banca/loja na feira. Ele recebe as encomendas dos feirantes e comerciantes e providencia a produção em várias facções espalhadas pela cidade de Caruaru. Geralmente são facções muito pequenas, com mão de obra familiar e localizadas nos bairros de periferia, com difícil acesso. Nosso casal entrevistado afirmou que a maioria das encomendas que seu intermediário recebe é de outros municípios e de outros Estados. Mas também tem pedidos de *sulanqueiros*.

Esse fornecedor-intermediário é o responsável pela compra do tecido e também subcontrata o corte, em outras facções, além da costura da peça. Os confeccionistas colocam a etiqueta de quem encomendou a mercadoria. O fornecedor-intermediário vende as peças a R\$ 4,00. O casal não sabe por quanto cada peça é vendida na banca/loja nas feiras e/ou lojas em outros Estados. Esse intermediário, portanto, não é o “fabricante sem fábrica” nem o “representante de loja”. É, portanto, outra “figura”, a qual ajuda a movimentar a confecção da região e também a tornar o trabalho informal ainda mais invisível.

Como as máquinas são dos nossos entrevistados (ao todo são três, uma emprestada da irmã), a manutenção é por conta própria. O fornecedor-intermediário fornece o tecido, o viés e a etiqueta. O restante, linha, energia, manutenção das máquinas, entra na conta da facção. Sobre o controle de qualidade afirmaram que o fornecedor-intermediário não confere na hora em que retira as mercadorias, porque são muitas peças. Mas eles têm que ser perfeccionistas, pois, se o cliente recebe reclamação de defeito, o fornecedor-intermediário traz a peça de volta e se isso se

tornar uma constante, eles vão estar sempre concertando as peças e deixando de ganhar por peças novas.

A C17 tem 48 anos, ensino fundamental incompleto, e tem uma facção de “tirar pelo”. Essa entrevistada representa as centenas, e talvez milhares, de domicílios em Caruaru que prestam serviço para as lavanderias “tirando pelo” (retirar os fios de linha que sobram da costura) das peças em jeans e brim. A pequena facção está concentrada na garagem da sua casa e ela conta com a ajuda de mais seis outras mulheres. Ao todo, elas tiram pelo de mais ou menos 3.000 peças semanalmente. A entrevistada relata que as demais mulheres as quais vêm à sua casa para realizar essa atividade, não têm um compromisso de horário de trabalho. Como cada uma ganha por produção, elas também podem dedicar o tempo que acharem necessário para esse compromisso. A garagem da casa de C17 é como um “ponto de encontro”: as mulheres podem optar em trabalhar ali ou levar o trabalho para casa. No dia da entrevista havia três mulheres trabalhando e, quando estávamos de saída, o transporte da lavanderia chegou para buscar as peças.

C17 relata que não sofre pressão com relação a um ritmo exagerado de trabalho, entretanto, afirma nunca tê-lo recusado. Implicitamente sabe que precisa “dar produção” para manter o vínculo. Embora o tempo de trabalho seja flexível, existe um controle rigoroso no padrão de qualidade. Ela mesma criou sua forma de identificar quem foram as pessoas que fizeram o serviço e a quantidade de peças produzidas. Na sua facção havia dois desenhos, um de uma calça e outro de uma jaqueta, nos quais se encontravam, em determinada área dos desenhos, os nomes das “funcionárias”. Isso serve para que C17 identifique na peça a pessoa a qual fez o trabalho, pois cada uma coloca um selo/adeseivo em um lugar específico, conforme o desenho. Por meio desse sistema de identificação, como nos relatou, quando há uma reclamação por um trabalho mal feito, ela saberá quem fez tal trabalho. Na entrevista com os empreendedores confeccionistas, muitos relataram que mandam para “*as mulheres que não podem trabalhar fora por causa dos filhos*” a atividade de tirar os restos de linha, pois é uma tarefa simples, não exige nenhuma qualificação. Contudo, *in loco* verificamos que, por traz de todo discurso de descompromisso, existe controle, cobrança e, sobretudo, relação de trabalho. Há oito anos a C17 vem desenvolvendo esse trabalho. A flexibilização do processo produtivo responsabiliza os trabalhadores e exige que os mesmos desenvolvam formas de controle da mão de obra, mesmo que essa atividade possa ser realizada ou pareça uma “roda de conversa”.

O depoimento destacado abaixo nos explica o funcionamento de uma facção de tirar pelo e também nos traz mais elementos para pensar a dinâmica da produção de confecções em Caruaru:

**Pesquisadora: Quer dizer que a pessoa que manda essas peças, eles não estipulam uma quantidade de peças?** Não. Se eu quiser tirar dez mil eu tiro, só se chegar assim, vamos dizer, tem um pedido pra entregar, aí chega aquele pedido, hoje tem assim, cem peças tem que sair, aí agente se organiza pra fazer aquelas cem peças. **Pesquisadora: E ele entrega semanalmente pra senhora?** Sim, semanalmente. Traz e vem buscar. O pessoal da lavanderia. **Pesquisadora – E como é que vocês fazem um acordo, o pagamento é por peça?** É por peça, R\$0,15. **Pesquisadora – E quanto tempo a senhora leva pra trabalhar em uma peça?** Tem peça que você vai de 3 minutos, 4 minutos, depende da peça [...]. Só jeans. É calça, bermuda, mas é mais calça, a gente trabalha mais com calça. **Pesquisadora – Tem uma marca?** Algumas têm e outras não têm. É várias, assim, porque é eles que colocam a marca. Lá são vários tipos de marca que botam, muitas vezes eles colocam da Mariza, mas tem a Riachuelo também. O fornecedor, ele trabalha com a Mariza, mas lá também têm várias outras empresas que eles trabalham [...]. Tudo é confeccionado aqui em Caruaru, porque aqui também tem muita lavanderia né? **Pesquisadora: Mas aqui ela vem quase finalizada?** Aqui elas já vem das facções que costuram, a lavanderia que me fornece, aí aqui a gente tira o pelo, a função da gente é só tirar o pelo dela, tirou o pelo da peça eles recolhem e lá, na lavanderia, eles vão dar, como eu já disse, o acabamento final. Aí vai colocar etiqueta, vai colocar botões, se tem outros acessórios que vai colocar é tudo lá. **Pesquisadora: A costura da calça jeans é feita em facção?** A maioria é em facção. **Pesquisadora: Dividido assim como a atividade da senhora.** É como o pelo, eles também dividem o pelo, não só tem eu que tira o pelo, parece que é quatro pessoas que fazem essa função do pelo, como a facção de costura também é em vários lugares. Tem aqui em Caruaru, tem em Santa Cruz, tem em várias cidadezinhas, no presidio tem a facção também. (C17)

Com esses relatos é possível identificar mais uma dimensão da cadeia de subcontratação do processo produtivo, que reflete a realidade de toda a região do PCAP. Aqui foi possível visualizar, mais uma vez, que grandes redes de magazine atuam na região e “entram” através da contratação dos serviços das lavanderias. Essas, por sua vez, ramificam suas atividades podendo subdividi-las em facções de corte, de costura, de bordado, de tirar pelo... enfim, por meio da parcialização de várias etapas do processo produtivo executadas através de relações de trabalho informais.

Como já temos afirmado, a subcontratação tem-se intensificado na zona rural, tanto pela ação da indústria como dos pequenos fabricos locais. A C110 é moradora do distrito rural mais afastado de Caruaru, chamado de Itaúna, e dista 50 km da cidade. Tem 23 anos e há um ano, aproximadamente, está fazendo facção. É preciso ressaltar que apenas recentemente a produção de confecções está se enraizando nessa localidade. Com isso, ampliam-se as possibilidades de trabalho para as

mulheres. Ela trabalha para um fabrico, na forma de uma facção domiciliar, e costura as roupas com o maquinário disponibilizado pela fabricante: uma overloque, a reta e a goleira. Nesse caso, ela comenta que escolheu trabalhar na sua casa para poder cuidar de seu filho, na parte da manhã. A realidade de CI10 é muito semelhante a de todas as demais faccionistas que trabalham em domicílio e prestam serviço para outras pessoas: recebe por produção, que é bastante incerta, uma vez que está diretamente associada à comercialização nas Feiras da *Sulanca*. Recebe R\$ 0,70 para costurar blusas femininas de malha, que são vendidas na feira a R\$ 10,00. Para CI10, devido à falta de oportunidades de emprego na localidade, a atividade com a costura é vista como uma excelente maneira de gerar alguma renda e não ficar tão dependente do marido. Afirma que mesmo se tivesse emprego na localidade ela teria dificuldades em ser contratada, por não ter cursado o ensino médio e pela falta de creche para deixar seu filho.

Nossos dados de pesquisa nos permitem afirmar que o trabalho em domicílio continua em constante crescimento e, como vimos, não podemos apontar como causa única o desejo, muito comum aos moradores de Caruaru e região, de se tornar dono do próprio negócio. A ocorrência do trabalho em domicílio não está apenas no caráter individual, mas em uma confluência de fatores, que perpassa a questão do desejo pessoal, a escolaridade, a qualificação profissional e a própria condição social. Em pesquisa que investiga acerca do trabalho das mulheres *faccionistas* em Minas Gerais, Pereira (2011) destaca que hoje ele “*adquiriu importante papel nas estratégias das empresas em decorrência da nova ordem econômica, das pressões impostas pela competição internacional e pela busca crescente de trabalhadores menos remunerados em diferentes regiões*” (p. 80). No cenário do PCAP, em que a tradição do trabalho com costura ocupa um espaço importante, é preciso repensar o uso da mão de obra em domicílio. É preciso olhar para o trabalho em domicílio como um tipo de trabalho o qual se integra na produção capitalista e desempenha algumas funções estratégicas, como a possibilidade de barateamento dos custos de produção.

No aglomerado produtivo do Agreste, a partir de Caruaru, é possível observar uma cadeia produtiva especializada em vários tipos de artigos de vestuário, mas que, independentemente da mercadoria, é sustentada pelas relações desregulamentadas de trabalho, sobretudo a subcontratação via trabalho em domicílio, que é acionada tanto pelos confeccionistas formais como pelos informais. A manutenção e o fortalecimento dessa cadeia também ocorrem pela ação dos ex-confeccionistas que

hoje são lojistas. A história de trabalho de nossa CI2 encerra a apresentação dos informais, e nos ajuda a compreender essa cadeia.

#### 5.1.4 Tipo 4: Lojista “cliente fixo” dos confeccionistas informais

Trouxemos esse tipo, apesar de estar representado aqui por apenas um sujeito, pois é uma história de vida e de trabalho que se apresenta como uma tendência forte na região, qual seja: o abandono da fabricação e a migração para a comercialização, mantendo, contudo, um “pé” na informalidade. Essa é uma tendência geral, para formais e informais.

A CI2 tem 47 anos, ensino médio incompleto e trabalha há 25 anos no ramo da confecção. Nunca teve carteira assinada e adquiriu um bom patrimônio com a atividade de confeccionista informal. Atualmente apenas comercializa, mas já teve fabrico dentro de sua casa, com até 18 pessoas costurando. O fabrico ficava no mesmo local onde mora hoje, uma casa de três andares no Bairro Petrópolis, considerado de alto padrão. Na época, toda sua família - marido e dois filhos -, estavam envolvidos na atividade. Seu marido também costurava e os filhos trabalhavam de maneira indireta separando, transportando e embalando os produtos. A entrevistada parou de confeccionar a mais ou menos três anos. Afirmou que mudaram de ramo porque a concorrência estava grande e por estar muito desgastada em função do trabalho com costura.

Quando gerenciava seu fabrico, afirma que trabalhava mais de dez horas por dia. Em épocas com mais movimento comercial faziam serões quase todas as noites, ultrapassando quatorze horas diárias de trabalho. A ex-confeccionista afirma que conheceu muita gente na Feira da *Sulanca*, devido às duas décadas de atuação, por isso é fácil estabelecer contatos para comprar as confecções, que revende em suas lojas no interior de Pernambuco, Alagoas, Ceará e que também são enviadas para São Paulo.

Da família de CI2 as três irmãs que antes costuravam para ela, hoje também têm lojas populares no interior dos Estados referidos. As mercadorias revendidas são todas produzidas pelos confeccionistas informais. CI2 e suas irmãs são as principais



clientes das confeccionistas 5 e 8.

As entrevistas com os confeccionistas informais, pessoas que são trabalhadoras por conta própria e/ou têm seus micros negócios, visou a conhecer a dinâmica de trabalho, da produção à comercialização, destes trabalhadores que, num primeiro momento, tomávamos como independentes. Contudo, o que encontramos são trabalhadores por conta própria subordinados às atividades da economia formal e, portanto, não tão independentes assim, com exceção de CI2, que se fortalece com a produção informal. E talvez a CI9 (que representa aqueles confeccionistas que ainda se mantêm com certa independência, pelo fato de produzirem sua mercadoria e comercializá-la na Feira da Sulanca a clientes diversos), que não tem “contrato” de exclusividade e devido a isso não tem sua produção voltada a um só cliente.

Os trabalhadores Tipo 1, só conseguem se manter porque produzem para marcas já consolidadas, para os EC's. Do Tipo 1, CI1 é a trabalhadora que está há mais tempo no ramo. Já confeccionou para si mesma e já foi uma trabalhadora independente. Afirma que desistiu por não conseguir vencer a concorrência e a instabilidade da comercialização na Feira da *Sulanca*.

As trabalhadoras do Tipo 2, CI5 e CI8, apesar de terem sua marca, só existem e conseguem se manter em função de CI2 e suas irmãs, as quais comercializam as roupas em lojas populares de alguns Estados do NE. CI4 representa aqueles que optam por manter seu negócio na informalidade, mas sabendo que isso não representa restrições para a manutenção e desenvolvimento do mesmo, pois CI4 tem vínculos com a parte formalizada da cadeia de produção, o que possibilita que seu negócio se mantenha através de acesso a crédito, compra de matéria prima, ampliação das possibilidades de comercialização, acesso a beneficiamento do jeans e melhoramento de seu produto. Inclusive, CI4 faz as contribuições previdenciárias como contribuinte individual, portanto, não é uma trabalhadora informal, mas seu negócio, como já descrevemos, não é legalizado. Situação completamente diferente de CI5 e CI8, que buscam outras formas de garantir seu futuro.

Os trabalhadores Tipo 3, faccionistas em domicílio, representam a parte mais invisível, ao mesmo tempo em que são um dos pilares de sustentação deste complexo aglomerado produtivo. Essas trabalhadoras realizam os mais diversos tipos de atividades, as quais só existem em função de um empregador, seja ele formal ou informal. O domicílio, por sua vez, também se converte em uma unidade produtiva que utiliza força de trabalho sem configurar relação de trabalho. O exemplo da CI7,

“dona” da *facção* de tirar pelo, demonstra essa configuração.

A partir da análise das atividades dos confeccionistas informais, afirmamos que as atividades de trabalho informais em Caruaru, sobretudo nos últimos dez anos, não surgem espontaneamente nos interstícios deixados pelo setor formal, como sugeriam as primeiras abordagens das décadas de 1970 e 1980, mas são incentivadas, produzidas e determinadas pelo formal e, neste sentido, elementos constituintes da economia capitalista sob bases flexíveis. No caso dos confeccionistas informais, a precariedade de sua condição laboral está associada, sobretudo, à incerteza quanto aos rendimentos. São dependentes da demanda da clientela, o que os compele a estabelecer “contratos” com fabricantes estruturados; com os “fabricantes sem fábrica”; com o “fornecedor-fixo” ou com os lojistas.

Para finalizar esta análise apresentaremos, no próximo item, as reflexões dos trabalhadores acerca do significado da informalidade e da formalidade, e as razões de desejarem continuar como empreendedores informais. Esta dimensão de análise tem como orientação que, para compreender a realidade, é preciso oportunizar o seu conhecimento por meio da experiência e do cotidiano dos trabalhadores informais. A forma como os sujeitos concebem a sua própria realidade nos fornece chaves para acessar a complexa realidade da produção de confecções em Caruaru, e sua metamorfose.

## **5.2 Por que permanecer na informalidade: escolha ou falta de opção?**

Nosso estudo indica que a opção pela atividade informal é uma decisão refletida pelos trabalhadores à medida que alguns afirmam que, pela baixa escolaridade, não conseguiriam um emprego que ofereça a renda necessária e desejada. Nesse caso, podemos vislumbrar o trabalho informal como uma escolha frente ao contexto social e a história de vida individual. Contudo, mesmo nessas situações, em que os sujeitos precisaram dar uma resposta a sua não inserção como assalariados e buscaram outra forma de sobrevivência, o trabalho por conta própria acabou se tornando permanente, dado que pode ser comprovado pelo Quadro 8 que indica o tempo de atuação das trabalhadoras informais na confecção.

Alguns estudos a respeito da motivação e escolha dos trabalhadores pela informalidade, como o de Ramos (2007) e Sasaki (2009), apontam que as razões da inserção no mercado de trabalho informal são diversas, mas se destaca a escassez de empregos formais para as pessoas de pouca instrução e os baixos salários ofertados. No caso das nossas trabalhadoras, essas questões também apareceram como motivacionais para o trabalho realizado em condições informais. Entre as justificações para seguir realizando atividades na informalidade, estão a independência financeira, por conseguir uma renda maior; a liberdade de horário e a satisfação pessoal, por não receber ordens de “patrão”; e a ideia de que trabalho com carteira assinada é “*mais compromisso*”. Outra concepção interessante e bastante referida é a possibilidade de adquirir alguns bens, que provirão o futuro.

Das dez entrevistas, CI3, CI6 e CI8 escolheram a informalidade quando optaram por abandonar o emprego com carteira assinada. Lembrando que, no caso de CI6, seu marido também seguiu os mesmos passos e juntou-se a ela na costura em domicílio. Os demais sempre estiveram na condição de informais, embora em gradientes diferentes. CI4 e CI2 são as únicas que já fizeram ou continuam contribuindo para a previdência social.

Afirmamos, portanto, que a proteção social, que acompanha o trabalho formalizado, não é suficientemente motivadora para ter um trabalho “fichado” ou para a inscrição previdenciária, no caso do trabalhador por conta própria. Já adiantamos essa ideia quando apresentamos como as trabalhadoras pensam em desenvolver ou já estão desenvolvendo alternativas para garantir seu futuro, fato que nos permite sublinhar o comportamento das pessoas que aprenderam a trabalhar na desproteção. Como evidenciamos no primeiro capítulo, no Brasil, o trabalho regulamentado que proporciona os direitos sociais, por mais que se tenha ampliado na última década, não é predominante na sociedade. Assim como o Estado, em suas esferas estadual e municipal, não foi suficientemente presente para que os trabalhadores que vivem da confecção em Caruaru conseguissem desenvolver seu negócio sem sucumbir à subordinação dos que venceram a corrida e antes se estruturaram.

Quando perguntamos se entre os projetos para o futuro está a regularização fiscal do seu fabrico e/ou facção, a resposta, quase unânime, foi negativa. Com exceção de CI3, as demais não veem benefícios, pelo menos no momento, em registrar o seu negócio. Seguem produzindo e comercializando como pessoa física. As passagens abaixo ilustram os argumentos depreendidos para justificar tal escolha:

**Pesquisadora: E quais as vantagens que a senhora acha de trabalhar como empreendedor informal?** Todas. Você não paga imposto. Você não paga funcionário. E o que é trabalhar de forma certa? Dar o seu dinheiro todinho para o governo? Aí não vale a pena. **Pesquisadora: Então o empecilho, pra senhora, seriam os impostos?** Sim, com certeza. É uma coisa que não vale a pena. Não pra trabalhar nessa feira. Essa feira é boa demais assim desse jeito. **Pesquisadora: Se fosse formalizar, a senhora acha que não tem como se manter na feira de Caruaru?** Não, porque o que acontece? Você vai abrir uma firma, você vai ter que registrar funcionário porque você tem que mostrar de onde sai sua mercadoria. Aí tu vai ter que comprar malha com nota fiscal, comprar linha com nota fiscal, tudo vai ser com nota fiscal, não é, pra fazer aquele *embromeshion* no final do mês. Na verdade, ninguém dá a real lá ao contador, não é? Aí o que acontece? Uma peça dessa que é R\$7,00, ela vai pra R\$15,00. Nessa feira essa peça não vende a quinze. (EC5)

**Pesquisadora: Para você, o que significa fabricar e trabalhar sem CNPJ?** Para mim, é indiferente. Se eu fizer ou não, eu vou ter que manter o meu preço. Então, é indiferente. Eu não compro o que eu preciso com o CNPJ. Nada que eu for fazer, eu preciso do CNPJ. Então, é indiferente para mim. **Pesquisadora: Então é melhor ser informal?** Tem quem faça um short jeans a R\$12,00, tem quem faça o mesmo a R\$22,00. Por quê? Porque tem marca registrada. Encarece muito. Há muita gente aí que é informal e vende horrores. E nunca vai querer ser legalizado, porque não vale a pena. Porque no fim, você vai pagar a marca, vai ter que ter uma etiqueta diferenciada, porque vai ter que ter composição por dentro e por fora, tamanho. É toda uma burocracia. (CI8)

Estes depoimentos são claros ao expor as justificações. As confeccionistas percebem que, pela forma como a dinâmica comercial está posta, a formalização do negócio provocaria uma inflexão num sentido negativo. Portanto, apontamos como uma hipótese que, nesse caso, formalizar a atividade econômica pode implicar em uma piora das condições de trabalho e de sua condição social.

Evidenciamos que a concorrência é mencionada, pelos formais e informais, para justificar suas decisões com relação ao negócio. As falas destacadas acima também carregam esse argumento implícito. O baixo preço pago pelas mercadorias produzidas pelas marcas desconhecidas está associado à desvalorização do produto classificado como *sulanca*. Entretanto, este estudo nos permite afirmar que esses confeccionistas sofrem com uma estigmatização, que está sendo produzida na região, de que o produto *sulanca* é barato por que é, necessariamente, de péssima qualidade.

Se olharmos para as atividades informais em Caruaru como uma maneira de evitar o aumento da pobreza, encontraremos nelas muitas virtuosidades. Nossa pesquisa de campo e a análise das atividades dos informais, aqui empreendida, mostram que existem trabalhadores e trabalhadoras informais da confecção em

diferentes situações, alguns com uma renda que permite reinvestir em capital e também acumular algum capital, e outros que conseguem apenas manter as necessidades suas e de suas famílias. A informalidade, como estratégia de sobrevivência, é sim ainda muito presente entre a população de baixa renda, que fabrica por conta própria e usa a Feira da *Sulanca* de Caruaru para a comercialização e/ou tem nos comerciantes e intermediários o contato e o laço os quais garantem sua produção e sua renda. Contudo, ao que parece, as atividades informais nesse aglomerado produtivo não funcionam mais, predominantemente, pelas relações familiares e vínculos de cooperação. Mesmo entre os informais a relação “patrão-empregado” está permeada mais pelo conflito do que por vínculos sociais. Isso pode ser exemplificado pela quase inexistência de negociação sobre o valor da mão de obra entre os informais.

Por outro lado, estudos recentes realizados em aglomerados produtivos e comerciais de confecção no México, a exemplo do das cidades de Morolón e Uriangato, no Estado de Guanajuato, não problematizam a questão do trabalho informal, uma vez que indicam que as unidades produtivas funcionam na base da cooperação e de laços de solidariedade, em que os trabalhadores são realmente qualificados e têm capacidade de negociar as suas condições de trabalho, ao mesmo tempo em que a força das empresas (informais) está na capacidade de resistir às pressões do mercado e da concorrência (CORTÉS & LAZCANO, 2015). Nestes aglomerados produtivos, ao que parece, também temos estratégias populares que garantem o arrimo, mesmo em condições adversas, indicando que a informalidade, assim como em Caruaru, não é, exclusivamente, sinônimo de pobreza. A diferença, talvez, esteja na auto-organização dos confeccionistas informais, que no nosso caso é marcada pela tibieza.

Afirmamos, portanto, que pensar o fenômeno da informalidade como uma escolha ou como a única opção, como indagado no título deste item, é reduzir o fenômeno, indicando causas, mas não apontando para a sua complexidade que é, ao nosso ver, justamente o que permite a perpetuação da própria informalidade. No caso das atividades informais para a produção e comercialização de confecções em Caruaru, a atividade, que surgiu como uma estratégia de sobrevivência, tornou-se, para alguns, uma estratégia de negócio, vista como ilegal pelo Estado, e como lícita pela sociedade, e, neste percurso, “nasce” o informal estabilizado.

### 5.3 A “voz” dos *Sulanqueiros* via UFESULANC

Como enunciamos acima, a auto-organização dos confeccionistas e trabalhadores informais, voltado para as atividades do PCAP, em Caruaru, é fraca. Mas, isto não significa a ausência de associações. Uma dessas, é a UFESULANC, que representa aqueles que se denominam como *Sulanqueiros* - pequenos produtores de confecção que comercializam na Feira da *Sulanca* e que têm nessa atividade sua principal fonte de renda. Este último item almeja explorar e contrapor, a visão dos confeccionistas informais, com a dos empreendedores confeccionistas a respeito da produção e comercialização de confecções.

Por meio da conversa com AI6 (representante da associação), foi possível observar que existe uma identificação muito grande entre as percepções dos confeccionistas informais acerca da dinâmica da produção e comercialização das confecções, e as ideias da associação. A UFESULANC surgiu como forma de proteção dos interesses dos feirantes e confeccionistas menores por não se sentirem representados na Câmara Setorial da ACIC que trata das questões dos lojistas e feirantes. A associação existe desde 2010, mas, na visão de AI6, não é reconhecida como legítima pelo poder público: “*Olha, temos 3 mil e 500 filiações, mas o prefeito José Queiroz não nos vê nem sequer como representante dos sulanqueiros*”. Conforme nosso informante,

o diretor setorial da ACIC, do Parque 18 de Maio, ele representa os lojistas, eles não representam os feirante, ele representa só os interesses dos lojistas e, por sinal, é muito bem quisto na prefeitura, o que ele disser, a palavra dele vale muito mais do que a dos feirantes, isso é uma coisa que é muito desconfortável, porque quem criou a feira foram os sulanqueiros, os ambulantes, foi o povo, porque que a ACIC quer, agora, determinar regras.  
(AI6)

A fala de AI6 nos remete ao conflito de interesses que acompanha o processo de transformação das atividades do aglomerado produtivo. Na passagem, já referida anteriormente, de *Sulanca* à Polo, demonstramos que instituições como SEBRAE e ACIC têm intervindo no sentido de forçar essa transformação, anunciando que quem não se adaptar irá sucumbir. Os confeccionistas e feirantes de pequeno porte, que são a imensa maioria, resistem a alguns processos. Podemos dizer que estes dois polos representam o moderno e tradicional (leia-se atrasado, na visão dos gestores e

empresários), respectivamente. Estas duas lógicas de atuação: empreendedores confeccionistas e suas associações (SEBRAE e ACIC) e confeccionistas informais e feirantes, representados pela (UFESULANC), também divergem com relação a um ponto específico, e muito importante: a qualidade da mercadoria e a disputa pela consolidação de sua marca.

Para A16 a ideia de que os pequenos produzem *sulanca* e nesse sentido a mercadoria é de qualidade inferior, é uma imagem que está sendo vendida há alguns anos e foi politicamente elaborada. É uma forma de forçar os pequenos a desistirem, uma maneira de conter o empreendedorismo informal ou tensionar para o pequeno prestar serviço aos confeccionistas maiores, forçando o encadeamento produtivo. Relembrando, para os EC's a qualidade da confecção do informal, ou do pequeno produtor legalizado, ou seja, dos que produzem em "*fundo de quintal*", é muito inferior e, nesse sentido, referem-se a eles como produtores de *Sulanca* enquanto eles produzem Moda. Contudo, A16, que além de ser representante da UFESULANC também confecciona roupas íntimas e está na feira há 18 anos, afirma que a maioria das máquinas que fazem o trabalho dentro das fábricas também é encontrada no "*fundo de quintal*". Por isso, a qualidade do produto é muito semelhante, mas os empresários da confecção estão sempre reforçando o estigma, para que o pequeno produtor não consiga aumentar o preço de sua mercadoria evitando que consiga se desenvolver. O entrevistado nos conta que:

Nos últimos 15 anos, os pequenos *sulanqueiros* começaram a ter acesso a máquinas de alta tecnologia. A máquina que fabrica a camiseta famosa aí, que é vendida em uma loja de shopping a R\$40,00, é a mesma máquina que o *sulanqueiro*, que vende a blusa por R\$15,00, tem na casa dele. Porque essa tecnologia, por conta dos avanços tecnológicos baixou muito. **Pesquisadora: E ele consegue comprar em prestação e dividir?** Sim. Divide em 5, 6, 7 anos e as máquinas dão um padrão de qualidade muito bom. (A16)

Pela entrevista com A16 podemos afirmar que, entre o confeccionista de "*fundo de quintal*" e o confeccionista de Micro e Pequeno Porte, essa diferença na qualidade da mercadoria possa não ser tão significativa. Isso se confirma pela prática de alguns empreendedores confeccionistas, a exemplo de EC2, EC5, EC13, de ter duas marcas: uma denominada de "*marca de combate*" (a que vai para a feira da *sulanca*) e outra elitizada, vendida nos Centros Comerciais ou por meio de representantes. Mas, tudo é produzido no mesmo lugar. Conforme foram conseguindo se estruturar

financeiramente, passaram a investir na marca para agregar valor e comercializar com um preço mais alto. O mesmo acontece com EC16, que produz para a Magazine Marisa. A linha de produção que faz a mercadoria Marisa é a mesma da sua marca própria, vendida na Feira da *Sulanca*.

Isso nos remete à dinâmica de organização do capitalismo, em bases flexíveis, por meio de cadeias globais de produção. Como evidenciamos no capítulo dois, os “fabricantes sem fábricas” investem na valorização da marca aproveitando-se e alimentando a ideia de que a marca é um símbolo de distinção social, é símbolo de *status*. Em cima disto, e da cadeia de subcontratações, é possível incrementar os rendimentos, em outras palavras, aumentar os lucros. Os empresários confeccionistas e instituições como ACIC e SEBRAE, parecem estar em sintonia com essa lógica e por isso inflamam a disputa por mercado e, sobretudo, pela consolidação das marcas locais tanto para competir regional como nacionalmente.

Todas essas dinâmicas nos permitem aventar que a ideia de empreendedorismo, incentivada pelo próprio SEBRAE, quando associada à cultura e história local - de fazer da produção e/ou a comercialização de roupas sua alternativa de renda -, criou uma atmosfera na qual a iniciativa de produzir por conta própria passa a ser condenada e vista, em certa medida, como indesejável pelos confeccionistas estabelecidos e pelas associações que os representam: já tem gente demais!

Assim como as interpretações do PREALC da década de 1970 vinculadas à perspectiva estruturalista afirmavam que as atividades informais consideradas como marginais não iriam sobreviver ao desenvolvimento econômico, ou que as funcionais deveriam ser estimuladas para compor a cadeia de produção formal, os atores institucionais que representam o empresariado local (SEBRAE e ACIC) também afirmam que os produtores independentes, sejam formais ou informais, com todas as mudanças que estão ocorrendo no Polo, não conseguirão se manter sem associar-se ao encadeamento produtivo, regido tanto pelas empresas maiores e, principalmente, pelos “fabricantes sem fábrica”. É, portanto, a reprodução do dualismo uma vez que considera o trabalho informal como algo transitório e obstáculo ao desenvolvimento econômico e social da região.

Nesse sentido, podemos encaixar a crítica, elaborada pela perspectiva marxista do PREALC, no final da década de 1970, que nos parece atual e está em sintonia com as transformações que vêm ocorrendo no setor de confecções em Caruaru: as atividades dos produtores independentes são necessárias para compor a cadeia



produtiva, enquanto subordinados, pois como independentes representam a concorrência “desleal” dos informais.

Por meio desses fatos é possível enunciar que todos os esforços de modernização e formalização das atividades de produção e comercialização do Polo, e em especial em Caruaru, não só buscam modernizar a base econômica, mas também visam a atingir uma dimensão cultural. Implantar uma “revolução” no domínio econômico e criar um novo *ethos* empresarial pautado no cálculo econômico capitalista. Isso se expressa pela tentativa de segregação dos produtos, não só pelo estigma da imagem, mas pela ideia presente, principalmente nas associações que representam os empresários, de que não há mais lugar para amadorismo.

A análise das dinâmicas produtivas dos confeccionistas formais e informais e, sobretudo, o olhar voltado para os desdobramentos da formalização do negócio, nos permite evidenciar uma clara e crescente disputa de poder, que reflete um conflito de classes e que está produzindo uma diferenciação cada vez mais crescente entre os produtores de confecções. Antigas práticas passam a ser questionadas: a produção familiar, o “aprender fazendo”, isto é, a qualificação pela experiência de trabalho, e a própria informalidade. Entretanto, esse movimento de modernização se alimenta da contradição, à medida que, pelo trabalho informal, familiar e domiciliar, pelas mãos dos trabalhadores que se qualificaram com a experiência, a modernização, e, sobretudo, a formalização dos empreendimentos industriais, se torna possível e reproduz.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada em Caruaru nos apresenta uma realidade extremamente complexa e paradigmática com relação ao trabalho informal. Como demonstramos ao longo deste estudo, a atual forma de organização da indústria de confecções é fruto de um processo social, o qual mantém algumas características relacionadas à sua gênese, em intensa transformação e aproximação com a lógica flexível, tanto no que se refere à organização do processo produtivo quanto às relações de trabalho.

A história da região Agreste e a história de vida dos empreendedores confeccionistas, confeccionistas informais, e feirantes, nos mostra que as atividades produtivas e comerciais de confecção foram construídas com base na força da cultura local, a qual tinha e tem o trabalho como garantia de sobrevivência e, posteriormente, fonte de riqueza. No início, as atividades estavam relacionadas à luta cotidiana pela sobrevivência; com o passar do tempo a diferença entre aqueles que conseguiram ter retorno financeiro - e com isso possibilidade de adquirir capital para reinvestir no negócio e também viver com mais conforto -, e aqueles que só conseguiam fazer dessa atividade uma forma de satisfazer as necessidades da família, foi aumentando. O exemplo daqueles que tiveram uma mobilidade social, por sua vez, passou a inspirar as gerações vindouras, fazendo com que os negócios se multiplicassem. Para além da ausência da formalidade dos negócios e das relações de trabalho, no princípio desenvolveu-se uma forma de reproduzir a vida na confecção para evitar a pobreza (como uma experiência virtuosa, sem dúvida), mas que está em pleno processo de reconfiguração.

As pessoas que iniciaram as atividades produtivas e comerciais na década 1980 e 1990 em Caruaru, e que passaram pela metamorfose “o *fabrico* que virou fábrica”, tiveram significativa melhora de vida. Como demonstramos, a ausência do Estado nesse aglomerado produtivo permitiu que os sujeitos desenvolvessem seus negócios “à sua maneira”, driblando as dificuldades da falta de informação e da baixa escolaridade, dos poucos recursos para iniciar as atividades, da falta de oferta de crédito para aqueles que tinham uma vida “*desinformada*”, e, na ausência de tanta coisa, aprendessem que cooperando conseguiriam prosperar. Como vimos, a ausência de recursos e maquinário era suprida pelos laços de solidariedade entre familiares e pessoas de confiança. Todos tiveram alguém que lhe estendeu a mão e,

mesmo em condições adversas, propiciaram a mobilidade social de suas famílias e o desenvolvimento da indústria de confecções em Caruaru. Contudo, a intensificação das atividades produtivas potencializa a diferenciação dos produtores, ao mesmo tempo em que incentiva muitos outros a trabalharem com confecção, e passa a conferir outra lógica aos negócios: não mais a cooperação, mas a competição.

A história de trabalho dos empreendedores confeccionistas os quais entrevistamos demonstra que a maioria desses produtores informais estabilizados que optaram por formalizar o negócio, o fizeram visando, sobretudo, as possibilidades de crescimento pela ampliação da comercialização. Entretanto, os empreendedores indicam que a regularização fiscal propiciou vantagens competitivas até um certo momento, e o aumento das dificuldades tem duas principais causas: a) a concorrência da produção informal, apontada como uma concorrência desleal; b) a concorrência dos produtos importados, principalmente das peças de vestuário provenientes da China. Esses obstáculos os impelem a lançar mão de outra forma de redução de custos: a subcontratação.

No bojo do recente processo de modernização e formalização das atividades voltadas à produção de confecções em Caruaru, podemos afirmar que as bases do trabalho informal que a sustentava foram transformadas. Em função dessas transformações, a estrutura da indústria de confecções está sendo sustentada pelas micros, pequenas e médias empresas de confecção; pelas facções formais e informais, responsáveis tanto pela montagem integral da peça como pela realização de processos específicos; e pelos *fabricos*. Nosso estudo permite afirmar que, salvo algumas unidades produtivas domiciliares (nas quais ainda predomina a mão de obra familiar), todos os outros tipos de unidades produtivas, sejam formais ou informais, fazem uso do trabalho informal em alguma etapa do processo produtivo. Portanto, quando relacionamos a maneira com que as atividades informais eram realizadas, na origem e nas primeiras décadas de expansão deste aglomerado produtivo, é visível a transformação.

A contribuição deste estudo, o qual resulta da análise do processo de formalização dos empreendimentos industriais, é a constatação de um padrão de formalização: a formalização institucional que engendra relações de trabalho informais. Com efeito, o que caracteriza o processo de formalização em Caruaru é a formalização precária. Enquanto os recentes dados indicam que há um aumento da formalização das unidades produtivas em Caruaru, demonstramos, em contrapartida,

que esse aumento ocorre pela formalidade precária, aquela que não reverte no aumento da formalização das relações de trabalho.

Qualificamo-la como precária, visto que é a formalização de uma unidade produtiva permeada e, principalmente, sustentada pelo trabalho informal. Visto isso, sugerimos que as transformações na produção de confecções em Caruaru indicam que:

a) está se configurando uma nova formalidade, mista de elementos formais e informais, a qual denominamos de formalidade precária;

b) está se configurando uma nova informalidade, engendrada por empresas formais, na qual o trabalho independente dos produtores de confecção (forte característica da cultura de trabalho na região) está se convertendo em trabalho informal subcontratado e subordinado.

Como aponta Cacciamali (2000, 2011), no processo de transição das atividades informais para as formais, a ação dos produtores que se capitalizam e formalizam, destrói algumas atividades informais, como a do trabalhador independente, criando novas ou recriando velhas atividades. Esse *processo de informalização* está relacionado à produção de uma *nova informalidade* (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL, 2004; LEITE 2009; ARAÚJO, 2011; DRUCK, 2011; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011 a/b). Isso posto, merecem destaque nas conclusões deste estudo as seguintes evidências:

- a) Existe um movimento de trabalhadores inseridos em atividades formais, em vários setores da economia, os quais migraram para informalidade, tanto na condição de trabalhador informal (prestador de serviço subcontratado) como confeccionista informal;
- b) O trabalhador independente, o pequeno confeccionista informal, encontra dificuldades em manter sua mercadoria, o que tem sido potencializado, sobretudo nos últimos anos, pela preferência dos consumidores por marcas conhecidas e pela ação dos empresários e associações locais em propagar a distinção entre: *Sulanca* e Moda. A dificuldade na comercialização o leva a se tornar um trabalhador subordinado, compondo a cadeia de produção da economia formal, em uma relação de vulnerabilidade e dependência;
- c) Há o aumento das *facções* domiciliares que são agenciadas de diversas formas: pelas fábricas e *fabricos* na cidade e na zona rural; pela ação do fornecedor-intermediário (figura que está entre a *facção* e o lojista e é quem

busca mão de obra no labirinto que são os bairros populares de Caruaru); pela ação das lavanderias de jeans que prestam serviço para importantes redes nacionais de magazines.

- d) Em meio a todas essas situações continua fazendo sentido a ideia presente no imaginário coletivo da região: no “*Agreste não há desemprego*” porque, de fato, as pessoas estão, de uma forma ou de outra, ocupadas.

Nesse contexto, constata-se um *processo de informalização*, uma vez que é o enraizamento da informalidade sob novas bases, como destacam Vêras de Oliveira (2011a) e Machado da Silva (2003). Configura-se uma *nova informalidade* engendrada pela formalidade precária, resultado das transformações deste setor que se adequa ao mercado. Os fatores exógenos ao mercado local são a chegada de grandes redes varejistas e a crescente presença da “confeção asiática”. As transformações galvanizadas pelos atores locais são a manutenção e/ou acionamento da economia informal, à medida que se capitalizam, e o abandono da produção industrial para o *faccionamento* total, os “fabricantes sem fábricas”.

A diferença entre a realidade histórica e a realidade atual nos mostra que, no princípio, a informalidade era uma questão cultural. Na atualidade, a informalidade é um fator competitivo, mas que não necessariamente é um problema o qual precise ser eliminado completamente. Para o empresariado, ela aparece como “problema” quando a concorrência da produção informal o afeta; entretanto, esse problema é sempre resolvido fazendo uso do trabalho informal e, nesse sentido, é um sistema que retroalimenta a dinâmica formal/informal. Para o Estado, no que concerne à sonegação de impostos, a informalidade também não é “de todo ruim”. As pessoas estão, de fato, ocupadas, gerando renda e consumindo. E no caso do PCAP, o evidente crescimento das cidades e da economia local, apontado no capítulo três, nos serve de subsídio.

Para o trabalhador, a informalidade mostra sua face mais desumana: ausência de proteção social; total inadequação do ambiente de trabalho; jornada de trabalho extenuante; sistema de pagamento por produção que consome quase todo cotidiano do trabalhador, fazendo com que ele viva exclusivamente para o trabalho. Como consequência disso (conforme foi possível identificar), temos uma renda maior em relação à que conseguiriam como assalariados, mas à custa de uma total alienação no que se refere a tempo para buscar a educação básica, qualificação técnica ou

mesmo participação, como cidadão, da vida social, para defender seus interesses. Mas, se olharmos pela perspectiva da característica maior da sociedade capitalista, a sociedade de consumo, veremos que, a despeito das condições de trabalho, a informalidade sana as necessidades imediatas, a necessidade de “ter” para “ser”.

Ampliando o olhar, podemos afirmar que, numa perspectiva macro, a informalidade é uma adversidade do ponto de vista da responsabilidade solidária da seguridade social, e este não é um problema do PCAP ou de Caruaru, é um desafio para a sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria A. & TAVARES, Maria A. A dupla face da informalidade do trabalho: autonomia ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Praxis, Bauru: Canal6, 2009

ANDRADE, Tabira de Souza. **A estrutura institucional do APL de confecções do agreste pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e inovação**: o caso do município de Toritama. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFPB. João Pessoa, 2008. 214f

ANDRADE, Manual Correia de. **Texto a terra e o homem do Nordeste hoje**, 2005 . Conferência pronunciada na 55ª Reunião Anual da SBPC, a 15 de julho de 2003, em Recife, Pernambuco. pp.193-202.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (Org). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p.161-189.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção**: um estudo na região de Campinas. Cad. *Pagu* [online]. n.17-18, pp. 267-310, 2002. ISSN 1809-4449. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332002000100010>.

BALTAR, Paulo de A; DEDECCA, C. S. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. Estudos Econômicos v. 27, p. 65-84, 1997. Disponível em: < <http://www.estecon.fea.usp.br/index.php/estecon/article/viewFile/523/233>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

BALTAR, Paulo de A; KREIN, José Dari. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado de trabalho no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 273-292, maio/ago.2013.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. De “setor” para “economia informal”: aventuras e desventuras de um conceito. Seminário interno “A Aventura de um Conceito: de ‘Setor’ para ‘Economia’ Informal (O debate das três últimas décadas)”. Centro de Estudos da Metrópole. p.8, 2009.

Disponível

em<

[http://www.centrodametropole.org.br/v1/texto\\_sem\\_2009\\_barbosa.pdf](http://www.centrodametropole.org.br/v1/texto_sem_2009_barbosa.pdf)>

Acesso em: 24. ago. 2015

\_\_\_\_\_. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (Org). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p.105-160.

BAUNAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**: a transformação de pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRAGA, Bruno Mota. Território comercial de Toritama: persistência e metamorfoses da informalidade. In: **Anais do I Seminário Regional Nordeste da ABET**: caminhos do desenvolvimento, trabalho e implicações socioambientais. (Orgs): Roberto Vêras de Oliveira...[et al.]. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p.142-154

BEZERRA, Elaine. O trabalho faccionado das mulheres do Cariri paraibano junto ao Polo de Confeccões do agreste de Pernambuco. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; (Org). **Formas de trabalho no capitalismo atual**: condição precária e possibilidade de reinvenção. São Paulo: Annablume, 2011. p.87-110.

\_\_\_\_\_. A confecção de roupas no agreste pernambucano: reflexões sobre as relações de gênero e trabalho como intrínsecos à emergência e gestação de uma experiência produtiva. In: **Anais do I Seminário Regional Nordeste da ABET**: caminhos do desenvolvimento, trabalho e implicações socioambientais. (Org.) Roberto Vêras de Oliveira...[et al.]. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p.123-12-34

BURNETT, Annahid. A “saga” dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da feira da sulanca no agreste pernambucano. In: **Século XXI. Revista de Ciências Sociais**, v.3, n. 2, p.09-40, jul./dez. 2013

\_\_\_\_\_. A afirmação da *petite bourgeoisie* formada pelos pioneiros da *Sulanca* em Santa Cruz do Capibaribe-PE. In: **Revista Latitude**, v. 8, n. 2, p. 237-254, 2014a.



\_\_\_\_\_. As raízes rurais da *feira da sulanca* no agreste pernambucano. In: **Revista Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, v.21, n.4, p. 9-31, out./dez, 2014b.

CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. Tese. (Doutorado em Economia). FEA/USP. São Paulo, USP, 1982. 163f.

\_\_\_\_\_. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI, F. (orgs.) **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. “Globalização e processo de informalidade”. In: **Economia e Sociedade**. Campinas (SP), UNICAMP, IE, vol. 9, n.1 (14), p. 153-174, dez, 2000.

\_\_\_\_\_. Processo de informalidade, flexibilização das relações de trabalho e proteção social na América Latina. **Cadernos PUC Economia**, n.11. p. 111-141. São Paulo, EDUSC, 2001

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (Org). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p.13-26

CAMPOS, André; HUIJSTEE, Mariëtte Van; THEUWS, Martje. **Da responsabilidade moral à responsabilização jurídica?** As condições de escravidão moderna na cadeia global de suprimentos da indústria do vestuário e a necessidade de fortalecer os marcos regulatórios: o caso da Inditex-Zara no Brasil. Repórter Brasil e SOMO. Maio de 2015. ISBN: 978-94-6207-058-5

CARDOSO JR, José Celso. Trabalho e (des)proteção social no Brasil: definições gerais e aplicações. In: **Regulação do trabalho e instituições públicas**. Vol 2. KREIN, José Dari (et al) (orgs). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p.99-118

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CARLOS, Ana Fani A. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

CONSERVA, Marinalva de Sousa; ARAÚJO, Anísio José da Silva. Informalidade e precarização nos mundos do trabalho. **Revista Teoria Política e Social. Teor. Pol. e Soc.** v.1, n.1, p.75-91, dez, 2008.

CORTÉS, Octavio M; LAZCANO, Dolly A. Ortiz. Em el mismo barco. Reflexiones sobre la producción, el trabajo y las redes sociales: el caso de Uriangato, Guanajuato. Universidad Autónoma de Aguascalientes, 2015.

DRUCK, Graça & OLIVEIRA, Luiz Paulo. A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. In: **Revista Vera Cidade**, Ano 3. n.3, mai, 2008.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios. In: **Cadernos CRH**, Salvador, v. 24, n.1, p. 37-57, 2011.

\_\_\_\_\_. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (Org). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p.65 -102.

\_\_\_\_\_. **Tentativa de burlar direitos trabalhistas se manteve no decurso da história**. Entrevista para o IHU online. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. 27.04.2015. n. 464 ano XV. ISSN 1981-8793 (online), 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/541947-tentativa-de-burlar-direitos-trabalhistas-se-manteve-no-decurso-da-historia-entrevista-especial-com-graca-druck>> Acesso: 13.dez.2015

EUFRASIO, Marcelo Alves. **O Projovem no território da “sulanca”**: a informalidade no Agreste Pernambucano como desafio de Política Pública. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UFCG. Campina Grande. 2013. 242

FILGUEIRAS, L. A.M.; DRUCK, G.; AMARAL,M.F. O conceito de informalidade: problema ou solução- um exercício de aplicação empírica dos conceitos. In: **Cadernos CRH**, Salvador, v.17, n. 41, maio-ago, 2004.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GUIMARÃES, Nadya. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. **Novos Estudos**. CEBRAP n.85, p. 151-170. nov. 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2012.

HELENO, Edilane do Amaral. **Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupas de jeans no município de Toritama-PE**. Tese (Doutorado em Sociologia). UFPB. 2013. 313 f.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. In **Série Trabalho Decente no Brasil**: documento de trabalho n. 4. Brasília: OIT. 2010.

KREIN, Jose D.; SANTOS, Anselmo L.; NUNES, Bartira T. Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições. **Revista da ABET**, v. X, n. 2, p. 30-55, jul/dez. 2011.

\_\_\_\_\_. As formas de contratação: flexibilização. In: **Regulação do trabalho e instituições públicas**. v 1. KREIN, José Dari (et al) (orgs). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013a. p. 167-192.

\_\_\_\_\_. As relações de trabalho no Brasil na primeira década do século. **Carta Social e do Trabalho**, IE/UNICAMP, Campinas/SP, n.22, p. 2-21, 2013b.

\_\_\_\_\_. **Formalização e flexibilização – avanços e retrocessos no mundo do trabalho**. Entrevista para o IHU online. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. 28.04.2014. n.441. Ano XIV ISSN 1981-8793 (online), 2014. Disponível em <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5451&secao=441%20](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5451&secao=441%20)> Acesso 11.dez.15

\_\_\_\_\_. **PL 4330: Submissão absoluta dos trabalhadores aos desígnios do capital**. Entrevista para o IHU online. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. 27.04.2015. n. 464 ano XV. ISSN 1981-8793 (online), 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/542160-o-pl-4330-submissao-absoluta-dos-trabalhadores-aos-designios-do-capital-entrevista-especial-com-jose-dari-krein>>. Acesso em 5.maio.2015.

KREIN, José Dari; SANTOS, Anselmo Luis dos; MORETTO, Amilton. Trabalho no Brasil: evolução recente e desafios. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, v.34, n.124, p.27-53, 2013.

KREIN, José Dari; SANTOS, Anselmo Luís dos; NUNES, Bartira Tardelli. Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. In: **Texto para discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n.201, p.30-46, fev, 2012.

LEITE LOPES, José Sergio. Notas sobre a precarização do trabalho no Brasil. **Revista Estudos do Trabalho**, Marília, UNESP, ano V, n.8, p.1-14, 2011, Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/8\\_%208%20%20Articulo%20Leite%20Lopes.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/8_%208%20%20Articulo%20Leite%20Lopes.pdf)> Acesso em: 5 jan. 2015

LEITE, Márcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: LEITE, Márcia de Paula e ARAÚJO, Ângela Carneiro (Orgs). **O Trabalho Reconfigurado**: ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume, 2009. p.67-94

LIMA, Alexandre Santos. **“Empreendendo” a sulanca: o SEBRAE e o Polo de Confeções do Agreste Pernambucano**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFCG. Campina Grande. 2011. 104f.

LIMA, Ângela Maria de Sousa. Reestruturação produtiva e reconfiguração do trabalho das costureiras de Cianorte/PR: as tentativas de organização no contexto da informalidade. 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013. Disponível em< [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=8505&Itemid=429](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8505&Itemid=429)>. Acesso em: 10.set.2015

LIMA, Jacob Carlos e FERREIRA, Brasília Carlos. Trabalhadores urbanos no nordeste: trajetórias profissionais, mobilidade espacial e organização operária. p. 83-99. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Anpocs, 1994

LIMA, Jacob Carlos. Os desafios do presente e o trabalho do futuro. In: CATTANI, Antonio David (Org). **Trabalho**: horizonte 2021. Porto Alegre: Escritos, 2014. p. 31-60

LIMA, Jacob; SOARES, Maria. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 163-180, jul./dez, 2002.

LIRA, Sonia Maria de. Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confeções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência. In: **Revista de Geografia**. UFPE –DCG/NAPA, Recife, 2006.

\_\_\_\_\_. **Muito além das feiras da sulanca**: a produção de confeções no Agreste/Pe. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

MACHADO DA SILVA, Luiz A. Mercado de trabalho ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. (Org.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 140-178.

MARCELINO, Paula. “As palavras e as coisas”. Uma nota sobre a terminologia dos estudos contemporâneos de trabalho, In: **Mediações**: Revista de ciências Sociais, Londrina, v.16, n.1, p.55-70, jan./jun 2011, Disponível em < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/7914/8487> > Acesso em: 5. jan. 2015

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da Economia Política. Livro 1. Vol. 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971

MELO, Maria Cristina Pereira. Reflexões sobre aprendizado e inovação local na indústria de confecções do Nordeste. In: **Revista de Ciência e Tecnologia, Política e Gestão para a Periferia - RECITEC**, Recife, v.4, n.1, p. 117-143, 2000

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995.

NASCIMENTO, Fernando & FERRAZ, Adilson. A condição (des)humana: o trabalho no agreste pernambucano a partir de Hannah Arendt. In: SÁ, Márcio [et AL] (Orgs.). **Trabalho**: questões no Brasil e no Agreste pernambucano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. p. 119-132

NORONHA, E. G. Informal, ilegal e injusto: Percepções do mercado de trabalho no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.18, n.53, out, 2003. p.111-179.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Transição da economia informal para a economia formal**. Relatório V (1). Conferência Internacional do Trabalho, 103ª Sessão, Bureau Internacional do Trabalho – Genebra, 2014. 92p.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

PEREIRA NETO, Eugênio V. **Qualificação profissional e relações de trabalho no polo de confecções de Pernambuco: trajetórias e perspectivas de atuação do Senai**. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). UFCG. Campina Grande. 2011. 223f.

\_\_\_\_\_. Trabalho informal e qualificação no polo de confecções (PE). Desafios aos agentes coletivos locais. In: **XV CISO**. Encontro de ciências sociais do Norte e Nordeste. Pré-Alas Brasil. UFPI, 2012.

PEREIRA, Juliana N. **O programa empreendedor individual e as estratégias de formalização das atividades econômicas no pólo de confecções do agreste pernambucano**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFCG. Campina Grande, 2011. 173f

PEREIRA, Rosângela. **De trabalhadoras precárias a empreendedoras da confecção? A complexa construção da identidade profissional das trabalhadoras a domicílio da indústria da confecção**. Tese (Doutorado em Sociologia). UFRGS. Porto Alegre, 2011. 321f

PINTO, GERALDO AUGUSTO. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toytismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.17-61.

POCHAMANN, Marcio. **Qual desenvolvimento?:** oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

PAMPLONA, João Batista. Auto-emprego, setor informal e reestruturação produtiva. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região**. Campinas, SP, n.15, p. 167-179, 2001.

RAMOS, Carlos. A. Setor informal: do excedente estrutural a escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. **Revista Econômica**. Rio de Janeiro. 7 Letras, v. 9, n. 1, p.115-137, 2007.

ROSENFELD, Cinara L; ALMEIDA, Marilis L. Contratualização das relações de trabalho: embaralhando conceitos canônicos da sociologia do trabalho. In: **Política & Trabalho**. Revista de Ciências Sociais, n. 41, Outubro de 2014, p. 249-276. ISSN 0104-8015 | ISSN 1517-5901 (online)

SÁ, Márcio. Contexto e trajetória de vida-trabalho no Nordeste do Brasil: da infância no comércio à condição empresária na indústria têxtil local. In: **Os tempos sociais e o mundo contemporâneo**. Um debate para as ciências sociais e humanas. Universidade do Minho: Centro de Estudos da comunicação e Sociedade. Centro de investigação em Ciência Sociais. ARAÚJO, Emília; DUQUE, Eduardo (Eds), 2012.

\_\_\_\_\_. **Os filhos das feiras e o campo de negócios agreste**. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho. 2015. 269f.

SANTOS, B. de S. *Os processos da globalização*. In: SANTOS, B. de S.(Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Ilucitta, 1999.

SASAKI, Maria Amélia. **Trabalho informal: escolha ou escassez de empregos? Estudo sobre o perfil dos trabalhadores por conta própria**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social). UNB. Brasília, 2009. 144f

SEBRAE. **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano. Relatório final. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco**. SEBRAE / Pernambuco. Recife, maio 2013.

SEBRAE. **Projeto de Confecções do Agreste de Pernambuco: pesquisa de caracterização do Pólo de Confecção do Agreste**, 2003.

SHIMAMURA, Erica; SANCHES, Maria Celeste de Fátima. **O Fast Fashion e a identidade de marca**. Londrina – PR. *Projetica*, v. 3, n. 2, 2012

SILVA, Sandra Roberta. **A juventude na “Sulanca”: Os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte – PE**. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). UFCG. Campina Grande, 2009. 177f.

SILVA, Sandra; MENEZES, Marilda. Os jovens no mercado de trabalho precário e informal no polo de confecções do agreste de Pernambuco In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; (Org). **Formas de trabalho no capitalismo atual**: condição precária e possibilidade de reinvenção. São Paulo: Annablume editora, 2011. p.67-85.

SOUZA, Alana Moraes de. **A gente trabalha onde a gente vive: a vida social das relações econômicas – parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no agreste das confecções**. Dissertação. (Mestrado em Sociologia e Antropologia). UFRJ. Rio de Janeiro, 2012.

SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena. Rigor e Visibilidade: a explicação dos passos da interpretação. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez,

2004. p. 93-122.

STRAUSS, Anselm; CORBIEN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. **Revista de Outubro**, n. 7, p.49-60, 2002.

TOMAZINI, S. **Emprego informal e trabalho por conta própria: um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia). UNICAMP. Campinas, 1995. 108f.

TOKMAN, Victor. De la informalidad a la modernidad. In: **Formación en la economía informal**. Montevideu: Boletim Cinterfor/OIT n° 155. 2003. pp 9-33.

VASCONCELLOS, Emanuelle A. S; TARGINO, Ivan. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: 1993 –2013. In: **Revista da ABET**, v. 14, n. 1, p. 141-161, 2015.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R, e MOREIRA, E. M. Sentidos da Globalização: Um desafio ao Pensamento sociológico. In: MOREIRA, E. M. e VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (orgs.). **O fenômeno da Globalização: em perspectiva local e multidimensional**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

VÉRAS de OLIVEIRA, Roberto. O polo de confecções do agreste pernambucano: ensaiando uma perspectiva de abordagem. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; (Org). **Formas de trabalho no capitalismo atual: condição precária e possibilidade de reinvenção**. São Paulo: Annablume, 2011b. p.17-65.

\_\_\_\_\_. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (Org). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011a. p.191-223.

\_\_\_\_\_. O Polo de confecções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão



panorâmica. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco (Orgs.). Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e trabalho no Nordeste: velha nova problemática. In: NASCIMENTO, Angela; LIMA, Marcos Costa. (Org.). **O Nordeste Brasileiro em Questão: Uma Agenda para Reflexão**. Brasília: Editora Kiron; Recife: Sudene, 2015.

VILASBOAS, Jaqueline Pereira de Oliveira. **A capital goiana do jeans: flexibilidade, subcontratação e gênero no setor de confecção do município de Jaraguá-GO**. Tese (Doutorado em Sociologia). UNICAMP. Campinas, 2015. 319f. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000952976>> Acesso em: 4. ago. 2015.

## APÊNDICES

### Apêndice 1 - Roteiro de entrevista com os Empreendedores(as) Confeccionistas (EC)

#### A) IDENTIFICAÇÃO

1. Nome:
2. Idade:
3. Local de Origem:
4. Grau de Escolaridade:  
( ) Ens. Fund. Incompleto ( ) Ens. Fund. Completo ( ) Ens. Médio Completo ( ) Ens. Médio Incompleto ( ) Ens. Superior Completo ( ) Ens. Superior Incompleto
5. Estado Civil:
6. Número de filhos:

#### Renda individual:

7. Recebe (recebeu) algum benefício social:  
( ) Salário Família ( ) Salário Maternidade ( ) Aposentadoria ( ) Auxílio Acidente ( ) Auxílio Doença ( ) Auxílio Transporte ( ) -Outros:
8. Onde é o local de produção?  
( ) Na própria casa – Especificar \_\_\_\_\_  
( ) Local apenas de trabalho - Especificar – próprio, alugado
9. Como sua empresa se classifica conforme o tamanho: micro, pequena, média
10. Quantos trabalhadores tem?

#### B) FAMÍLIA

11. Quantos membros na família trabalham diretamente com confecção?
12. Quais as atividades desenvolvidas na confecção pelos outros membros da família?

#### C) TRAJETÓRIA DE VIDA E TRABALHO

13. Já trabalho em alguma atividade que não a confecção? Que tipo de atividade? Era com Carteira Assinada?
14. Quando começou a trabalhar com a produção de confecção?
15. Como denomina seu negócio: facção ou fábrica?
16. O que diferencia uma fábrica de uma facção?

#### QUANDO FÁBRICA

- a) Que tipo de mercadoria produz?
- b) Quem comercializa a sua produção?
- c) Onde vende a sua produção?
- d) Se já confeccionou para si próprio e não confecciona mais, porque parou?
- e) Quantas pessoas trabalham na fábrica?
- f) Quantas pessoas são da família?
- g) Quantas pessoas **não são** da família (empregados)?

#### QUANDO FACÇÃO

- a) Para quem trabalha?
- b) Para quantos empregadores trabalha?
- c) Que tipo de mercadoria produz?

- d) Onde vende/para quem vende a sua produção?
- e) Quem comercializa a sua produção?
- f) Há quanto tempo trabalha com **facção**?
- g) O que motivou o trabalho com **facção**?
- h) Quantas pessoas trabalham com você na **facção** ?
- i) Quantas pessoas são da família?
- j) Quantas pessoas **não são** da família (empregados)?
- k) Os riscos na realização da atividade, por exemplo: peças mal costuras, manutenção da máquina, acidentes de trabalho.....são responsabilidade de quem?

### Para FÁBRICAS e FACÇÕES

- 17. Você pode descrever como é o processo de fabricação, ou seja, qual o caminho que uma peça percorre na facção ou fabrico até ficar pronta?
- 18. Qual o número de máquinas que possui? E quais são as máquinas (funções de cada uma).
- 19. Quantas horas por dia você trabalha? Qtos dias na semana?
- 20. Qual o volume de peças produzida por dia?

### D) RELAÇÕES DE TRABALHO

- 21. Como você se auto identifica?
  - ( ) trabalhador por conta própria ( ) microempreendedor ( ) faccionista
  - ( ) confeccionista ( ) trabalhador informal ( ) empreendedor informal
  - ( ) costureiro (a)
- 22. No caso de facção: como estabelecem um acordo de relação de patrão-empregado com o fornecedor/aquele que entrega para vocês faccionarem?
- 23. Como você contrata as pessoas que trabalham na sua confecção? Pela qualificação (saber costurar) ou indicação de alguém?
- 24. Como define o salário das pessoas que trabalham para você?
- 25. Os empregados têm carteira assinada? Como é definido o salário? Recebem alguma outra gratificação? Por produção, por exemplo....
- 26. Você repassa trabalho para outros trabalhadores? (subcontrata)
- 27. No caso de subcontratar, como define o salário e/ou o preço da mão de obra?
- 28. Quando você presta serviço para outros confeccionistas como é definido o valor do salário? Por produção? Salário fixo?

### E) REFLEXÕES SOBRE SEU NEGÓCIO E ACERCA DA FORMALIDADE/INFORMALIDADE

- 29. Porque você optou pela formalização do negócio?
- 30. Quais as vantagens de ter o negócio formalizado?
- 31. Quais as desvantagens?
- 32. Você gosta do trabalho/profissão que tem?
- 33. O trabalho na produção de confecções lhe gera a renda que gostaria?
- 34. Já pensou em mudar de profissão? Porquê sim/ Porque não.
- 35. Você contribui/ paga a Previdência Social? Porque sim/não?
- 36. O que significa para você ser dono do próprio negócio?
- 37. Como você vê a situação dos trabalhadores que não tem um vínculo empregatício formal, com carteira assinada?
- 38. O que significa para você a informalidade?
- 39. Quando você subcontrata, as pessoas questionam se será um trabalho registrado?
- 40. Quais os principais benefícios do seu trabalho?
- 41. Quais as principais dificuldades do seu trabalho?
- 42. Sente algum problema de saúde decorrente do trabalho? Quais?

**F) RELAÇÃO COM SINDICATO**

43. A sua empresa é filiada ao sindicato? Porque sim/não?  
44. Você participa de alguma associação ou instituição de apoio aos donos de negócio relacionados à confecção?

**G) EXPECTATIVAS E PLANOS PARA O FUTURO**

45. Quais são suas expectativas para o futuro com relação ao seu negócio?  
46. Você pensa em aposentadoria (parar de trabalhar)?  
47. O que você deseja para o futuro dos seus filhos? Trabalhar com confecção é uma boa opção?

**H) IMPRESSÕES A RESPEITO DO POLO DE CONFECÇÕES E CARUARU**

48. Como você vê a relação do poder público em Caruaru com o setor de confecções?  
49. Caruaru oferece fornecedores de qualidade? (tecidos, aviamentos, máquinas, novas tecnologias....)  
50. O que significa para você *Sulanca*?  
51. Como você vê o crescimento do Polo: de produtor de *sulanca* a produtor de confecção?  
52. Os produtores de Caruaru estão conectados com a economia global, através da exportação, ou produzem mais para o mercado interno?

## Apêndice 2 - Roteiro de entrevista com os Confeccionistas Informais (CI)

### A) IDENTIFICAÇÃO

8. Nome :  
 9. Idade:  
 10. Local de Origem:  
 11. Grau de Escolaridade:  
 Ens. Fund. Incompleto  Ens. Fund. Completo  Ens. Médio Completo  Ens. Médio Incompleto  Ens. Superior Completo  Ens. Superior Incompleto  
 12. Estado Civil:  
 13. Número de filhos:

Renda: \_\_\_\_\_

14. Recebe (recebeu) algum benefício social:  
 Salário Família  Salário Maternidade  Aposentadoria  Auxílio Acidente  Auxílio Doença  Auxílio Transporte  -Outros:  
 8. Onde é o local de produção?  
 Na própria casa – Especificar \_\_\_\_\_  
 Local apenas de trabalho - Especificar – próprio, alugado \_\_\_\_\_

### B) FAMÍLIA

15. Quantos membros na família trabalham diretamente com confecção?  
 16. Quais as atividades desenvolvidas na confecção pelos outros membros da família?  
 17. Como é a divisão do tempo entre trabalho, família e lazer?  
 18. Como é a divisão das tarefas em casa?

### C) TRAJETÓRIA DE VIDA E TRABALHO

19. Já trabalho em alguma atividade que não a confecção? Que tipo de atividade? Era com Carteira Assinada?  
 20. Quando começou a trabalhar com a produção de confecção?  
 21. Como denomina seu negócio: FACÇÃO ou FABRICO?

### D) CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE PRODUTIVA

16. Você poderia explicar como é o processo de produção das suas peças? Por quais máquinas ela passa? Quantas pessoas são necessárias?

#### Quando fabrico

- h) Que tipo de mercadoria produz?  
 i) Quem comercializa a sua produção?  
 j) Onde vende a sua produção?  
 k) Se já confeccionou para si próprio e não confecciona mais, porque parou?  
 l) Há quanto tempo trabalha com fabrico?  Proprietária(o)  funcionária(o)  
 m) Quantas pessoas trabalham com você no fabrico?  
 n) Quantas pessoas são da família?  
 o) Quantas pessoas não são da família?

#### Quando facção

- l) Para quem trabalha?
- m) Para quantos empregadores trabalha?
- n) Que tipo de mercadoria produz?
- o) Onde vende/para quem vende a sua produção?
- p) Quem comercializa a sua produção?
- q) Há quanto tempo trabalha com facção? ( ) Proprietária(o) ( )funcionária(o)
- r) O que motivou o trabalho com facção?
- s) Quantas pessoas trabalham com você na facção?
- t) Quantas pessoas são da família?
- u) Quantas pessoas não são da família?

#### **D) RELAÇÕES DE TRABALHO - Para os entrevistados DONOS de confecção (fabrico e facção)**

- 22. Como você se autoidentifica?  
( ) trabalhador por conta própria ( ) microempreendedor ( ) faccionista  
( ) confeccionista ( ) trabalhador informal ( ) empreendedor informal  
( ) costureiro (a)
- 23. Como estabelecem um acordo de relação de patrão-empregado com o fornecedor/aquele que entrega para vocês faccionarem?
- 24. Como você contrata as pessoas que trabalham na sua confecção? Pela qualificação (saber costurar) ou indicação de alguém?
- 25. Como define o salário das pessoas que trabalham para você? (no caso de contratar mão de obra além da família)
- 26. Você repassa trabalho para outros trabalhadores? (subcontrata)
- 27. No caso de subcontratar, como define o salário e/ou o preço da mão de obra?
- 28. Quando você presta serviço para outros confeccionistas (empresário) como é definido o valor do salário? Por produção? Salário fixo?

#### **E) REFLEXÕES SOBRE SUA SITUAÇÃO DE TRABALHO E ACERCA DA INFORMALIDADE**

- 29. Você gosta do trabalho/profissão que tem?
- 30. O trabalho na produção de confecções lhe gera a renda que gostaria?
- 31. Já pensou em mudar de profissão? Porquê sim/ Porque não.
- 32. Você contribui/ paga a Previdência Social? Porque sim/não?
- 33. O que significa para você trabalhar com Carteira Assinada?
- 34. Você acha que obteria mais benefícios se trabalhasse com carteira assinada?
- 35. O que significa para você trabalhar na informalidade?
- 36. Você tem vontade de formalizar a relação de trabalho, quando presta serviço? Já falou sobre isso com o empregador?
- 37. Quais os principais benefícios do seu trabalho?
- 38. Quais as principais dificuldades do seu trabalho?
- 39. Sente algum problema de saúde decorrente do trabalho? Quais?
- 40. Como você vê a relação do poder público municipal com a produção de confecção e com a Feira da Sulanca?

#### **F) EXPECTATIVAS E PLANOS PARA O FUTURO**

- 41. Quais são suas expectativas para o futuro com relação ao seu trabalho?
- 42. Você sente segurança para planejar seu futuro?
- 43. Você pensa em aposentadoria (parar de trabalhar). Sabe como irá fazer isso?
- 44. Se surgisse a oportunidade de trabalho com confecção ou com qualquer outra atividade fichada, o que você faria?
- 45. O que você deseja para o futuro dos seus filhos? Trabalhar com confecção é uma boa opção?

### **Apêndice 3 - Roteiro de entrevista com os Feirantes**

#### **A) PERFIL**

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Composição familiar:

#### **B) HISTÓRIA DE VIDA E TRABALHO**

1. Você trabalha atualmente na feira da Sulanca?
2. O que o motivou a trabalhar na Feira?
3. Por quanto tempo você trabalhou? Ou há quanto tempo trabalha?
4. Conte um pouco sobre a sua relação com a confecção:
  - a) Que atividades já desenvolveu na Feira da Sulanca?
  - b) Já trabalhou com a produção de confecção? Como, em que momentos?
  - c) Para quem você vende? Já conseguiu traçar um perfil dos seus clientes (de onde são, quanto compram, se é para consumo ou para revender.....)?
5. Como você aprendeu a ser um feirante?

#### **C) PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO: CARUARU E A CONFECÇÃO**

6. Porque você acha que Caruaru se tornou um município referência na produção de confecções?
7. O que significa "Sulanca" para você?
8. O que significa Caruaru como "Polo de Confecções do Agreste Pernambucano"?
9. O que você acha da organização e da dinâmica atual da Feira da Sulanca?
10. Se fosse estabelecer um comparativo entre hoje e há época em que você iniciou, quais diferenças podem ser apontadas.
  - a) O que melhorou?
  - b) O que piorou?
  - c) Por quê?
11. O que você pensa a respeito do futuro, da continuidade da Feira da Sulanca no local atual?
12. Como você enxerga os planos para mudança do local da Feira da Sulanca?

## Apêndice 4 – Quadros complementares à caracterização das empresas

### Quadro 9 - Organização do processo produtivo e das relações de trabalho das fábricas Tipo 2

	CLASSIFI- CAÇÃO DA EMPRESA	Nº DE TRABALHADORES NA FÁBRICA  Trabalhadores (as) com CTPS: (R) Trabalhadores (as) sem CTPS, experiência: (E) Familiars (F)	PROCESSOS FEITOS NA FÁBRICA	PROCESSOS SUBCONTRATADOS	TIPO DE VÍNCULO COM AS FAÇÕES
EC1	Pequeno Porte	38 – R 3 – F <b>Total: 41</b>	-Criação -Corte -Costura	-Bordado -Sublimação	<b>Formal</b>
EC2	Grande	200 – R 4 – F <b>Total: 204</b>	-Corte -Bordado -Estamparia -Criação	Todo o processo de costura.	<b>Formal e informal</b>  “células de produção”  - Não informou número exato, mas ao todo são mais 300 trabalhadores subcontratados.
EC3	Pequeno Porte	70- R 2 – F <b>Total: 72</b>	-Costura	- Costura -Estamparia	<b>Formal</b>  “industrializadores”  - 4 Fações
EC4	Micro	2 - R 2 – F <b>Total: 4</b>	- Corte - Sublimação	- Costura de toda a peça	<b>Informal</b>  - 3 Fações domiciliares - Máquinas são EC - Produção exclusiva
EC5	Pequeno Porte	25- R 2 – F <b>Total: 27</b>	Todo o processo	- Colagem do colarinho nas camisas	<b>Informal</b>
EC6	Micro	15- R 2 – E 2- F <b>Total: 19</b>	Não especificou.	Não especificou. Apenas afirmou subcontratar.	Não informou
EC9	Médio Porte	32 – R 2- E 2- F <b>Total: 36</b>	- Toda a linha de camisaria em malha	- Short vai para as fações que tem máquinas do tipo:  - Reta - Overloque - Pesponto	<b>Informal</b>
EC10	Micro	28- R 2 – F <b>Total: 30</b>	- Corte - Costura	- Costura das peças infantis - Processo de “tirar pelo”	<b>Informal</b>  - De 3 a 4 fações
EC12	Micro	8 - R 2 – F <b>Total: 10</b>	Acabamento final	- Costura de toda peça - Processo de “tirar pelo”	<b>Informal (zona rural)</b>  - Várias fações domiciliares
EC13	Micro	12- R 2 – F <b>Total: 14</b>	- Corte - Costura	- Processo de “tirar pelo”	<b>Informal</b>
EC14	Micro	4 – R 2 -F <b>Total: 6</b>	-Bordado  -Colocação de botão	-Modelagem, - Corte -Costura - Processo de “tirar pelo”	<b>Informal</b>  - 4 Fações - Produção exclusiva
EC15	MEI	36 - R 2 - E 2 – F <b>Total: 40</b>	- Toda a linha de camisaria em malha	Costura das peças em jeans  - Processo de “tirar pelo”	<b>Informal</b>  - 1 Fação domiciliar - Máquinas são do EC -Produção exclusiva
EC17	MEI	2 – F <b>Total: 2</b>	- Corte - Acabamento final	Costura de toda a peça	<b>Informal</b>  - 3 Fações na cidade de Belo Jardim - 1 Fação em Caruaru
EC20	Micro	5 R 3 E 1 F <b>Total: 9</b>	- Costura	- Corte, - Bordado  - Costura com a “máquina de braço” para fechamento das camisas (fação exclusiva)	<b>Informal</b>  - 1 Fação domiciliar  - Máquinas são da EC  - Produção exclusiva



**Quadro 10 - Organização do processo produtivo e das relações de trabalho das fábricas Tipo3**

	Nº DE TRABALHADORES NA FÁBRICA Trabalhadores (as) com CTPS: (R) Trabalhadores (as) sem CTPS, experiência: (E) Familiars (F)	PRODUZ ATRAVÉS DE EXTERNALIZAÇÃO?	PROCESSOS FEITOS NA FÁBRICA	PROCESSOS SUBCONTRATADOS	TIPO DE VÍNCULO COM AS FACÇÕES
EC8	5- R 3- F Total: 8	NÃO	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
EC16	9 -R 2 -F Total: 11	SIM	- Corte - Costura	- Costura - Processo de "tirar pelo"	Informal
EC18	14 - R 3 - F  Total: 17  Incompatibilidade com o MEI	NÃO	Confeccionista dono da marca entrega o tecido cortado.  Costura de toda a peça	Não se aplica	Não se aplica
EC19	2 - F  Total: 2	SIM (Mas em caráter eventual)	Não se aplica	Não se aplica	Informal  - Contrata o trabalho de costureiras diaristas conforme a demanda.

**Quadro 11 - Características da mercadoria e formas de comercialização das fábricas Tipo 1**

	CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA	MERCADORIA	VOLUME DE PRODUÇÃO	FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO
EC7	MICRO	Short em <i>tactel</i> masculino	5.000 peças/semana 20.000 peças/mês	- 1 Banco na Feira da Sulanca de Caruaru; - Comercializa através de escritório de representação nos estados do PR, SC, MT e SP.
EC11	MICRO	Moda feminina brim e jeans	500 a 600 / semana	- Banco na Feira da Sulanca - Loja no centro de comercialização em Caruaru

**Quadro 12 - Características da mercadoria e formas de comercialização das fábricas Tipo 2**

	CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA	MERCADORIA	VOLUME DE PRODUÇÃO	FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO
EC1	PEQUENO PORTE	Artigos para uniforme de trabalho e fardamento escolar	Não foi perguntado à entrevistada	Não possui pontos de comercialização. Trabalha sob encomenda.
EC2	GRANDE	Moda feminina e masculina em vários segmentos	80.000 a 100.000 peças/mês	Em todo o território nacional através de representantes  <u>São duas marcas.</u> A marca voltada para o público elitizado é comercializada em: - Lojas de shopping.  A marca popular é vendida: - Nas lojas e centros de compra de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe (Atacado e varejo)
EC3	PEQUENO PORTE	Moda íntima	9.600 peças/ dia 48.000 peças / semana	- 2 Lojas em Caruaru (varejo); - 1 Loja na Feira da Sulanca de Caruaru (atacado e varejo); - Representantes nos Estados da PB, RN, AL, SE, e PE e cidade de Recife. - Rodada de Negócios (SEBRAE/ACIC)
EC4	MICRO	Camisetas em malha	Não foi perguntado ao entrevistado	- Banco nas Feiras da Sulanca de Caruaru, Santa Cruz e Toritama  - Tem clientes do Estado do PA, no Norte.

EC5	PEQUENO PORTE	Camisaria masculina e feminina	700 peças / dia 14.000 peças /mês	<p><u>São duas marcas:</u></p> <p>A marca voltada para um público elitizado é comercializada em: - Lojas nos centros comerciais de Caruaru e representantes comerciais.</p> <p>A marca popular é vendida: - Feira da Sulanca de Caruaru</p>
EC6	MICRO	Camisaria masculina	Não foi perguntado ao entrevistado	-1 Loja na Feira da Sulanca de Caruaru; - 1 Loja no Polo Comercial de Caruaru.
EC9	MÉDIO PORTE	Camisaria em malha, masculina. Short <i>tactel</i> / masculino	4.000 / semana 16.000/mês	- 1 Loja na Feira da Sulanca em Caruaru - 2 Bancos na Feira da Sulanca de Caruaru - 1 Loja no centro de comercialização em Toritama - Rodada de Negócios (Sebrae/ACIC)
EC10	MICRO	Bermuda jeans masculina, adulta e infantil	3.000 / semana 15.000/ mês	<p>Em quase todo o território nacional através de representantes, citou os seguintes Estados: MA, PA, RN, PB, PI, BH, PE, SP, SC, PR</p> <p>- Geralmente é por venda direta com os clientes que conquistou na Feira da Sulanca de Caruaru. - Mesmo assim, mantém 1 Loja na Feira de Caruaru - Vende seu produto para feirantes e lojistas de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. - Rodada de Negócios (SEBRAE/ACIC)</p>
EC12	MICRO	Moda masculina e feminina em jeans, infanto-juvenil	6.000 a 10.000 / mês	-Banco nas Feiras da Sulanca de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe; - Clientela forte no Norte e no Sul do país; - Rodada de Negócios (SEBRAE/ACIC)
EC13	MICRO	Moda feminina, masculina, infantil, juvenil e adulto em jeans e tecido plano.	5.000 peças/ mês	<p><u>São duas marcas.</u></p> <p>A marca popular é comercializada em: -1 Loja no centro de comercialização de Toritama (atacado e varejo) - 1 Loja em Recife (varejo)</p> <p>A marca elitizada é comercializada por meio de: - Representantes em 8 Estados do NE</p>
EC14	MICRO	Moda masculina e feminina em jeans, adulto e infantil	700 a 800 / semana	- 1 Banco na Feira da Sulanca em Caruaru
EC15	MICRO	Camisa em malha masculina e peças em jeans/brim	Não foi perguntado ao entrevistado	- 1 Loja no centro de comercialização em Santa Cruz do Capibaribe; - 2 Lojas nos centros comerciais de Caruaru; - 3 Bancos na Feira da Sulanca de Caruaru
EC17	MEI	Blusas femininas em viscose	300 peças/ semana	- Feira da Sulanca de Caruaru
EC20	MICRO	Camisaria infanto-juvenil masculina	Não foi perguntado à entrevistada.	<p>- Coloca seus produtos, em consignação, em 3 lojas do Centro Comercial em Santa Cruz do Capibaribe;</p> <p>- Vende, em forma de facção (a rede de lojas coloca sua etiqueta) para duas redes da região Nordeste: Lojas Tropical e Vitrage.</p> <p>- Está iniciando os contatos com os "representantes de lojistas". Já enviou sua mercadoria para os Estados do AC e RR.</p> <p><b>Fábrica e facção</b></p>

**Quadro 13 – Característica da mercadoria e formas de comercialização das fábricas Tipo 3**

	CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA	MECADORIA	VOLUME DE PRODUÇÃO	FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO
EC8	MICRO	Camisaria masculina e feminina	400 a 500 peças/ semana	Fabrica para dois clientes que comercializam no Centro Comercial em Santa Cruz do Capibaribe;
EC16	MICRO	Calças e shorts em jeans	4.000 / mês	- Vende seus produtos para feirantes de Caruaru; - Presta serviço como facção para outras fábricas e marcas da região e é certificado pela ABVTEX <b>Facção e fábrica</b>
EC18	MEI	Roupas de bebê e cuecas	Roupas de bebê: 2.000 / mês -Cuecas: 38.400 / mês	Facção exclusiva da marca Sonho de Criança
EC19	MEI	Moda feminina em malha e viscose	A depender do modelo da peça e da necessidade de seu cliente;  - 800 peças/semana	- Fazem facção exclusivamente para um cliente. Acredita que as peças são vendidas na região Norte, Nordeste e para Estado de São Paulo. <b>Facção e fábrica</b>

## Apêndice 5 – Quadros complementares à caracterização das unidades produtivas informais

### Quadro 14 - Características das unidades produtivas informais Tipo 1

	Definição do negócio	LOCAL DE PRODUÇÃO -No domicílio: (D)  -Edificação exclusiva da fábrica: (F)	Bairro	Máquinas	Posse dos meios de produção	Nº de trabalhadores  Famíliares (F)  Informal (I) – trabalha no local de produção
C11	Facção	F Local Emprestado	Agamenon Magalhães	7	Dona do maquinário	3 – F 2 – I <b>Total: 5</b>
C13	Facção	F Local próprio	Serrote dos Bois (Zona Rural)	15	Dona do maquinário	1 – F 10 – I <b>Total: 11</b>

### Quadro 15 - Características das unidades produtivas informais Tipo 2

	Definição do negócio	LOCAL DE PRODUÇÃO -No domicílio: (D)  -Edificação exclusiva da fábrica: (F)	Bairro	Máquinas	Posse dos meios de produção	Nº de trabalhadores  Famíliares (F)  Informal (I) – trabalha no local de produção
C14	Fabrico	D Local próprio	Petrópolis	- Máquina de corte;  - 2 Máquinas de costura.	Dona do maquinário	1 – F (mãe)  Subcontrata toda a costura das roupas. Fações na zona rural  <b>Total: não foi possível identificar</b>
C15	Fabrico	D Local próprio	Vassoural	5	Dona do maquinário	1 – F (irmã) 3 – Facções em domicílio  <b>Total: 5</b>
C18	Fabrico	D Local próprio	Santa Rosa	7	Dona do maquinário	1 – F (mãe) 5 – Facções em domicílio  <b>Total: 7</b>
C19	Fabrico	D Local próprio	Rendeiras	- 1 Prensa para sublimação  - 1 Impressora  - 1 Computador	Dona do maquinário	2 – F (dois filhos)  3 – Facções a domicílio 1 – Cortador de tecido (diarista)  3 – I  <b>Total: 9</b>

### Quadro 16 - Características das unidades produtivas informais Tipo 3

	Definição do negócio	MORADIA	Bairro	Máquinas	Posse dos meios de produção	Nº de trabalhadores, e Tipo de relação  - Familiares (F) - Informal (I) – trabalha no local de produção
C16	Facção	Alugada	Cidade Alta	4	Donos do maquinário	Apenas a entrevistada e seu marido
C17	Facção de "Tirar pelo"	Própria	Caiucá	-	-	- 5 a 6 mulheres quem vem até o domicílio de C17.
C110	Facção	Alugada	Itaúna (Zona rural)	3	Máquinas são da fabricante	Apenas a entrevistada

**Quadro 17 – Características da mercadoria e formas de comercialização dos informais Tipo 1**

	Mercadoria	Volume de produção	Formas de Comercialização	Renda
<b>CI1</b>	Moda feminina em brim, vários artigos.	Não foi informado	Produz <u>exclusivamente</u> para a marca de 1 cliente, o fornecedor - fixo, que é lojista	R\$500,00 a 600,00 /semana
<b>CI3</b>	Bermuda masculina em jeans e brim	600 peças/semana	Produz para a marca de 2 fornecedores-fixos, que também tem fábrica de confecções.	Não informada

**Quadro 18 – Características da mercadoria e formas de comercialização dos informais Tipo 2**

	Mercadoria	Volume de produção	Formas de Comercialização	Renda
<b>CI4</b>	Roupa masculina, infantil, em jeans	1.500 a 2.000 peças/semana	- Banco na Feira da Sulanca em Caruaru (4) e Santa Cruz do Capibaribe (1)  - Venda direta a clientes fixos nos Estados (PA, AM, MG,SE)	Não informada
<b>CI5</b>	Roupa feminina em malha: conjuntos para dormir e camisetas	1.000 peças/semana	- Banco na Feira da Sulanca em Caruaru (2)	R\$ 4.000 de valor apurado/semana
<b>CI8</b>	Roupa feminina em malha fria	4.000 a 5.000 peças/semana	- Bancos na Feira da Sulanca em Caruaru (3)	R\$16.000 de valor apurado / semana
<b>CI9</b>	Roupa de criança em malha	2.000 peças/semana	- Bancos na Feira da Sulanca em Caruaru (2)	Não informada

Obs: valor apurado não é igual a renda, é o valor que girou, sem estabelecer o que é custo e o que é lucro (renda)

**Quadro 19 – Características da mercadoria e formas de comercialização dos informais Tipo 3**

	Mercadoria	Volume de produção	Formas de Comercialização	Renda
<b>CI6</b>	Roupas femininas, malha fria	1.000 a 1.200 peças/semana	Não faz venda direta.  Produz com exclusividade para um fornecedor-intermediário (figura entre o fabricante e o lojista, dono da marca)  - Recebe apenas o viés	R\$ 400,00 a 500,00/ semana (em baixa temporada)
<b>CI7</b>	Tira pelo de roupas em jeans e brim	3000 peças/semana	Não comercializa	Não informada
<b>CI10</b>	Roupa feminina, malha fria	180 a 200 peças/semana	Não faz venda direta.  Produz com exclusividade para um fabricante.	R\$ 120,00 a 140,00 / semana

Obs: valor apurado não é igual a renda, é o valor que girou, sem estabelecer o que é custo e o que

## Apêndice 6 – Registros fotográficos



**Fotografia 7** – Lavanderias

Fonte: Pesquisa Empírica (Setembro de 2014)





**Fotografia 8** – Centro Comercial em Caruaru: *Polo Caruaru*.



**Fotografia 9** – Espaço interior do *Polo Caruaru*, no qual predominam lojas e também marcas de destaque nacional. Movimentação no Parque 18 de Maio em dia de Feira da *Sulanca* – Caruaru. Fonte: Pesquisa Empírica (Maio a Setembro de 2014)





**Fotografia 10** – Imagem panorâmica do Centro Comercial em Santa Cruz do Capibaribe: *Moda Center*.  
Fonte: <http://santacruzagora.blogspot.com.br>





**Fotografia 11** – O complexo do *Moda Center* em três ângulo, respectivamente: estrutura de hospedaria (dormitórios para os visitantes), espaço interior, e bancas de comercialização na parte externa, o “poeirão”.

Fonte: Pesquisa empírica (Setembro de 2013 a Setembro de 2014)



**Fotografia 12** – Centro de Comercialização em Toritama: *Parque da Feiras*. A cidade carrega o slogan de “Capital do jeans”. As duas primeiras fotos evidenciam a parte externa ao centro de comercialização. As bancas de comercialização na parte externa, o “poirão”. E o registro de um dos corredores interno do *Parque da Feiras*.

Fonte: Pesquisa empírica (Setembro de 2014)